

Mestrado Integrado em Arquitetura e Urbanismo



Reabilitação de edifício escolar do séc. XIX:

Arquivo Municipal

Pedro Jorge Ribas Vila Pouca

Vila Nova de Cerveira - Setembro - 2015

Mestrado Integrado em Arquitetura e Urbanismo

Reabilitação de edifício escolar do séc. XIX: Arquivo Municipal

1.1 – Investigação no âmbito do projeto:

Pedro Jorge Ribas Vila Pouca

Orientadora – Prof^ª Doutora Mónica Alcindor

Vila Nova de Cerveira - Setembro - 2015

Preâmbulo

A presente Dissertação insere-se no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura e Urbanismo da Escola Superior Gallaecia para a obtenção do Grau de Mestre. O trabalho aborda a reabilitação de um edifício escolar do século XIX para Arquivo Municipal, em Caminha, para a qual se apresenta uma Dissertação de Projeto, desenvolvida entre 2014 e 2015, com orientação da Professora Doutora Mónica Alcindor.

Agradecimentos

Cheguei a mais uma “estação” da minha vida, após 6 anos de viagem, com muitas e novas experiências. Finalmente cheguei.

Mas esta viagem não teria sido possível sem apoio e colaboração de todas as pessoas que sempre me acompanharam. Aproveito a oportunidade para lhes expressar algumas palavras de reconhecimento e agradecimento.

Quero começar por agradecer, de uma forma muito especial, à minha orientadora, a Prof. Doutora Mónica Alcindor, pela sua dedicação, empenho e disponibilidade ao longo deste trabalho.

A todos os meus colegas de curso que sempre me incentivaram de forma positiva ao longo deste percurso; em especial ao Barrocas, Bruno, Daniel, Joca, Fornelos, Henrique, Hélder, Casanova, Pereira, Conceição e Vanda.

A todos os professores da Escola Superior Gallaecia pela transmissão de conhecimentos, compreensão, exigência e rigor.

Uma sentida homenagem aos saudosos Arq. Nuno Pereira da Silva e ao Eng.º Machado dos Santos.

A todos os funcionários da ESG e em especial à Dr.ª Sandra, Dr.ª Beatriz, Dr.ª Vânia, D. Isabel, e D. Fátima.

À Dr.ª Catarina Dias, Técnica Superior de Arquivos da Câmara Municipal, ao Dr. Sérgio Cadilha, arqueólogo da Câmara Municipal e à D. Goreti pela atenção e disponibilidade dispensada.

Ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Dr. Miguel Alves, ao Sr. Presidente da junta de freguesia de Caminha (Matriz) e Vilarelho, o Prof. Miguel Gonçalves, pela disponibilidade e entusiasmo demonstrado na abordagem deste argumento.

Ao Alferes Rodrigues da Biblioteca Nacional do Exército, à Sr.ª. Françoise Le Cunff, Técnica Superior da Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo, do Ministério da Educação e Ciência, pela amabilidade em enviar documentação para esta investigação.

Ao Dr. Carlos Manique da Silva, da Universidade de Lisboa e ao Prof. Paulo Bento, professor de história e bibliotecário na Escola Básica e Secundária Sidónio Pais, pelo empenho na cedência de documentação para este tema.

Ao Sr. Torcato Correia, ao Sr. Raul Reis, ao Sr. António Soutulho e Nádía Soutulho, pelos livros e documentos que me cederam.

Aos antigos alunos da escola Central Padre Pinheiro, em especial ao Sr. Fernando Curado, Sr. Carlos Barros, pela partilha das recordações da sua passagem pela antiga escola.

Ao Sr. Padre José Filipe Oliveira de Sá, pela cedência de documentação para a dissertação e pelo incentivo e força que sempre me transmitiu.

E por último, á minha família, em especial à minha esposa Elisabete, e aos meus filhos Joana e João, pelo apoio que sempre me deram.

Resumo

Quando se fala de património cultural, fala-se de bens tangíveis e de bens intangíveis. Dos bens tangíveis incluem-se desde os monumentos mais simbólicos aos edifícios mais modestos. Os edifícios escolares, espalhados pelo território nacional, compõem um património histórico-cultural construído desde o século XVIII até aos dias de hoje. Atualmente, estes edifícios têm sido abandonados, em prol de um programa que unificou o sistema escolar em mega escolas, deixando para trás edifícios com valores arquitetónicos e históricos que marcaram o passado do nosso ensino. O estado de conservação destas construções é diverso e muitos têm vindo a ser reabilitados, para outros fins, para que não se percam os seus valores e a sua história.

Com a intenção de manter vivas as memórias e os valores deste edifício, e preencher um vazio na preservação e conservação do nosso património documental, desenvolveu-se uma investigação e uma proposta para um arquivo municipal, de modo a que não se perca todo o património material que neste momento se encontra muito mal-acondicionado. Para isso, foi essencial realizar uma investigação com objetivos muito claros, através de uma inventariação de edifícios escolares devolutos, conseguiu-se chegar ao imóvel que reunia as melhores condições. Identificou-se e analisou-se toda a documentação conseguida sobre o referido prédio e avaliou-se através de um diagnóstico todas as características do edifício, para se desenvolver uma proposta de reabilitação e dotar a vila de Caminha de um arquivo municipal.

O método de investigação a utilizar é o estudo de caso único, decorrente da análise documental; coleta de dados existentes, assim como do trabalho de campo realizado na área onde se localiza a escola, tendo como foco principal o edifício da própria escola; entrevistas dirigidas a “pessoas chave”; fotografias; croquis, notas de campo e diagnóstico. No tratamento da informação obter-se-ão os princípios e critérios de intervenção para a elaboração da parte de projeto a realizar.

Em suma, através desta investigação foi possível desenvolver um programa específico, conforme as necessidades de um equipamento destinado a proteger, divulgar e promover o património arquivístico de Caminha. O equipamento proposto é num edifício localizado numa das entradas da vila de Caminha e é propriedade da Camara Municipal de Caminha. Além do programa para o qual será projetado, este terá uma maior abertura ao exterior, uma ligação com o núcleo museológico de caminha, assim como estabelecer protocolos com os estabelecimentos de ensino, permitindo a realização de diversas atividades culturais, durante todo o ano.

PALAVRAS-CHAVE:

Património; Reabilitação; Escola; Arquivo.

Abstract

When we speak about cultural patrimony, we refer tangible and intangible properties. The tangible properties include since the most symbolic monuments to the most modest buildings. The school buildings spread all over the national territory constitute an historical-cultural patrimony built since the 18th century till today. Nowadays, these buildings have been abandoned, on behalf of a programme which has united the schooling system into mega schools, leaving buildings with architectural and historical values that have marked the past of our teaching system behind. The state of conservation of these constructions is varied and many have been rehabilitated, for other purposes, to prevent the loss of their values and history.

With the intention of keeping the memories and the values of these buildings alive, and filling in a void in the preservation and conservation of our documental patrimony, a research and a proposal for a local archive were developed, in order to prevent the loss of all the material patrimony which is badly kept right now. To achieve this, it was essential to do a research with very clear objectives, through the inventory of empty schooling buildings, managing to get to the real estate which combined the best conditions. All the documentation gathered about the referred building was identified and analyzed and all the characteristics of the building were assessed through a diagnosis, so as to develop a rehabilitation proposal and thus endow the town of Caminha with a local archive.

The research method to be used is the unique case study, resulting from the documental analysis; the gathering of existing data, as well as the field work achieved in the area where the school is located, having the own school building as the focal point; interviews made to “key people”; photos; sketches; field notes and diagnosis. The main principles and intervention criteria for the elaboration of part of the project were obtained through the data treatment.

To sum up, through this research we were able to develop a specific programme, according to the needs of an equipment intended for the protection, divulging and promotion of the archive patrimony of Caminha. The suggested equipment is a building located in one of the access drives of the town of Caminha and which belongs to the Town Hall of Caminha. Besides the programme for which it will be projected, this would have a wider opening to the exterior, a connection with the museum nucleus of Caminha, as well as establishing protocols with the schools, allowing the achievement of diverse cultural activities, all year long.

KEYWORDS:

Patrimony; Rehabilitation; School, Archive

Índice de Conteúdos

PARTE I – Introdução	23
1.1 – Justificação da Problemática	23
1.2 – Objetivos da Investigação	24
1.3 – Revisão da Literatura	26
1.4 – Metodologia	27
1.4.1 – Método de investigação	27
1.4.2 – Técnicas de recolha e análise da informação	29
1.4.3 – Tratamento de Dados – Categorias de Análise.....	31
1.5 – Estrutura de Conteúdos da Dissertação	34
PARTE II – Contextualização	35
2.1 – Contextualização Histórica e Geográfica da Vila de Caminha	35
2.1.1 - Localização.....	35
2.1.2 - Território	35
2.1.3 - Da Pré-história à Fundação	36
2.1.4 - Da Fundação ao Séc. XIII.....	39
2.1.6 - Sistemas Defensivos	41
2.1.7 – A expansão Urbana.....	43
2.1.8 – O tecido Urbano	49
2.2 – História do Ensino na Europa e em Portugal	52
2.2.1 – O ensino E as escolas no Século XVIII	52
PARTE III - Fundamentação Teórica.....	58
3.1 – Graus de Intervenção	58
3.2 – Cartas, Convenções e Recomendações Internacionais	60
3.3 – Normas Nacionais de Proteção do Património	65
PARTE IV – Caso de Estudo	67
4.1 – Inventário de Edifícios Escolares Devolutos na Vila de Caminha	67
4.1.1 - As Primeiras Escolas Primárias	67
4.1.2 – A escola da Cidade e a Escola Rural.....	69
4.1.3 - As escolas Conde de Ferreira	75

4.1.4 – As Adões Bermudes e as escolas Centrais	78
4.1.5 – Externato Sta. Rita de Cássia	83
4.2 – Sistematização de Entrevistas	86
4.2.1 - Valores	86
4.2.2 - Necessidades	87
4.2.3 - Edifício	89
PARTE V – OBJETO DE ESTUDO	91
5.1 – Descrição Geral do Edifício	91
5.1.1 – Análise Histórica	91
5.1.2 – Análise Urbana	101
5.1.3 – Análise Construtiva	114
5.2 – Diagnóstico e Estado de Conservação da Escola Central Padre Pinheiro	128
5.2.1 – Estrutura Exterior	128
5.2.2 - Estrutura Interior	130
5.2.3 – Carpintaria Exterior	133
PARTE VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
Conclusões	135
Lista de Referências Bibliográficas	139
Índice de Imagens	144
Anexos	147
Entrevistas	149
Fichas de Diagnóstico	173

PARTE I – Introdução

1.1 – Justificação da Problemática

O estado devoluto em que se encontram alguns edifícios escolares em Caminha e com o risco de não existir uma intervenção, o processo de degradação começará a aumentar. Este fato decorre do esquecimento institucional e de não ter beneficiado da transformação urbana ocorrida nas artérias próximas destes edifícios e que ligam este espaço ao resto da vila.

De acordo com Batista “A arquitectura escolar está, por todo o nosso país, pouco estudada, embora ela seja, tal como a arquitectura civil e sacra, um património a (re)descobrir. Esta arquitectura faz parte da nossa herança cultural, da nossa identidade de transmontanos, minhotos...” (2005, p. 3) Surge assim uma necessidade de intervir para proteger este património, criando relações entretanto desaparecidas entre este património, a vila e a região.

Atualmente este edifício carece de utilidade e significado pois trata-se de um edifício que cumpriu a sua função. Ao reabilitar a velha escola, irá assegurar-se o seu valor histórico e cultural e, ao mesmo tempo, proporcionar novos equipamentos, permitindo assim a sua preservação e dinamização do espaço onde se insere.

Estas questões encontram-se na criação das condições em que se processa a reutilização dos espaços de modo a garantir a continuidade dos valores culturais e da sua conservação material. No edifício onde se pretende intervir verifica-se este aspeto, onde as dificuldades emergentes serão colmatadas com o desenvolvimento de um modo de intervenção assertivo e de uma abordagem coerente ao projeto. A forma de atuar impedirá que o seu estado de conservação se agrave e valorizará o espaço ajustando-o ao contexto atual.

Atendendo à espacialidade do edifício, é fundamental dentro da intervenção, apontar os princípios orientadores que indiquem as relações que este cria com o sítio, tendo em conta o imóvel, o lugar e paisagem. A intervenção vai adaptar-se à envolvente da edificação, com o projeto de reabilitação.

Procura-se com a intervenção neste prédio, ir ao encontro do que era uma das suas primeiras premissas aquando da sua criação, que além de escola, esta foi também planeada para a sede da primeira Biblioteca Pública Municipal, o que nunca viria a acontecer (Bento, 2009).

E, de acordo com o mesmo autor, um outro tema, para além dos iniciais e já abordados por alguns escritores concelhios, historiadores e políticos, entre outros, é a necessidade de um arquivo municipal:

Um anunciado projecto de adaptação deste imóvel para a instalação do Arquivo Municipal de Caminha, a concretizar-se, seria certamente o mais adequado destino para o centenário edifício que desse modo cumpriria a função de conservação e divulgação cultural que primordialmente também lhe esteve destinada. (Bento, 2009, p. 67)

A Câmara Municipal pretendeu adequar este edifício ao, “(...) Novo Arquivo Municipal que será localizado no Edifício das antigas instalações da Delegação Escolar e da GNR” (Câmara Municipal de Caminha, 2008, p. 19). Permitindo assim salvaguardar todo o património arquivístico existente.

Atualmente o espaço destinado à gestão, conservação e divulgação do património documental do município, está situado na cave e no sótão do edifício da Câmara Municipal na Praça Calouste Gulbenkian, “ (...) desde 2005, aquando da transferência da documentação que se encontrava depositada no edifício da Biblioteca Municipal e na Escola Tecnológica, Artística e Profissional de Caminha” (Câmara Municipal de Caminha., 2008, p. 19).

Todo este legado pode vir a perder-se, devido às más condições em que se encontra. Para que se possa restaurar, conservar, analisar, estudar e consultar todo este património, faz falta um local com espaços adequados e dignos e que permitam assegurar todo este espólio documental às gerações futuras.

Para além do contributo no âmbito da conservação do acervo documental da vila de Caminha com a organização do Arquivo, a presente proposta, ao incidir na reabilitação do edifício da Escola Central Padre Pinheiro, contribui também para a preservação do património arquitetónico da mesma.

1.2 – Objetivos da Investigação

A presente dissertação de mestrado tem como objetivos:

- Inventariar os valores patrimoniais dos edifícios escolares devolutos dentro da vila de Caminha.

- Avaliar o estado de conservação da escola Central Padre Pinheiro, através de um diagnóstico para avaliar as características que devem ser consideradas na reabilitação, manutenção e adaptação dos espaços destinados a arquivo.
- Dotar a Vila de Caminha de um Arquivo Municipal através de um projeto de reabilitação da escola Central Padre Pinheiro.

Sendo o objeto de estudo um edifício escolar, a investigação iniciou-se com um estudo da evolução do ensino na Europa e em Portugal, para se compreender o aparecimento das primeiras escolas e para se perceber a importância que esta escola teve dentro da história do ensino institucionalizado.

Para responder ao primeiro objetivo, analisaram-se os vários tipos de escolas existentes, e como estas foram surgindo ao longo dos anos, para se conseguir enquadrar o edifício dentro do tipo de escola na sua época e assim realizar um inventário dos vários edifícios escolares devolutos na vila de Caminha.

Deste inventário de edifícios escolares devolutos dentro da vila de Caminha, verifica-se quais os edifícios suscetíveis de serem valorizados. Permitindo assim encontrar-se o edifício que reúna as melhores condições para cobrir as necessidades institucionais de Caminha.

Para responder ao segundo objetivo conta-se com todos os aspetos relevantes, desde a sua evolução histórica, análise construtiva e de materiais, através de um diagnóstico realizado para avaliar essas mesmas características. Ao avaliar a Escola Central Padre Pinheiro através da realização de um diagnóstico para uma proposta de reabilitação, além de salvaguardar-se o seu valor arquitetónico e memória, não pode esquecer o lugar onde este está inserida, lugar esse que ao longo da sua existência passou por algumas alterações, desde local de feira de animais a zona ajardinada, já com a intenção de ser o “Largo da Escola”, como lhe vieram a chamar. Virado para o denominado Largo Sidónio Pais, assim como para os vestígios da antiga muralha de Caminha, esta intervenção além de proporcionar um novo equipamento, irá permitir a preservação de um local de muitas memórias e dinamização do espaço onde se insere que atualmente se encontra degradado.

A realização deste inventário permitiu chegar ao edifício que reúne as melhores condições para a intervenção e com a realização de um diagnóstico conseguiu-se avaliar as características do imóvel e, com isso, propor um projeto de um arquivo municipal para vila de Caminha, integrando as diversas diretrizes e cumprindo os objetivos propostos, de forma a desenvolver uma intervenção integrada no contexto onde se insere.

1.3 – Revisão da Literatura

A reabilitação de edifícios antigos tem vindo a adquirir importância crescente numa ótica de promover a preservação do património arquitetónico. Correia aborda o tema da reabilitação como “ Una de las mejores formas de preservar un edificio es mantenerlo en uso, lo que en francés se conoce como *mise en valeur* ” (2007, p. 205). Em geral, a reabilitação procura manter a função original, que é a ação mais adequada para a conservação de uma estrutura, pois implica menos alterações de projeto.

Jokilehto (2004) menciona que reabilitar é utilizar o mais próximo possível, a função original, de modo a assegurar-se um mínimo de intervenção e uma perda mínima de valores culturais. No entanto, deve significar uma adaptação à estrutura de instalações, como sistemas de aquecimento, instalações sanitárias, entre outras.

De acordo com Petzet, "intervenção modernas realizadas em tecido urbano original, devem ser o mais limitado possível" (2004, p. 19). Hoje em dia, para evitar a degradação devido à falta de uso, é fundamental abrir a reabilitação a outros usos, respeitando os espaços originais e a estrutura.

Usar os edifícios para outras funções é muitas vezes a única maneira dos valores históricos e estéticos serem salvos e os edifícios históricos serem incorporados em padrões contemporâneos.

A base para a conservação e restauro dos monumentos e sítios está também patente nas várias cartas, convenções e recomendações que visam a proteção do património arquitetónico, urbanístico, paisagístico e cultural. O restauro é um termo que aceita várias definições, originando práticas distintas. O seu significado é inconstante ao longo dos tempos. Hoje, encontra-se registado, na carta de Cracóvia, como sendo: “... uma intervenção dirigida sobre um bem patrimonial, cujo objetivo é a conservação da sua autenticidade e a sua apropriação pela comunidade” (UNESCO, 2000, p. 6).

Esta mesma carta de Cracóvia, define os princípios para a conservação e restauro do património construído e que deve ser realizada mediante vários tipos de intervenções, tais como manutenção, controlo do meio ambiental, restauro, reabilitação.

Na reabilitação de edifícios escolares, salvo raras exceções, é dado o mesmo uso. Com a reorganização do mapa escolar nacional, muitas escolas foram reabilitadas e ampliadas dando origem aos centros escolares e outras foram fechadas ou adaptadas a novas funções. Como exemplos de escolas adaptadas a novas funções, verifica-se o caso da Escola Primária da Cabração

em Ponte de Lima, que foi reabilitada e adaptada a Casa Abrigo. E como escola reabilitada para o mesmo uso verifica-se a Escola Primária de Dem no Concelho de Caminha. Esta última, inserida já no projeto parque escolar, foi reabilitada e ampliada. Outro exemplo de reabilitação de escolas, mas não é uma reabilitação que resultou numa escola, foi o Internato Silva Torres em Caminha, hoje é a atual Escola Tecnológica Profissional e Artística de Caminha.

Com este programa do Parque Escolar, verifica-se o abandono de muitos edifícios escolares, que poderiam resolver muitos problemas institucionais, como a criação de espaços para arquivo municipal. Falando nomeadamente de arquivos e de reabilitação de edifícios para arquivos, verifica-se de acordo com Carvalho (1998) que, atualmente, muitas instituições estão comprometidas com a preservação da cultura, como arquivos, bibliotecas e museus, “ (...) apresentam situações ou condições inadequadas que põem em risco a preservação de seus acervos” (p. 1).

Para serem salvaguardados estes acervos em condições de segurança e para o efeito, de acordo com Trinkley (2001) “o edifício necessita de uma atenção especial nos programas de preservação, pois ele é o primeiro involucro que protege os documentos (...) medidas de preservação podem ser incorporadas ao projeto de construção e/ou reforma do edifício” (p. 23).

Assim sendo para a preservação dos acervos é necessário ter-se em conta determinados aspetos relacionados com o edifício para não deteriorar todo o património documental.

1.4 – Metodologia

1.4.1 – Método de investigação

A metodologia de investigação abordada nesta pesquisa foi o estudo de caso único. Caso de referência cuja temática é a do Arquivo Municipal em Edifícios reabilitados. A nível da recolha de informação dar-se-á grande relevo à análise documental; coleta de dados existentes; assim como do trabalho de campo realizado na área onde se localiza a escola, tendo como foco principal o edifício da própria escola; entrevistas dirigidas a pessoas chave; fotografias; croquis e notas de campo e diagnóstico.

Conforme o nome indica, esta investigação centra-se no estudo pormenorizado e aprofundado, no seu contexto natural, de uma entidade bem definida que é a escola Central Padre Pinheiro. A escolha do método de investigação vai ao encontro do método defendido por Yin que “toma por

objeto um fenómeno (...) situado no contexto da vida real” (1994, p. 23). O mesmo autor afirma que o estudo de caso é uma abordagem metodológica de investigação adequada quando procura compreender, explorar ou descrever-se acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão envolvidos vários fatores.

Este estudo de caso será alvo de um tratamento de natureza qualitativa (Bogdan & Biklen, 1994), uma vez que se entende que as ações podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência. A investigação qualitativa e de acordo com os autores acima mencionados tem na sua essência cinco características;

(1) a fonte directa dos dados é o ambiente natural e o investigador é o principal agente na recolha desses mesmos dados; (2) os dados que o investigador recolhe são essencialmente de carácter descritivo; (3) os investigadores que utilizam metodologias qualitativas interessam-se mais pelo processo em si do que propriamente pelos resultados; (4) a análise dos dados é feita de forma indutiva; e (5) o investigador interessa-se, acima de tudo, por tentar compreender o significado que os participantes atribuem às suas experiências. (Bogdan & Biklen, 1994, pp. 47-51)

Para Yin (1994), um estudo de caso de natureza qualitativa, baseia-se principalmente no trabalho de campo, estudando uma pessoa, um programa ou uma instituição na sua realidade, utilizando para isso, entrevistas, observações, análise documental, questionários e artefactos. O trabalho de campo é essencial porque é o único meio para a utilização de técnicas como a observação, fotografia e desenhos que à partida não se consegue realizar dentro de um gabinete.

Assim, este método será a base sobre a qual irá ser realizada toda a investigação, pressupondo a utilização das suas principais técnicas no tratamento da informação, desde a recolha até à respetiva análise, interpretação e subsequente composição gráfica.

No decorrer desta investigação, através das suas técnicas de pesquisa e recolha de informação, será necessário absorver tudo o que os sentidos possam captar, tanto os do investigador como os de todos os intervenientes, assim como interpretar todos os objetos que integrem esta pesquisa.

A conclusão da investigação permitirá definir a implantação, a simbologia e o programa que precisa a Vila de Caminha para não esquecer a sua globalidade e o valor do seu património.

1.4.2 – Técnicas de recolha e análise da informação

A nível da recolha de informação dar-se-á grande relevo á:

1.4.2.1 - Análise documental

“De uma maneira ou de outra, não existe investigação sem documentação” (Albarello et al., 1997, p. 15). Dependendo do tema, pode-se encontrar muita ou pouca informação, obrigando o investigador a selecionar apenas os documentos necessários e essenciais para a sua análise, principalmente em caso de excesso de informação. A análise documental tem como principal vantagem evitar o recurso a outras técnicas de recolha de dados. Segundo o mesmo autor, “A análise documental apresenta-se como um método de recolha e de verificação de dados: visa o acesso a fontes pertinentes, escritas ou não (...)” (Albarello et al., 1997, p. 30). Essas fontes escritas, ou não, podem ser documentos oficiais ou não oficiais.

Nesta investigação, as fontes documentais encontradas foram escassas, o que obrigou à consulta de muitas entidades. Os documentos consultados para realização desta investigação, incluem fontes escritas oficiais; Cartas de PDM, Livros de Atas da Câmara Municipal de Caminha, Monografias, Legislação, Livros. E não oficiais; revistas, imprensa local, publicações periódicas e livros.

1.4.2.2 – Fotografia

Outra fonte de pesquisa a usar será a fotografia, que está intimamente ligada à investigação qualitativa e segundo Bogdan e Biklen (1994), “(...) dão-nos fortes dados descritivos (...)” p. 183). A fotografia pode ser realizada pelo investigador conjugando-se assim com a observação, pode ser feita também por outros associando-se assim á análise documental, embora estas possam apresentar algumas anomalias. A utilização da fotografia na investigação deste caso de estudo apoiará o diagnóstico a realizar ao edifício.

1.4.2.3 – Observação

Utilizar-se-á a observação do edifício para recolha de notas, desenhos e esboços rápidos. Segundo Gil “(...) a observação desempenha papel imprescindível no processo de investigação” (1995, p. 104). A vantagem desta técnica está em compreender rapidamente os problemas a identificar.

Será usada a observação sistemática do edifício com o objetivo de preencher fichas técnicas e grelhas para elaborar um diagnóstico mais completo.

1.4.2.4 – Entrevista

Outra técnica a empregar nesta investigação é a entrevista. Esta “(...) é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspetos do mundo” (Bogdan & Biklen, 1994, p. 134). Usar-se-á a entrevista semi diretiva, mediante um esquema de abordagem a pessoas chave, como por exemplo, a antigos alunos que frequentaram o edifício objeto de estudo, assim como serão também feitas entrevistas ao Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Dr. Miguel Alves, à responsável pelo património documental existente, Dr.^a Catarina Dias, ao Presidente de Junta de Freguesia de Caminha (Matriz) e Vilarelho, Prof. Miguel Gonçalves e ao Dr. Sérgio Cadilha, arqueólogo da Câmara Municipal.

1.4.2.5 – Notas de Campo

As notas de Campo constituem um auxiliar e uma orientação complementar da pesquisa, servindo de apoio á observação participante e á fotografia. Segundo Bogdan e Biklen “ Depois de voltar de cada observação, entrevista, ou qualquer outra sessão de investigação, é típico que o investigador escreva (...)” (1994, p. 150). E esses apontamentos ou notas terão uma natureza descritiva e reflexiva, e serão o registo da observação direta do local objeto de estudo.

A parte descritiva das notas de campo é a mais extensa e apresenta com mais detalhe o que ocorreu no campo. Esses detalhes passam por retratos dos sujeitos, reconstruções de diálogos, descrição do espaço físico, descrição de comportamentos e atividades. A parte reflexiva em adição ao material descritivo contém frases, palpites, ideias, impressões e preconceitos. Essas reflexões passam pela análise, o método, e sobre o ponto de vista do observador (Bogdan & Biklen, 1994).

1.4.3 – Tratamento de Dados – Categorias de Análise

Ao longo de toda a recolha de informação, foram-se repetindo diversos termos e palavras, pelos vários autores que se tornaram necessários seleccionar os mais significativos e analisar os seus significados, relacionando-os com o objeto de estudo.

Destaca-se a carta de Cracóvia (2000) que refere “como elementos individuais desse património, possuem **valores** que se alteram com o tempo.” Na carta de Nairobi (1976) uma das premissas prende-se com os usos a dar às edificações, que “terão que adaptar-se às **necessidades** sociais, culturais”. Posteriormente na carta de Amesterdão (1975) “os conjuntos mesmo sem **edifícios** excepcionais podem oferecer uma qualidade de atmosferas que faz delas obras de arte diversificadas e articuladas”.

Considerando a referida repetição, foram seleccionadas as três designações consideradas mais relevantes para esta investigação, denominadas de categorias de análise, as quais servirão como base na recolha dos elementos significativos, primordiais na análise necessária à elaboração de um programa para o arquivo municipal.

Essas categorias de análise são os valores, necessidades e o edifício, através das quais foram elaborados os quadros que se seguem.

Categorias de Análise	Indicadores	Critérios de Seleção
Valores	Uso	Conhecer e avaliar os usos que o edifício teve ao longo da sua história, desde escola, a delegação escolar e quartel da GNR.
	Memória	Relatos de experiências vividas pelos antigos alunos. Os primeiros anos de escola, que marcam o resto da vida dos indivíduos.
	Arquitetónico	Analisar todas as alterações que o edifício sofreu ao longo dos tempos, perceber todas as técnicas construtivas empregues, os materiais e os problemas que o edifício possa ter.

Fig. 1 – Categorias de Análise – Valores (Autor)

Categorias de Análise	Indicadores	Critérios de Seleção
Necessidades	Reabilitação	A reabilitação de edifícios para salvaguardar o seu valor, pode proporcionar novos equipamentos, permitindo assim a sua preservação e dinamização do espaço onde se insere.
	Arquivo	Para conservar, analisar, estudar e consultar todo um acervo faz falta um local com espaços adequados e dignos e que permitam assegurar todo este património às gerações futuras.
	Património Cultural	Analisar o património classificado e não classificado através de uma avaliação rigorosa e criteriosa.

Fig. 2 – Categorias de Análise – Necessidades (Autor)

Categorias de Análise	Indicadores	Critérios de Seleção
Edifício	Materiais	Análise dos materiais usados exterior e interiormente, para diferenciar os mesmos ao longo dos anos e como estes se adaptaram.
	Sistema Construtivo	Conhecer a evolução que sofreu o edifício com as várias alterações, qual o sistema construtivo utilizado.
	Forma	Determinar se as alterações verificadas alteraram a forma do edifício a nível de planta e fachadas.
	Problemas Construtivos	Através de um diagnóstico determinar todas as patologias, que foram determinantes no abandono do edifício.

Fig. 3 - Categorias de Análise – Edifício (Autor)

As técnicas e fontes/sujeitos utilizados descrevem-se no quadro resumo seguinte, uma vez que as técnicas utilizadas nesta análise são as mesmas em todas as categorias analíticas.

Técnicas	Fontes/Sujeitos
Análise Documental	Livros de Atas da Câmara Municipal Monografias Projetos de Arquitetura do edifício Legislação Fotografias Antigas
Fotografia	Do autor. Fotografias Antigas
Observação	Diversas visitas ao edifício.
Entrevista	Figuras chave: - Presidente da Câmara Municipal - Presidente da Junta de Freguesia de Caminha (Matriz) e Vilarelho - Dr.ª Catarina Dias – Técnica de Arquivos - Dr. Sérgio Cadilha – Arqueólogo Municipal - Prof. Paulo Bento – Historiador Antigos alunos: - Fernando Curado - Carlos Barros
Notas de Campo	Retiradas das várias visitas ao local, onde se recolheram dados que posteriormente se utilizaram na análise.

Fig. 4 – Técnicas de Análise (autor)

1.5 – Estrutura de Conteúdos da Dissertação

A presente dissertação divide-se em 6 capítulos. O primeiro capítulo trata da introdução, problemática, objetivos da investigação, revisão da literatura e metodologia. O Capítulo 2 trata a contextualização histórica e geográfica de vila de Caminha, num primeiro ponto, desde a sua fundação até aos nossos dias. Num segundo ponto aborda a contextualização do ensino na Europa e em Portugal para se perceber o surgimento das escolas.

No Capítulo 3, abordam-se algumas das principais Cartas Patrimoniais que visam a proteção do património arquitetónico, urbanístico e paisagístico, assim como os diversos graus de intervenção, e as normas nacionais de proteção do património.

No Capítulo 4, desenvolve-se o estudo de caso, através de um inventário aos edifícios escolares devolutos na vila de Caminha, para se conseguir perceber qual dos edifícios inventariados estará em melhores condições para responder a um programa de arquivo. Na segunda parte deste capítulo justifica-se, através das entrevistas realizadas, as necessidades institucionais de Caminha.

O capítulo 5, incide sobre o objeto de estudo, começando por um diagnóstico às condições do edifício, destacando a sua evolução histórica, a componente tectónica e o sistema construtivo. Este diagnóstico é importante para avaliar a viabilidade da intervenção e perceber a sua condição física. As patologias são elementos importantes também a ter em conta na identificação do estado de conservação, seguindo-se um estabelecimento de medidas preventivas.

A conclusão, no capítulo 6, responde de forma clara e direta aos objetivos definidos na introdução desta dissertação, resumindo-se os resultados do trabalho elaborado, valorizando as conclusões mais importantes, e distinguindo-se em que medida são ou não, um contributo na área em estudo.

Na bibliografia, as referências bibliográficas que identificam uma publicação ou parte dela, e/ou citação, possibilitam identificar a publicação onde foram obtidas as ideias, indicando a sua localização exata na fonte, que permitem a sua identificação.

Enumera-se as fontes e créditos das imagens, seguindo-se os anexos que correspondem a partes integrantes do texto, mas que dizem respeito a informação que se considera suplementar, estabelecendo-se como informação adicional de sustentação do corpo do trabalho.

PARTE II – Contextualização

2.1 – Contextualização Histórica e Geográfica da Vila de Caminha

2.1.1 - Localização

Localizada no extremo norte de Portugal, no distrito de Viana do Castelo, vamos encontrar a vila de Caminha, e de acordo com Santos (1979), Caminha está:

(....) abraçada pelos rios que aqui se juntam, a nascente o Coura e a poente o Minho, banhando-se nas suas frescas águas, vamos encontrar a Vila de Caminha. Dois montes a guardam, como que a protegê-la. Do lado de lá do rio Minho, na Galiza, o de Santa Tecla, que serve de fundo de paisagem. Na costa portuguesa, o de Santo Antão, que, descendo sobre o Minho, forma como que um cabo, na confluência deste com o Coura, e no qual se apoia a formosa vila. Da parte alta da vila, nas velhas muralhas que formam o baluarte de Santo António, já se descobrem todas as belezas indescritíveis deste recanto da terra (...) (p. 161).

Devido à sua privilegiada localização, desde cedo, a vila de Caminha despertou o interesse de povos invasores do norte da Europa. É deste ponto que partiam grandes barcos para as trocas comerciais, e que acaba por se tornar praça de grande importância, é no rio Minho que sobem as frotas clássicas que seguem para Tuy e outras localidades. Começa a desenvolver-se a construção naval e a dinamizar-se o comércio. Porém pouco durou este desenvolvimento com a separação do território entre Portugal e a Galiza (Santos, 1979).

2.1.2 - Território

O território da vila de Caminha, não é muito extenso, abrangendo uma área de 75ha, sendo o seu espaço quase todo a nível ribeirinho. Sendo os seus limites estabelecidos por barreiras naturais onde do lado norte e nascente confronta com o rio Minho e o Rio Coura e por limite físico de freguesia do Lado Sul e Poente com a freguesia de Vilarelho (Silva, 1998).

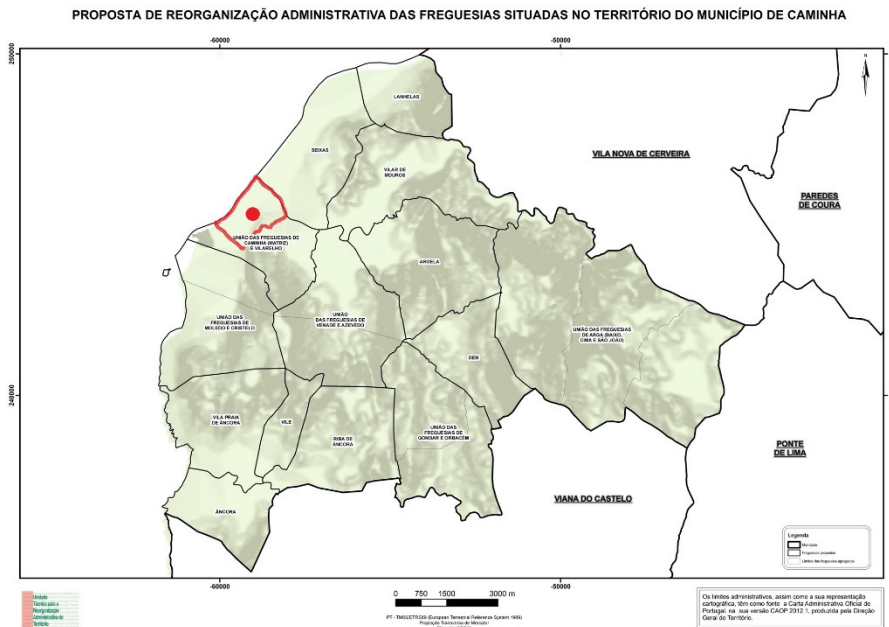


Fig. 5 – Localização – (<http://jornalterraemar.pt>)

Atualmente e de acordo com a Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, que determinou a reorganização do território Nacional através da união de freguesias, Caminha integrou a união de freguesias de Caminha (matriz) e Vilarelho, tendo por isso um território muito maior do que o acima mencionado. O território atual da vila abrange uma área de 465ha, e confronta com a união de freguesias de Venade e Azevedo pela parte Sul, de Nascente com a freguesia de Seixas, de poente com a União de freguesias de Moledo e Cristelo, a norte continua a confrontar com o rio Minho.

2.1.3 - Da Pré-história à Fundação

De acordo com os vestígios existentes e com os vários estudos feitos ao longo dos tempos, são bem visíveis os sinais da passagem humana nesta localidade. Do período que se prolonga do Neolítico ao Calcolítico até á idade do Bronze, os monumentos que melhor documentam esta nova postura do homem são de índole cultural e estética onde os vestígios deixados são bastantes como o Dólmen da Barrosa em Âncora e a mamoa da Aspra. No monte de Santo Antão, existem vestígios de uma anta com a respetiva mamoa. Esta mamoa, relativamente perto da capela, era conhecida por “... Poço da Chã” ou «Cova do Armada...” (Santos, 1979, p. 162).

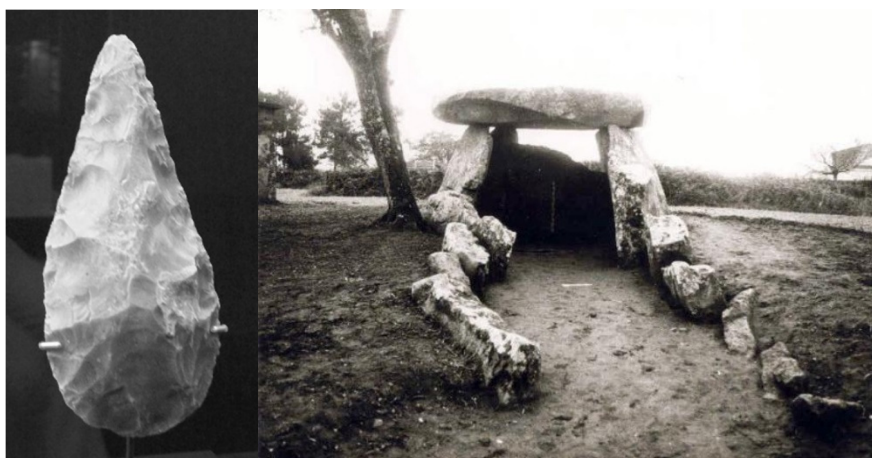


Fig. 6 – Talhe de Biface e Dólmén da Barrosa – (<http://www.patrimoniocultural.pt>)

Nestes sítios, da desembocadura do Minho, deu-se então a ocupação dos mais antigos povos historicamente conhecidos a poderem deter alguns dos primórdios de civilização, denominados Lígures e Iberos (Brito, 1988). Outros autores afirmam que antes da entrada dos Celtas, referem os Iberos como outro vastíssimo povo que se estendia por todos os lados na Península.

Outros dos povos de que á registo e de acordo com Lopes, "(...) são os Calaicos que ocupam em grande parte as montanhas. E foi por isso que, tornando-se mais difíceis de combater, deram o cognome de Calaico ao vencedor dos Lusitanos e fizeram com que se chamassem Calaicos a maior parte dos Lusitanos." (2002, p. 70).

No Séc. VI A.C. desenvolveu-se, no noroeste da Península Ibérica, um tipo muito peculiar de assentamentos, chamados castros, esses assentamentos eram feitos em locais estratégicos defensivamente na cumeada das montanhas mas por igual eram compensados de fertilíssimos vales, propícios à pesca e à recolha de vegetais.

Segundo Brito (1988, p. 32), esta denominação mais comum, atribuída para toda essa gentilidade, "... era grovia, província de gravii, de grátis, ou graios, e que, por se tratar sempre de topónimos ou étimos de raiz grega/fé supõe que os navegantes gregos, espalhados entre os indígenas, mesclaram uma original cultura castreja, para estas paragens minhotas, que poderá designar-se de gróvia-galaica, chamando-se «castreja», por serem os castros os monumentos que guardam a sua lembrança". O Professor Orlando Ribeiro (1987, citado por Brito, 1988, p. 33), explicita tal «urbanismo» de altitude nestes termos:

Os Castros eram povoações rodeadas de muros de pedra solta, alcandoradas no cimo de montes; as casas, também de pedra solta,

eram redondas em grande número, retangulares ou oblongas, cobertas de giestas ou de colmo, e dispunham-se formando grupos ou arruamentos guardando sempre si proximidade e coesão. O recinto fortificado, às vezes duplo ou triplo, abrange um espaço vazio onde se podiam fazer culturas ou recolher os gados em caso de guerra. As dimensões destes povoados eram variáveis: uns conteriam centos ou até milhares de habitantes, outros seriam comparáveis aos modestos «lugares» das montanhas do Noroeste. (p. 33).

A cultura castreja atinge a máxima eflorescência a partir do séc. V A.C. e prevalece, pelo menos, até à invasão dos suevos, séc. V da era cristã.

Na zona em estudo e numa relação de proximidade com esta, podemos encontrar, pelo menos, os tão importantes e muito citados castros de Seixas, de Vilar de Mouros, do Germano (Dem), de Santo Antão (Venade) e da Pena (Vilarelho).

De entre estes, merecem especial destaque os que dominavam a entrada da barra e o porto fluvial, o castro de Santo Antão, do Castelo ou Cristelo e da Pena, que persistiram desde os primeiros ocupantes greco-celtas até à chegada dos romanos. Brito (1988, p. 51) descreve este último castro como:

(...) qual altaneira sentinela a dominar todo o estuário do rio, particularmente, a foz do rio Coura, a nele confluir, dotado dum passado histórico verdadeiramente excecional, por se situar entre duas das mais recuadas povoações dos sítios, de nomes mais antigos, de toda a província do Minho, a de Vilar de Vila (Vilarelho) e a de Benadi (Venade), esta provavelmente e continuadora da anti-quíssima Benis, ou pelo menos do povoado de Aquis Baenis (...)

Com a chegada dos romanos à Península e que segundo o autor (Carvalho, 1984, p. 19) “(...) pouco a pouco, foi penetrando com as suas legiões até aos confins da Lusitânia, sempre na sistemática perseguição a Viriato...”, foram arrasados e incendiados, as citânias de Santa Luzia (em Viana), o Castro da Terrugem (em Âncora), o Castro do Coto da Pena (em Caminha), o Castro de

Góios (em Vilar de Mouros) e ainda outros que, hoje certamente, nem os locais onde assentavam se conhecem.

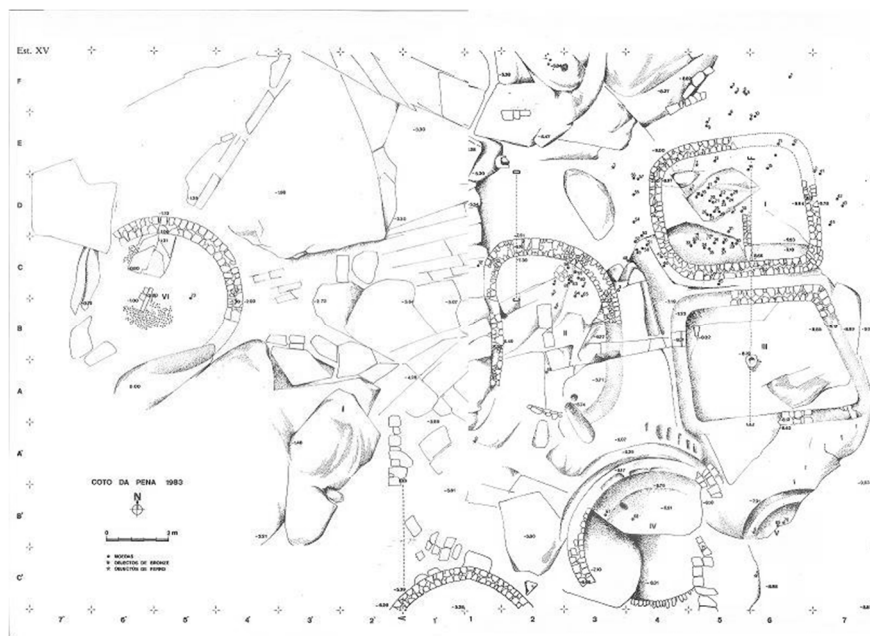


Fig. 7 – Planta do Castro do Coto da Pena – (Silva, 1986, Est XV)

2.1.4 - Da Fundação ao Séc. XIII

A fundação da vila de Caminha estará muito ligada à freguesia de Vilarelho e segundo Rodrigues (2011, p. 96), verifica-se que numa “primeira linha teórica remete-nos para o nascimento e desenvolvimento desde o século VIII a.C. no Monte do Coto da Pena, Vilarelho, com um assentamento Castrejo sendo a primeira manifestação e fixação populacional nesta área, a origem do crescimento e formação de Caminha-Matriz”.

Numa outra vertente, consta-se que Caminha poderá ter nascido no casco histórico existente, que se desenvolve no período romano até período medieval, como demonstra Santos (1979, p. 163): “Foi também Caminha, com toda a certeza, povoação romana. Assim o atesta o perímetro oval das suas primitivas muralhas, que, não excedendo os 1.200 m, conferem à velha praça, as características duma fortificação romana do século IV”.

Em território hoje pertencente a Vilarelho e segundo Alves, “formaram ai os romanos a povoação de Benis ou Oppidum Minium, situada entre o Castro e a atual Vila de Caminha” (1985, p. 396).

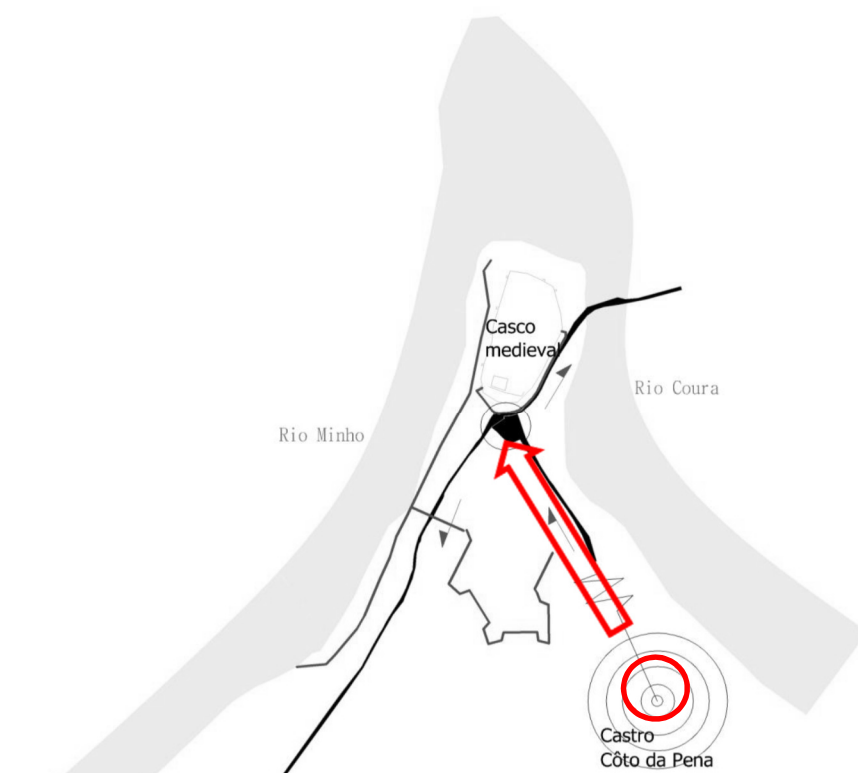


Fig. 8 – Estudo Gráfico do Assentamento e linha de crescimento – (Autor)

No século XII Portugal tornou-se nação independente. Caminha pode crescer, e no século XIII era constituída por 3 núcleos principais, um voltado para o Rio Coura, outro voltado para o rio Minho e Vilarelho, que nas



Fig. 9 – Vila de Caminha – (Bento, 2009)

inquirições Afonsinas de 1258 aparece mencionado como um lugar da Vila de Caminha. Para organizar a defesa do reino, D. Afonso III, mandou fortificar a povoação que crescia na ilha situada no rio Minho.

2.1.6 - Sistemas Defensivos

2.1.6.1 - As Muralhas de Caminha

As fortificações amuralhadas surgiram com o objetivo de proteger a população, mas também durante o século XIV e XV a muralha ovalada, tinha como função controlar as atividades comerciais, ou seja, servia de posto de “fronteira”, regulando as trocas comerciais que se operavam.

Das muralhas de Caminha já pouco resta, parte destruída pelas intempéries, parte destruída pela ideologia dos homens. As muralhas de Caminha, reduzem-se hoje a uma Torre e a uma parte de muro, no lado sul da vila.

No séc. VI da nossa era, Caminha, de acordo com Santos (1979), tinha a configuração de uma península triangular, passando o rio Coura pela rua de S. João (Rua do Vau), sendo o Terreiro, um sapal pelo qual se ligava a parte fortificada à terra firme. Esta pequena península era pois limitada pelos rios Minho e Coura.

Nos tempos anteriores à independência de Portugal, as guerras eram constantes entre os povos que aqui habitavam, romanos e árabes, e que nessa altura dominavam grande parte da península ibérica. A sua localização era motivo de inúmeros assaltos, devido à importância desta praça de armas, desde a Idade Média até fins do século XVIII.

Três ordens de muralhas defendiam o velho burgo, embora se levantem muitas suposições quanto à época da sua construção. De acordo com Duarte D'Armas (1990), mostra-se duas vistas e uma planta dessas muralhas, tal como existiam no séc. XVI. Mas, até finais do séc. XVIII, vieram a verificar-se várias modificações. É de prever que várias vezes teriam as muralhas sido destruídas, tendo sido D. Afonso III e D. Dinis, os monarcas que as reconstruíram e aumentaram.

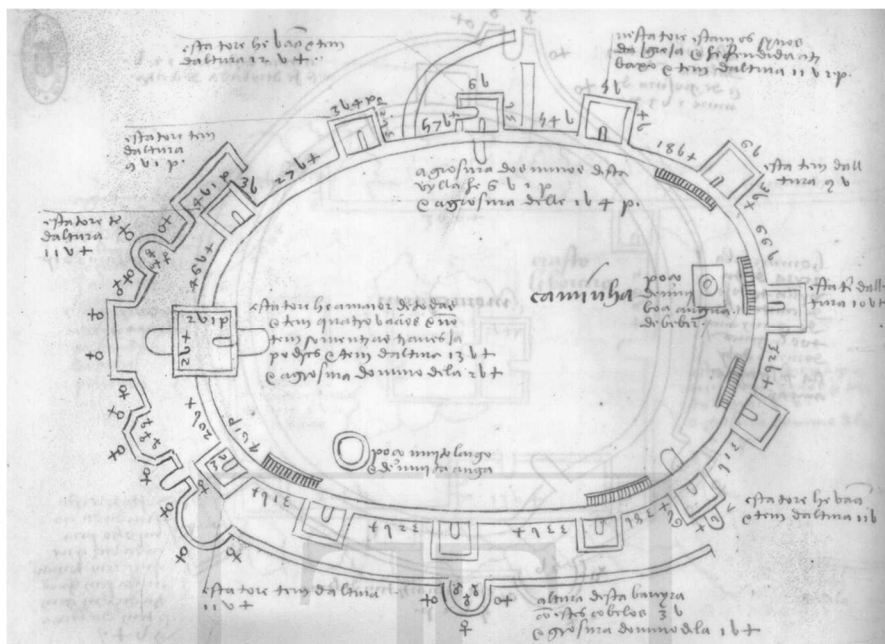


Fig. 10 – Planta da Muralha – (<http://digitarq.dgarq.gov.pt>)

De acordo com Rocha de Moraes (1722, citado por Santos, 1979, p. 190) “ (...) teria sido D. Afonso III quem mandou construir as muralhas que envolviam a primitiva vila, e que foram acabadas em 1260, como constava dum lebreiro existente nas Portas do Sol.”

Outras torres e complementos de defesa teriam sido construídos no reinado de D. Dinis. Nesta primeira ordem de muros, existiam 13 torres, (Santos, 1979) sendo 10 pequenas e rasas com o muro, e redondas, ao estilo da época, e 3 grandes, das quais uma, a Torre do Relógio, ainda existe e bem conservada.

Segundo (Leal, 1873), a primeira ordem de muros teria sido construída pelos romanos, e compunha-se por 10 torres e quatro portas e o seu perímetro oval de 1.200 m, confirmava-a como fortificação romana do séc. IV.

Nos tempos posteriores a D. Dinis foram-se realizando obras de restauro, abrindo portas e construindo fortins e revelins (Santos, 1979). Nos reinados de D. João IV, D. Afonso VI e D. Pedro II foram feita as últimas ordens de muros.

2.1.7 – A expansão Urbana

2.1.7.1 – O Crescimento da Vila intramuros

O crescimento de todas as vilas e cidades com centro histórico, começou no interior da muralha e, como consequência do aumento da população, ia-se alargando as muralhas, quer por introdução de novas portas para o exterior ou demolindo mesmo a muralha através da construção de novos anéis de muralhas, alargando assim os limites de cada vila e cidade. Caminha não é exceção.



Fig. 11 – A primeira Muralha, Localização das Portas – (Autor)

Durante os reinados de D. Afonso III e, depois D. Dinis, dá-se uma grande evolução no desenvolvimento da vila, com transformações a nível social, económico, militar e estrutural. As alterações nas vias de comunicação foram importantíssimas entre os vários povoados que se foram instalando ao redor das muralhas e nos territórios mais afastados.

Devido ao grande crescimento demográfico e às muitas investidas da pirataria à nossa costa serem constantes, vieram a resultar em graves



Fig. 12 – A Expansão da Vila – (Autor)

problemas de segurança para a vila (Cadilha, 2008), o que levou o rei D. João IV a encomendar a construção de uma segunda linha de muralhas que rodeasse os novos bairros habitacionais.

A construção desta segunda linha de muralhas foi ordenada por D. João IV e foi concluída por D. Pedro II. Esta muralha tem características diferentes da anterior, devido à necessidade de aguentar o poder de fogo inimigo, de modo que a sua construção teve de ser mais elaborada. A geometria é também diferente, esta baseia-se na parede de um polígono que cobre toda a área da vila desprotegida.

A muralha passa a rodear grande parte da vila atual criando um novo limite em relação aos territórios vizinhos. Esta fortificação nova altera também as áreas de acesso com a criação de novos pontos de entrada. O número de portas passou de três para seis, devido à expansão da área da vila e às novas vias com a criação de eixos orientadores no interior da muralha. A maioria da população vivia dentro do perímetro da parede, exceto os pescadores e alguns artesãos.

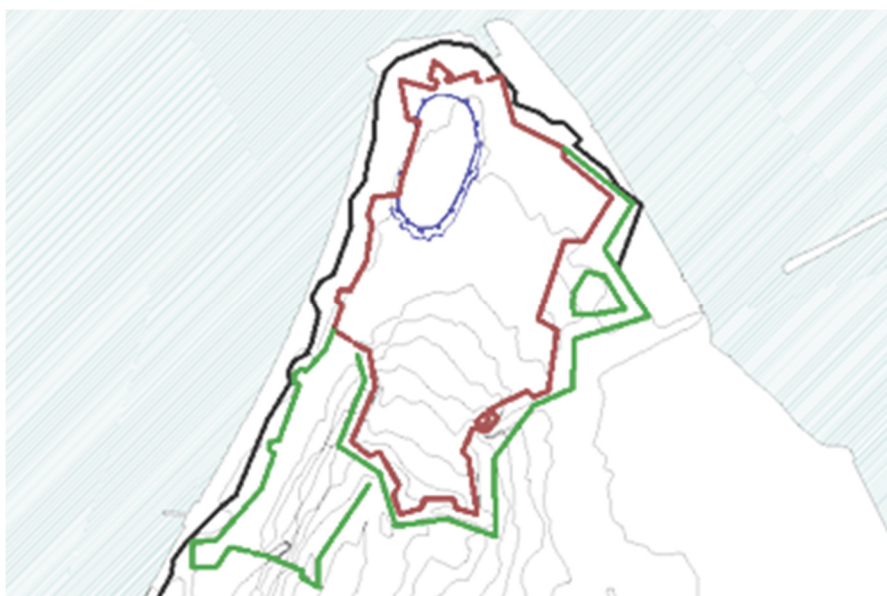


Fig. 13 – Expansão da Vila, 3ª linha de muralhas – (Autor)

1ª Muralha —————

2ª Muralha —————

3ª Muralha —————

A expansão urbana da vila ganha uma nova dimensão, onde se começa a sentir uma necessidade de coordenação entre as partes, uma vez que a ocupação do seu território se começa a estender em todos os sentidos. No

interior da nova linha de muralhas a ocupação não suporta mais construção. No entanto, a ocupação tende a continuar a estender-se para o exterior desta linha de muralha devido as condições de vida propícias ao desenvolvimento no território.

2.1.7.2 – O Crescimento da Vila Extramuros

O surgimento de uma nova realidade urbana pode dizer-se que se iniciou aquando da construção da segunda linha de muralhas e é nos finais do séc. XVIII que se dá início a reestruturação dos espaços públicos.

Com a chegada do Liberalismo a Caminha deu-se um aumento da agitação política. Este período ficou marcado por alguns episódios, como assinala (Bento, 2009, p. 12), “(...) com a prisão de alguns liberais na devassa de 1828, o desembarque do almirante inglês Napier em Março de 1834, os ecos da revolta da Maria da Fonte no Verão de 1846 e a passagem dos exércitos da Patuleia em 1846-47, dizem bem do clima que se viveu no concelho na primeira metade de oitocentos”.

O mesmo autor afirma que, o “(...) apaziguamento veio com a Regeneração, simbolizado com o curto mas emblemático mandato (1850 – 53) de José de Oliveira Torres, 2º Barão de S. Roque – o Fontes Pereira de Melo caminhense... - e a atribuição do primeiro topónimo liberal no momento da aclamação de D. Pedro V em 1855, a Rua 16 de Setembro. O poder estava agora firme nas mãos das famílias da burguesia caminhense – os Xavier, os Sousa Rego e outros – que alternariam no executivo nas décadas seguintes” (Bento, 2009, p. 12).

Nada traduz melhor a nova “Caminha em progresso e livre do espartilho das muralhas como a grande mudança toponímica de 1869, a mais ampla de sempre com 16 nomes, alguns deles tendo chegado até nós como Calçada da Escola, Rua Nova de Santo António ou Rua Barão de S. Roque (Bento, 2009, p. 12).

Foram ainda os solos e aterros resultantes do derrube dos velhos muros que permitiram depois rasgar as novas avenidas do final do século XIX – Saraiva de Carvalho, Manuel Xavier, José Luciano de Castro – quando, no estertor do rotativismo e da Monarquia, o poder municipal regressou por momentos ao seio das velhas famílias, Pitta, Avillez e Sotto Mayor. (Bento, 2009)

A evolução do espaço da vila, vai sendo marcada pelas influências diretas do campo político, tendo influência direta no desenho urbano, na sua ocupação e destruição do património existente. A ascensão da burguesia, dinamiza um grande crescimento urbano de Caminha. Devido ao poder económico desta, a construção avança sem medir consequências e este avanço consumiu parte das muralhas existentes. Como podemos ver na figura abaixo, são visíveis os primeiros pontos a serem demolidos na muralha, que se iniciou junto às zonas de entrada.

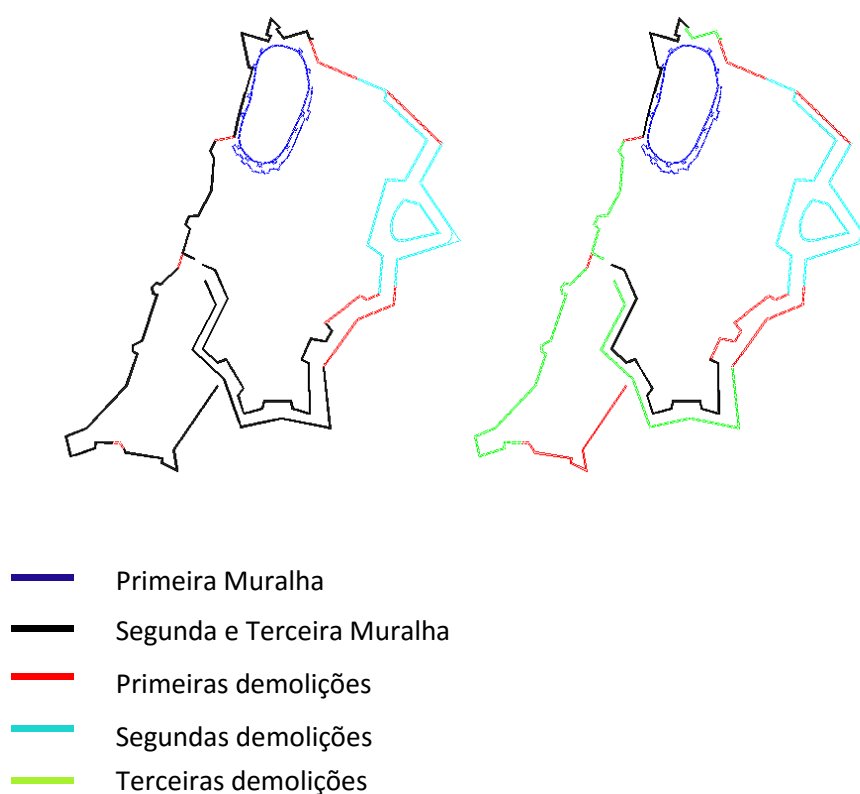


Fig. 14 – Evolução da Demolição da Muralha – (Autor)

A Torre de Piedade foi mandada destruir pela Câmara Municipal em reunião de 20 de maio de 1837 e em agosto de 1868 foi autorizada a demolição das Portas de Viana e do Cais, sendo as suas pedras aproveitadas para a construção dos Pegões da nova ponte sobre o Coura, começada a sua construção no fim do século XIX e concluída no início do século XX (Cadilha, 2008). A 13 de Fevereiro de 1870, dá-se a demolição das Portas da Corredoura e o Arco Botica na Porta Nova.

Na imagem pode ver o quão destruidor foi a passagem de certas infraestruturas e a chegada de outras, como o caso do caminho-de-ferro.

Para influenciar estas mudanças, não apenas urbanas, mas também sociais, em 14 de junho de 1872, é mandado construir o troço dos caminhos de ferro,

entre Porto e Valença. A 1 de Junho de 1878 é aberto à exploração o troço entre Barcelos e Caminha, sendo criada a linha do Minho em 1882, ligando o Porto a Valença. Daí para Espanha, a partir de finais de 1886 (Cadilha, 2008). Deu-se a abertura da rua da Estação (atual Av. Manuel Xavier), nos terrenos pertencentes à família dos Valles e dos Pittas.

Em 1857 chega à vila de Caminha a linha elétrica e dada a sua importância no campo das comunicações, surgiram também transformações económicas e sociais. Com o comércio marítimo em queda e por seu lado as melhorias verificadas no campo das vias de circulação, vai originar uma reorganização na estrutura do território.

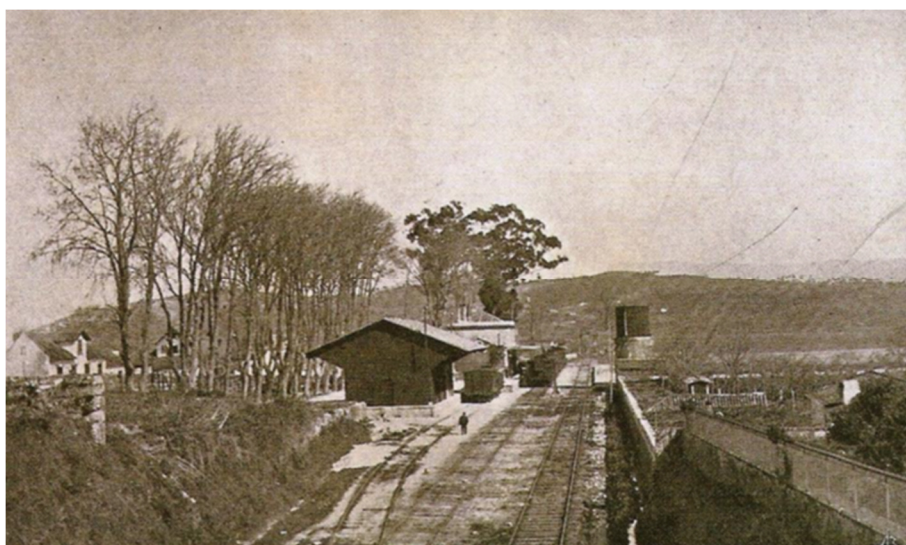


Fig. 15 - Vista da Estação de Caminho-de-ferro da Vila, 1926 – (Azevedo, 2003)

A reestruturação das vias de circulação mostra uma nova realidade e estrutura urbana, “decorrente da construção da linha dos caminhos-de-ferro, originou várias alterações que deixaram, como principal marca nos seus traçados, as ruas retilíneas e mais largas” (Cadilha, 2008, p. 60).

No século XIX, com a eliminação parcial das muralhas, com o aparecimento de várias inovações, com a criação de novas vias e reestruturação das existentes, oferecem à vila uma nova realidade de crescimento. Surgem então duas grandes transformações que vão influenciar drasticamente a vila de Caminha; o início da construção da Ponte viária sobre o Rio Coura e a Ponte de Caminho-de-ferro.

Fim do século XIX, a reestruturação urbana está em pleno crescimento, onde as alterações na paisagem são cada vez mais evidentes, com a melhoria das comunicações viárias. Todo o crescimento e a ocupação espacial ocuparam

toda a área a Sul e os terrenos ganhos ao Rio Coura, área de grande expansão, já no século XX (Rodrigues, 2011). O crescimento disperso, numa primeira fase (século XVII a XVIII) tipicamente residencial, transformando-se durante e após o século XIX e XX num crescimento concentrado, provocado pelo incremento populacional.

No entanto, não eram só as vias de comunicação que definiam o território da vila, mas também os espaços verdes, os espaços públicos e privados. Esta paisagem é marcada pelo que ainda resta da muralha, o revelim de S. João e um troço da muralha que segue para norte desse ponto, a muralha que circunda o Convento de S. Francisco e o muro que daí vai para Sul passando pelo fortim de S. Rodrigo e um revelim que estaria em contacto com o mar, hoje “emparedado” entre duas casas perto do bairro social (Cadilha, 2008), outra das partes visíveis é a área circundante à Igreja Matriz, a Poente.

2.1.8 – O tecido Urbano

As alterações no tecido urbano durante o séc. XX, tiveram como principal impulsionador a linha do caminho-de-ferro, com a sua chegada em 1886, que revolucionou todo o espaço da vila.

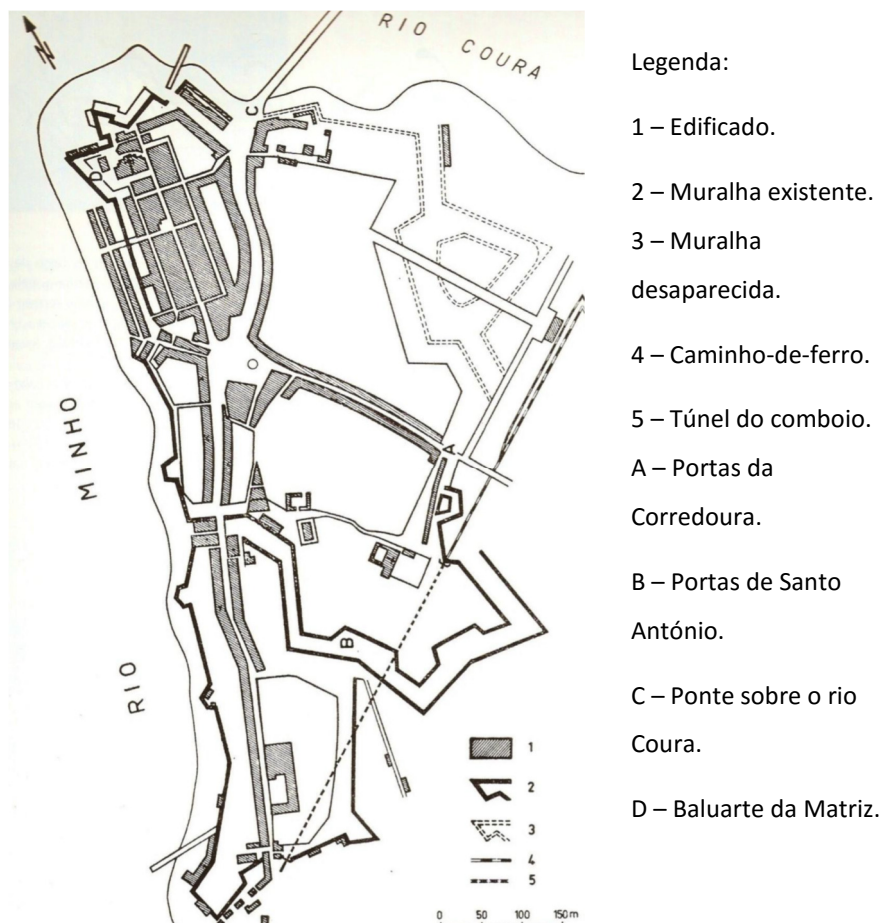


Fig. 16 - Planta de Caminha, 1886 – (Bento, 2009)

A construção da nova ponte sobre o Rio Coura veio contribuir para a melhoria das vias e da comunicabilidade da vila que no entanto e, segundo Cadilha (2008, p. 58), “com a entrada no século XX as estradas de macadame vão ligar Caminha ao resto do país interpondo alterações e uma nova organização do espaço, influenciada pela necessária articulação entre o trânsito rodoviário e ferroviário, surgindo neste contexto as avenidas e o jardim entre pontes e, mais tarde, a Avenida da Marginal.”



Fig. 17 – Vista da Avenida Entre Pontes, 1910 – (Azevedo, 2003)

Na área ganha ao rio Coura instalou-se uma zona de lazer, importante para a vida social da população, são criados outros largos e praças e que de acordo com Rodrigues (2011, p. 198) “...formalizando-se áreas amplas de circulação e dinâmicas sociais. Desta forma, “em 1937 fez-se o Largo do Hospital, onde hoje se situam os Correios” (Rodrigues, 2011), como também a revitalização do Largo Sidónio Pais (1926), conhecido por Largo da Escola, a Nascente no espaço urbano da Vila”.



Fig. 18 – Praça Conselheiro Silva Torres – (Azevedo, 2003)

A importância da Praça Conselheiro Silva Torres, como praça central manteve-se e em 1940 procede-se ao seu arranjo e melhoramentos a nível do piso na mesma altura foi reformulada a rua do Poço.



Fig. 19 – Largo da Escola – (Azevedo, 2003)

Ao nível urbano a vila de Caminha teve inúmeras melhorias até à década de cinquenta, que motivaram o seu crescimento estrutural e transformação morfológica até aos dias de hoje.

Com estas melhorias vão surgindo novos espaços, onde são instalados novos equipamentos, conforme figura acima. Após aterros sucessivos conseguiu-se arranjar um espaço, primeiro para realizar a feira semanal do gado, e mais tarde para instalar a primeira escola primária oficial da vila de caminha.

2.2 – História do Ensino na Europa e em Portugal

2.2.1 – O ensino E as escolas no Século XVIII

2.2.1.1 – Na Europa

No âmbito de contextualizar a investigação, começou-se por abordar o tema do ensino de uma forma geral na Europa e em Portugal no século XVIII, desde a sua instituição mais acentuada. Ao remeter-se a investigação para o tema do ensino, foi para enquadrar melhor o objeto de estudo.

O ensino na europa é muito anterior ao seculo XVIII, pois já existiam as universidades em algumas cidades como a Universidade de Sorbonne, em Paris, e a Universidade de Bolonha, em Bolonha. Mas ao mencionar-se o séc. XVIII como “barreira”, pode-se dizer que foi nesta data onde nos principais países europeus se começou a falar em ensino, escola e das primeiras letras como um tema à parte da igreja, que até então ensinava a ler e escrever nos mosteiros e abadias.

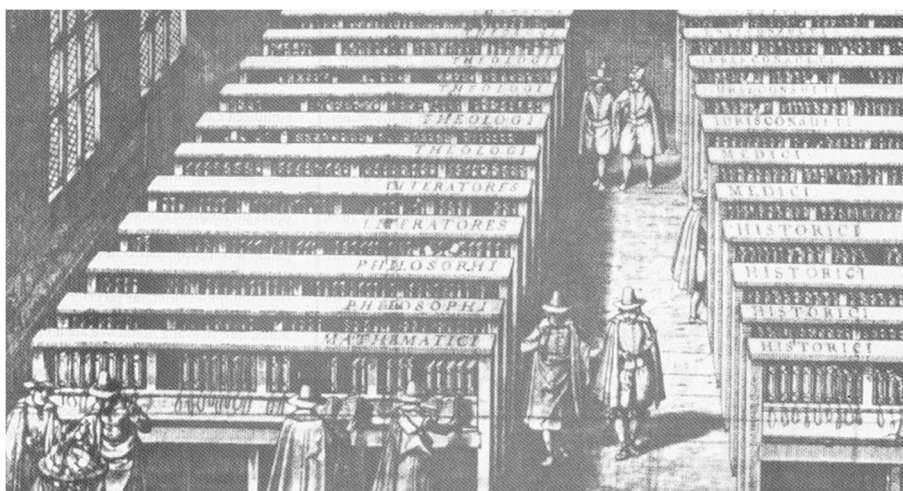


Fig. 20 – Biblioteca da Universidade de Leiden (Holanda) - (Beja, Serra, Machás, & Saldanha, 1990)

“O século XVIII é o século pedagógico por excelência. A educação ocupa a primeira plana nas preocupações dos reis, pensadores e políticos.” (Luzuriaga, 1983, p. 149) Filosoficamente é o século das luzes, da ilustração. Politicamente, é numa primeira parte a época do absolutismo, e numa segunda parte, época da Revolução Francesa, com o acesso do povo ao poder e da difusão do regime parlamentar, começado em Inglaterra.

Pedagogicamente é o século da instrução sensorialista e racionalista, do naturalismo e do idealismo na educação, assim como da educação individual e da educação nacional. Segundo Tenenti (2003) observa-se que através das reformas efetuadas ao longo do séc. XVIII, não se atingiram os níveis de

alfabetização ou escolarização esperados. A bíblia seguia sendo o principal livro de texto e a cultura oral cobria a maior parte das necessidades.

De acordo com Tenenti (2003), o panorama oferecido pela educação nos países europeus mostra que a educação continuava a ser um fenómeno ligado à elite. O trabalho era uma constante na vida das crianças. O ensino era ministrado por grupos de sacerdotes e era baseado em esquemas consolidados na educação clerical. Só nos finais do séc. XVIII foram criadas as verdadeiras escolas.

Na Prússia, foi Federico Guilherme quem iniciou em 1713 a reforma do ensino e decretou, em 1717 que a escola fosse obrigatória dos 5 aos 12 anos, em todos os lugares que existissem escolas. Este mesmo Rei criou uma medida de grande importância administrativa, “Princípios reguladores ou plano geral de escolas, de 1736” (Luzuriaga, 1983, p. 152), onde a vida das escolas era organizada segundo os princípios estatais, e mantidas entretanto pelas paróquias.

Na Áustria, segundo Tenenti (2003), Ignaz Felbinger, promoveu um sistema escolar do tipo moderno. Na Itália, concentraram-se as energias nas universidades e em algumas escolas para as elites, em prejuízo da educação popular. Em Espanha, a alfabetização passou de 46% para 92%, entre o séc. XVI e finais do séc. XVIII, nos homens e nas mulheres de subiu de 4% para 14%. Em França, a educação pública começa neste século, pois até então estava em mãos das congregações religiosas. Este progresso foi mais acentuado na primeira metade do séc. XVIII. De acordo com o mesmo autor, foi, devido às “ (...) *petit écoles*, tanto municipales como del clero, el numero de los que estaban en possession de los rudimentos de la lectura y la escritura se dobló en Francia entre 1686 y 1790” (Tenenti, 2003, p. 337).

Em Inglaterra, não se chegou a realizar um projeto de escola pública apoiada pelo estado, embora praticamente todos os membros da classe média sabiam ler e escrever (Tenenti, 2003). Contudo entre os estratos superiores e a classe trabalhadora criou-se uma rutura bastante clara. Segundo o autor, também na Suécia, no séc. XVIII, a alfabetização da população era baseada nas práticas pastorais, uma vez que a influência da ilustração ficou à margem da sociedade, mas também por culpa da nobreza que se opôs à introdução de reformas pedagógicas.

2.2.1.2 – Portugal

Segundo Carvalho (1986), pouco se sabe acerca da existência de escolas no futuro território português até ao século XI, sendo que as únicas referências são a Sé de Braga e a Sé de Coimbra que detinham o conceito de escola. No início do século XII encontra-se referência a duas escolas, uma junto da Sé do Porto e outra no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Demonstra-se que também em Portugal, o ensino teve a iniciativa da igreja.



Fig. 21 – Sé de Coimbra - (Beja, Serra, Machás, & Saldanha, 1990)

Ao longo do Séc. XIV e seguintes, o ensino continuou a ser ministrado por educadores religiosos, com destaque para os jesuítas, só eles possuíam umas quatro dezenas de colégios. É, pois, a partir do séc. XVI que se inicia uma nova fase de escolarização, com a implementação de instituições destinadas ao ensino de crianças e jovens, delimitadas por idade, grupo e espaço e onde surgem os primeiros esboços face a preocupações pedagógicas.

Mendonça salienta a preocupação de alguns pedagogos, como João de Barros, com o ensino das primeiras letras (2006). Em 1636, João Amós Coménio, declara que todos deveriam de frequentar uma escola, todos por igual, não só as elites. Em 1736, Martinho de Mendonça demonstrou a sua preocupação com o ensino, “ (...) considerando que esta deveria ocorrer em espaços lúdicos propícios à motivação das crianças (...)” (Mendonça, 2006, p. 55).

A partir do Séc. XVIII e as novas influências trouxeram um aumento das exigências ao nível cultural e do ensino, diminuindo a influência da igreja neste domínio. O ensino passou a aliar-se ao estado e a propagação dos

ideais educativos e fez com que as populações passassem a atribuir um valor relevante à educação.

É com o governo de Sebastião José Carvalho e Melo que se dá a grande reviravolta no ensino em Portugal. Através da sentença da Junta da Inconfidência de 12 de janeiro de 1759 e do alvará de 28 de junho de 1759 (Gomes, 1982), o Marquês de Pombal conseguiu expulsar os Jesuítas, que estes fossem privados da faculdade de exercerem o ensino, de serem consideradas extintas todas as classes e escolas que lhes haviam estado confiadas e ordenou no reino uma geral reforma no ensino.

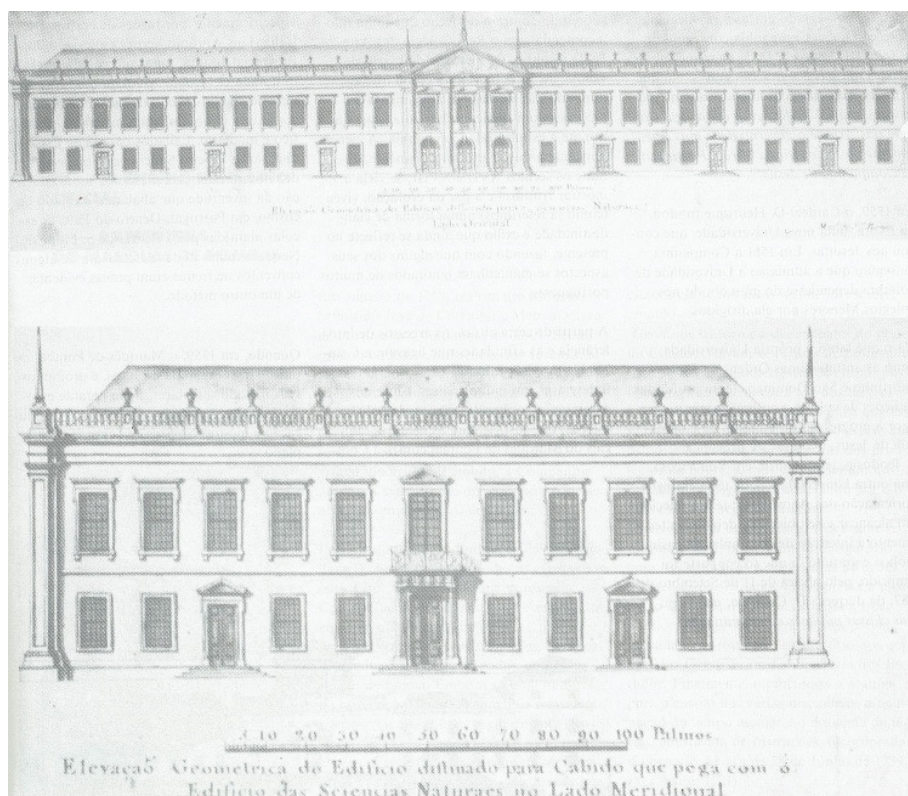


Fig. 22 – Colégio de Jesus – Desenhos da Reforma Pombalina - (Beja, Serra, Machás, & Saldanha, 1990)

De acordo com Gomes (1982, p. 30), “O ano de 1772 não é apenas o ano da «nova fundação» da Universidade de Coimbra, mas é também o ano da «criação» do ensino primário oficial, pela Carta de Lei de 6 de novembro.” Pela primeira vez na nossa história planeou-se uma rede de escolas primárias públicas que, de certa maneira, faria a cobertura das principais povoações do País.

Note-se como é evidente, muito antes do Marquês de Pombal, já se ensinavam no nosso país as primeiras letras. Estava, porém, muito arreigada a ideia de que a obrigação de ensinar competia à família e à igreja, e só

supletivamente ao estado. Até ao séc. XVIII, não é fácil distinguir a ação da igreja e a ação do estado no que diz respeito ao ensino.

Para dar execução aos seus propósitos de espalhar instrução para todos, mandou o Marquês de Pombal elaborar um plano e cálculo geral e particular de todas e cada uma das câmaras e do número de habitantes delas que podem gozar do benefício das escolas menores.

(...) informa-nos que a carta de Lei de 6 de novembro de 1772, no que concerne ao ensino secundário, criou lugares para 358 professores (...) e, no que concerne ao ensino primário, criou lugares para 479 mestres de ler, escrever e contar, assim distribuídos: (...) 20 na de Viana e 6 na de Valença; (...) (Gomes, 1982, p. 33).

Logo que se divulgou a notícia que haviam sido criadas um grande número de escolas, começaram a chegar ao Paço, requerimentos de câmaras e pessoas principais de algumas vilas e lugares, pedindo a criação de mais escolas, o que foi feito no alvará de 11 de novembro de 1773, (Gomes, 1982).

Convém, antes de mais, notar que algumas destas escolas já existiam, antes da Carta de Lei de 6 de novembro de 1772, sendo apenas «novamente fundadas». Foi a partir daqui que ao longo do século XIX, com avanços e recuos se foi constituindo uma rede cada vez mais densa de escolas, que só viria a acolher a totalidade dos alunos do grupo etário dos 6 aos 10 anos na década de 70 do século XX, ou seja dois séculos depois.

Para Mendonça (2006) só com a carta constitucional de 1826 surgiu o conceito de obrigatoriedade escolar, mas só em 1835 através do decreto de 7 de setembro ficou estipulado que o ensino primário deveria de ser gratuito para todos os cidadãos, sendo da competência das câmaras municipais e das paróquias o cumprimento da frequência escolar.

Verificou-se então que a frequência escolar não foi como se esperava e, deste modo, em 1842, o governo de D. Maria II determinou a entrada em vigor da Carta Constitucional de 1826, e em 1843 se enfatizou a implementação da obrigatoriedade escolar.

Em 1868, na data da publicação do Censo nº 1 de janeiro de 1864, ou seja, vinte anos depois da entrada em vigor das Leis Cabralinas, a percentagem de crianças com idades entre os 6 e os 15 anos que frequentavam as escolas elementares era de 17,7% de rapazes e de 5,4% de raparigas, perfazendo uma taxa conjunta de 11.7%. A quantidade de escolas por cada 1000km² situa-se nas 27, sendo o distrito com mais escolas o Porto (116) e o distrito com menos o de Beja (7), o distrito de Viana do Castelo tinha 34 escolas por cada 1000 km² (Estatística de Portugal, 1868, p. XII).

Segundo Mendonça (2006), em 1870, numa população de 4.2 milhões de habitantes, existiam apenas 2300 escolas oficiais e que 600 000 crianças em idade escolar não a frequentavam. Como forma de assimilar a totalidade da população infantil previa-se uma rede escolar com, pelo menos, uma escola primária para cada sexo em todas as freguesias do continente e ilhas.

Destaca-se no ano de 1870, a criação do Ministério da Instrução e assiste-se nesta altura à reforma que foi desde a instrução primária até ao ensino superior, confirmando-se a edificação do sistema educativo e da escola pública. Com a reforma de 1878 retomaram-se as ideias anteriores, descentralizando o sistema educativo, promoveu-se o aumento de escolas primárias. No início do Séc. XX havia em Portugal 4 665 escola primárias oficiais, com 176 649 alunos matriculados.

PARTE III - Fundamentação Teórica

3.1 – Graus de Intervenção

Os diversos graus de intervenção são relevantes para se proceder a uma intervenção na escola Central Padre Pinheiro enquanto bem patrimonial, e para se dar respostas devidamente fundamentadas para o projeto. Os conceitos a adotar para o tipo de intervenção têm na sua base os apresentados pelo *International Council on Monuments and Sites (ICOMOS)*. O principal objetivo é que a intervenção evite ações intrusivas através de um conjunto de operações adequadas.

A carta de Cracóvia (2000) define, níveis de participação distintos dependendo do objeto e abordagens de conservação com diferentes tipos de intervenção. No património, os tipos de intervenção dependem da seleção, decisão e responsabilidade associada aos graus de intervenção no Património.

Os graus de intervenção são importantes e dependem do nível de impacto que o arquiteto quer ter no edifício que se propõe intervir. De acordo com Orbasli (2008) pode até reunir uma combinação de graus de intervenção numa só obra. O grau de intervenção pode integrar; manutenção, preservação, restauro, reconstrução, adaptação.

A reabilitação é um dos graus de intervenção e uma das melhores formas de preservar um edifício é mantê-lo em uso, o que em francês é mais denominado como “mise en valeur”. Em geral, a reabilitação procura manter a função original, que é a ação mais adequada para a conservação de uma estrutura, pois implica menos alterações de projeto.

O grau de intervenção (reabilitação) aplicado a um monumento, pressupõe a preservação da memória do local, com óbvia manutenção do seu contexto histórico e social. Dado este pressuposto, torna-se necessária a aplicação de corretas metodologias de intervenção de modo a que se possa permitir uma futura fruição do edifício original, reabilitado por processos adequados e respeitadores.

Feilden e Jokilehto mencionam que reabilitação “ (...) é 'utilizar o mais próximo possível, a função original, de modo a se assegurar um mínimo de intervenção e uma perda mínima de valores culturais’ (1998, p. 90). No entanto, deve significar uma adaptação à estrutura de instalações, como sistemas de aquecimento, instalações sanitárias, etc. e são estes graus de intervenção que irão garantir métodos de análise racionais e métodos de conservação adequados ao contexto cultural.

De acordo com Petzet, "intervenções modernas realizadas em tecido urbano original, devem ser o mais limitado possível" (2004, p. 19). Hoje em dia, para evitar a degradação devido à falta de uso, é fundamental abrir a reabilitação a outros usos, respeitando os espaços originais e a estrutura.

Outro grau de intervenção que é considerado em sentido lato, sinónimo de reabilitação é a recuperação e que segundo Varas a recuperação, é a revalorização de um bem cultural, que se encontra temporariamente privado da sua funcionalidade, quer devido a degradação ou abandono, aceitando-se que seja "reutilizado" (González-Varas, 2005).

Quando se fala em graus de intervenção fala-se também em revitalização, Feilden e Jokilehto referem que "revitalização deve ser um equilíbrio apropriado entre conservação e desenvolvimento" (1998). Ao usar-se o grau de intervenção para revitalizar, está a tornar-se apto um edifício que estava "adormecido", a desencadear ações que garantam a sua vitalidade.

A conservação é outro grau de intervenção e Earl define conservação "(...) como todas as ações desenvolvidas com o objetivo de salvaguardar para o futuro, a propriedade cultural (...)" (2003, p. 191). Este é corroborado por Feilden que afirma que a conservação é a ação realizada para prevenir a deterioração e a gestão dinâmica da mudança, abrangendo todos os atos que prolongam a vida do património cultural e natural (2004, p.3).

Outro grau de intervenção é o restauro e de acordo com a carta de Cracóvia, o restauro "é uma intervenção dirigida sobre um bem patrimonial, cujo objetivo é a conservação, da sua autenticidade e a sua posterior apropriação pela comunidade" (2000, p. 6). Warren, (1999) defende que restauro é parte integrante da conservação, uma vez que é considerado a continuação do tratamento de conservação, quando esta última já não for suficiente.

São estes graus de intervenção que irão garantir métodos de análise racionais e métodos de conservação adequados ao contexto cultural. Usar os edifícios para outras funções é muitas vezes a única maneira dos valores históricos e estéticos serem salvos e os edifícios históricos serem incorporados em padrões contemporâneos.

3.2 – Cartas, Convenções e Recomendações Internacionais

Os primeiros registos de normas para a proteção do património foram encontrados na antiguidade, mais propriamente na época romana (Lopes & Correia, 2014).

Mas é a partir do Renascimento, que começa a surgir um maior interesse pela proteção do património e é “ (...) de salientar a bula do Papa Martinho V Etsi in cunctarum orbis de 30 de março de 1425, (...) (Lopes & Correia, 2014, p. 13) cuja responsabilidade era reparar ruas, pontes, muros e em certo ponto também edifícios.

Com a Revolução Francesa (1789-95) consolidaram-se uma série de princípios e políticas de salvaguarda do património. O património passou a ser classificado e protegido por organismos oficiais responsáveis pelo património (Lopes & Correia, 2014). Após a revolução os estados criaram organismos responsáveis pela proteção do seu património arquitetónico.

Com base na experiência prática destes restauros, começam a definir-se as várias correntes teóricas de intervenção em monumentos, desde Viollet-le-Duc, Ruskin, Boito, Beltrami e Riegl, cujos princípios influenciaram o conteúdo das normas internacionais adotadas a partir de 1930.

Procurou-se enquadrar a investigação com base em algumas dessas cartas e recomendações, nomeadamente a Carta de Veneza de 1964, a Carta Europeia do Património Arquitetónico, Amesterdão de 1975, a Recomendação Sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea, Nairobi de 1976 e a Carta de Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído, Cracóvia de 2000.

3.2.1 – Carta Veneza de 1964

As Cartas, Convenções e Recomendações produzidas desde 1931 mostram a evolução da perceção em relação ao Património Arquitetónico e Arqueológico. Neste sentido passa-se a enumerar os principais conceitos veiculados pelas diferentes cartas, recomendações e convenções dos organismos internacionais sobre a salvaguarda do património arquitetónico e arqueológico que estarão na base desta investigação.

A Carta de Veneza é umas das normativas internacionais sobre princípios para a conservação e restauração do património histórico. A conferência de 1964 aprofundou os temas abordados na Carta de Atenas de 1931 dotando-os de um alcance maior. Este documento alarga a noção de monumento até

ao “sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Entende-se não só às grandes criações mas também às obras mais modestas” (Conceil International des Monuments et des Sites, [ICOMOS], 1964, p. 1).

Este documento menciona também que, na conservação e restauro de monumentos, devem ser usadas todas as ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e proteção do património. Refere ainda que as intervenções não devem alterar a essência do monumento, pelo que este não deve ser retirado do seu “meio” nem tão pouco despojado de alguma das suas partes.

Conclui-se que a Carta manifesta preocupação com o objeto arquitetónico, mas também com o seu meio envolvente, encarada essa envolvente como parte integrante do monumento. Salaria que toda a intervenção deve ter por base documentação de todo o processo e de um estudo do monumento que facilite eventuais intervenções futuras.

3.2.2 – Carta Europeia do Património Arquitetónico; Amesterdão 1975

Esta carta reconhece o património arquitetónico como “expressão insubstituível da riqueza e da diversidade de cultura europeia, é herança comum de todos os povos” e que este património “é formado não apenas pelos nossos monumentos mais importantes, mas também pelos conjuntos que constituem as nossas cidades antigas e as nossas aldeias com tradições no seu ambiente natural ou construído” (Conceil International des Monuments et des Sites, [ICOMOS], 1975, p. 2). Durante muito tempo só se protegeram e restauraram os monumentos mais importantes, sem ter em conta o seu enquadramento, e de acordo com esta carta, os conjuntos mesmo “sem edifícios excecionais podem oferecer uma qualidade de atmosferas que faz delas obras de arte diversificadas e articuladas” (Conceil International des Monuments et des Sites, [ICOMOS], 1975).

O património arquitetónico tem um valor educativo determinante e oferece um manancial de explicações do sentido das formas e uma fonte de exemplos das suas utilizações, adquirindo de novo uma importância decisiva na formação dos homens. Importa conservar vivos os testemunhos de todas as épocas e de todas as experiências.

A carta define que a conservação integrada afasta as ameaças e que esta é o resultado da ação conjugada de técnicas e da procura das funções apropriadas. A conservação integrada deve ter em consideração o quadro

existente e respeitar as proporções, a forma bem como os materiais tradicionais.

Em suma, esta carta determina que se deve de preservar não só os edifícios importantes, como os conjuntos mais simples das cidades e aldeias, assim como o seu testemunho de todas as épocas, como as formas e os materiais tradicionais.

3.2.3 – Recomendação Sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea; Nairobi 1976

A recomendação de Nairobi vem assegurar que os planos de salvaguarda devem promover a revitalização dos conjuntos históricos, mantendo o comércio e as atividades tradicionais e desenvolvendo atividades culturais apropriadas. Estes conjuntos têm constituído, através dos tempos, os testemunhos mais tangíveis da riqueza e da diversidade das criações culturais, religiosas e sociais da Humanidade, pelo que a sua salvaguarda e integração na vida da sociedade contemporânea constitui um elemento fundamental a preservar.

Dentro deste espírito da recomendação deverão, e de acordo com o ponto número 4 dos princípios gerais, “ser ativamente protegidos contra todo o tipo de deteriorações, especialmente as decorrentes de usos impróprios, ampliações inconvenientes e transformações abusivas ou desprovidas de sensibilidade, que prejudiquem a sua autenticidade” (UNESCO, Nairobi (Quénia) 1976, Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea, 1976).

A referida recomendação dita que os arquitetos deverão procurar os principais ângulos de visão dos conjuntos históricos para que não sejam destruídos e que esses mesmos conjuntos integrem harmoniosamente a vida contemporânea. Outra das premissas vinculadas na referida recomendação prende-se com os usos a dar às edificações, que “terão que adaptar-se às necessidades sociais, culturais e económicas dos habitantes, sem desvirtuar o carácter específico do conjunto histórico.” (UNESCO, Nairobi (Quénia) 1976, Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea, 1976)

Conclui-se que esta recomendação relaciona a salvaguarda dos conjuntos históricos com a dinâmica social, cultural e económica. Atendendo sempre à forma como se intervém nos espaços pela via dos usos, desenvolvendo as atividades culturais.

3.2.4 – Carta de Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído; Cracóvia 2000

Esta carta vem sublinhar a diversidade cultural que constitui a Europa atual, alertando para a diferença de valores culturais que originam conflitos de interesse, requerendo uma maior atenção por parte de todos os responsáveis pela salvaguarda do património, face aos problemas e decisões a serem tomadas na prossecução dos objetivos. Responsabiliza cada comunidade pela gestão dos bens culturais que constituem a sua identidade. Aponta para uma correta preservação do património, que os instrumentos e os métodos devem adaptar-se a situações concretas que sejam evolutivas, sujeitas a um processo de contínua mudança.

Como objetivos e métodos estão o crescente alargamento do conceito de património e desdobrando-se em diferentes tipos de intervenção que diferem com o tipo de património em causa. A integridade e autenticidade dos monumentos e edifícios com valor histórico são para manter, para isso requer um projeto de restauro apropriado que defina métodos e objetivos. Em muitos casos e segundo a carta de Cracóvia requer-se ainda um uso apropriado para os monumentos e edifícios com valor histórico (UNESCO, 2000).

A carta defende a ligação das técnicas de conservação à investigação pluridisciplinar sobre tecnologias e materiais usados na construção (modernos ou tradicionais) em todos os tipos de património e respetivas intervenções. No fundo, a Carta de Cracóvia tenta essencialmente minimizar e atualizar práticas ultrapassadas, assimilando mais de meio século de Normas, Cartas e Convenções Internacionais produzidas no âmbito deste tema.

De referir-se também a Declaração sobre a Conservação do Entorno Edificado, Sítios e Áreas do Património Cultural, adotada em Xi'na (China), em 21 de Outubro de 2005, onde destaca “o entorno de uma edificação, um sítio ou uma área de património cultural se define como o meio característico seja de natureza reduzida ou extensa, que forma parte de – ou contribui para – seu significado e caráter peculiar” (Conceil International des Monuments et des Sites, [ICOMOS], 2005, p. 2). Ou seja, segundo a declaração de Xi'na, o entorno supõe uma interação com o ambiente natural: práticas sociais ou espirituais passadas ou presentes, costumes, conhecimentos tradicionais, usos ou atividades, e outros aspetos do património cultural intangível que criaram e formaram o espaço, assim como o contexto atual e dinâmico de natureza cultural, social e económica.

De concluir que a Carta de Cracóvia reflete toda a complexidade a que se assistiu na teoria e na prática do restauro, tenta essencialmente minimizar e atualizar práticas obsoletas, digerindo mais de meio século de Normas, Cartas e Convenções Internacionais produzidas no âmbito deste Tema.

Do estudo das Cartas acima indicadas verifica-se que não existe uma só regra para todo e qualquer tipo de intervenção. Deve-se avaliar cada caso isoladamente e adequar cada caso de forma a não descaracterizar a identidade do sítio. Nas questões relacionadas com a preservação do património, compreende-se uma preocupação com o objeto arquitetónico, mas também com o seu meio envolvente encarando essa envolvente como parte integrante do monumento. Determina que se deve de preservar não só os edifícios importantes, como os conjuntos mais simples das cidades e aldeias, assim como o seu testemunho de todas as épocas. Apela-se ainda à manutenção dos monumentos e à sua adaptação a funções úteis à sociedade, sem que para esse meio seja admissível qualquer alteração substancial do elemento original.

3.3 – Normas Nacionais de Proteção do Património

As Normas Nacionais de proteção do património em Portugal e de acordo com Lopes (2012), encontram-se nomeadamente na antiguidade clássica, tendo como exemplo o alvará de 20 de agosto de 1721, onde D. João V determina que se inventarie e conserve os monumentos antigos que expressam o nosso passado.

No século XIX, inseridos em correntes de opinião europeias, vários intelectuais, onde se destaca Alexandre Herculano (1810-1877), entre outros, tentam sensibilizar os poderes públicos para a importância da conservação dos monumentos antigos. Segundo Lopes só em 30 de dezembro de 1880 foi aprovada a lista de edifícios monumentais do reino (2012).

Seguiram-se novas leis a propor as medidas de preservação do património monumental, nomeadamente “ (...) classificação de monumentos nacionais (...)” bem como “ (...) apreciar os projetos de conservação, reparação e restauração” (Lopes F. , 2012, p. 21). Encontra-se alguns princípios que permanecerão durante todo o século XX, como os critérios de classificação assentes em valores históricos, arqueológicos e artísticos, a sobreposição do interesse público ao privado entre outros.

O decreto nº 16.791, de 25 de abril, cria em 1929 a Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). Caberá a esta direção geral conservar, restaurar, delimitar propostas de zonas de proteção de monumentos nacionais e imóveis de interesse público. Com o Decreto nº 31.095, de 31 de dezembro de 1940 estabelece-se a nova orgânica administrativa do país que se divide em concelhos estes por sua vez em freguesias e se agrupam em distritos e províncias e onde se procura o apoio das câmaras municipais para as tarefas de preservação e defesa dos monumentos e da paisagem (Lopes F. , 2012).

Com o decreto-Lei nº 59/80 de 3 de abril cria-se o Instituto Português do Património Cultural (IPPC), cujas principais competências são a classificação, inventariação, conservação, proteção e salvaguarda dos bens que pelo valor histórico, artístico e documental constituam elementos do património cultural do país e definir diretrizes para a conservação desse mesmo património.

A primeira lei de bases do património cultural português a Lei nº 13/85 de 6 de julho, apoiou-se na normativa nacional sobre o património cultural e absorveu as filosofias e os conceitos sobre o património arquitetónico difundidos pelo Conselho da Europa. As dificuldades decorrentes da

aplicação da lei nº 13/85, bem como as novas correntes de pensamento relacionadas com a salvaguarda do património arquitetónico expressas nas convenções internacionais conduziram à aprovação da atual lei nº 107/2001, de 8 de setembro.

Nesta nova lei “(...) integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização”, Artigo 2 nº 1 da (Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro, Diário da República, 2001) Segundo a lei acima referida a proteção do património arquitetónico e arqueológico assenta na classificação e na inventariação.

Classificação é o ato final do procedimento administrativo mediante o qual se determina se um bem tem um valor cultural inestimável. Inventariação é o levantamento sistemático, atualizado e exaustivo dos bens culturais. Os bens culturais podem apresentar interesse nacional, público ou municipal, sendo que se considera um bem de interesse municipal, “ (...) cuja proteção e valorização, no todo ou em parte, representam um valor cultural de significado predominante para um determinado município.” (Lopes F. , 2012, p. 66)

A lei de base do património cultural prevê a intervenção no âmbito espacial do contexto dos bens culturais com o objetivo de garantir a continuidade da proteção exigida pela classificação e realiza-se de acordo com os seguintes princípios: assegurar a sua conservação física, potenciar a sua utilização e valorização nas melhores condições, preservar a relação informativa e interpretativa que estabelecem com o local de implantação e assegurar e valorizar o seu enquadramento arquitetónico, paisagístico e a integração urbana.

PARTE IV – Caso de Estudo

4.1 – Inventário de Edifícios Escolares Devolutos na Vila de Caminha

4.1.1 - As Primeiras Escolas Primárias

A consolidação da escola trouxe para a ordem do dia o problema da organização escolar, entre eles, o da configuração do espaço e de acordo com Silva:

Até meados do século XIX pode dizer-se que a escola foi a própria casa do mestre. Na verdade, no ano letivo de 1863-1864, aquando da inspeção extraordinária realizada às escolas primárias, metade dos professores do ensino público dava aulas na sua habitação (2005, p. 292).

Só após as intervenções de alguns pedagogos é que a organização escolar dá os primeiros passos, onde se destaca António Feliciano de Castilho (1800-1875), onde em 1852 “exprime a intensão de fundar escolas “muito belas” (Silva C. M., 2005, p. 294). Mas é em 1854 que este se detém com maior detalhe sobre a temática do edifício escolar, porque reconhece que a maioria das escolas tem lugar na casa dos professores. Segundo Castilho (1854, citado por Silva, 2005, p. 295):

Cada escola deveria ser, quanto possível, espaçosa, clara, arejada, mobilada, e abastecida de tudo o necessário; tendo cómodos para a residência do mestre, e um terreiro ou pátio com suas sombras verdes para esparecimento dos alunos, e, nos dias formosos, até para ali se darem lições.

A partir de 1860, a centralidade da escola assume preponderância: facilidade de acesso e visibilidade determinam esse imperativo. De acordo com Nogueira (1856, citado por Silva, 2005, p. 296), o edifício escolar, “(...) assume-se a par de outros equipamentos cívicos, (...) na definição do ‘novo’ município:

Na cabeça do concelho edifica [o município], em local vasto e bem situado, o seu paço com vastidão precisa para alojar a câmara e administração, o tribunal de justiça, a cadeia, o quartel, a misericórdia, a escola, a biblioteca, o museu, o arquivo, a imprensa, a oficina, o trem, o correio, a posta, o mercado, o banco, a hospedaria, o clube, o teatro e o ginásio.

Verifica-se a necessidade de novos locais e espaços para o ensino, a partir de 1860 e de acordo com Ghira (1864, citado por Silva, 2005, p. 296): “Se a casa

da escola não estiver em condições convenientes, se os alunos estiverem constrangidos, apertados e metidos numa atmosfera viciada, não pode haver gosto pelo estudo, nem disciplina, nem saúde”.

Nessa perspetiva desenvolve uma serie de contactos junto das autoridades administrativas, câmaras municipais, juntas da paróquia entre outros, alertando para a vantagem de construir espaços adequados ao ensino. Segundo Silva (2005) Mariano Ghira divulga quatro projetos de edifícios escolares desenhados pelo arquiteto Valentim José Correia, onde dois se destinavam a escolas de cidade e os outros dois a escolas de freguesias rurais.

Revelam-se pormenores curiosos no conjunto dos projetos, desde logo no que concerne à dicotomia escola/habitação, a concessão de idêntico espaço para ambas funções. Outro ponto claro na dialética cidade/campo, é o prospeto do edifício da escola da cidade contrasta com a singeleza do destinado às freguesias. As principais características a ter em conta em cada edifício segundo Ghira (1864, citado por Silva, 2005, p. 297), “(...) eram a implantação num local central, sem dificuldades de acesso e bem ventilado.” Além de estarem o mais possível afastadas dos lugares onde haja ruído ou outro objeto de distração, para não perturbar os exercícios escolares, ou desviar a atenção dos alunos.

Os projetos apresentados constituem a primeira tentativa de edificar em Portugal edifícios escolares racionalmente concebidos e o primeiro esboço de regulamentação a observar na construção de escolas

4.1.2 – A escola da Cidade e a Escola Rural

4.1.2.1 - A escola da Cidade

O significativo destes projetos, verifica-se na dicotomia cidade/campo, como se constata no modelo de escola da cidade, onde nas zonas adjacentes às entradas da escola e residência do professor, contemplam um terreno arborizado, uma sublime presença da natureza. Ao contrário, o modelo de escola rural denota uma harmoniosa integração no ambiente natural.



Fig. 23 – I - Modelo de Escola da Cidade – (Ghira, 1864)

De acordo com Ghira (1864) a escola deve estar num local privilegiado, salubre e deve de ser bem ventilada. Quanto ao espaço, a sala deve ter de “altura 3.30m a 4.00m e a área do pavimento deveria de ser calculada na razão de 1.00m² por cada aluno que se supõe frequentar” (Ghira, 1864, p. 165).

Conforme pode ver-se na planta (1), a distribuição de um edifício destinado a escola e residência do professor.

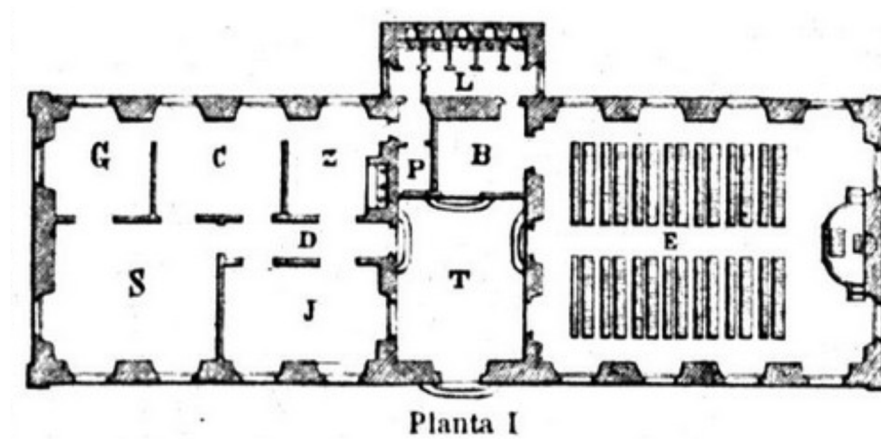


Fig. 24 – Planta da Escola da Cidade – (Ghira, 1864)

T – Vestíbulo

B – Pequeno quarto para guardar capas e bonés, etc.

L – Latrinas

E – Escola com as bancadas para os alunos, na frente o estrado e cadeira do professor

A casa do professor compõe-se de cinco divisões;

S – Sala

Z – Cozinha

G, C, J – Quartos

A nível construtivo, o mesmo autor descreve-nos alguns detalhes dos sistemas e técnicas aplicadas em cada caso:

Note-se que o soalho não assenta imediatamente sobre o terreno, mas tem uma certa elevação sobre este, para o preservar da humidade. Na parte inferior do edifício ha umas aberturas, ou ventiladores, por onde entra o ar exterior, desalojando o ar viciado

que sae pelos tubos de ventilação collocados na parte superior da casa (Ghira, 1864, p. 165).

Deste modo, a permanente passagem de ar ia renovando a atmosfera, deixando de se sentir um ar pesado e irrespirável. Este modelo de escola variava em dois tipos, uma mais luxuosa e maior, e outra que ostentava menos luxo, porém mais económica aos cofres do estado.

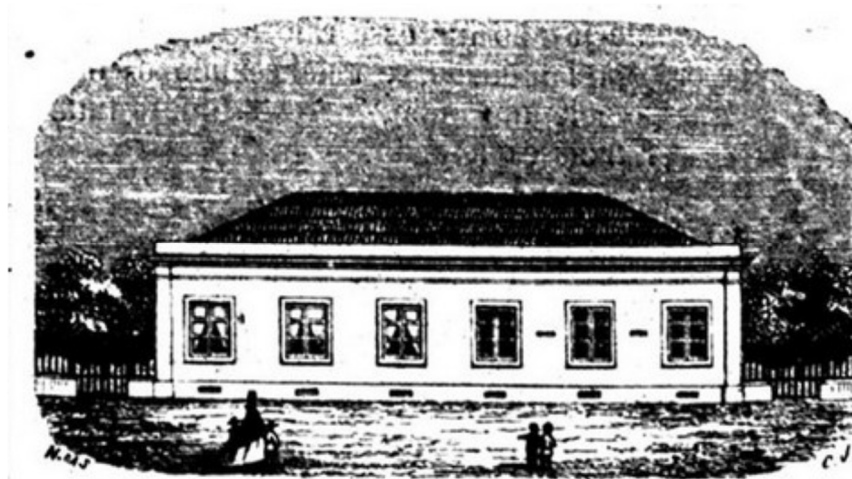


Fig. 25 – II – Modelo de Escola da Cidade – (Ghira, 1864)

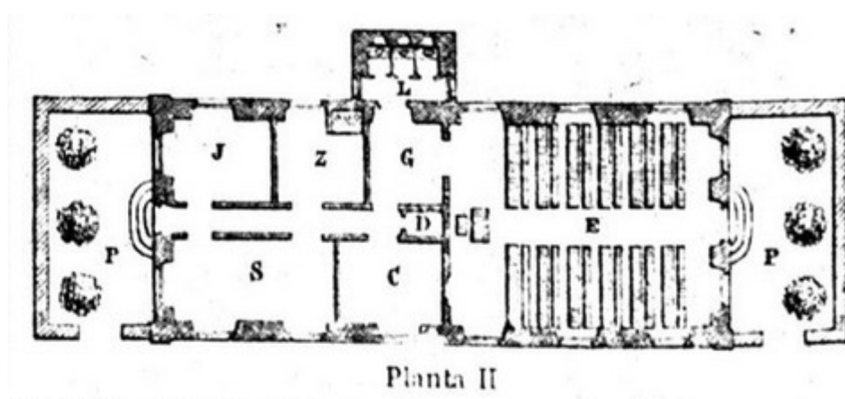


Fig. 26 – Planta da Escola da Cidade – II – (Ghira, 1864)

4.1.2.2 – A escola Rural

As escolas rurais, eram edifícios mais modestos, mais pequenos, mais singelos, mas melhor enquadrados no ambiente natural. Estes edifícios a nível construtivo eram muito idênticos às escolas da cidade, só que com dimensões mais reduzidas. Apresentou-se também dois projetos diferentes, e segundo (Ghira, 1864, p. 207) um a aparentar mais luxo e um outro “(...) porém mais simples e menos dispendioso que o anterior.”

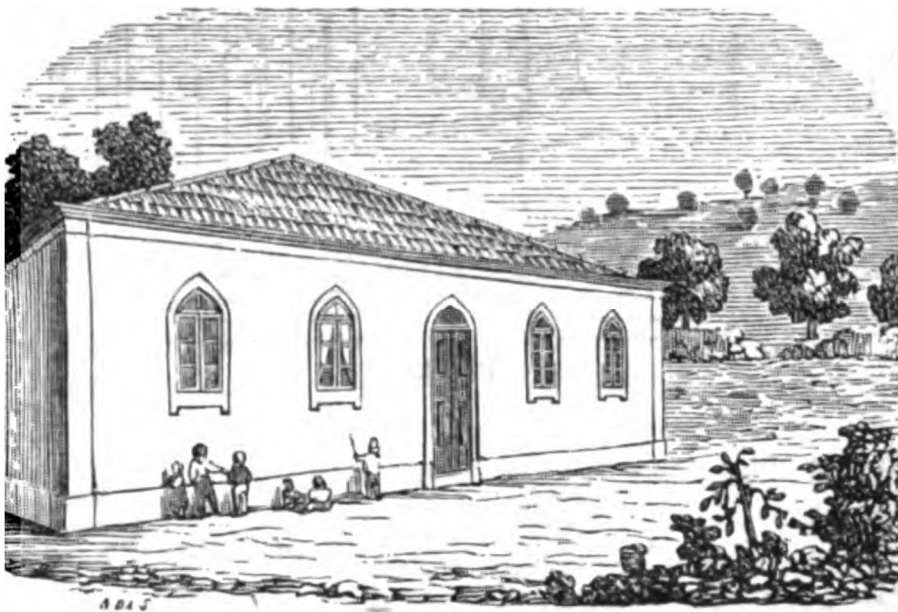


Fig. 27 – Modelo de Casa para Escola Rural – (Ghira, 1864)

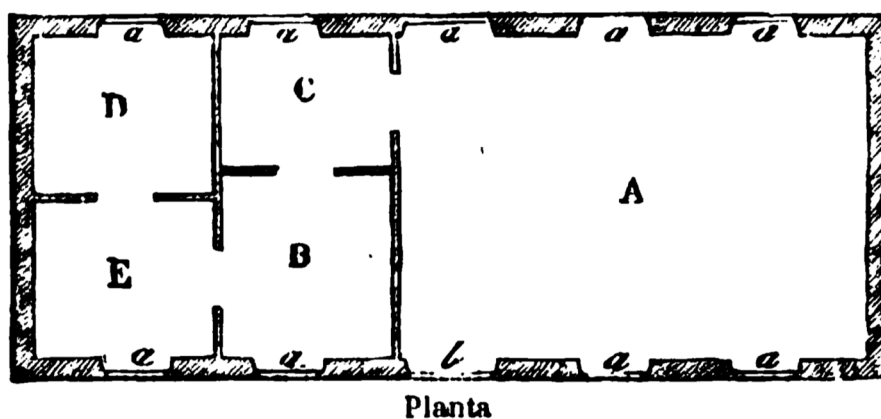


Fig. 28 – Planta da Casa para Escola Rural – (Ghira, 1864)

Constata-se algumas diferenças entre os dois tipos de escolas rurais, que não são muitas. Segundo Ghira quanto à construção e espacialidade são idênticas, conforme se pode verificar as plantas e alçados das figuras (26 e 28), “No corte vertical nota-se a inclinação do pavimento da escola á semelhança de um tablado, o que permite o professor vigiar da sua cadeira todos os alunos (...)” (1864, p. 207)



Fig. 29 – Modelo de Casa para Escola Rural (II) – (Ghira, 1864)

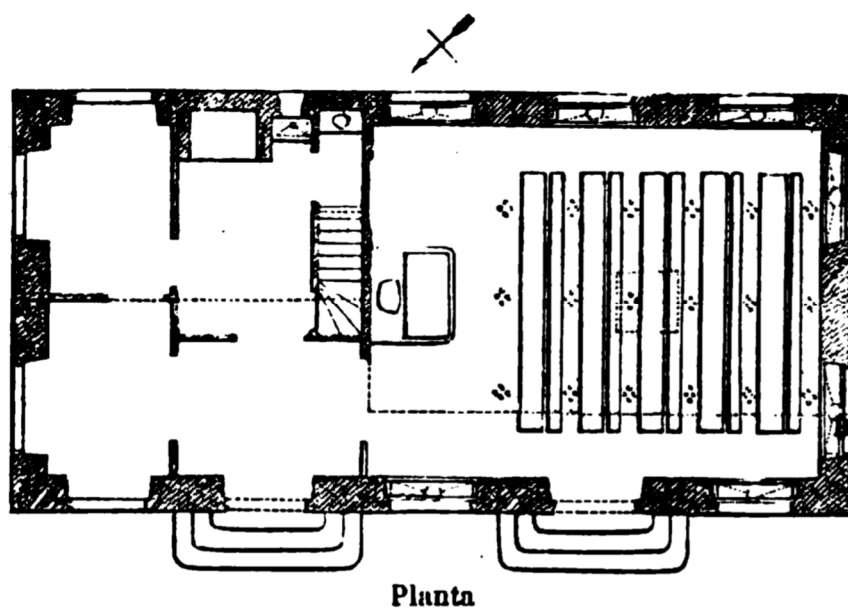


Fig. 30 – Planta da Casa para Escola Rural – (Ghira, 1864)

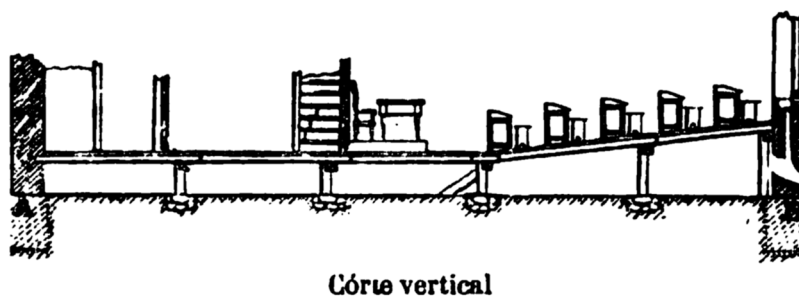


Fig. 31 – Corte da Casa para Escola Rural – (Ghira, 1864)

Estes modelos de escolas foram edificados em grande parte das aldeias e vilas de todo o país. No caso de Viana do Castelo e segundo o relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo de Viana do Castelo (Portaria de 1 de Agosto de 1866), aquando da visita a cada um dos concelhos, verificou-se, ao nível da instrução pública uma tremenda falta de escolas apropriadas para o efeito.

Todas as escolas visitadas nas sedes dos concelhos estavam colocadas em casas sem condições algumas para o ensino. Segundo a portaria de 1 de agosto de 1866, essas mesmas escolas foram criadas há muito tempo e não tinham condições adequadas, daí o apelo às camaras e juntas da paróquia para que procurassem remediar esse problema ou através do aluguer de casas próprias ou auxiliando os professores com alguns meios, nomeadamente casas e mobiliário.

Existem á época no distrito de Viana do Castelo, 55 escola públicas dídas pelos vários concelhos e 120 escolas particulares. No concelho de Caminha, e de acordo com Coelho (1861), existiam 6 escolas públicas e 3 escolas particulares. Das escolas públicas que existiam na vila de Caminha estas eram frequentadas por 384 alunos e as escolas particulares eram frequentadas por 118 alunos.

4.1.3 - As escolas Conde de Ferreira

No decurso dos anos de 1860, regista-se uma evolução no que concerne à normalização do espaço escolar, essa mesma evolução tem o seu ponto alto com o legado do Conde Ferreira (1866). Este legado veio fazer com que se introduzisse e normalizasse os procedimentos sobre a construção de edifícios escolares em Portugal.

De acordo com Silva (2005, p. 299), “Em Março de 1866, por sua morte, o conde de Ferreira legou 144000 reis para a edificação de 120 escolas de instrução primária de ambos os sexos nas sedes dos concelhos segundo uma mesma planta”. A partir dessa altura o governo, publicou em portaria de 20 de Julho de 1866 as normas para regular todo o processo para a edificação dessas escolas.

Como regra geral os termos anteriormente enunciados por Mariano Ghira eram os mesmos que os adotados na referida portaria no que toca à implantação e à localização das escolas. Além disso, a referida portaria veio regradar as bases para a construção das novas escolas, desde as dimensões do terreno à área a ocupar, as condições que estes edifícios devem reunir a salubridade, as condições técnicas de construção, a exposição solar, a ventilação, temperatura, mobiliário, a habitação do professor e volta a mencionar novamente as escolas das cidades, aqui justificada por uma população mais numerosa. Estas escolas deveriam de ser edificadas de modo a garantirem o grande numero de alunos.

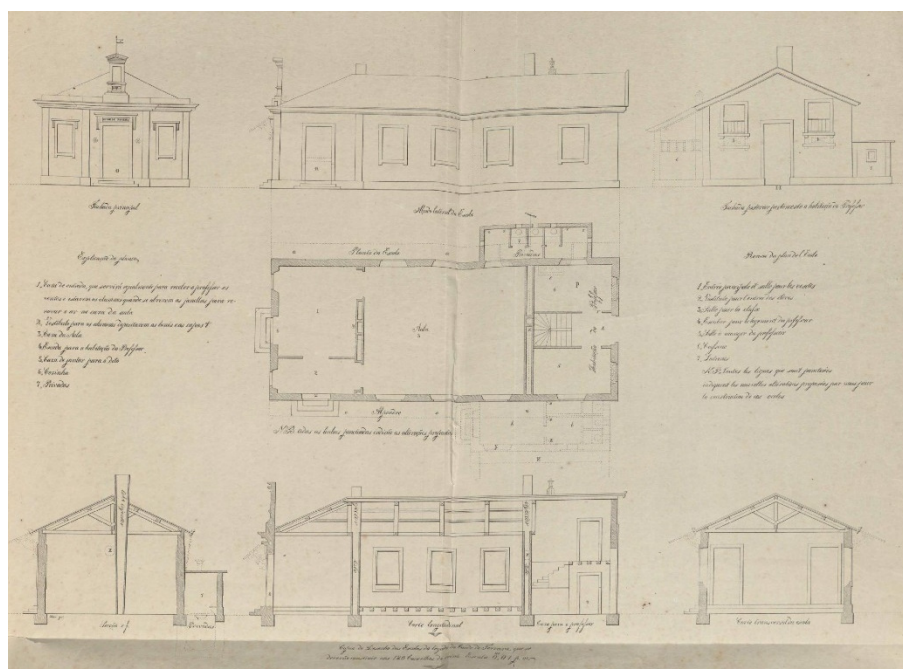


Fig. 32 – Projeto Tipo das Escolas Conde Ferreira – (Arquivo de Architectura Civil, nº6, 1865)

As escolas Conde de Ferreira, em termos arquitetónicos eram elaboradas numa planta padronizada, de linhas sóbrias e de fachada imponente. Situavam-se no centro das povoações e isoladas em relação a qualquer outra construção. Segundo Silva “o edifício para além da aula, disporia de uma sala contígua reservada a recitações, biblioteca e receção, de superfície não inferior a um terço da aula principal, e um vestíbulo.” (2005, p. 299). A habitação do professor manteve-se incorporada no edifício da escola, situada na parte detrás de todo o corpo do edifício escolar.

De acordo com o ponto IV da referida portaria, “a altura do edifício devia ser, desde o sobrado até ao teto, de 4 metros (...), o sobrado será horizontal e distará do solo 50 centímetros.” (alínea 4ª e 5ª) (Vasconcelos, 1865, p. 323). Como dimensões da sala de aula, exigia-se uma superfície entre os 50 a 115 m². Seria conveniente que junto da escola houvesse um adro coberto, para os alunos que chegassem antes de começar a aula se abrigassem do mau tempo. As janelas retangulares são consideradas mais adequadas para permitirem entrar a luz do que as janelas em forma de ogiva ou arqueadas. A escola deveria ter também um bom sistema de ventilação que permitisse renovar completamente a atmosfera da aula, dando 30 m³ de ar novo, por hora, sem produzir correntes de ar incómodas para os alunos.

O modelo das escolas conde de Ferreira, a aplicar em todos os municípios, foi depois sujeito a propostas de alteração. No entanto, a sua implementação foi lenta e difícil, mesmo na versão inicial, a mais simples (Mogarro, 2010). Apesar das dificuldades, este legado motivou a regulamentação e normalização das casas de escolas, inaugurando as políticas públicas e a arquitetura escolar oficial para o ensino elementar, em Portugal.

4.1.3.1 – A escola Conde Ferreira de Caminha

Assim sendo e beneficiando do respetivo legado, Caminha foi um dos municípios onde foi implantada uma das escolas Conde Ferreira, graças também aos esforços de Joaquim Pereira Rosas, ilustre caminhense que na altura gozava de uma privilegiada situação social no Porto (Bento, 2009).



Fig. 33 – Escola Conde de Ferreira de Caminha, lado direito da imagem, 1869 – (Azevedo, 2003)

O terreno foi cedido pelo município em frente à Casa de Leiras, ao lado do Convento de Santo António, sendo inaugurada a referida escola em 1869. Segundo Bento, num inventário Municipal é descrita como:

uma sala grande para escola, um gabinete de entrada, habitação do professor, retrete, sala de jantar e cozinha e por cima tem uma sala e dois quartos. Tem um campanário com sineta e em volta do edifício um muro com portão de ferro na entrada (2009, p. 36).

Só destinada a rapazes, foi o primeiro estabelecimento escolar público construído de raiz em Caminha. É de referir-se apenas a existência de uma escola em 1854 na rua Barão de São Roque, que estava instalada ao lado do matadouro, e de um ou outro mestre particular do ensino primário e secundário.

As meninas também beneficiaram com a sua criação, uma vez que em 1873, ou seja 4 anos mais tarde a Câmara municipal arrendaria uma casa no terreiro para estabelecer aí uma escola primária feminina. Em 1874 foi transferida para a rua Barão de S. Roque.

Passaram por esta escola centenas de meninos oriundos de famílias mais desfavorecidas, pois havia em Caminha escolas particulares, pelo menos uma elementar e complementar (estrela de Caminha, 14/11/1882).



Fig. 34 - Escola Conde de Ferreira de Caminha, lado esquerdo da imagem, 1869 – (Azevedo, 2003)

A escola Conde Ferreira foi abandonada, após a entrada em funcionamento da escola nova, no Largo Sidónio Pais ou antigas Portas da Corredoura e do Asilo de Infância Desvalida Silva Torres. Atualmente só resta a memória e alguns vestígios da sua existência, além do nome da rua que por ali passa, a “Calçada da Escola” (Bento, 2009).

4.1.4 – As Adões Bermudes e as escolas Centrais

A legislação que se seguiu de (1871, a 1886) tomou como referência a portaria de 20 de Julho de 1866, embora tenham sido introduzidas, em 1871, retificações e a flexibilização nas condições que deviam ser observadas na construção de casas de escola, no sentido da sua simplificação. Para ordenar, organizar e regular a rede escolar de ensino elementar reforçou-se a inspeção e o controle sobre as construções escolares (Mogarro, 2010). As inspeções então realizadas às escolas oficiais e particulares revelavam que (69,5 %) dos edifícios das escolas de instrução primária oficial se encontravam na situação de alugados, enquanto (30,5 %) desses edifícios tinham sido expressamente construídos ou adaptados para “casas de escolas”.

Nos anos de 1890, o ambiente em Portugal estava marcado pelo sentimento de decadência a nível educacional com uma taxa total de analfabetismo a rondar os 80% e uma taxa de escolarização por volta de 22,1% (Mogarro, 2010). Sentia-se a necessidade e alterar a situação através de um processo de regeneração que passaria pela difusão do ensino e em construções que assegurassem o desenvolvimento intelectual e moral da população.

Através de um programa elaborado pela Associação de Engenheiros Civis Portugueses, em 1898 foi aberto um concurso público para a apresentação de projetos de edifícios destinados a escolas de instrução primária assentes em normas que vigoravam na Europa, em particular em França. O arquiteto Adães Bermudes ganhou o concurso, tendo sido o único a apresentar-se ao concurso público.

Limitadas pela dotação orçamental para o plano de construções, as escolas Adães Bermudes apresentavam uma entrada com vestiário, uma ou duas salas de aula (sendo estas concebida para um máximo de 50 alunos cada), pátio para recreio, com uma parte coberta, habitação do professor, retretes e urinóis (Beja, Serra, Machás, & Saldanha, 1990). O programa prescrevia a total separação dos sexos, mesmo nas escolas mistas. No exterior, as fachadas eram modestas, dominadas pelo campanário e animadas por um friso em tijoleira que ornamentava a parte superior das janelas e da porta. O campanário foi um dos símbolos mais significativos da arquitetura escolar deste período, recordando aos alunos as horas das aulas.

Foi valorizada a habitação do professor que ocupava a parte central do edifício, se este tivesse duas salas, ou uma das extremidades se fosse de uma só sala, mas com entrada e janelas na fachada principal – uma clara dignificação da função docente. (Mogarro, 2010) Nas salas de aula aplicaram-se as prescrições higiénicas como a iluminação unilateral de esquerda, janelas de caixilhos amovíveis, paredes revestidas a azulejos na parte inferior, entre outras.

As escolas Adães Bermudes sintetizaram a herança das escolas Conde Ferreira, com as necessárias adaptações ao projeto e ao orçamento limitado, o seu projeto acabou por mostrar a debilidade económica do país e ficou aquém das grandes salas velha máxima para atrair as crianças á escola.

No campo da arquitetura a legislação de 1866 já previa, a existência de escolas urbanas, com diversas salas de aula, que correspondiam à escola graduada ou central. Este modelo de escola surgiu na década de 1870, em Lisboa e consolidou-se no decénio seguinte, com o processo de descentralização e viria a ser replicado nas principais cidades, constituindo uma referência na paisagem pedagógica portuguesa (Mogarro, 2010).

De acordo com Silva (2008, Citado por Mogarro, 2010, p. 96):

(...) o novo modelo implicava uma nova conceção do espaço escolar, pois a escola graduada não pressupunha apenas a construção de novos edifícios escolares, em que se alojavam várias salas de aula com a mesma forma, dimensões e funções. Este novo tipo de escola

implicava outros espaços especializados, como a biblioteca, secretaria, gabinete da direção, sala de reuniões, sala de professores, etc., e uma nova estrutura organizacional (...).

Em 1872 foi edificada, em Lisboa a primeira escola Central, tendo como figura principal Elias Garcia, então vereador da instrução pública. Assim deveriam ser substituídas as velhinhas escolas paroquiais de classe única, por estas escolas centrais e graduadas. O projeto de modernização pedagógica mais interessante, no Portugal de oitocentos, foi desenvolvido na fase da descentralização do ensino elementar (1882-1892) (Mogarro, 2010). Tendo Teófilo Ferreira desempenhado um papel fundamental, ao desenvolver com um grupo pedagogos, professores e políticos um conjunto notável de iniciativas, onde se destaca: a consolidação das escolas centrais.

4.1.4.1 – Escola Central de Caminha

Em 1882 para dar resposta à crescente população escolar da vila, foi idealizada, uma escola nova para substituir as existentes, a pequena escola Conde Ferreira (masculina) e a escola feminina existente numa casa arrendada na rua Barão de S. Roque. Segundo Bento, (2009) pensada também para ser a primeira biblioteca municipal, o que nunca veio a acontecer.



Fig. 35 – Escola Central de Caminha, 1882 – (Azevedo, 2003)

Abriu-se uma subscrição pública para angariar fundos para a construção do dito edifício e de acordo com Bento “ (...) com uma insuficiente resposta de comunidade acabou por exigir a intervenção estatal, através de um subsídio conseguido em 1886 por António Xavier Torres e Silva, então procurador do concelho na Junta Geral do Distrito” (2009, p. 66).

O local já tinha sido escolhido e cedido pela câmara, assim como o projeto e orçamento se encontravam concluídos, dando-se início às obras. Por falta de verbas estas vieram a parar por longos períodos de tempo, o que obrigou a Câmara a contrair um empréstimo para a concluir a sua construção.

Só em 1899, a referida escola ficou pronta para receber os primeiros alunos. Estava dividida numa ala masculina e numa ala feminina, e ainda uma residência para a professora. Em 1908 frequentavam esta escola cerca de 70 rapazes e 50 raparigas (Bento, 2009).

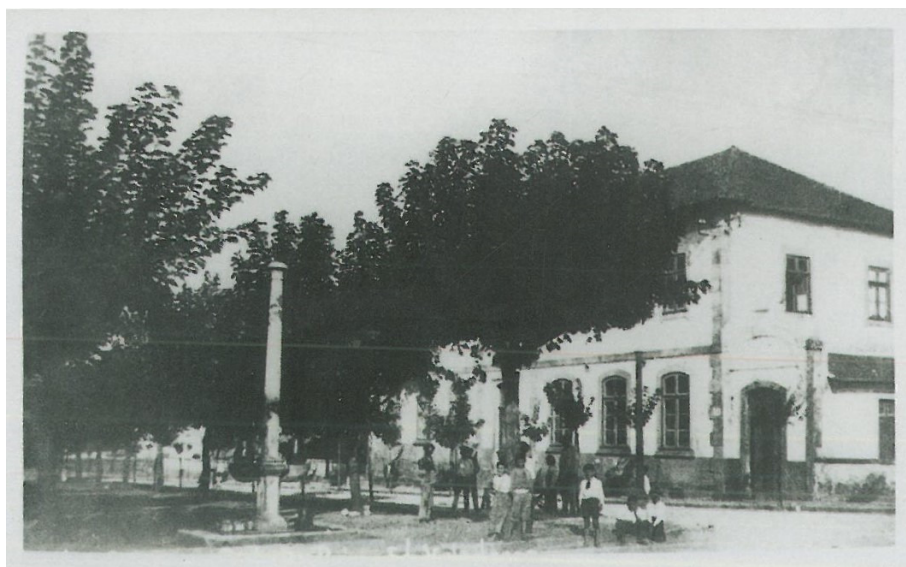


Fig. 36 – Escola Central de Caminha, 1889 – (Azevedo, 2003)

Edifício de alguma importância para os caminhenses, onde não deixaram de ocorrer alguns episódios dramáticos, como o assalto em abril de 1916, motivado pelos altos preços do milho uma multidão em fúria arrombou portas, partiu vidros e destruiu algum material escolar (Bento, 2009).

Os atos mais agitados no futuro viram a ser os exames da 1ª e 2ª graus (atuais 3 e 4 anos), dos alunos vindos das várias freguesias do concelho, num dia que poucos esqueceriam.

A escola Central de Caminha, foi em 1923 batizada pela câmara municipal como escola Central Padre Pinheiro, em homenagem ao padre Joaquim Bernardino da Costa Pinheiro, ilustre entre os caminhenses onde se destacou como “ (...) professor, advogado, e político de forte e polémica personalidade” (Bento, 2009, p. 30).

Estando em funcionamento até 1979, aquando da abertura da nova escola primária de Caminha, na Avenida São João de Deus, mesmo assim o velho

edifício continuou em funcionamento em novos moldes. Na década de oitenta viria a instalar-se a Guarda Nacional Republicana, mas já lá se encontrava em funcionamento o ensino pré primário e a delegação escolar. Estes serviços de acordo com Bento (2009) viriam a coexistir até ao início deste século, quando as condições de habitabilidade do edifício os obrigaram a sair.

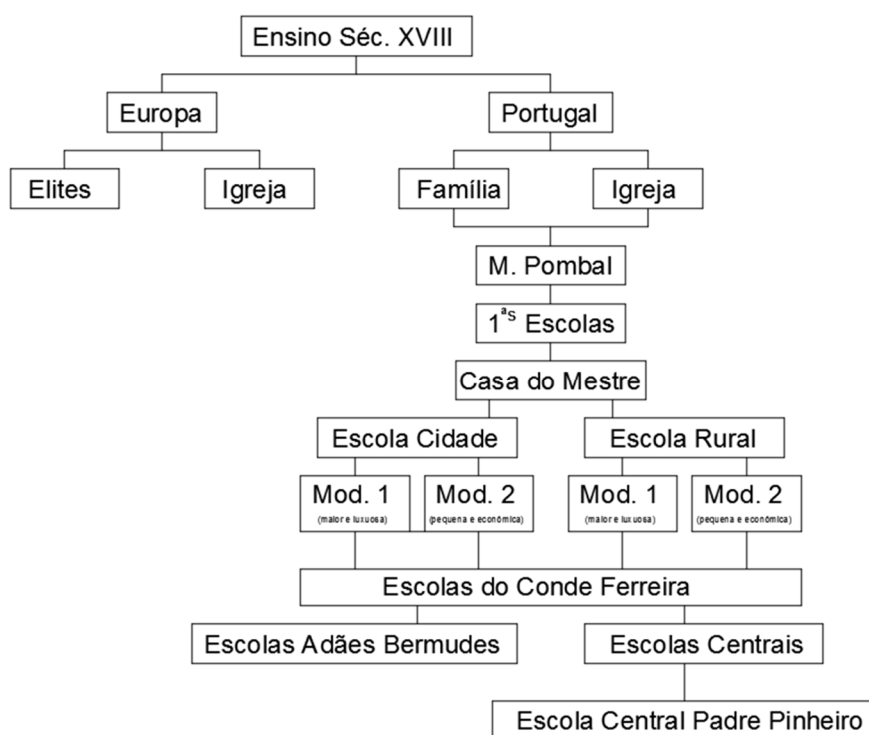


Fig. 37 – Organograma da evolução das escolas em Portugal (Autor)

4.1.5 – Externato Sta. Rita de Cássia

Citando Freire “ Quem demanda de Caminha, vindo do interior de Vilarelho, Venade etc. – encontra, logo à entrada, um triste espetáculo! Como deixaram chegar aquele triste estado, o belíssimo edifício e quinta, onde se instalou o Externato Santa Rita...” (1985, p. 1).

Este imóvel não sendo a sua origem um edifício Escolar, foi mais tarde adaptado para esse fim. De acordo com o autor acima mencionado, soube-se que o dito edifício foi mandado construir pela D. Maria de Aguiar (Rego ou Sousa Rego), família muito digna de Caminha. Mais tarde adquirida pela família Nobre Gavinho desta vila. A casa da Rocha como era conhecida alojou os padres Jesuítas fugidos da revolução espanhola por duas vezes.



Fig. 38 – Externato Sta. Rita, 1952 – (Azevedo, 2003)

Entretanto a quinta e a casa foram vendidas a um senhor espanhol, o Marquês de Aledo, D. Horácio Herrera. No entanto tudo ficou abandonado e o “(...) «legítimo» proprietário encarregou a paróquia de Caminha, na pessoa do S. Padre Ezequiel de Freitas para a utilizar como entendesse melhor.” (Freire, 1985, p. 4). Outros padres passaram por aqui mas só o padre Vaz usou dos direitos que a paróquia tinha sobre a dita casa.

Segundo Freire (1985, p. 2), Passos Vaz, pároco de Caminha, “ (...) verificando o baixo nível de instrução da juventude da sua paróquia, sentiu a necessidade de um estabelecimento de Ensino e resolveu criar um Externato de Ensino Secundário, do 1º Ciclo Liceal e Admissão em 1952, (...)”

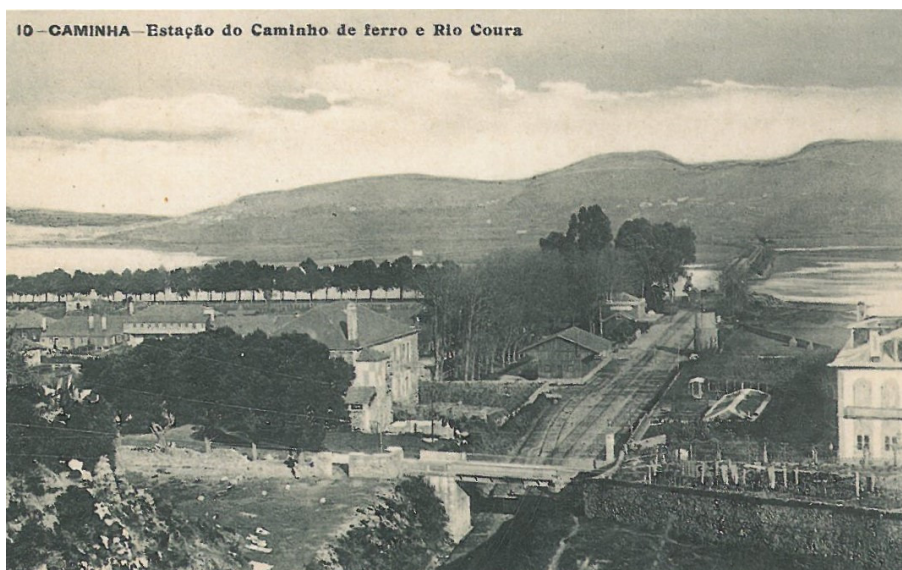


Fig. 39 – Escola Central de Caminha, (esquerda) e Externato Sta. Rita, (direita) – (Azevedo, 2003)

Uma vez criado o externato, o Padre Vaz decide oferecer sociedade a dois professores e um leigo. Com o desenvolvimento do colégio, anos mais tarde consegue-se o alvará para lecionar o 2º ciclo.

A situação económica dos paroquianos melhorou e com isso esperanças do colégio se desenvolver ainda mais. É notório o desenvolvimento do externato, com o elevado número de matrículas. Dado este desenvolvimento, “(...) surgiram muitos amigos com palavras de entusiasmo, apoio e colaboração, para o bem de Caminha. Propuseram uma sociedade em que todos colaboravam. Confiei na sua boa vontade e dei sociedade (...) (Freire, 1985, p. 3)

Foi com esta sociedade que começa a iniciar-se a rutura do externato. Em 1969 um tornado danificou o edifício e, após essa catástrofe a referida sociedade nunca mais teve o carinho e o respeito pelo externato. Anos mais tarde todo o corpo docente do externato foi transferido para Vila Nova de Cerveira.

Verifica-se o estado de abandono deste e dos outros dois edifícios, do qual a escola do Conde Ferreira só restam umas pedras para provar a sua existência. O Externato sabe-se que o atual proprietário tem um projeto em mãos para reabilitar o velho edifício, mas até à data nada foi feito. A escola Central Padre Pinheiro, embora em estado devoluto, (cerca de 95%), mantém-se uma pequena parte em funcionamento com a Academia de Música, ocupando uma sala do rés-do-chão e o edifício adjacente.

Quadro Resumo:					
Identificação	Data Construção	Data Abandono	Estado	Observação	Proprietário
Escola Conde Ferreira	1866	1892	Destruido	Vestígios de ruínas da sua construção	-----
Escola Central Padre Pinheiro	1892	1979 (*)	Devoluto	Em estado razoável de reabilitar	Câmara Municipal de Caminha
Externato Santa Rita	1952 (**)	1986	Em ruínas	De difícil reabilitação	Sr. Meleiro

Fig. 40 – Quadro do Autor

(*) – Data de abandono para o serviço escolar, mas continuou em funcionamento como quartel da GNR, Delegação escolar e ensino pré primário até aos anos 90.

(**) – Data de início da criação do externato, desconhece-se a data da construção do edifício, no entanto sabe-se que quem o edificou foi o Visconde Sousa Rego.

Conforme o quadro resumo acima identificado, pode concluir-se que o edifício que reúne as melhores condições para a instalação de um arquivo municipal é a escola Central Padre Pinheiro.

4.2 – Sistematização de Entrevistas

4.2.1 - Valores

Cada comunidade, tendo em conta a sua memória coletiva e consciente do seu passado, é responsável, quer pela identificação, quer pela gestão do seu património. Os monumentos, considerados como elementos individuais desse património, possuem valores que se alteram com o tempo. Esta alteração de valores, que podemos identificar em cada monumento é, afinal, uma das características do património, ao longo da História. (UNESCO, 2000, p. 1)

Num edifício identificam-se valores arquitetónicos, do uso, da memória, histórico entre outros. Estes valores estão patentes na maioria dos edifícios antigos com alguma importância para o meio onde estão inseridos. No entanto, para preservar estes valores e segundo a Carta de Cracóvia “ (...) requer a elaboração de um projeto de conservação e a tomada de uma série de decisões que constituem o projeto de restauro, de acordo com critérios técnicos e organizativos apropriados.” (UNESCO, 2000, p. 1)

Após realização de um inventário, no âmbito da presente investigação, verifica-se a existência de edifícios, em que muitos desses valores podem perder-se, se não se intervir. Além disso, ao intervir-se nesses edifícios poderá colmatar-se lacunas existentes dentro dos sítios onde estes estão inseridos. Uma dessas lacunas, no caso de Caminha é a falta de um espaço digno para conservação e proteção do património arquivístico, isto é um arquivo, como irá verificar-se mediante as entrevistas feitas a informantes chave da vila.

Falando-se de valores do edifício, M. Gonçalves, (Comunicação Pessoal, 18 de Abril de 2015) quando questionado sobre o edifício, afirma que, aquele edifício é um reservatório de memórias para muitos caminhenses. Deste modo, ao intervir-se neste edifício, irá preservar-se as memórias de muitos que por ali passaram, além de preservar o seu valor patrimonial. Poder juntar-se a possibilidade de dar um novo uso a este edifício e de valorizar o património arquitetónico da vila é algo que M. Alves, (Comunicação pessoal, 07 de Abril de 2015) vê com bons olhos para a vila de Caminha, e que está na altura de se colocar no topo das prioridades da autarquia a reabilitação daquele edifício para um arquivo municipal. Afirma mesmo que dar um novo uso a este edifício pode servir de âncora para regenerar toda aquela zona.

Constatou-se um certo saudosismo pelas vivências ali passadas, segundo antigos alunos, e outros que só lá iam realizar o antigo exame da quarta classe, de acordo com H. Fernandes, (Comunicação pessoal, 17 de maio de

2015), que ali realizou o exame da 4ª classe. Já A. Curado, (Comunicação pessoal, 4 de março de 2015), recorda os grandes jogos de futebol realizados no recreio e no “Largo da Escola”.

C. Barros (Comunicação pessoal, 4 de março de 2015), fala-nos que as salas de aula eram separadas por sexo assim como as professoras, era quem davam aulas às raparigas e os professores aos rapazes. No exterior também existia separação, onde o recreio das meninas era na parte de baixo, onde hoje se encontra a ruína da muralha, e o dos rapazes era em cima nas traseiras da escola. Já A. Curado (Comunicação pessoal, 4 de março de 2015), recorda-nos os desfiles que faziam da Mocidade, lembra-nos da entrega das fardas pela D. Alice aos alunos da quarta classe, da instrução ministrada pelo professor Laureano nos preparativos para o desfile, “recordo com emoção, quando íamos fardados com a bandeira até á igreja matriz”.

Ao intervir-se neste edifício, e dar-lhe um novo uso estar-se-á a salvaguardar um conjunto de valores que segundo os entrevistados deveriam de ser registadas e mais tarde divulgadas em local próprio e ao mesmo enquadrá-los numa proposta de reabilitação do edifício.

4.2.2 - Necessidades

M. Alves, (Comunicação pessoal, 07 de Abril de 2015) mostra-se triste com a realidade de Caminha por ainda não possuir um local onde o vasto património documental possa ser preservado, exposto e estudado. Existiram no passado apoios ao melhoramento e ou criação de arquivos municipais e de acordo com o mesmo, Caminha não beneficiou desses apoios uma vez que não tem um espaço digno de se chamar arquivo. Já P. Bento, (Comunicação pessoal, 05 de julho de 2015), na sua entrevista afirma ser uma vergonha no início do século XXI o município de Caminha, não dispor de um equipamento próprio para servir de arquivo municipal.

A necessidade de um equipamento deste tipo, é segundo C. Dias, (Comunicação pessoal, 10 de março de 2015), muito urgente, dado que as condições onde se encontra todo o espólio, assim como o espaço onde os técnicos trabalham serem muito precárias. O espólio documental de caminha é dos mais ricos do distrito. Segundo Dias, existem cerca de 1700 metros lineares de documentação, além da que está espalhada por instituições que ainda não tem a sensibilidade dentro desta área.

Verifica-se que o espaço onde estão os 3 trabalhadores é o mesmo, não existe um único gabinete, nem sala de atendimento nem sala de leitura. De acordo com C. Dias, (Comunicação pessoal, 10 de março de 2015) os

investigadores consultam os documentos no depósito e só se pode atender um de cada vez, por não existir um espaço com dignidade para o efeito. Bento corrobora da opinião de Dias onde diz que o espaço onde se encontram os documentos para consulta não oferece as mínimas condições de segurança e de trabalho.

Para o tratamento e preservação dos documentos, não existe de acordo com Dias, uma sala de higienização, e tratamento documental. Toda a documentação está dividida em entre a cave e o sótão, sendo que na cave segundo C. Dias, (Comunicação pessoal, 10 de março de 2015), estão depositados 300 caixotes com documentação, e até ao momento ninguém se preocupou com este espólio e está em risco de se perder.

Para M. Gonçalves, (Comunicação Pessoal, 18 de Abril de 2015) é necessário um local com mais dignidade para o acautelamento das nossas memórias, e nomeadamente para a investigação. Ao mesmo tempo mostra-se indignado com a atuação dos autarcas anteriores pois só pensam no imediato e não pensam na obra que é cuidar daquilo que foi o nosso passado.

C. Esteves (Comunicação pessoal, 17 de maio de 2015), afirma que já deveria existir um equipamento desse tipo, para que os jovens estudantes, e não só possam ter um local com todas as condições para realizarem os seus trabalhos. Julga ser um equipamento de grande utilidade. Barros, na sua entrevista também mostra que um equipamento desse tipo é necessário em qualquer localidade. Bento, por seu lado, na refere que não é necessário um arquivo municipal em caminha mas sim urgente.

Cadilha, na sua entrevista (Comunicação pessoal, 2 de junho de 2015), refere que o arquivo será uma obra estratégica para a vila de Caminha e vê a utilização deste edifício com essencial para esse efeito. Face ao seu historial poderia ser uma mais-valia. Um arquivo sendo um local mais dinâmico, poderá ter outras valências, como espaços multiusos, salas de exposição, entre outros. Com o aparecimento do achado arqueológico da muralha, Cadilha vê aí uma possibilidade, ao criar-se uma ligação com o arquivo, de se criar um pequeno núcleo museológico com zonas expositivas sem que se tenha de dispor de um espaço de receção próprio com a sobrecarga de funcionários e custos que isso implicaria.

Em suma, segundo os intervenientes, verifica-se uma falha no que respeita ao tratamento e divulgação do património documental em Caminha. Tanto pela parte de quem está a gerir esse mesmo património, como da parte do poder político que se mostra triste por caminha ainda não possuir um equipamento desta natureza e que vê com bons olhos a instalação de um arquivo na antiga escola Central Padre Pinheiro, pois ao mesmo tempo

conseguir-se á preservar dois tipos de património, o documental e o arquitetónico. Extraíu-se destas entrevistas a realidade da atualidade de como se encontra o espólio documental de caminha, e a necessidade futura e urgente de instalar um arquivo municipal em caminha.

4.2.3 - Edifício

O edifício que apresentou no inventário as melhores condições para o efeito foi a escola Central Padre Pinheiro, localizada no Largo Sidónio Pais. Além de estar num dos topos da vila, na entrada sul, fica entre as escolas principais da vila, a escola EB1 de Caminha e o Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, o que poderá ser uma mais-valia no futuro. Segundo M. Alves, (Comunicação pessoal, 07 de Abril de 2015), diz que não existem localizações ideais, e vai mais longe dizendo que pode ser uma âncora para valorizar toda esta zona degradada do largo Sidónio Pais.

C. Dias, (Comunicação pessoal, 10 de março de 2015), refere que a localização do edifício, tendo em conta que não existem outras hipóteses, é a ideal e que até pode ter vantagens pela proximidade das escolas. Já C. Esteves, (Comunicação pessoal, 17 de maio de 2015), afirma que a localização é secundária desde que o edifício corresponda às necessidades dos seus utilizadores, enquanto M. Gonçalves, (Comunicação Pessoal, 18 de Abril de 2015), refere-se à localização como um bom sítio, pois pode-se criar ali uma nova centralidade. Cadilha refere na sua entrevista (Comunicação pessoal, 2 de junho de 2015), que o edifício é um edifício notável, pela sua dimensão e implantação na vila de Caminha, com uma história ligada ao ensino e ao serviço público. O mesmo afirma que seria uma boa localização para um futuro arquivo, já que se encontra a meio caminho entre o centro da vila de Caminha e a zona escolar.

No que toca ao edifício em si C. Barros (Comunicação pessoal, 4 de março de 2015), diz-nos que a escola praticamente permanece igual só a cor é que é diferente: naquele tempo era branca e agora é cinzenta. Por seu lado M. Gonçalves, (Comunicação Pessoal, 18 de Abril de 2015), não sabe se o edifício estará preparado para receber um equipamento como um arquivo municipal, mas dado o seu volume tudo indica que poderemos ter um bom arquivo em Caminha. C. Dias, (Comunicação pessoal, 10 de março de 2015), diz conhecer o edifício e julga que será o que apresenta melhores condições em Caminha, pois não existem edifícios disponíveis que sejam do município nem com as dimensões necessárias para o efeito.

No decorrer desta investigação e em contacto com alguns informantes chave da sociedade caminhense, constatou-se uma preocupação por parte dos

dirigentes do município, dos técnicos, de investigadores e da população, da necessidade de um arquivo municipal. A adaptação da escola central Padre Pinheiro a arquivo é vista aos olhos dos intervenientes como a ideal, dada a localização do edifício, a sua história e o seu valor patrimonial. Assim além do contributo no âmbito da preservação do património documental, esta reabilitação contribui também para a preservação do património arquitetónico da mesma.

Adaptar este edifício a um arquivo será preservar um edifício notável pela sua dimensão e localização, e ao mesmo tempo criar uma nova centralidade valorizando toda a envolvente. De acordo com os entrevistados seria o edifício ideal para acolher um arquivo.

PARTE V – OBJETO DE ESTUDO

5.1 – Descrição Geral do Edifício

5.1.1 – Análise Histórica

A reabilitação arquitetónica é uma das disciplinas mais complexas e problemáticas nascidas no seio da sociedade moderna. Os edifícios antigos ou históricos, não são modelos que se devam imitar ou interpretar, mas sim preservar e conservar como se fossem tesouros.

O estudo de um monumento ou edifício importante, é um dos aspetos básicos no processo de reabilitação, e que de acordo com (Ramos, Gomes, & Cossio) “(...) no se puede conservar ni restaurar aquello que no se conoce, (...)” (2005, p. 7), e os mesmos autores referem que num processo de conservação e restauro começa-se sempre por um processo de documentação e investigação do bem cultural.

Para evitar problemas nos objetivos a que um autor de um projeto de reabilitação se propõe, deve-se primeiramente fazer um estudo do edifício, sua história e estado de conservação, ou seja realizar o correspondente diagnóstico. Segundo (Ramos, Gomes, & Cossio, 2005), ao iniciar-se um projeto de conservação e restauro, o autor deve-se reger por três princípios fundamentais para o projeto de intervenção: o primeiro é que a intervenção e a investigação são duas partes do mesmo projeto, são dois processos que tem uma interação contínua; o segundo princípio baseia-se no diagnóstico como ponto de partida de todo o processo, onde esse diagnóstico é o resultado de diferentes análises e investigações que o arquiteto tem que resumir; o terceiro ponto mostra-se até que ponto o conhecimento do edifício e o processo de investigação fazem parte da revalorização do edifício, na sua conservação futura.

Em suma, e de acordo com os autores acima mencionados, depreende-se que antes de se avançar para uma proposta de reabilitação, conservação e ou restauro, o autor deve de ter um conhecimento profundo do objeto onde vai intervir, das técnicas e dos materiais.

5.1.1.1 – Análise de Documentos

A recolha de informação relativa à história do edifício, análise de documentos (desenhos, gravuras, esboços e fotografias da época da construção), são elementos a ter em conta na elaboração do diagnóstico para desenvolvimento do projeto de reabilitação.

A documentação histórica e registos originais sobre o conjunto arquitetónico, apresentam os indicadores mais importantes quanto à estratégia de intervenção a seguir. Assim, foram analisados: planta de localização, plantas do edifício, fotografias, gravuras, esboços e desenhos técnicos da altura da construção e das intervenções posteriores. Pretende-se com esta análise documental uma melhor perceção do objeto de estudo.

Segundo as recomendações do Comité Científico Internacional para a Análise e Restauro de Estruturas do Património Arquitetónico, “O conhecimento do que aconteceu no passado pode ajudar a prever o comportamento futuro (...), (Conceil International des Monuments et des Sites, [ICOMOS], 2003, p. 22) para se fazer uma avaliação quanto ao grau de segurança do estado atual da estrutura da escola.

Através de vários fatores demonstram-se as alterações do comportamento da estrutural original, selecionando-se os dados mais importantes para uma melhor interpretação e descrição do seu comportamento.

5.1.1.1.1 – 1882 - 1899

Da construção do edifício, não existem vestígios dos desenhos originais. Alterações ocorridas ao longo do tempo encontram-se uns registos muito escassos.

A construção deste edifício data do ano de 1882. Foi construído para substituir as pequenas e degradadas escolas existentes na vila: a pequena escola Conde Ferreira (masculina) e a escola feminina existente numa casa arrendada na rua Barão de S. Roque.

Na sessão extraordinária de 28 de Outubro de 1882 fez-se uma subscrição pública para a obtenção de capitais para a construção da referida Escola Central de Caminha, sendo subscrita por 57 ilustres caminhenses. Com essa subscrição conseguiu-se angariar a quantia de 269\$850 reis para a construção da escola (Câmara Municipal de Caminha, 1882). Nessa mesma reunião apresentou-se o plano geral para a escola, assim como uma descrição dos trabalhos a efetuar, num documento com 9 artigos referentes à escola, onde se destaca: o terreno cedido pela Câmara (art.º 1), a câmara cedeu igualmente a pedra da muralha para a construção (art.º 2) e disponibilizou uma verba de 48\$000 reis anuais (art.º 5) para a edificação. De mencionar que a junta de freguesia ficaria incumbida de fornecer o mobiliário, (art.º 9), (Câmara Municipal de Caminha, 1882).

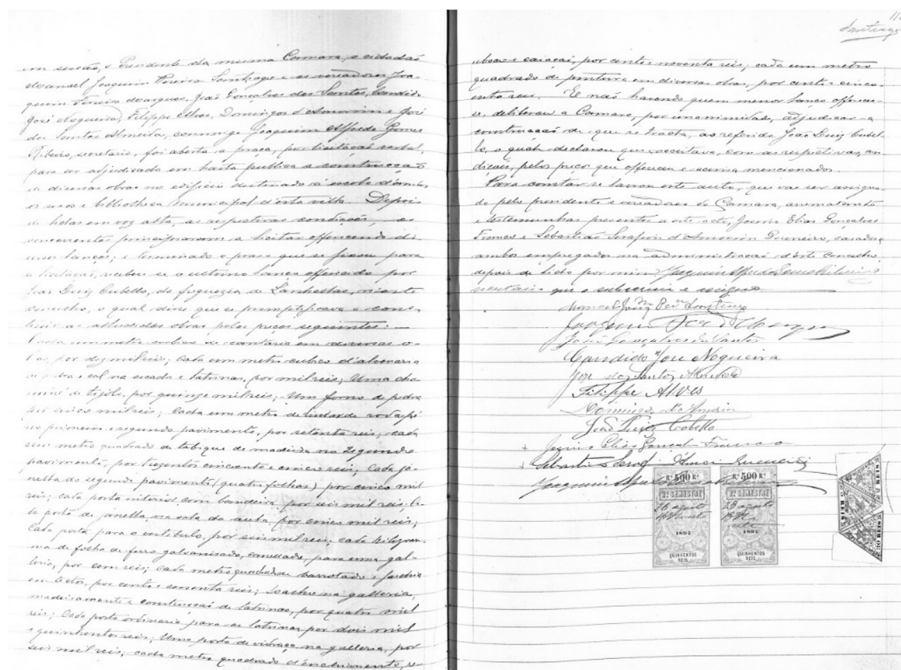


Fig. 41 – Livro de Atas, 1882 – (Câmara Municipal de Caminha)

Devido aos poucos recursos existentes na época, a sua construção demorou vários anos, com os muitos avanços e recuos. Muitos anos mais tarde em 28 de agosto de 1897 foram adjudicadas diversas obras na referida escola, referente a acabamentos interiores.

Em 3 de agosto de 1898, foi apresentado um orçamento à camara municipal para as obras de construção de um alpendre junto à fachada poente do edifício.

Um mês mais tarde, em 2 de setembro de 1898 foram descritos as condições de execução da construção do alpendre em 22 artigos, onde eram mencionados todos os trabalhos, materiais e dimensões a usar na construção do referido alpendre.

Os materiais usados foram materiais locais: como madeira de pinho Nacional (art.º 2), a pedra a usar era proveniente de Moledo, a câmara municipal poderia fornecer pedra ao empreiteiro, mas este teria que a pagar ao preço de 4\$500 reis cada metro cúbico, a cantaria da fachada deveria de ser igual à da fachada principal do edifício, (art.º 10) Só em meados de 1899 foi finalmente inaugurada a Escola Central de Caminha.

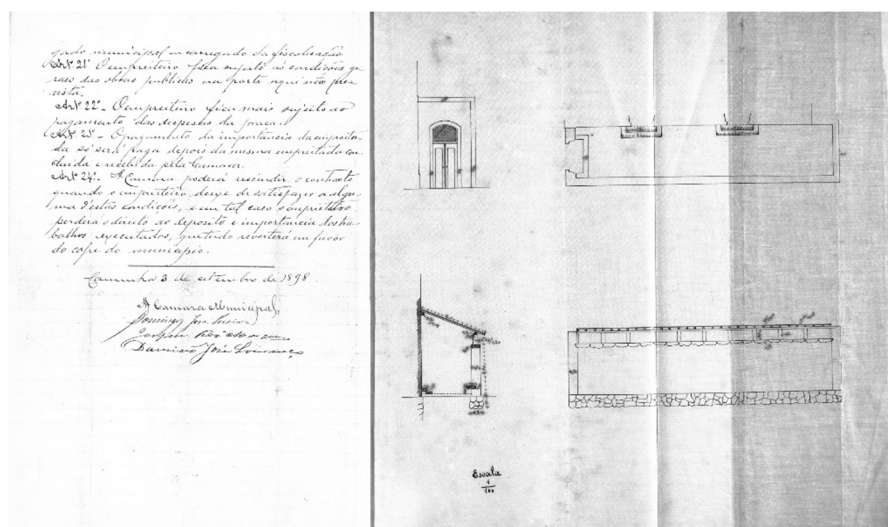


Fig. 42 – Croqui do Alpendre, 1898 – (Câmara Municipal de Caminha)

5.1.1.1.2 – 1933 - 1965

Passado mais de trinta anos, é apresentada uma nova solução de ampliação da escola. No ano de 1933, apresentou-se na câmara uma proposta de alteração ao edifício, com base no aumento da população escolar e na falta de condições de higiene que as retretes apresentavam. Para essa ampliação e segundo documento da Câmara Municipal “ (...) impõe-se a obra projetada, ou seja a construção de mais 2 salões de cada lado do edifício principal, e a montagem das respetivas retretes em condições suficientes de asseio e limpeza.”

Dentro do sistema construtivo tradicional, verifica-se, segundo documento da câmara municipal, o uso dos materiais tradicionais, como a pedra para as fundações e paredes exteriores com argamassa de cimento e cal. Nas fachadas usou-se cantaria aparelhada igual ao edifício principal, já nos terraços verifica-se o uso de cimento armado.

Nas divisões interiores usou-se o tijolo e para as carpintarias madeira de pinho nacional e Macaúba, nas caixilharias exteriores e portas da entrada, o reboco de cal nas fachadas, e teto de bom fasquio. Na cobertura o revestimento em telha tipo Marselha e a nível de pinturas, nas madeiras usou-se óleo de linhaça com os respetivos alvaiados (corantes) e nas paredes alvaiado de Cal.

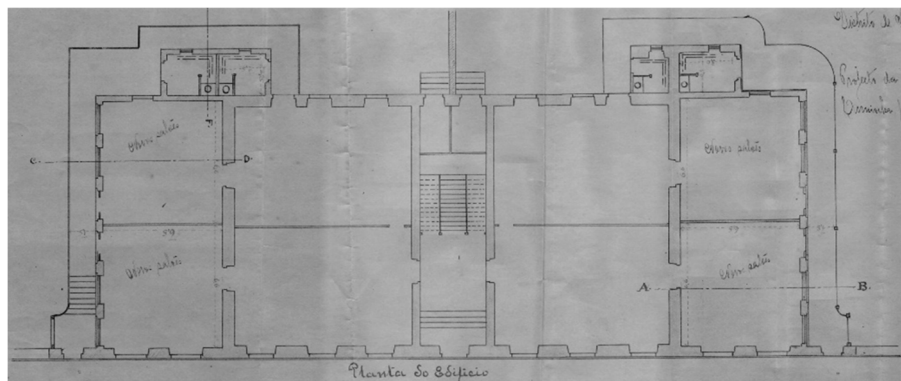


Fig. 43 – Planta da Escola, ampliação com mais 4 salas de aula, 1933 – (Câmara Municipal de Caminha)



Fig. 44 – Alçado Principal, 1933 – (Câmara Municipal de Caminha)

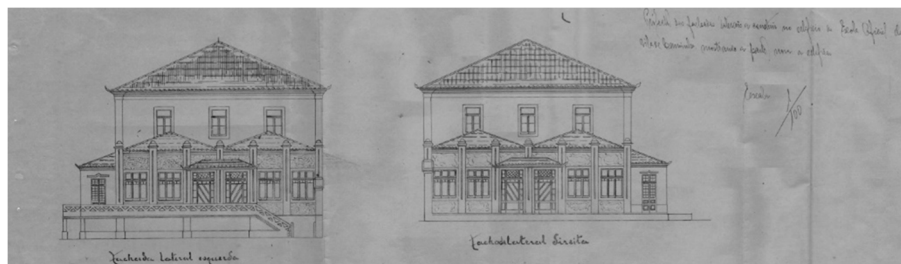


Fig. 45 – Alçados Laterais, 1933 – (Câmara Municipal de Caminha)

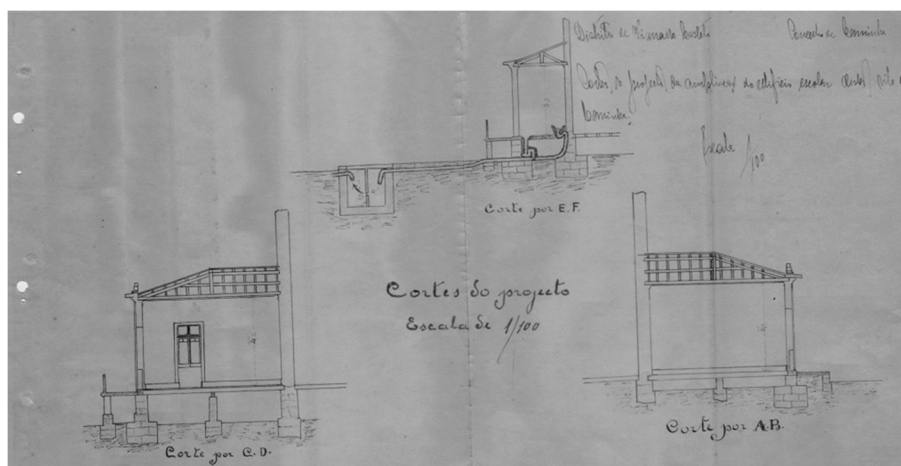


Fig. 46 – Cortes, sistema de drenagem de águas, 1933 – (Câmara Municipal de Caminha)

Esta ampliação da escola não passou de uma mera intenção, não chegou a passar do papel. Devido à escassez de informação relativa a este edifício, desconhece-se qual foi o motivo da não ampliação da escola nesta época, dado que um dos motivos para a sua execução eram o aumento da população escolar naquela época. Nos anos seguintes, a esta proposta conseguiu-se descobrir, através desta investigação, que não que existiram mais alterações ao velho edifício até aos inícios dos anos cinquenta.

É entre os anos de 1953 e 1955, que surge mais uma alteração à escola central Padre Pinheiro. Não nos foi possível encontrar documentos escritos sobre esta alteração, a não ser uns desenhos dessa época. Verifica-se segundo os desenhos a ampliação da escola com a construção de mais duas salas de aula num edifício adjacente e um anexo de casas de banho no exterior.

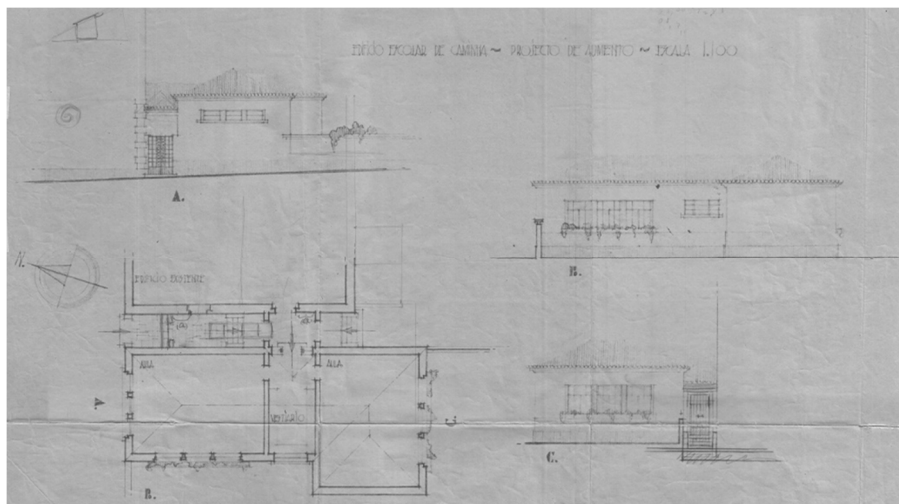


Fig. 47 – Croqui da ampliação da escola, 1953 – (Câmara Municipal de Caminha)

Conseguiu-se verificar em documentos de 1965, após vários pedidos por parte da câmara municipal para a edificação de um novo edifício escolar, o sistema construtivo desta nova ampliação. Observa-se que as paredes exteriores são em alvenaria de pedra com 30cm de espessura, as paredes interiores (divisórias) são em alvenaria de pedra com 20cm de espessura. Os tetos estão assentes em vigamento de madeira e revestidos a fibrocimento, pavimento em soalho exceto no átrio, cobertura de telha sobre estrutura de madeira, o corredor entre o edifício existente e esta, tem pavimento em betonilha e cobertura de telha. O anexo das casas de banho, as paredes interiores e exteriores são de tijolo, rebocadas e caiadas, portas em madeira de pinho, pavimento em betonilha e cobertura em betão armado.

É nos anos de 1961 a 1965, que se verifica mais uma alteração à escola central. Em ofício enviado para a Câmara municipal, após inspeção da

Direção-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais em Setembro de 1961, dá-se conta das más condições em que se encontrava a escola. A câmara municipal em Dezembro de 1964, ainda não havia respondido á Direção-geral, uma vez que se pretendia uma escola nova e não reparar o edifício existente. A pretensão do município seria de adaptar o velho edifício para quartel da GNR e construir um novo num terreno que a camara viria a indicar. A Direção-geral mediante um orçamento apresentado optou por fazer as obras no velho edifício uma vez que se verificou que o valor destas não rondava os 180.000\$00 e que o valor de um novo edifício andaria na ordem dos 885.000\$00.

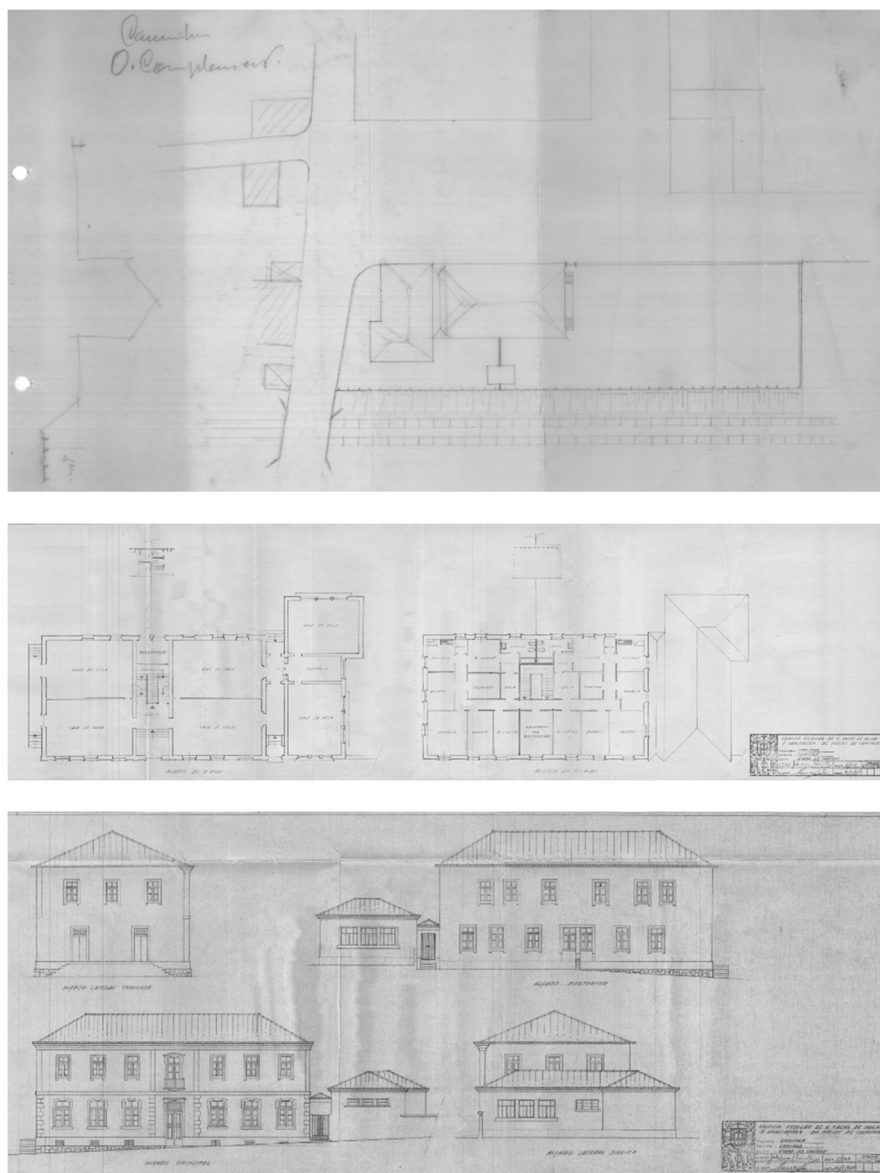


Fig. 48 – Projeto de alterações (interior) da escola, 1964 – (Câmara Municipal de Caminha)

5.1.1.1.3 – 1965 - 1982

Nos anos que se seguiram não se verificaram obras no velho edifício. No entanto, em 1979, verifica-se uma intenção clara de transformar o edifício escolar num posto da GNR, conforme imagem anexa,

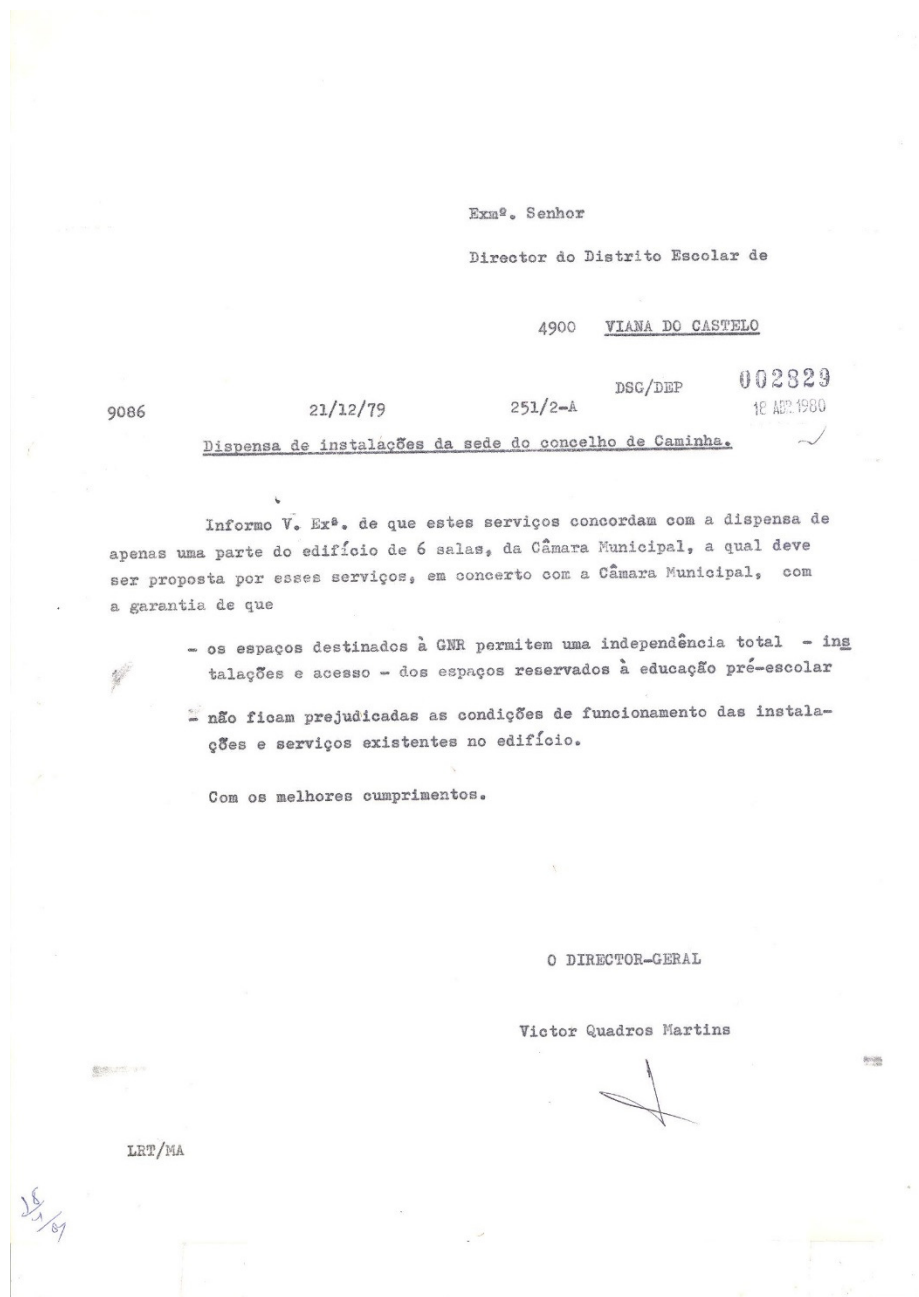



Fig. 49 – Documento de 1979 – (Câmara Municipal de Caminha)

Contudo, não foi possível encontrar imagens das alterações relativas a este novo uso, apenas documentação escrita sobre a construção de um novo edifício de 8 salas e a adaptação do velho edifício a posto da GNR, Delegação escolar, e escola pré primária, conforme se demonstra no documento seguinte.

Núcleo de S.  R. Func.º 27
Freguesia de Secção
Concelho de
A Repartição
..... Secção

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

DIRECÇÃO DO DISTRITO ESCOLAR DE VIANA DO CASTELO

22/11/81
Excm. Senhor
confirmou para o jardim-de-in-
fância completamente separado
do espaço reservado à E.N.2.
Tratou-se de "croqui"
13/2/81

Excm. Senhor
DIRECTOR-GERAL DE EQUIPAMENTO ESCOLAR
 Direcção de Serviços de Programação e
 Instalações
 Avenida 5 de Outubro - 107
 1051 LISBOA CODEX

Sua referência: Of.º nº 2829
DSG/DEP 251/2-A
Sua comunicação de: 18/4/80
Nossa referência: Rua Manuel Espregueira, nº 6
Proc.º Viana do Castelo
Of.º L.º N.º

ASSUNTO: DISPENSA DE INSTALAÇÕES DA SEDE DO CONCELHO DE CAMINHA

000749 28 JAN. 1981

Em resposta ao ofício de V.Ex.ª, acima indicado, tenho a honra de
informar:

1. Em contacto pessoal com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, chegou-se a um entendimento quanto à parte do edifício escolar de 6 salas a ceder para instalações da G.N.R., tendo em atenção as condições constantes no ofício de V.Ex.ª;
2. Acordou-se ceder todo o bloco esquerdo, formado, no rés-do-chão, por duas antigas salas de aula e, no primeiro andar, pela antiga residência nº 1 e ainda por um anexo ao edifício onde funcionaram duas salas de aula;
3. Por lapso, considerou-se que a Direcção-Geral de Equipamento Escolar autorizava a cedência pelo que se determinou a ocupação da parte do edifício, sem se ter em conta que a dispensa estava subordinada a prévia proposta por este serviços;
4. Em face do exposto, pedindo relevação do lapso cometido, submete a homologação de V.Ex.ª a resolução tomada, juntando um "croqui" do edifício, devidamente assinalada a parte cedida.

Com os melhores cumprimentos

O DIRECTOR DO DISTRITO ESCOLAR,

[Assinatura]

29 JAN. 81-002457

SAG 50.47/201/.....

Mod. 46 - D. E.

251/2-A

Fig. 50 – Documento de dispensa de instalações, 1981 – (Câmara Municipal de Caminha)

Conseguiu-se, durante esta investigação encontrar um croqui dos espaços cedidos a cada um dos novos usos: posto da Guarda Nacional Republicana, Delegação escolar e Ensino Pré Primário de Caminha, conforme a imagem seguinte.

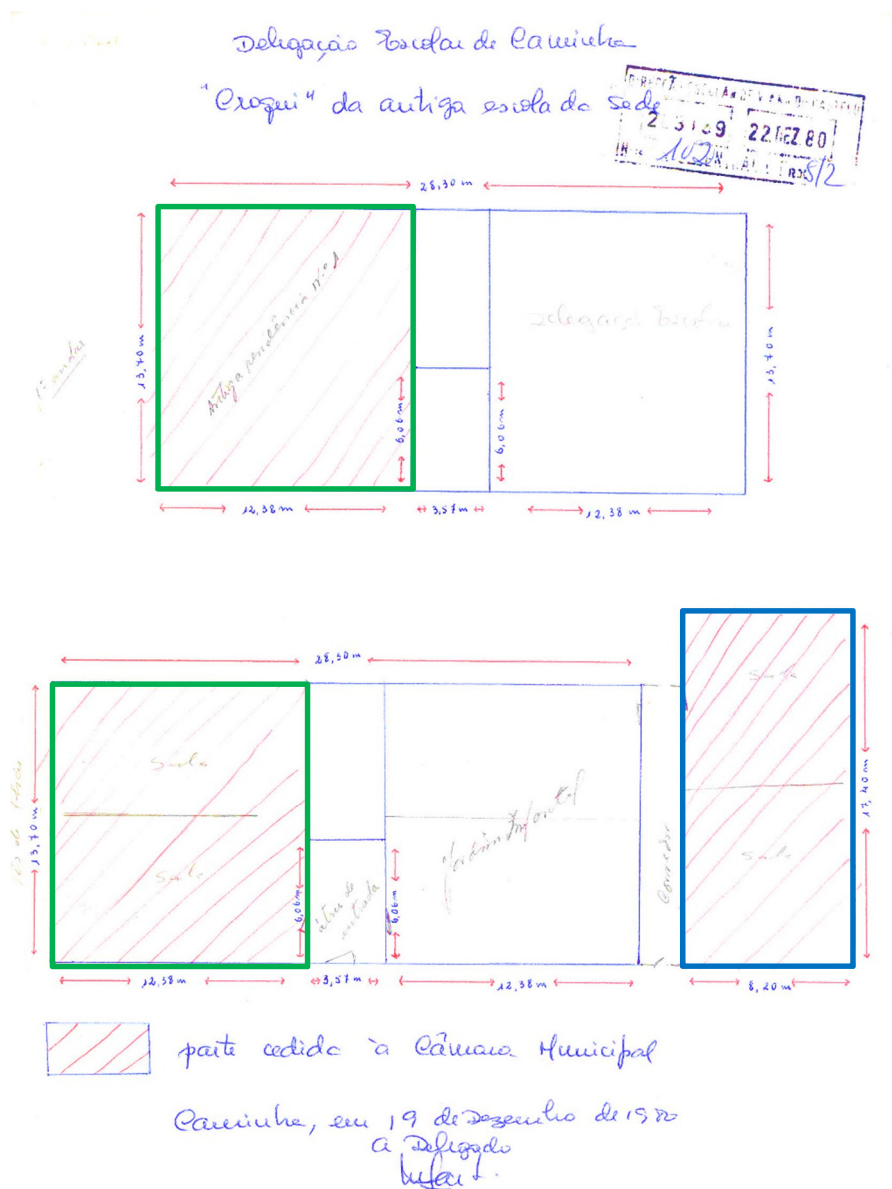


Fig. 51 – Croquis dos espaços para as novas valências, 1980 – (Câmara Municipal de Caminha)

Destes espaços, salienta-se que as zonas cedidas para a câmara municipal, além do posto da GNR (espaço com contorno verde), um espaço foi cedido ao Grupo Juvenil de Caminha, (espaço com contorno azul) que entretanto também já não existe.

Pode concluir-se que este edifício, além de ser um edifício com quase 125 anos de existência, com as muitas alterações que teve, ainda mantém a sua

traça original. Embora o corpo adjacente tenha outras linhas, o corpo principal impõe-se ainda a toda aquela área, ela também um pouco degradada.

5.1.2 – Análise Urbana

5.1.2.1 – Análise Morfológica

Segundo Lamas, “O termo morfologia utiliza-se para designar o estudo da configuração e da estrutura exterior de um objeto. É a ciência que estuda as formas, interligando-as com os fenómenos que lhes deram origem” (2011, p. 37). O conhecimento do meio urbano implica necessariamente a existência de instrumentos de leitura que permitam organizar e estruturar os elementos apreendidos, e uma relação objeto/observador.

A análise dos elementos morfológicos e a evolução que influencia a imagem da vila nos últimos anos, enquadra-se no campo da melhoria do espaço existente. A atividade construtiva destaca-se no início da década de 2000. No entanto, com o acentuar da crise económica, as transformações cingem-se apenas a ações de melhoramento do espaço urbano. Destaca-se as requalificações, reabilitações e revitalizações do meio urbano e seus elementos estruturantes, associando-se às consequentes modificações da morfologia de Caminha.

Pretende-se analisar os elementos estruturantes, como as transformações das vias estruturantes, assim como os pontos de convergência, ligados essencialmente a espaços de permanência geradores de dinâmicas sociais e culturais e as alterações relativas aos equipamentos de serviço público. A informação fornece um entendimento das transformações executadas na vila de Caminha, como também os processos e evolução das mesmas e sua morfologia.

Com esta análise verificou-se como o edifício objeto de estudo marca volumetricamente o local, assim como a sua relação com as vias estruturantes e com parques e largos da própria vila.

5.1.2.1.1 – As Vias

Verifica-se que as vias estruturantes permanecem praticamente inalteradas no que diz respeito à abertura de novas vias de circulação, destacando-se a requalificação apenas de algumas artérias.

Quanto ao traçado viário de circulação externa continua a ser constituído pela EN 13 a Poente, e pela EN 301 a Nascente. Refere-se as obras de requalificação na EN 13 com a inserção de uma rotunda, no acesso Norte à Vila, facilitando a circulação viária neste ponto. Assistiu-se a uma importante alteração rodoviária de influência à vila, com a abertura do troço Norte da IC1 (passando a designar-se A28) até Caminha. (Rodrigues, 2011)

Quanto às vias estruturantes internas da vila de Caminha podem-se referenciar, de Sul para Norte, a Av. Saraiva de Carvalho, Av. Manuel Xavier, a rua de S. João, convergindo na Praça Conselheiro Silva Torres, seguindo pela rua Visconde Sousa Rego, rua Benemérito Joaquim Rosas e rua do Pombal, seguindo para a freguesia Cristelo e Moledo. A Av. Dr. Dantas Carneiro desenvolve-se paralelamente à EN 13 e assegura a circulação local pelo exterior ao núcleo urbano. Na sua função de via de comunicação, possibilita a circulação a toda a extensão habitacional a Poente, como o Bairro Social, o Bairro da Guarda Fiscal e o Bairro dos Pescadores. (Rodrigues, 2011)

Estas vias, para além de garantirem o maior volume de circulação, apresentam características que as distinguem, relativamente às dimensões da faixa de rodagem, o material utilizado no piso (excetuando a Av. Dantas Carneiro e Av. Saraiva de Carvalho, utilizam o paralelepípedo de granito), são executadas em betuminoso.

Morfologicamente estas vias têm um papel fundamental, não apenas no assumir das principais comunicações viárias como também como elementos estruturantes no desenho urbano. É ao longo destas que se implantam as edificações, de maior ou menor volumetria e possibilitando a evolução e o crescimento urbano da vila de Caminha.



Fig. 52 – Planta das vias de comunicação – (Autor)

5.1.2.1.2 – Pontos e Nós de Convergência

Destacam-se, cinco pontos importantes para a análise da evolução morfológica da vila, que são: a área de acesso à vila desde a EN 13, a Poente; a Praça Conselheiro Silva Torres; o acesso Norte desde a EN 13, com a rotunda instalada desde 2008; o Parque da Feira; e o acesso à vila a sul desde

a nacional 301. Estes pontos caracterizam-se pela sua atratividade populacional, possibilitando a permanência e assistindo o interesse social que despertam.

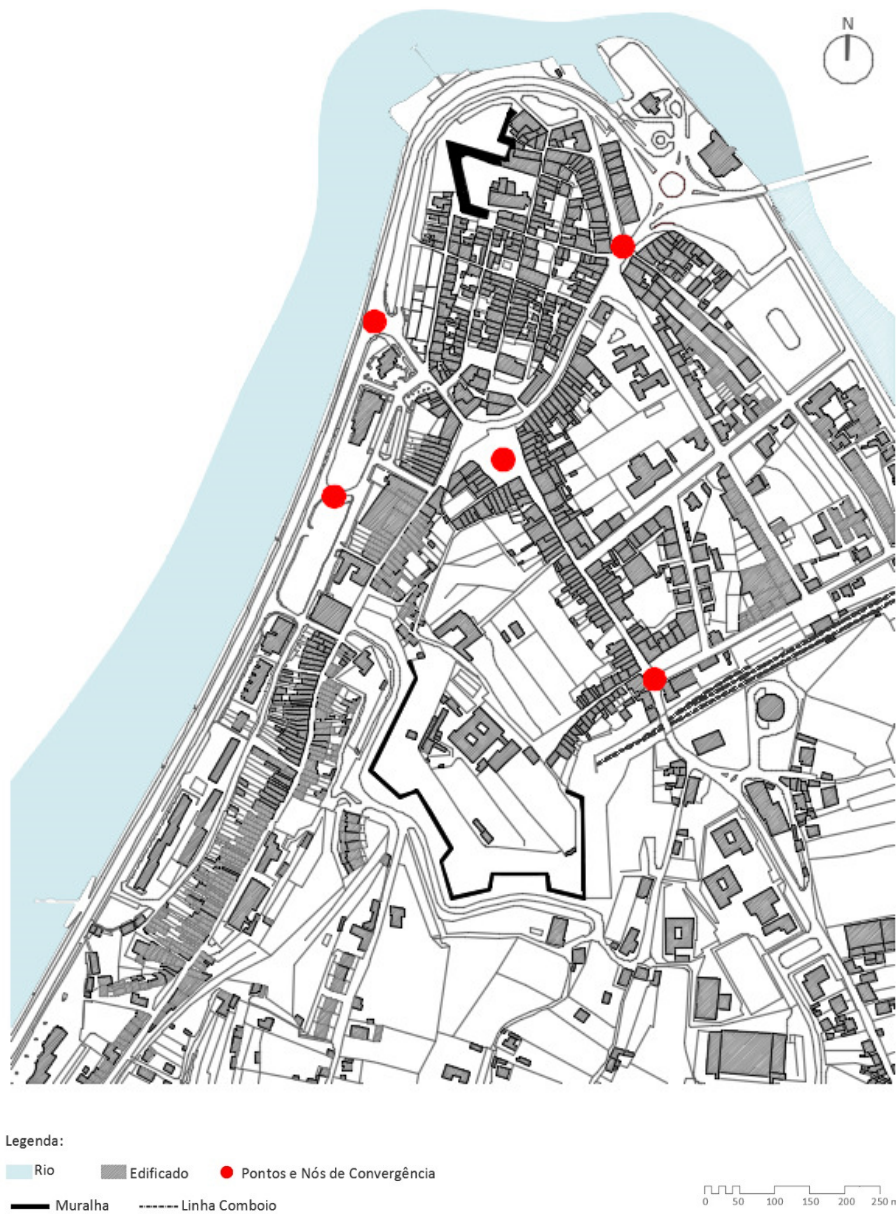


Fig. 53 – Estudo dos nós e pontos de convergência – (Autor)

No acesso à vila a Poente, desde a EN 13, concretiza-se um nó de convergência, quer a nível da circulação automóvel, quer a nível da circulação pedonal. Localizado na marginal da vila, neste ponto podemos encontrar zonas de estacionamento, o maior Centro Comercial da vila e ainda serviços, como os Correios e agências bancárias. As áreas de chegada à vila tornaram-se em pontos de circulação automóvel, mas também pontos de permanência. (Rodrigues, 2011)

Morfologicamente este nó caracteriza-se pela sua envolvência, através de edifícios de habitação de grande volumetria e presença visual.

A Praça Conselheiro Silva Torres ou “Terreiro” é o ponto de convergência social principal na estrutura urbana da vila. Aqui afluem as principais vias da rede viária, sendo um ponto importante, quer na sua relação com os comércios da vila, como também assume lugar de destaque a nível cultural, sendo atualmente o principal palco dos maiores eventos culturais. Ponto de interesse arquitetónico desde a sua formação até à atualidade.

A nível morfológico este nó caracteriza-se pela envolvência de edifícios antigos com muita presença visual e como a “sala de reuniões dos caminhenses”.

A entrada a norte, é outro ponto de convergência. Neste local pode-se encontrar bons acessos ao centro da vila, comércio e serviços. No entanto, a imagem que a vila apresenta neste ponto, é marcada pelo Parque 25 de Abril, como massa arbórea de grande extensão, assim como o Largo Dr. Bento Coelho, onde se pode aceder ao núcleo medieval, ao Ferryboat, restaurantes, áreas de estacionamento, agências bancárias, comércio, serviços, como o Tribunal ou Finanças.

O Parque da Feira foi alvo de obras de requalificação em 2004, incluindo a repavimentação e reorganização de todo o espaço comum à Praça Pontaut Combaut. Este espaço é o ponto de maior convergência de população, uma vez por semana, na realização da Feira semanal (quarta-feira), enquanto nos restantes dias é o maior parque de estacionamento automóvel da vila.

A área da marginal da vila de Caminha enquadra-se na estrutura urbana como zona de apoio à população e caracterizado pelo seu vazio construtivo que se distingue na morfologia da vila. (Rodrigues, 2011)

Na entrada a sul, encontra-se um acesso um pouco estrangulado ao centro da vila, dado que é feito pela passagem superior na linha de caminho-de-ferro. A imagem deste ponto é marcada pelo Largo Sidónio Pais, completamente degradado, com uma massa arbórea de algum porte. Daqui podemos aceder ao “terreiro”, à estação dos caminhos-de-ferro, ao colégio de Santo António e à Muralha, assim como apanhar outras direções. Este ponto já em tempos do passado foi lugar de encontros, como a feira dos animais e o recreio da escola.

Morfologicamente caracteriza-se pela envolvência de edifícios de alguma volumetria, de distintas épocas.

Reabilitação de Edifício Escolar do Séc. XIX: Arquivo Municipal



Fig. 54 – Planta as praças e largos – (Autor)

5.1.2.1.3 – Edifícios e Equipamentos

No que respeita aos edifícios e equipamentos, as intervenções realizadas circunscrevem-se no âmbito das reabilitações executadas nos espaços ou edifícios existentes.

As melhorias dos espaços públicos, como: a colocação do banco corrido ao longo da Av. Camões, ou o cais de amarre no rio Coura (2005); a requalificação da muralha e áreas envolventes (rua de acesso a Vilarelho), consistindo na melhor iluminação, ajardinamento, retificação de passeios, pavimentos, assim como a colocação de uma pérgula metálica (2005); Jardim Luciano Pereira (Largo do Jardim) em 2005 e também com a colocação de uma pérgula e vegetação, como proteção do parque ao traçado da EN 13; a requalificação do Parque 25 de Abril; e a requalificação do edifício do antigo Hospital da Misericórdia, que a partir de 2005 assume funções de Câmara Municipal. (Rodrigues, 2011)

Através destas obras, destaca-se a melhoria dos espaços públicos, de lazer, proporcionando a cada um deles mais qualidade ao serviço da população, ao mesmo tempo que contribui para a transformação da morfologia da Vila de Caminha. Estas transformações vieram a gerar equipamentos inteiramente direcionados para o serviço à população.

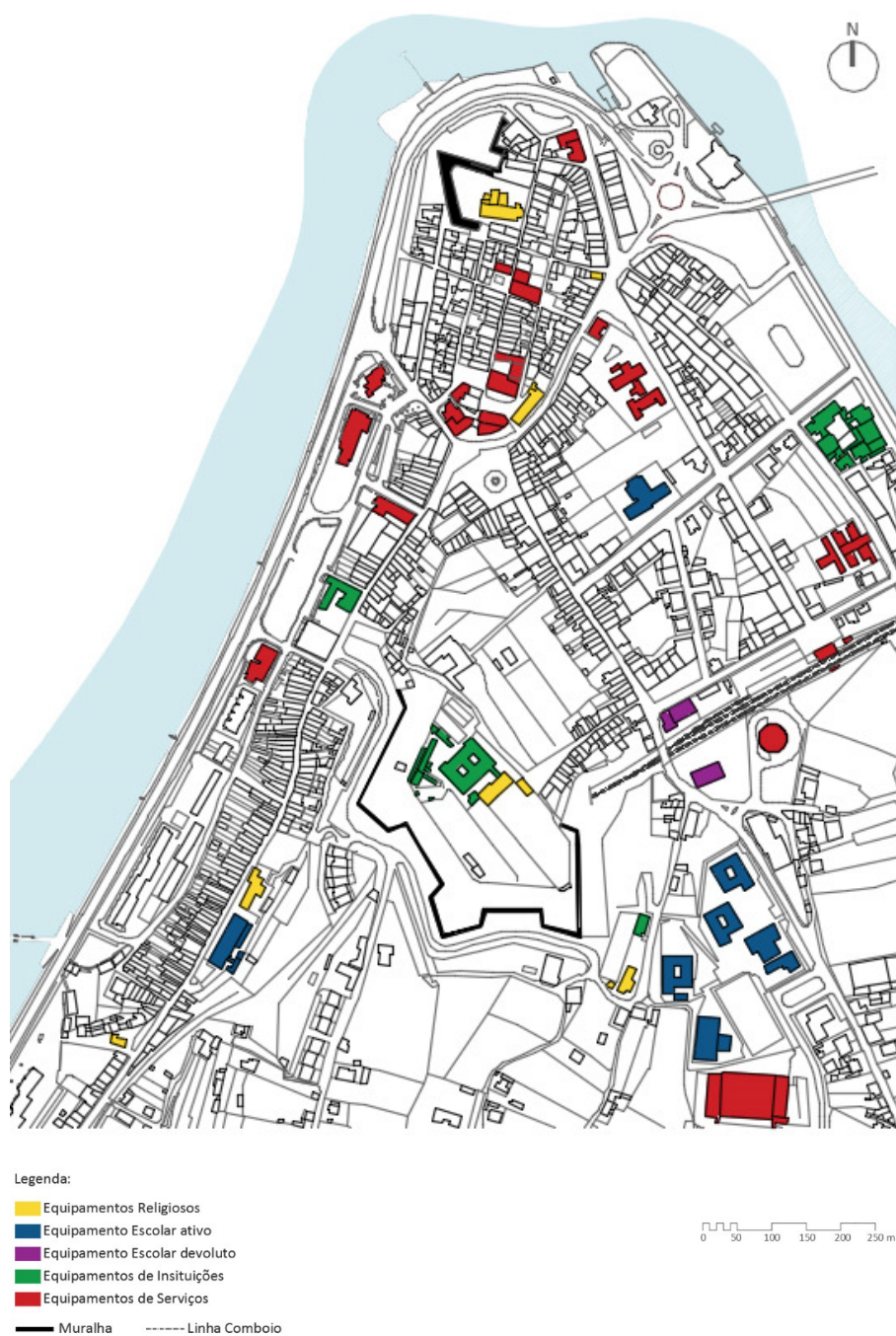


Fig. 55 – Localização dos equipamentos – (Autor)

O edificado que caracteriza a morfologia da vila e que se estende a todo o território, está ligado ao processo de construção do espaço urbano e seu ordenamento. Novas construções surgem e resumem-se a loteamentos privados direcionados para as habitações unifamiliares. Pode caracterizar-se ao nível construtivo, como o preenchimento do espaço urbanizável ainda disponível. A morfologia da vila de Caminha vê-se influenciada pelas obras

de requalificação e reabilitação do edificado existente e por sua vez a melhoria das acessibilidades e dos espaços adjacentes às construções. As áreas de novas construções que se evidenciam na estrutura urbana localizam-se a Nordeste e a Sul (Rodrigues, 2011).



Fig. 56 – Localização das edificações – (Autor)

5.1.2.2 - Inserção no Centro Histórico

Caminha, vila de pequena dimensão, está enquadrada geograficamente por três elementos naturais - Monte de Santo Antão, Oceano Atlântico e Rios Minho e Coura - que condicionaram, desde as suas origens, o seu processo de crescimento e expansão.

Observando o urbanismo existente, mais especificamente a linearidade e a dimensão das suas ruas, percebe-se com facilidade o perímetro da muralha medieval. Vila compacta e concentrada à cota baixa, expandiu-se para a zona extramuros, originando a malha urbana que hoje se conhece e caracteriza-se, essencialmente, pela existência de quarteirões.

Paralelos ao rio, os quarteirões estabelecem uma hierarquia de ruas principais e secundárias. É evidente o desenho regular das ruas e das casas, o que revela claramente preocupação em cumprir as regras que definiam a disposição e dimensão dos lotes.

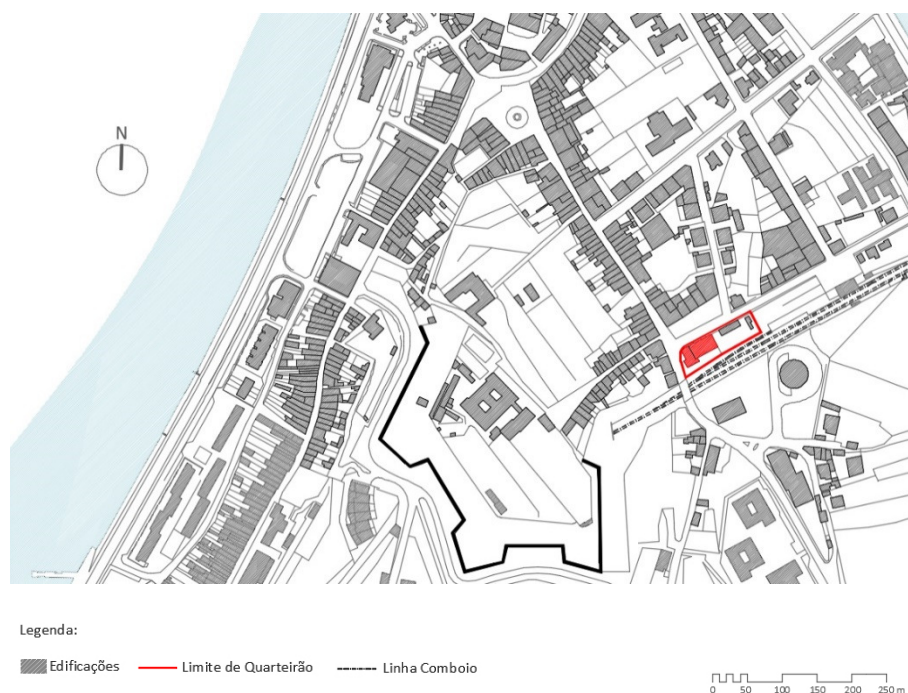


Fig. 57 – Localização do quarteirão – (Autor)

5.1.2.3 – Inserção no Quarteirão

É um edifício notável no conjunto urbano de Caminha, que se localiza em frente a um largo histórico, o Largo Sidónio Pais.

As ruas que lhe estão adjacentes não são menos históricas. A Rua da Corredoura, rua que desde de sempre ligou Caminha às localidades vizinhas, e na época medieval era a única rua que ligava caminha a outros concelhos, como Paredes de Coura e Vila Nova de Cerveira. A outra rua, a Avenida Saraiva de Carvalho, foi criada mais tarde, mas não menos importante, uma vez que ligava a rua referida anteriormente com a estação de caminho-de-ferro e mais tarde com o rio Coura.

Planimetricamente, o edifício ocupa cerca de 15% do quarteirão onde se encontra inserido. É de salientar que a sua confrontação com o caminho público não ultrapassa os 25% do seu perímetro.

Altimetricamente, a sua volumetria impõe-se a todo o quarteirão, destoando de todo o conjunto onde se insere. É, sem dúvida, uma referência no território, e de muitas memórias para as pessoas que o utilizaram.

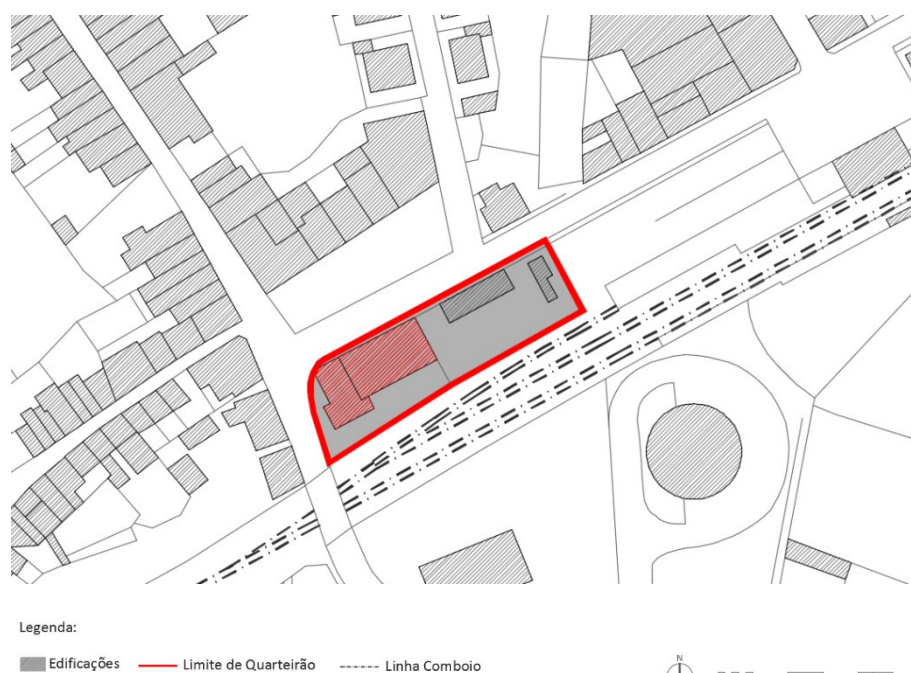


Fig. 58 – Localização no quarteirão – (Autor)

5.1.2.4 – Evolução urbana das infraestruturas na envolvente do edifício

A segunda metade do séc. XIX foi uma época de grandes empreendimentos no domínio das obras públicas promovidas pelo poder central. Criaram-se infraestruturas para facilitar a circulação de pessoas, bens e informação, o que levou ao rasgar de sulcos nas diversas regiões do país, que, na altura, se organizavam em redes de estradas e linhas férreas.

De evidenciar as alterações realizadas a nível urbano e também tecnológico, como a demolição, a 13 de fevereiro de 1870, das Portas da Corredoura e o Arco Botica na Porta Nova. Constatou-se uma grande mudança, não apenas urbana, mas também social, tendo o seu início e por decreto de 14 de junho de 1872, é mandado construir o troço, entre Porto e Valença, dos caminhos-de-ferro. A 1 de Junho de 1878 é aberto à exploração o troço entre Barcelos e Caminha, sendo criada a linha do Minho em 1882, ligando o Porto a Valença, e daí a Espanha, a partir de finais de 1886 (Cadilha, 2008, p. 58).

As Portas da Corredoura, assumem um papel fundamental, relativamente à comunicação, mas também a um assentamento ao longo da Rua da Corredoura, assim como a área mais a Norte, com os terrenos ganhos ao Rio Coura. Aí, mais tardiamente, com o derrube das muralhas, instalaram-se edifícios de grande importância como a Escola da Vila.

Nos finais do século XIX, a reestruturação urbana em pleno crescimento proporciona-se através das transformações económicas pelo decréscimo das atividades marítimas ou com a chegada do comboio e melhoria das comunicações viárias. Foi aberta a Rua da Estação.

No início do século XX as transformações e inovações surgiram na vila e nos mais variadíssimos campos da sociedade caminhense. Assume-se uma fase de claro crescimento, desenvolvimento e reestruturação, assim como:

(...) em 1920 abriu-se o largo Sidónio Pais e criou-se uma ligação entre a Rua da Corredoura e a Av. De Entrepontes, hoje Avenidas João de Deus e Padre Pinheiro, tendo sido demolidas algumas casas para o efeito e aberta a rua no local onde, segundo o Eng.º João M. Felgueiras da Silva Santos dizia fazer-se a feira do gado (Cadilha, 2008, p. 60).

Em 1942 foi aberto o pequeno troço que iria ligar a avenida da Estação e a Avenida Entrepontes. Foram melhoradas a Rua da Corredoura, foi criado o Largo, a ligação entre esta e a Avenida da Estação, dando origem á Avenida Saraiva de Carvalho e mais tarde à ligação entre à Avenida da estação e a Avenida entre Pontes (atual Avenida de Camões). Toda esta área é contígua

ao nosso edifício cuja fachada principal faz frente à desembocadura da Avenida Saraiva de Carvalho.

5.1.2.5 – Planeamento e Intervenções Recentes

Os normativos de planeamento urbano vigentes na vila de Caminha são o Plano Diretor Municipal (PDM). Apenas a partir da aprovação do PDM é que se verificou um maior esforço, por parte do poder local, em executar algumas intervenções de requalificação da malha urbana do Centro Histórico. No PDM, não estava previsto nenhuma ação dinamizadora, mantendo-se efetivamente como um plano regulador. As poucas intervenções realizadas no seu seguimento tinham sido sobretudo ao nível de equipamentos públicos, sendo as restantes intervenções efetuadas isoladamente, visando a reabilitação de alguns espaços ou a reconversão de imóveis existentes.

Atualmente, o PDM de Caminha encontra-se em fase de revisão, sendo o único meio de gestão de toda a área urbana de Caminha. No entanto, todas estas ações eram efetuadas algo isoladamente, não se verificando uma ação dinâmica e integradora de articulação com a coroa urbana envolvente e não se potenciando, ao máximo, a zona pelas suas reais capacidades, nem criando verdadeiros programas de incentivo à revitalização do centro. Existe assim a necessidade de um Plano de Pormenor realmente efetivo.

5.1.3 – Análise Construtiva

5.1.3.1 – Levantamento arquitetónico e construtivo

O levantamento do existente da escola, a sua envolvente, bem como os elementos que os constituem, os perfis e levantamento dos vestígios arqueológicos, deverão ser rigorosos e exaustivos para que se consiga um melhor resultado a nível de diagnóstico.

O levantamento iniciou-se pela execução de um levantamento topográfico, onde foi marcada toda a envolvente do edifício, assim como cotas de soleira e de cumeeira, ou seja, toda altimetria do edifício. Posteriormente procedeu-se a um exaustivo levantamento feito à fita/laser, de todos os compartimentos, nos vários pisos do edifício acompanhado de fotografia e desenhos do local e anotações para complementar os desenhos.

O levantamento deve refletir de forma exata a topo morfologia do local, e a relação do objeto de estudo com a envolvente.

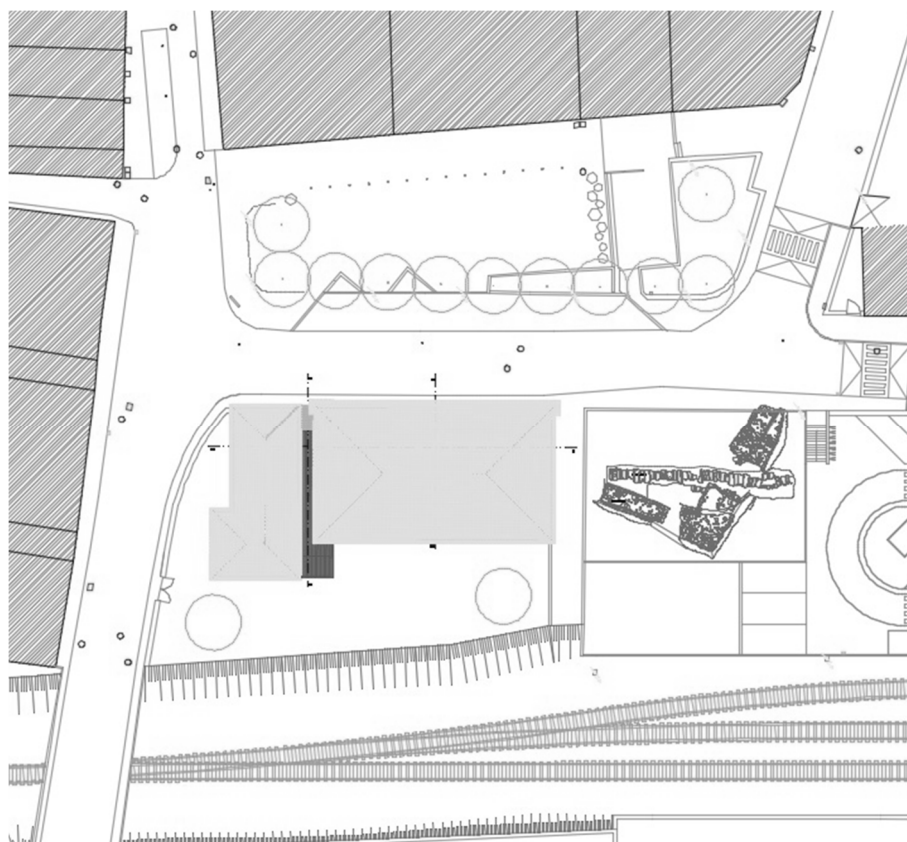


Fig. 59 – Planta de implantação (S/escala) – (Autor)

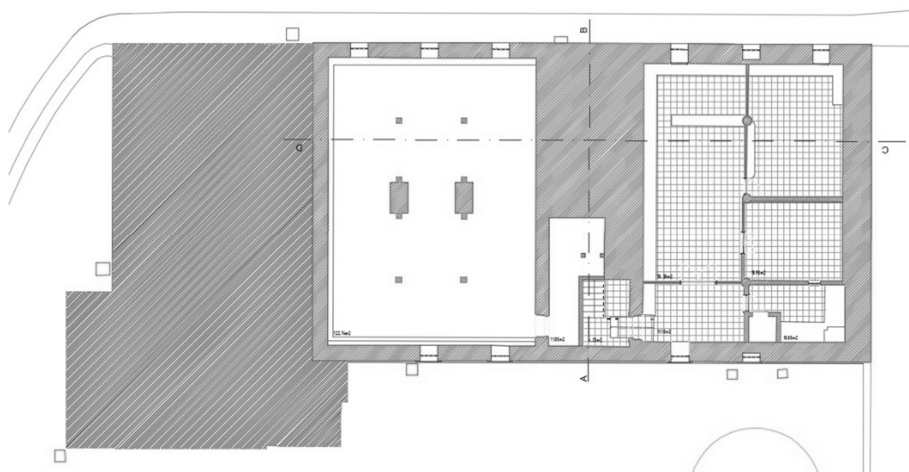


Fig. 60 – Planta da Cave (s/escala) – (Autor)

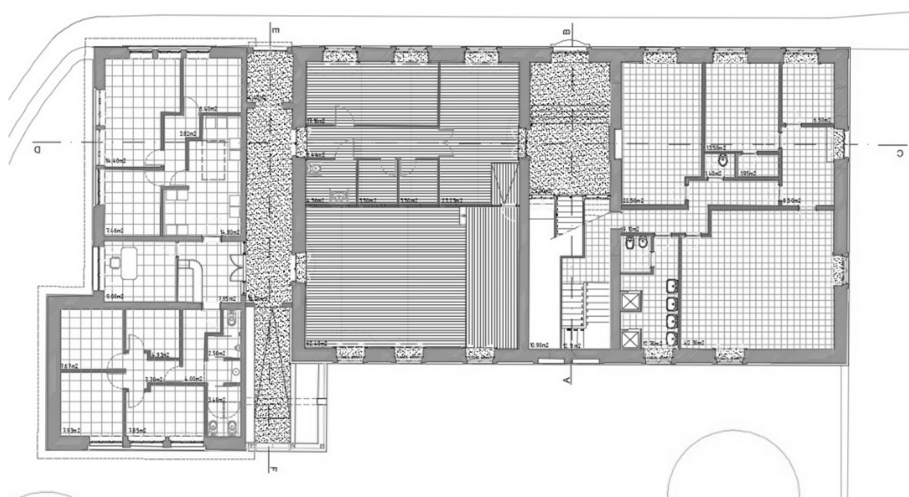


Fig. 61 – Planta do rés-do-chão (s/escala) – (Autor)

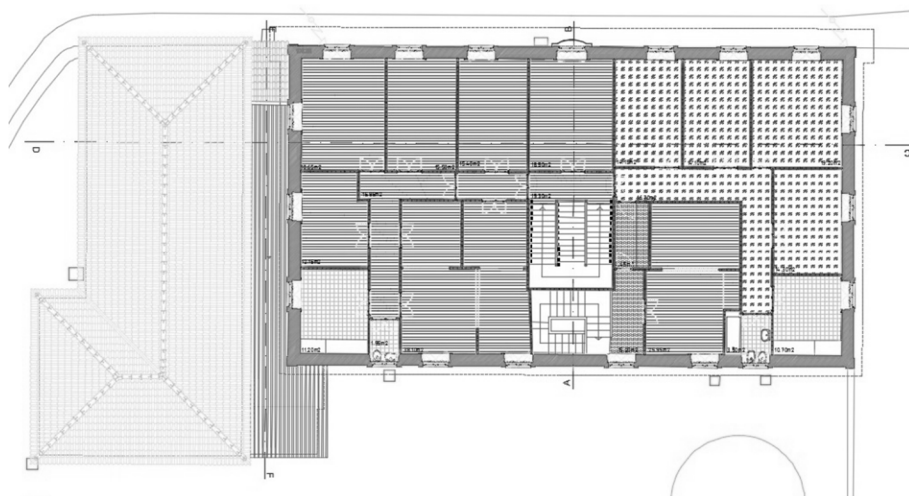




Fig. 63 – Alçado Norte (s/escala) – (Autor)

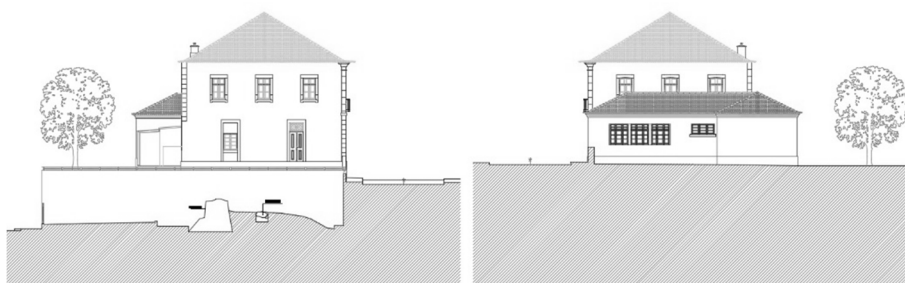


Fig. 64 – Alçados Nascente e Poente (s/escala) – (Autor)



Fig. 65 – Alçado Sul (s/escala) – (Autor)

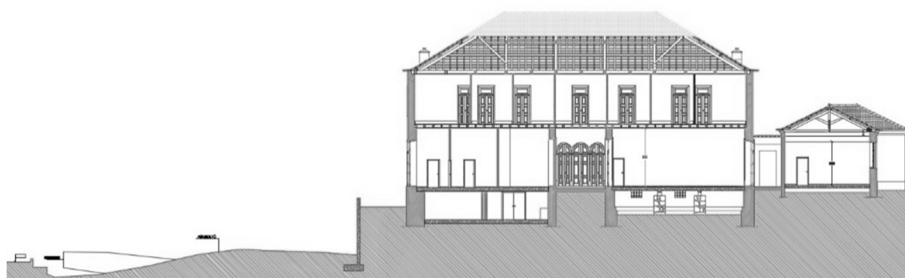


Fig. 66 – Corte Longitudinal (s/escala) – (Autor)

5.1.3.2 – Estudo Construtivo

A construção deste edifício escolar é marcada por algumas alterações. Ao longo do tempo, foi alvo de algumas adaptações espaciais, de forma a responder a necessidades de alterações de usos.

Assim, pode-se destacar a volumetria principal cuja construção se destinava ao ensino e habitação do professor, primeiro uso do edifício. Apresenta elementos representativos da arquitetura tradicional, como poderemos observar mais em diante.

Correspondendo já a uma fase posterior, são de referir o edifício adjacente, como resultado de uma necessidade de mais espaço, para responder a um programa específico. É de salientar também, nesta nova construção, a presença de sistemas construtivos característicos da arquitetura tradicional, com recursos a materiais de cariz também tradicional.

No edifício principal, depois dessas alterações, iria ser adaptado para quartel da GNR, ocupando todo o lado nascente com alterações com algum impacto a nível interior. A ala Poente foi destinada para o ensino da pré-escolar em todo o rés-do-chão dessa mesma ala e delegação escolar no 1º andar. O edifício adjacente passaria a ser a sede do grupo Juvenil de Caminha, sem alterar a configuração do espaço.

5.1.3.2.1 – Estrutura

A sua estrutura é constituída por paredes portantes em alvenarias de granito, ligadas com recurso a morteiro, no que se refere ao edifício principal. A largura do edifício foi definido pela dimensão das vigas de madeira, que correspondiam mais ou menos a 13 metros.

Pode observar-se na fig. 68, a existência de duas paredes portantes interiores que se distanciam, mais ou menos paralelamente, com afastamento regular, no que se refere às laterais.

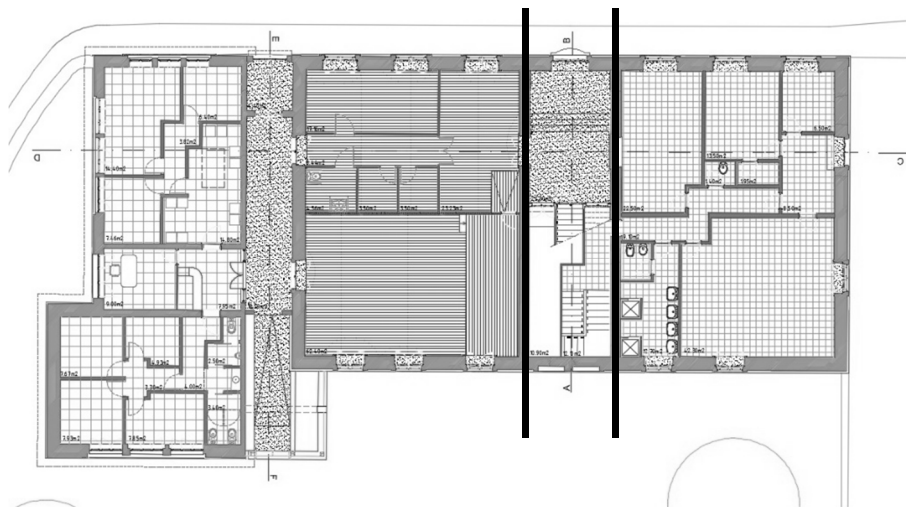


Fig. 67 – Planta Rés-do-chão (s/escala) – (Autor)

Tal situação não interferiu na orientação das vigas dos pavimentos, dado que estas apoiam nas paredes portantes exteriores. É de salientar na parte do edifício mais a Nascente, a presença de vigas metálicas para suportar o peso dos pavimentos. Esta estrutura terá sido colocada quando se adaptou o edifício para o quartel da GNR.

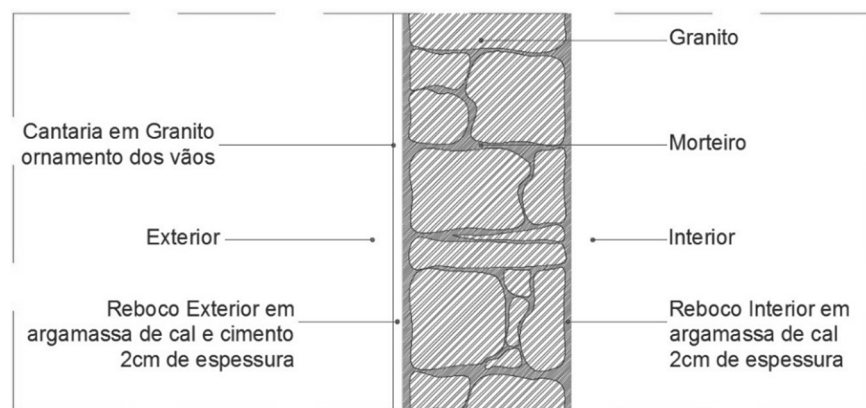


Fig. 68 – Pormenor parede portante (s/escala) – (Autor)

No edifício adjacente, nos elementos estruturais verticais, observam-se alvenarias de granito, com dimensões regulares assentes em fiada ao cutelo, ou tijolo maciço, em divisórias. As alvenarias, sendo de granito ou tijolo, são sempre ligadas com recurso a morteiros, definindo elementos monolíticos.

A presença destas alvenarias é muito expressiva em planta, pela espessura que as mesmas possuem, nunca inferior a 15 cm e podendo chegar aos 90 cm.

5.1.3.2.2 – Paredes portantes

Relativamente às paredes portantes, podem-se referir dois tipos de alvenarias: as de granito e as de tijolo maciço.

No que se refere às paredes de granito, definem-se pela sobreposição de elementos de granito ligados com recurso a morteiro. A escolha dos elementos não foi rigorosa, já que as paredes foram revestidas a morteiro de cal, com uma espessura de mais ou menos 2 cm.

Neste sistema construtivo, a espessura da parede diminui consoante os pisos, reduzindo o peso exercido sobre a base, o que garante estabilidade, mas também possibilitando o assentamento do vigamento dos pisos. De facto, no edifício principal, podemos observar que a espessura das paredes pode apresentar diferenças entre os 10 e 15 cm, valor necessário para o apoio do vigamento.

No edifício adjacente, encontra-se dois tipos de alvenarias: as de granito rebocadas a morteiro de cal ou cimento e as com tijolo maciço com reboco de cimento. Estas soluções justificam-se por estes serem os recursos comuns, na altura da sua construção.

5.1.3.2.3 – Fachadas

São claramente elementos portantes. As fachadas obedecem ao mesmo sistema construtivo. São merecedores de destaque dois aspetos característicos, presentes no edifício principal. Os elementos de granito que constituem a alvenaria foram objeto de um trabalho de cantaria muito rigoroso, tanto nas faces voltadas para o exterior, como nas voltadas para o interior. De facto, as ombreiras e padieiras dos vãos foram trabalhadas de forma a existir uma orla ornamental tanto para o interior, como para o exterior, numa peça única. Estas salientam-se particularmente em relação ao acabamento, cerca de 2 cm, o que significa que deveriam sobressair cerca de

4 a 5 cm dos restantes elementos mais grosseiros. Outra característica refere-se ao seu revestimento. É composto por reboco de cal e cimento, em todas as fachadas. Nas alvenarias das fachadas, encontram-se presentes elementos, também em granito, encastrados, como varandas ou cornijas, conforme podemos verificar na (fig. 70).

Já o edifício adjacente, visto ser de uma época posterior, apresenta trabalho de cantaria, mas só em dois vãos. Outra característica refere-se ao seu revestimento. É composto por reboco de cal e cimento e pintura.

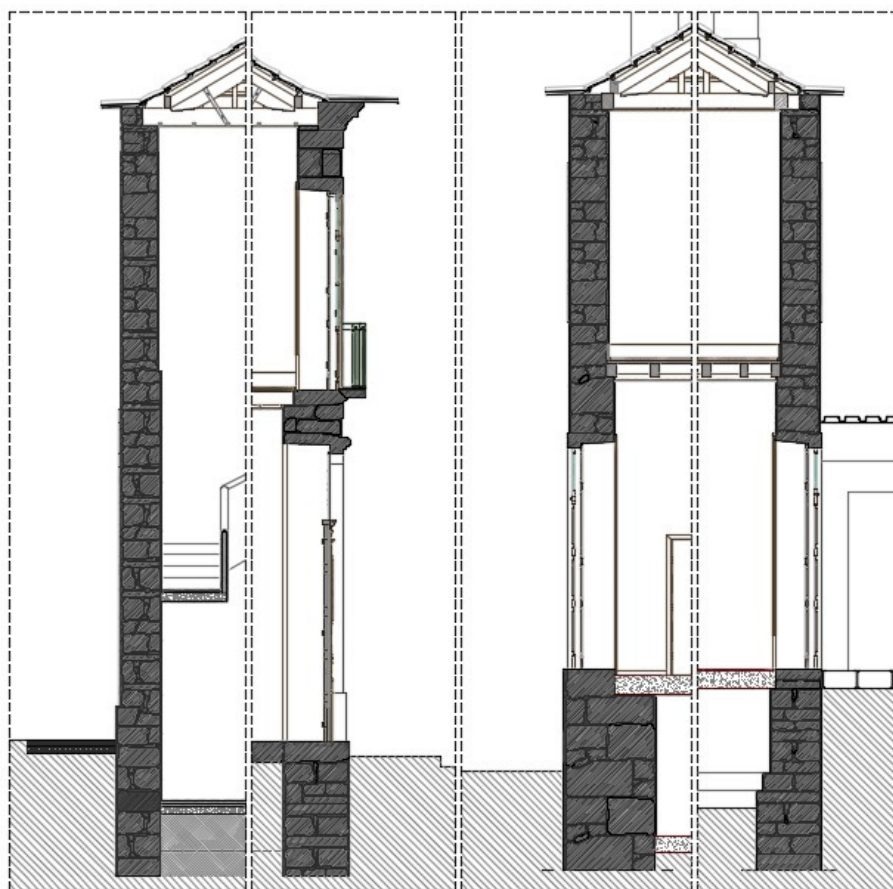


Fig. 69 – Corte de Fachada (s/escala) – (Autor)

5.1.3.2.4 – Paredes divisórias

No que diz respeito às divisões dos espaços, é notório o uso do sistema de tabiques composto de madeira e de morteiro de cal, conforme podemos observar no detalhe construtivo na (figura 71). Existem também algumas divisórias revestidas a cerâmica, nomeadamente em partes das cozinhas e casas de banho.

No edifício adjacente salienta-se as divisórias constituídas em tijolo cerâmico furado, assente em morteiro de cimento, e revestido com reboco de cimento em ambas as suas faces, com espessura de 2 cm.

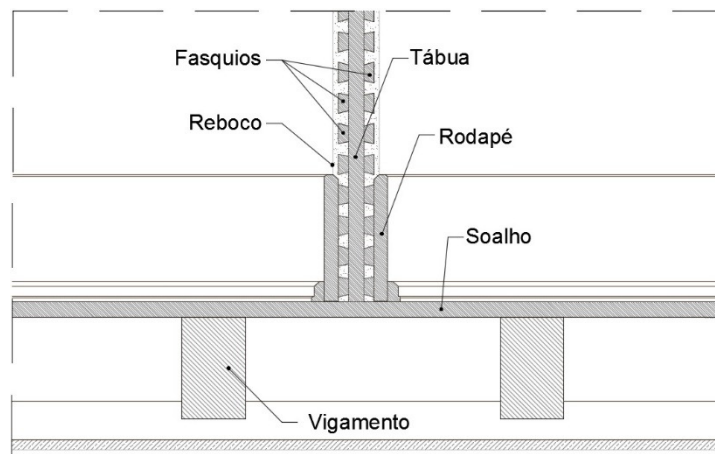


Fig. 70 – Pormenor de parede divisória em tabique (s/escala) – (Autor)

5.1.3.2.5 – Pavimentos

Os pavimentos dos edifícios distinguem-se claramente, tanto ao nível dos materiais utilizados, como dos sistemas construtivos.

No edifício principal, encontra-se um sistema tradicional de madeira, composto por vigas de 0.25 x 0.15 x 13.00 m, e soalho, com espessura de 0.03 cm e pregado diretamente sobre as vigas, (figura 72). Nele, todos os pavimentos são definidos da mesma forma, à exceção do piso da cave onde podemos encontrar em metade do edifício um pavimento feito por enrocamento e com acabamento a material cerâmico, e a outra metade em terra natural, (figura 74 e 75). No rés-do-chão observa-se uma laje aligeirada, fruto das inúmeras alterações a que este edifício tem sido submetido ao longo dos anos (Figura 73).

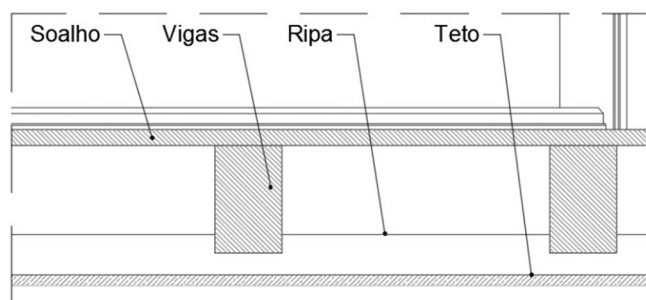


Fig. 71 – Pormenor do pavimento em madeira (s/escala) – (Autor)

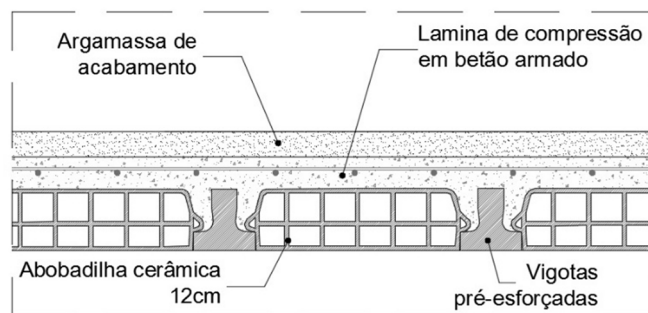


Fig. 72 – Pormenor de pavimento em betão (s/escala) – (Autor)

No que se refere edifício adjacente, edificado mais tarde em relação ao pavimento do piso térreo, afigura-se um sistema de enrocamento, com recurso a argamassa de cimento como revestimento, à semelhança do que se encontra também no piso térreo do edifício principal, (figura 74).

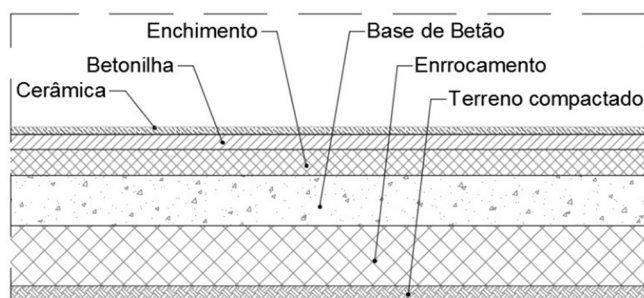


Fig. 73 – Pormenor de pavimento térreo (s/escala) – (Autor)

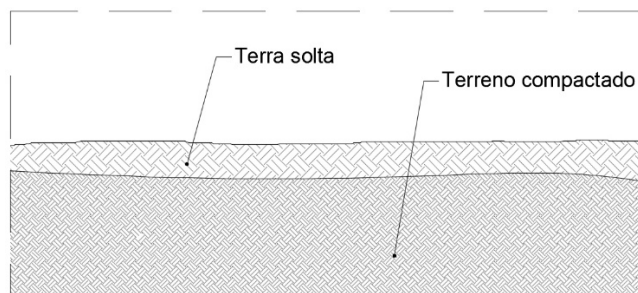


Fig. 74 – Pormenor do pavimento em terra natural (s/escala) – (Autor)

5.1.3.2.6 - Coberturas

Relativamente às coberturas, é de referir a utilização de um sistema tradicional com recursos a asnas, vigas e barrotes de madeira, como pode-se observar na figura 71. Tanto pelo material utilizado, como pelo sistema construtivo, pode afirmar-se que as coberturas do edifício principal são as originais, o que não compromete autenticidade do edifício. Pressupõe-se a preexistência de uma estrutura deste tipo, semelhante à existente no edifício adjacente.

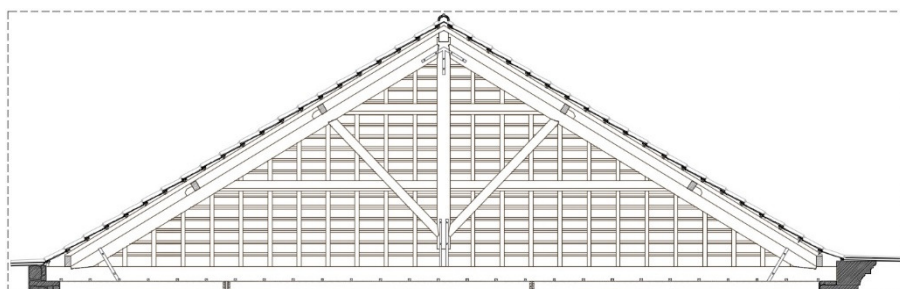


Fig. 75 – Pormenor da cobertura (s/escala) – (Autor)

O revestimento da cobertura é feito com telha cerâmica do tipo Marselha. Atendendo às imagens que se conseguiram com esta investigação, pressupõe-se que esta seja a original.

Verifica-se tanto no edifício principal como no adjacente a inexistência de caleiros para a recolha de águas pluviais, de forma a garantir a sua drenagem e evitar escorrências nas paredes dos edifícios.

5.1.3.3 – Vãos

5.1.3.3.1 - Interiores

Relativamente aos vãos interiores, podemos constatar que os mesmos se encontram sempre materializados com recurso a madeira e vidro e as ferragens são todas em ferro, (figura 77). Analisando o nível de acabamento e a ornamentação, podemos distinguir facilmente os vãos que compõem o edifício principal dos que compõem o edifício adjacente, uma vez que foi construído posteriormente. Assim como os vãos, na cave e rés-do-chão do edifício principal do lado nascente, embora sejam em madeira, mas já são prefabricados, sem ornamentações e as ferragens são em latão, (figura 78).

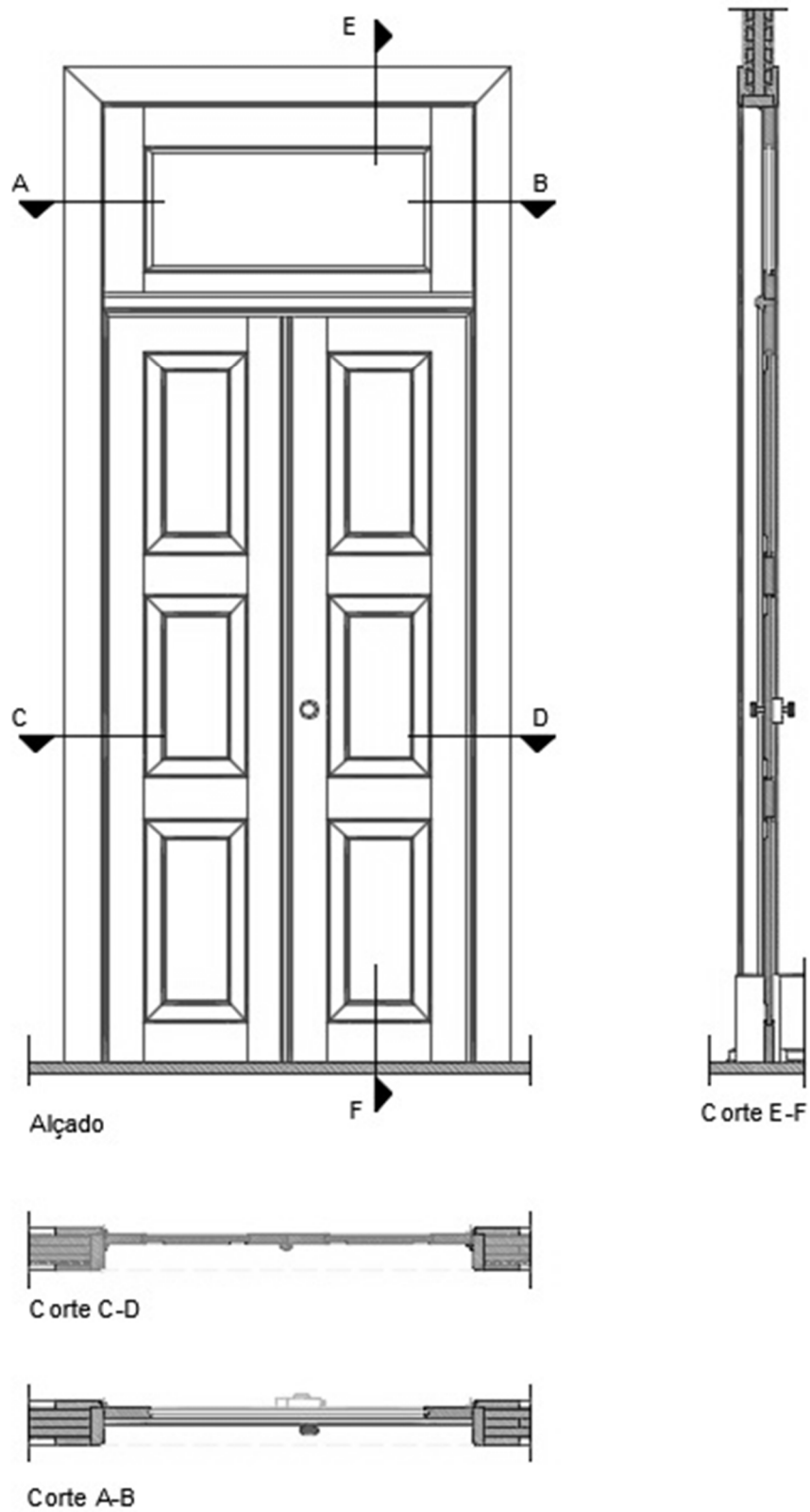


Fig. 76 – Pormenor de porta interior (s/escala) – (Autor)

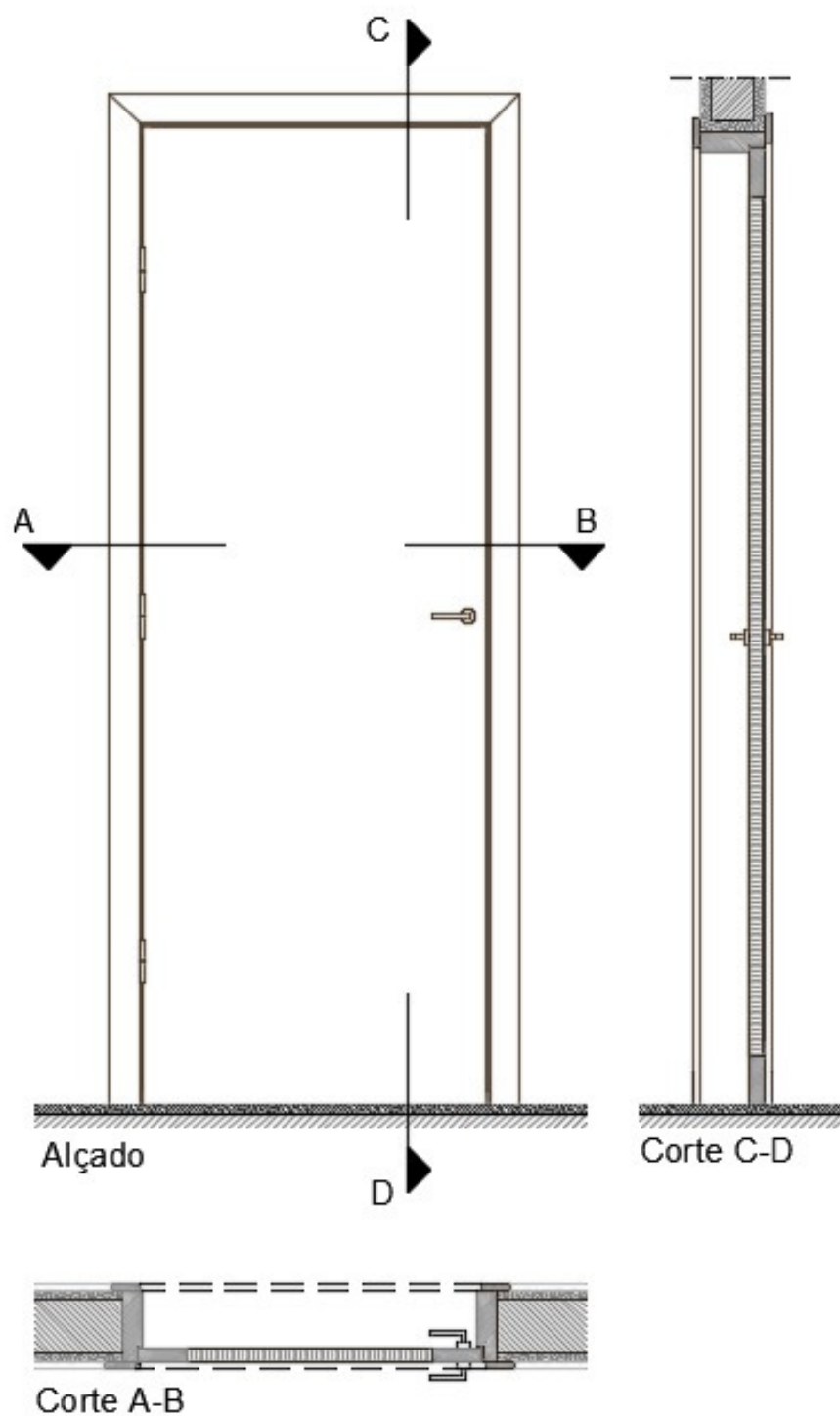


Fig. 77 – Pormenor de porta interior (s/escala) – (Autor)

5.1.3.3.2 - Exteriores

No que se refere aos vãos exteriores, à semelhança dos interiores, são todos eles compostos por madeira e vidro e respondem aos mesmos cuidados ao nível dos acabamentos que os vãos interiores.

No edifício principal, pode-se observar a presença de portadas interiores em madeira (fig. 79). É de destacar a existência de um portão em ferro, na ligação entre o edifício principal e o edifício adjacente.

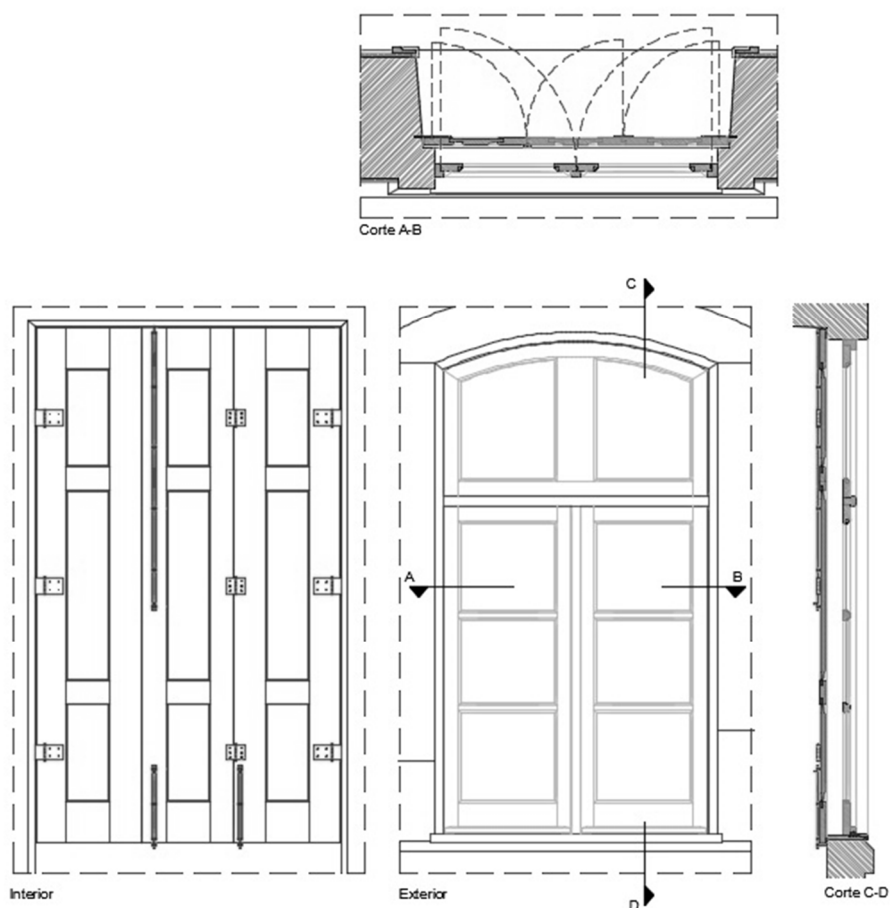


Fig. 78 – Pormenor de Caixilharia exterior (s/escala) – (Autor)

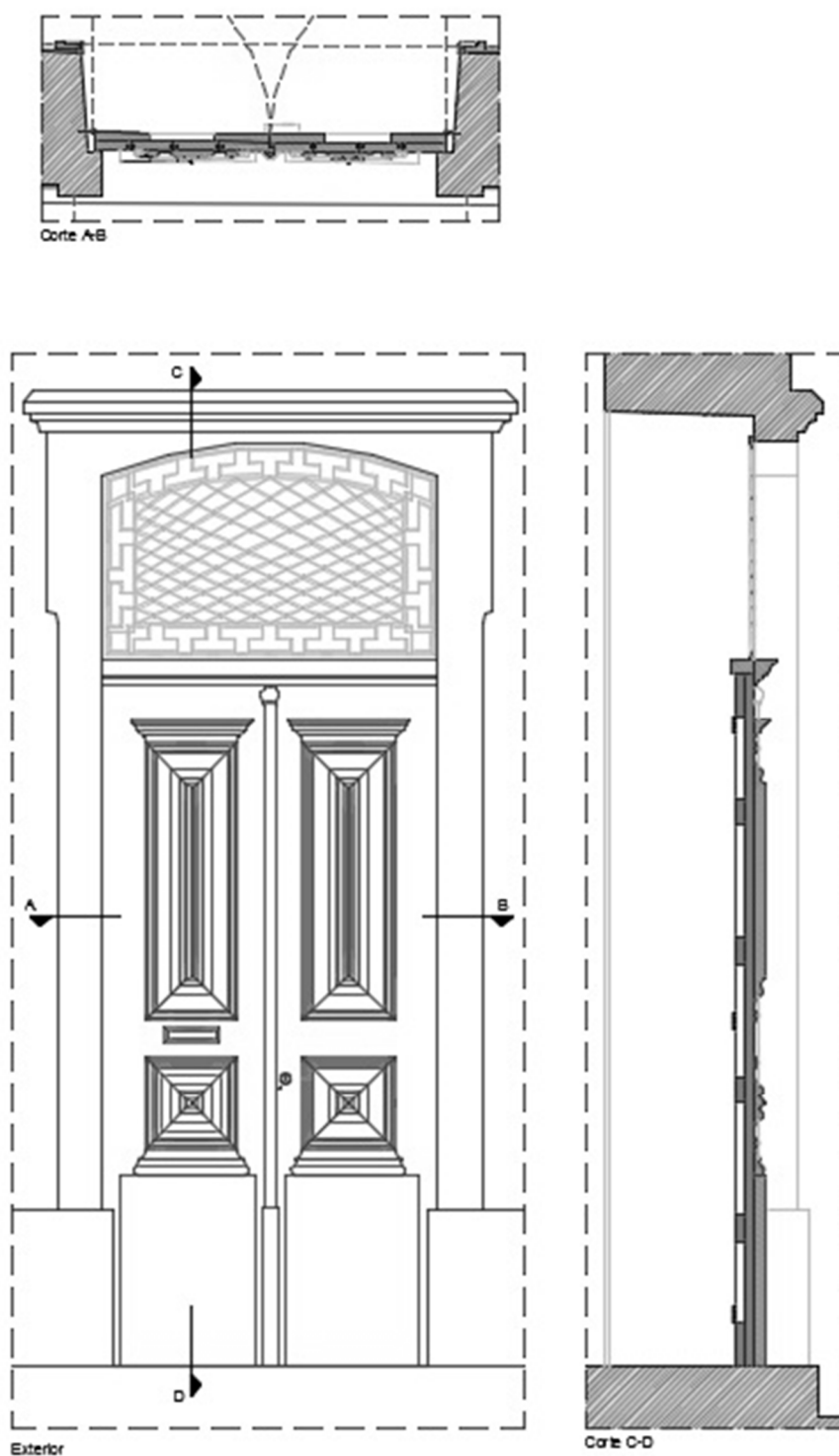


Fig. 79 – Pormenor da caixilharia exterior (s/escala) – (Autor)

5.2 – Diagnóstico e Estado de Conservação da Escola Central Padre Pinheiro

Numa primeira aproximação indicam-se causas de patologias mais visíveis, se bem que se deve realizar um estudo exaustivo da resistência e estado de conservação desta, assim como das instalações existentes.

5.2.1 – Estrutura Exterior

5.2.1.1 - Fachadas

As fachadas não apresentam infiltrações de água que possam afetar seriamente os elementos de suporte (vigas, barrotes e soalho). Contudo, verificam-se algumas fendas no exterior. Encontram-se pedras quebradas e nota-se a ausência de partes no que respeita à cantaria (fig. 81). Nas varandas e nas faces das cantarias aparentes deteta-se a presença de manchas negras.



Fig. 80 – Foto de Fissura – (Autor)

Os rebocos, embora tenham sido intervencionados à relativamente pouco tempo, não o foram na sua totalidade e já se notam zonas com escorrimentos de tinta, empolamentos e bolhas (ver fichas Escola 02, 03, 04 e 05).



Fig. 81 – Foto de descolagem da pintura – (Autor)

5.2.1.2 – Paredes Meeiras

Verifica-se a presença de humidade de forma quase generalizada, o reboco encontra-se danificado, com manchas amarelas, bolhas e partes caídas, verifica-se em algumas paredes a descontinuidade da superfície.

As infiltrações de águas provenientes da cobertura prejudicam as vigas de madeira da estrutura (fig. 83) que se encontram embutidas na parede (ver ficha Escola 01).



Fig. 82 – Foto de Humidade em parede meeira – (Autor)

5.2.2 - Estrutura Interior

5.2.2.1 – Estrutura Horizontal (Pavimentos)

A madeira dos pavimentos (vigas) o seu estado de conservação é muito variável, existindo em certos locais ausências de problemas e em outras zonas deteriorações acentuadas, deformações, caracterizando-se pela perda de seção resistente. Os pavimentos (soalho) apresenta um elevado grau de degradação por ataques biológicos como térmitas ou cupim. (fig. 84)



Fig. 83 – Foto do ataque biológico no soalho

Verifica-se também a degradação da madeira por fungos de podridão, junto às paredes, devido a infiltrações da cobertura (ver ficha Escola 01 e 06).



Fig. 84 – Foto de deformação do pavimento – (Autor)

5.2.2.2 – Escadas

A escada de madeira não apresenta grandes problemas de conservação. Embora é de salientar a ausência de alguns balaustres, desprendimentos do revestimento, e pequenas peças partidas (fig. 86).



Fig. 85 – Foto da descolagem do revestimento da escada – (Autor)

A presença de pó branco, na generalidade dos elementos, indicia a presença de térmitas (ver ficha Escola 07).

5.2.2.3 – Divisórias

Foram observadas algumas fissuras nomeadamente na ligação com a parede exterior e gretas nos rebocos.



Fig. 86 – Foto de fissuras na ligação da parede exterior – (Autor)

Verifica-se a presença de manchas de humidade, fungos e mofos, áreas com falhas no reboco, descascamento da pintura, manchas amareladas e aparecimento de bolhas (ver ficha Escola 01).

5.2.2.4 – Cobertura

Estrutura tradicional em madeira, asnas e barrotes, com telha tipo Marselha assente sobre ripado de madeira.

Verifica-se a existência de muita sujidade em toda a cobertura, fungos e musgos, manchas brancas, muitos desprendimentos de telhas e com falta de peças (fig. 88) dando origem a infiltrações de águas da chuva. Verifica-se a falta de isolamento térmico (nunca existiu), o suporte apresenta muitas peças com deformações, fungos e pó branco como o cupim ou térmitas (ver ficha Escola 08).



Fig. 87 – Foto da estrutura da cobertura – (Autor)



Fig. 88 – Foto fissuras da estrutura de madeira – (Autor)

5.2.3 – Carpintaria Exterior

Realizadas em madeira pintada com tinta de esmalte, com vidro simples, dois batentes e contras também em madeira (fig. 90 e 91)



Fig. 89 – Foto do descascamento da pintura, humidade e oxidação – (Autor)

Apresentam galeria de cupim com presença de terra, apodrecimento de algumas peças devido à humidade, vidro partidos, rejuntamento dos vidros,

pintura em mau estado, ferragens oxidadas ou danificadas, manchas de humidade e podridão, necessitando de uma reparação ou substituição de peças (ver ficha Escola 02, 03, 04 e 05).



Fig. 90 – Foto do descascamento do revestimento, humidade – (Autor)

PARTE VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclusões

A presente Dissertação procurou responder a dois objetivos: em primeiro lugar, inventariar os valores patrimoniais dos edifícios escolares devolutos na vila de Caminha, indicando as relações que estabelecem com o sítio, o lugar e a paisagem. Ao longo dos capítulos 2, 3 e 4 expôs-se a contextualização histórica e geográfica da vila e a contextualização histórica do ensino na Europa e em Portugal. Abordaram-se os graus de intervenção, as cartas, convenções e recomendações internacionais e as normas nacionais de proteção do património. Por último através do inventário fez-se um enquadramento do objeto de estudo, que permitiu a compreensão e identificação de critérios morfológicos e paisagísticos na implantação da sua localização no contexto da região. Assim como se realizaram entrevistas para perceber a necessidade da reabilitação do objeto de estudo assim como de um arquivo municipal.

Para responder ao primeiro objetivo, e começando por uma abordagem histórica ao local, que se apresenta como um dos principais elementos a ter em conta para perceber o porquê da localização do edifício, sobre o qual incide a área da intervenção. O objeto de estudo demonstra esse valor atribuído à envolvente como elemento estruturador e articulador da intervenção. Para se enquadrar o objeto de estudo dentro de uma época, realizou-se uma abordagem histórica desde o aparecimento do ensino institucionalizado na Europa e mais tarde em Portugal. Consequentemente conseguiu-se enquadrar o surgimento dos primeiros edifícios escolares em cada época e o tipo de escola, podendo assim determinar as épocas dos edifícios inventariados.

O valor histórico do edifício assume particular importância uma vez que apresenta um estado particular único, mantém-se o mais fiel ao seu estado original, sendo que o valor de contemporaneidade é um valor a inserir, uma vez que é importante e marcará o seu lugar. Altera, inova e cria história, faz avançar o monumento tornando-o útil às necessidades do presente, tendo em conta a importância e a referência que o património assume na sociedade atual, bem como os princípios culturais e sociais que se procuram valorizar, defender e transmitir.

A valorização patrimonial é um recurso de dinamização do turismo cultural e, consequentemente, da economia local que exige a sua reconsideração num contexto de abertura e difusão dos seus valores.

A Dissertação procurou responder a um segundo objetivo: avaliar o estado de conservação da escola Central Padre Pinheiro, através de um diagnóstico para avaliar as características que devem ser consideradas na reabilitação, manutenção e adaptação dos espaços para dotar a vila de caminha de um arquivo municipal, identificando as debilidades e as potencialidades do edifício selecionado.

Para dar resposta ao segundo objetivo, nos capítulos 4 e 5, aborda-se o estudo de caso, através da seleção do objeto após inventariação e sistematização da recolha de informação através de entrevistas, observação, fotografia, notas de campos e análise de documentos. Partiu-se para uma abordagem ao objeto de estudo através de uma descrição geral do edifício e de um diagnóstico ao estado de conservação da escola. Assim foi possível perceber a forma como a preexistência deveria ser trabalhada e interpretada, no sentido de entender como levar a cabo uma intervenção que respeitasse as características naturais da escola Central Padre Pinheiro.

Definiu-se uma estratégia de intervenção na escola para o projeto de arquitetura, a solução proposta leva em consideração os graus de intervenção atualmente aceites, assim como a perceção de um equilíbrio entre as componentes e funcionalidades da construção atual, patente na necessidade de reabilitação do espaço preexistente. Esse equilíbrio garante a valorização dos espaços sem colocar em causa o valor patrimonial dos elementos construídos. E, por se diferenciar de um projeto para uma obra nova, a reabilitação da escola assenta na recuperação do conjunto de elementos de valor histórico, cultural e patrimonial, visando salvaguardar o valor histórico e artístico deste edifício.

Essa estratégia de intervenção na escola central Padre Pinheiro, foi estabelecida após se analisar a forma e o estado de conservação do edifício no sentido de entender como levar a cabo uma intervenção que respeitasse as características deste imóvel. A estratégia subjacente ao projeto e que suporta a concretização funcional/programática e formal da proposta, apoia-se na ideia de oferecer à vila um edifício de excelência, do ponto de vista arquitetónico visando a preservação e divulgação do património documental.

O respeito pela geometria da preexistência é um ponto de partida geral da composição da solução proposta, procurando uma harmonia com a escala envolvente e as cartas, recomendações internacionais e fundamentos teóricos de conservação e restauro. A inserção urbana é um elemento sensível ao desenvolvimento da proposta, sendo determinante a opção de manter o edifício principal, sendo reajustado o edifício adjacente, preservando o carácter volumétrico de ambos.

Propõe-se dois novos corpos, implantados um na parte sul do edifício principal e outro na parte nascente, ocupando parte do atual logradouro. A inserção e volumetria das novas construções estabelecem com as construções existentes uma relação de intimidade e com pouca presença. A nova construção dissimula-se, realçando a identidade dos edifícios existentes. Pretende-se que o objeto arquitetónico mantenha a disposição original por forma a criar um epicentro, composto pelos corpos a construir tanto a sul como a nascente, que sustentarão todo o conjunto.

A reabilitação e ampliação têm como princípio construtivo a escola Central Padre Pinheiro, alicerçando-se no terreno, assente numa ideia morfológica de continuidade do lugar, conferindo contemporaneidade arquitetónica na abordagem ao projeto, pretendendo-se um conjunto com presença urbana, facilmente identificável, marcante, contemporâneo e elegante. Estes últimos serão garantidos por meio da manutenção dos materiais, técnicas, funções e pelo sentido do lugar estabelecido, não entrando em conflito em relação ao próprio meio natural.

A solução resulta de uma atenção especial do lugar com a preexistência, nomeadamente ao nível da manutenção e valorização das relações visuais entre ambas procurando que o conjunto reforce a sua presença. As intervenções contemporâneas em locais com valor histórico e cultural devem traduzir-se através de propostas arquitetónicas adequadas e concretas, como componentes de transformação e adaptação ao sítio.

Em sinopse desta dissertação, no âmbito do projeto de arquitetura de reabilitação de um edifício escolar para arquivo municipal, incluíram-se algumas imagens digitais de modo a que permitam uma imediata perceção do conjunto arquitetónico.



Fig. 91 – Vista Nascente/Norte (autor)

Reabilitação de Edifício Escolar do Séc. XIX:
Arquivo Municipal



Fig. 92 – Vista Poente/Norte (autor)



Fig. 93 – Vista Sul/Poente (autor)



Fig. 94 – Vista Nascente/Sul (autor)

Lista de Referências Bibliográficas

- Adell, E. M. (1994). *Dela Utilidade de la Arquitetura para el Patrimonio*. Andalusia: Memoria dei futuro.
- Aguiar, J. (2002). *Cor e cidade histórica: Estudos cromáticos e conservação do património*. Porto: FAUP publicações.
- Albarelo, L., Digneffe, F., Hiernaux, J.-P., Maroy, C., Ruquoy, D., & SaintGeorge, P. (1997). *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Alves, L. (1985). *Caminha e Seu Concelho: Monografia*. Caminha.
- Armas, D. (1990). *Livro das Fortalezas*. Lisboa: Inapa.
- Azevedo, J. J. (2003). *Uma Visita ao Concelho de Caminha com o Bilhete Postal Ilustrado da Primeira Metade do Séc. XX*. Caminha: Câmara Municipal de caminha.
- Batista, M. I. (2005). *Os edifícios escolares do ensino primário no Distrito de Bragança, 1820-1910*. Obtido em 14 de Julho de 2015, de <http://www.ipb.pt/~mabel/artigosonline/edificiosescolares.pdf>
- Beja, F., Serra, J., Machás, E., & Saldanha, I. (1990). *Muitos Anos de Escolas: Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941* (Vol. 1). Lisboa: Ministério da Educação - Direção Geral de Administração Escolar.
- Bento, P. T. (2009). *Ruas de Caminha: Toponímio e História da Vila da Foz do Minho*. Caminha: Junta de Freguesia de Caminha Matriz e Agrupamento de Escola Coura e Minho.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora.
- Brito, D. L. (1988). A Desembocadura do Rio Minho no Tempos Antigos. *Caminiana*, 15, 11 - 81. Caminha: Barbosa & Xavier, Lda.
- Brito, D. L. (1988). A Desembocadura do Rio Minho nos Tempos Antigos. *Caminiana*, 16, 7 - 152. Caminha: Barbosa & Xavier, Lda.
- Cadilha, S. (2008). *Núcleo Museológico, centro histórico de Caminha*. Caminha: Camara Municipal de Caminha.

- Câmara Municipal de Caminha. (28 de 10 de 1882). Ata Sessão Extraordinária. Caminha:, CMC.
- Câmara Municipal de Caminha. (2008). Futuro Arquivo Municipal. *Revista Municipal de Caminha*, 9 - 19. Caminha: Gráfica do Minho.
- Carvalho, C. S. (1998). *O espaço Como Elemento de Preservação dos Acervos em Suporte Papel*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- Carvalho, M. R. (1984). *Forais de Caminha*. Caminha.
- Carvalho, R. d. (1986). *História do Ensino em Portugal desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cepa, A. G. (1984). Caminiana, Revista de Cultura Histórica, Literária, Artística, Etnográfica e Numismática. 16. Caminha: Barbosa e Xavier.
- Coelho, E. C. (1861). *Estatística do Districto de Vianna do Castelo*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Conceil International des Monuments et des Sites, [ICOMOS]. (1964). *Carta de Veneza de 1964*. Obtido de <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>
- Conceil International des Monuments et des Sites, [ICOMOS]. (1975). *Carta de Amesterdão de 1975, Carta Europeia do Património Arquitectónico*. Obtido de <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf>
- Conceil International des Monuments et des Sites, [ICOMOS]. (2003). *Princípios para a Análise, Conservação e Restauro Estrutural do Património Arquitectónico*. Obtido de https://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-do-icomos-2003_principios.pdf
- Conceil International des Monuments et des Sites, [ICOMOS]. (2003). *Recomendações para a Análise, Conservação e Restauro Estrutural do Património Arquitectónico*. Obtido de https://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-do-icomos-2003_recomendacoes.pdf
- Conceil International des Monuments et des Sites, [ICOMOS]. (2005). *Declaração de Xi'An Sobre a Conservação do Entorno Edificado, Sítios*

- e Áreas do Patrimônio Cultural. Obtido de <http://www.international.icomos.org/charters/xian-declaration-por.pdf>
- Correia, M. (2007). Teoria de la conservacion y su aplicación al patrimonio en tierra. *Apuntes*, 20, 202-219.
- Decreto Lei nº 307/2009 de 23 de Outubro, Diário da República, 1.ª série — N.º 206, (2009). Ministério do Ambiente, do Ordenamento Regional.
- Earl, J. (2003). *Building Conservation Philosophy* (3ª ed.). Routledge: Donhead.
- Estatística de Portugal. (1868). *Censo nº 1 de Janeiro de 1864*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Freire, A. (1985). A César o que é de César ... e a Deus o que é de Deus! *Ecos da Matriz*, 1-6.
- Ghira, M. (1864). Casas para Escolas. Em C. Irmão, (Ed.), *Archivo Pittoresco* (Vol. 7, pp. 164 -166). Lisboa: Castro Irmão & C.ª.
- Gil, A. C. (1995). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Editora Atlas.
- Gomes, J. F. (1982). Revista de História das Ideias. 4. Coimbra: Faculdade de Letras.
- González-Varas, I. (2005). *Conservación de bienes culturales: Teoría, historia, principios y normas*. Madrid: Cátedra.
- Jokilehto, J. (2004). *A History of Architectural Conservation*. Oxford: Elsevier Butterworth-Heinemann.
- Jokilehto, J., & Feilden, B. (1998). *Management Guidelines for World Cultural Heritage Sites* (2nd ed.). Rome: International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property, [ICCROM].
- Lamas, J. M. (2011). *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade* (6ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Leal, A. S. (1873). *Portugal Antigo e Moderno: Dicionário Geográfico, Estatístico, Chorográfico, Heráldico, Archeológico, Histórico, Biográfico & Etymológico de Todas as Cidades, Villas e Freguesias de Portugal e Grande Número de Aldeias*. Lisboa: Mattos Moreira & Companhia.

- Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro, Diário da República. (2001). *Lei de Base do Património Cultural*.
- Lopes, A. B. (2002). Proto-História e romanização do Baixo-Minho. (Vol. 1). (Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal).
- Lopes, F. (2012). *Património Arquitetónico e Arqueológico: Noção e Normas de Proteção*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Lopes, F., & Correia, M. B. (2014). *Património Cultural: Critérios e normas internacionais de proteção*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Luzuriaga, L. (1983). *História da Educação e da Pedagogia*. Sao Paulo: Cia Editora Nacional.
- Melucco, A., Naeyer, A., Kadluczka, A., Michalowski, A., Cristinelli, G., Stovel, H., & Purchla, J. (2000). Carta de Cracóvia: Principios para a Conservação e o Restauro do património Construído. Cracóvia (Polónia). Obtido de <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartadecraco via2000.pdf>
- Mendonça, A. M. (2006). *A Problemática do Insucesso Escolar: Escolaridade Obrigatória no Arquipélago da Madeira em Finais Séc. XX (1994-2000)*. (Tese de Doutoramento, Universidade da Madeira, Portugal).
- Mogarro, M. J. (2010). Cultura material e modernização pedagógica em Portugal (séculos XIX-XX). *Educatio Siglo XXI*, 89-114.
- Orbasli, A. (2008). *Architectural Conservation: Principles and Practice*. Oxford: Blackwell Pub.
- Pereira, J. B. (1868). *Coleção dos Relatórios Feitos aos Districtos Pelos Respectivos Governadores Civis*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Petzet, M. (2004). *Principles of Preservation: An Introduction to the International Charters for Conservation and Restoration 40 Years after the Venice Charter*. Munchen: ICOMOS.
- Ponte, J. P. (2006). Estudos de caso em educação matemática. *Bolema*, 105-132.
- Ramos, L. M., Gomes, D. R., & Cossio, F. V. (2005). *Los estudios preliminares en la restauracion del patrimonio arquitectónico*. Madrid: Mairea.

- Rodrigues, H. F. (2011). *Evolução e Transformação da Estrutura Urbana da Vila de Caminha e a sua Morfologia*. (Dissertação de Mestrado Integrado, Escola Superior Gallaecia, Vila Nova de Cerveira).
- Santos, E. J. (1979). Caminha Através dos Tempos. *Caminiana*, 1, 161-201. Caminha: Barbosa e Xavier Lda.
- Serrão, J. (2006). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas.
- Silva, A. C. (1986). *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Rocha Artes Gráficas.
- Silva, C. M. (2005). A ideia de 'casa da escola' no século XIX português. Em F. d. Porto, *História* (pp. 291-312). Porto: FLUP.
- Silva, D. I. (1998). *Dicionário Enciclopédico das Freguesias* (Vol. 1).
- Tenenti, A. (2003). *La Edad Moderna: Siglos XVI-XVIII* (2ª ed.). Barcelona: Critica, S. L. Diagonal.
- Trinkley, M. (2001). *Considerações sobre preservação na construção e reforma de Bibliotecas* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- UNESCO. (1976). *Nairobi (Quénia) 1976, Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea*. Obtido de <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/salvaguardaconjuntoshistoricos1976.pdf>
- UNESCO. (2000). *Cracóvia (Polónia) 2000, Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído*. Obtido de <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartadecrakovia2000.pdf>
- Vasconcelos, J. M. (1865). *Collecção Official de Legislação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Warren, J. (1999). *Conservation of Earth Structures*. Londres: Butterworth Heinemann, UK.
- Yin, R. K. (1994). *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos* (2ª ed.). Porto Alegre: Bookman.

Índice de Imagens

Fig. 1 – Categorias de Análise – Valores (Autor)	31
Fig. 2 – Categorias de Análise – Necessidades (Autor)	32
Fig. 3 – Categorias de Análise – Edifício (Autor)	32
Fig. 4 – Técnicas de Análise (autor).....	33
Fig. 5 – Localização – (http://jornalterraemar.pt)	36
Fig. 6 – Talhe de Biface e Dólmen da Barrosa – (http://www.patrimoniocultural.pt).....	37
Fig. 7 – Planta do Castro do Coto da Pena – (Silva, 1986, Est XV).....	39
Fig. 8 – Estudo Gráfico do Assentamento e linha de crescimento – (Autor) 40	
Fig. 9 – Vila de Caminha – (Bento, 2009)	40
Fig. 10 – Planta da Muralha – (http://digitarq.dgarq.gov.pt)	42
Fig. 11 – A primeira Muralha, Localização das Portas – (Autor)	43
Fig. 12 – A Expansão da Vila – (Autor)	43
Fig. 13 – Expansão da Vila, 3ª linha de muralhas – (Autor)	44
Fig. 14 – Evolução da Demolição da Muralha – (Autor).....	46
Fig. 15 - Vista da Estação de Caminho-de-ferro da Vila, 1926 – (Azevedo, 2003)	47
Fig. 16 - Planta de Caminha, 1886 – (Bento, 2009).....	49
Fig. 17 – Vista da Avenida Entre Pontes, 1910 – (Azevedo, 2003).....	50
Fig. 18 – Praça Conselheiro Silva Torres – (Azevedo, 2003).....	50
Fig. 19 – Largo da Escola – (Azevedo, 2003)	51
Fig. 20 – Biblioteca da Universidade de Leiden (Holanda) - (Beja, Serra, Machás, & Saldanha, 1990).....	52
Fig. 21 – Sé de Coimbra - (Beja, Serra, Machás, & Saldanha, 1990)	54
Fig. 22 – Colégio de Jesus – Desenhos da Reforma Pombalina - (Beja, Serra, Machás, & Saldanha, 1990).....	55
Fig. 23 – I - Modelo de Escola da Cidade – (Ghira, 1864).....	69
Fig. 24 – Planta da Escola da Cidade – (Ghira, 1864)	70
Fig. 25 – II – Modelo de Escola da Cidade – (Ghira, 1864)	71
Fig. 26 – Planta da Escola da Cidade – II – (Ghira, 1864)	71
Fig. 27 – Modelo de Casa para Escola Rural – (Ghira, 1864).....	72
Fig. 28 – Planta da Casa para Escola Rural – (Ghira, 1864)	72
Fig. 29 – Modelo de Casa para Escola Rural (II) – (Ghira, 1864)	73
Fig. 30 – Planta da Casa para Escola Rural – (Ghira, 1864)	73
Fig. 31 – Corte da Casa para Escola Rural – (Ghira, 1864)	74
Fig. 32 – Projeto Tipo das Escolas Conde Ferreira – (Archivo de Archichetura Civil, nº6, 1865)	75
Fig. 33 – Escola Conde de Ferreira de Caminha, lado direito da imagem, 1869 – (Azevedo, 2003)	77

Fig. 34 - Escola Conde de Ferreira de Caminha, lado esquerdo da imagem, 1869 – (Azevedo, 2003)	78
Fig. 35 – Escola Central de Caminha, 1882 – (Azevedo, 2003)	80
Fig. 36 – Escola Central de Caminha, 1889 – (Azevedo, 2003)	81
Fig. 37 – Organograma da evolução das escolas em Portugal (Autor)	82
Fig. 38 – Externato Sta. Rita, 1952 – (Azevedo, 2003)	83
Fig. 39 – Escola Central de Caminha, (esquerda) e Externato Sta. Rita, (direita) – (Azevedo, 2003)	84
Fig. 40 – Quadro do Autor	85
Fig. 41 – Livro de Atas, 1882 – (Câmara Municipal de Caminha)	93
Fig. 42 – Croqui do Alpendre, 1898 – (Câmara Municipal de Caminha)	94
Fig. 43 – Planta da Escola, ampliação com mais 4 salas de aula, 1933 – (Câmara Municipal de Caminha)	95
Fig. 44 – Alçado Principal, 1933 – (Câmara Municipal de Caminha)	95
Fig. 45 – Alçados Laterais, 1933 – (Câmara Municipal de Caminha)	95
Fig. 46 – Cortes, sistema de drenagem de águas, 1933 – (Câmara Municipal de Caminha)	95
Fig. 47 – Croqui da ampliação da escola, 1953 – (Câmara Municipal de Caminha)	96
Fig. 48 – Projeto de alterações (interior) da escola, 1964 – (Câmara Municipal de Caminha)	97
Fig. 49 – Documento de 1979 – (Câmara Municipal de Caminha)	98
Fig. 50 – Documento de dispensa de instalações, 1981 – (Câmara Municipal de Caminha)	99
Fig. 51 – Croquis dos espaços para as novas valências, 1980 – (Câmara Municipal de Caminha)	100
Fig. 52 – Planta das vias de comunicação – (Autor)	103
Fig. 53 – Estudo dos nós e pontos de convergência – (Autor)	104
Fig. 54 – Planta as praças e largos – (Autor)	106
Fig. 55 – Localização dos equipamentos – (Autor)	108
Fig. 56 – Localização das edificações – (Autor)	109
Fig. 57 – Localização do quarteirão – (Autor)	110
Fig. 58 – Localização no quarteirão – (Autor)	111
Fig. 59 – Planta de implantação (S/escala) – (Autor)	114
Fig. 60 – Planta da Cave (s/escala) – (Autor)	115
Fig. 61 – Planta do rés-do-chão (s/escala) – (Autor)	115
Fig. 62 – Planta do 1º Andar (s/escala) – (Autor)	115
Fig. 63 – Alçado Norte (s/escala) – (Autor)	116
Fig. 64 – Alçados Nascente e Poente (s/escala) – (Autor)	116
Fig. 65 – Alçado Sul (s/escala) – (Autor)	116
Fig. 66 – Corte Longitudinal (s/escala) – (Autor)	116
Fig. 67 – Planta Rés-do-chão (s/escala) – (Autor)	118

Fig. 68 – Pormenor parede portante (s/escala) – (Autor).....	118
Fig. 69 – Corte de Fachada (s/escala) – (Autor)	120
Fig. 70 – Pormenor de parede divisória em tabique (s/escala) – (Autor)..	121
Fig. 71 – Pormenor do pavimento em madeira (s/escala) – (Autor)	121
Fig. 72 – Pormenor de pavimento em betão (s/escala) – (Autor)	122
Fig. 73 – Pormenor de pavimento térreo (s/escala) – (Autor).....	122
Fig. 74 – Pormenor do pavimento em terra natural (s/escala) – (Autor) ..	122
Fig. 75 – Pormenor da cobertura (s/escala) – (Autor)	123
Fig. 76 – Pormenor de porta interior (s/escala) – (Autor)	124
Fig. 77 – Pormenor de porta interior (s/escala) – (Autor)	125
Fig. 78 – Pormenor de Caixilharia exterior (s/escala) – (Autor).....	126
Fig. 79 – Pormenor da caixilharia exterior (s/escala) – (Autor)	127
Fig. 80 – Foto de Fissura – (Autor)	128
Fig. 81 – Foto de descolagem da pintura – (Autor).....	129
Fig. 82 – Foto de Humidade em parede meeira – (Autor)	129
Fig. 83 – Foto do ataque biológico no soalho	130
Fig. 84 – Foto de deformação do pavimento – (Autor).....	130
Fig. 85 – Foto da descolagem do revestimento da escada – (Autor).....	131
Fig. 86 – Foto de fissuras na ligação da parede exterior – (Autor)	131
Fig. 87 – Foto da estrutura da cobertura – (Autor).....	132
Fig. 88 – Foto fissuras da estrutura de madeira – (Autor)	133
Fig. 89 – Foto do descascamento da pintura, humidade e oxidação – (Autor)	133
Fig. 90 – Foto do descascamento do revestimento, humidade – (Autor) .	134
Fig. 91 – Vista Nascente/Norte (autor)	137
Fig. 92 – Vista Poente/Norte (autor).....	138
Fig. 93 – Vista Sul/Poente (autor)	138
Fig. 94 – Vista Nascente/Sul (autor).....	138

Anexos

Entrevistas

Entrevista 1

10 de março de 2015

Catarina João Mateus Dias

Técnica superior de Arquivos/ coordenadora do Arquivo Municipal de Caminha

1 – Sendo a responsável do arquivo nas instalações da camara municipal, pode dizer-nos que condições existem para a realização de um trabalho tão delicado, e em que condições se encontra o património documental existente?

R:- As condições existentes são muito precárias não só para os documentos como para os trabalhadores afetos a este serviço.

O espólio documental encontra-se dividido entre o 2º andar e uma cave. No 2º andar as condições ambientais são razoáveis e neste estão salvaguardados os documentos do arquivo histórico, mas também intermédio. É também aqui (2º andar) e num vão de escadas onde toda a equipa do Arquivo trabalha diariamente. Não há uma sala de higienização e tratamento documental. Não existem gabinetes. Não existe sequer uma sala de leitura para os investigadores. Tudo é feito no mesmo espaço físico e por vezes é com muito esforço que suportamos estas condições físicas e ambientais. Não há sequer privacidade, entende?

Na cave encontramos duas situações. Um dos espaços acondiciona os processos de obras particulares e no outro estão depositados caixotes (cerca de 300) com documentação diversa. Esta é a minha grande preocupação, pois até ao momento não foram encontradas soluções para este espólio documental e a sua deterioração é evidente. É um espaço com muita humidade onde ocorrem infiltrações e será impossível recuperar aquela documentação.

2 - Qual ou quais os documentos mais antigos e com mais valor que fazem parte deste património?

R:- Sem dúvida que o espólio documental do Arquivo Municipal de Caminha é dos mais ricos do Distrito.

Do acervo documental destacam-se o foral manuelino de Caminha de 1512, em pergaminho (acondicionado no cofre do Museu Municipal), as atas das sessões da Câmara que datam de 1733, os livros de registo geral que são uma fonte riquíssima em informação histórica (datam de 1652 até 1918), os livros de descrição da linha de fronteira entre Portugal e Espanha (1897).

Existem ainda outros fundos com importância histórica como é o caso da extinta Administração do Concelho ou de diferentes irmandades existentes no Concelho.

3 – Conhece o edifício onde se propõe a instalação do arquivo? O Que pensa sobre o edifício?

R:- Sim conheço. Já o visitei há uns largos anos atrás (8/9) com a antiga Diretora do Arquivo Distrital (Dra. Olinda Pereira) e ex-Vereador da Cultura (Paulo Pereira), pois era intenção do anterior executivo avançar com um projeto para um arquivo naquele edifício. Contratou-se na altura um arquiteto a quem dei alguns dados sobre a documentação (metragem) mas julgo que o executivo (da altura) terá perdido o interesse. É provável que exista algures o “projeto” para um Arquivo Municipal nesse edifício.

Julgo que esse edifício será o que apresenta melhores condições em Caminha, pois não há edifícios disponíveis e com as dimensões necessárias para esse efeito.

Existiria a possibilidade de uma construção de raiz mas em Caminha não há terrenos disponíveis.

4 – Acha que a localização do edifício é a ideal? Porquê?

R: - Julgo que é a ideal tendo em conta que também não existem outras hipóteses. Tem a linha de comboio nas traseiras do edifício que de alguma forma condiciona as características ambientais, mas por outro lado a própria localização tem outras vantagens pelo fato de estar junto às escolas, ter boas acessibilidades e estacionamento.

5 – Pensa que o arquivo deve ser um espaço dinâmico ou um espaço mais fechado? Porquê?

R:- É muito importante que o Arquivo Municipal seja uma instituição cultural que para além de conservar, tratar e divulgar o património documental crie cumplicidade com a comunidade local. E isso faz-se abrindo portas e criando proximidade com a população e instituições locais.

Os arquivos não devem mais ser vistos como depósitos repletos de prateleiras e papel. Se por um lado continuam a ter uma função mais fechada no que diz respeito ao armazenamento, conservação e tratamento documental, têm cada vez mais o papel de difusão cultural.

Os arquivos são cada vez mais instituições culturais ativas e interativas.

6 – Quais os espaços ou zonas que deve ter o arquivo neste caso concreto de Caminha?

R:- Serão espaços comuns aos demais arquivos municipais. Não será muito diferente. Existem espaços técnicos que são comuns a todos os arquivos. O arquivo deve sobretudo ser funcional e não interessa ser um edifício muito bonito na arquitetura e não ter funcionalidade.

Neste caso e tendo em conta as características do edifício (ter vários pisos) é imprescindível um elevador.

São basicamente importantes três áreas distintas: área de depósitos, área técnica e a área do público.

A área de depósitos é evidente a que se refere, e ocupará certamente entre 60 a 70% da área total. Devem ser salas com características fundamentais para a proteção do documento que pode ser em pergaminho ou em formato digital.

A área técnica deve ter em conta espaços para entrega de documentação (transferência ou incorporações), de triagem, eliminação, higienização e restauro, e atualmente é imprescindível uma sala de digitalização para além de todo o tratamento documental.

A área do público deve ter uma receção, uma sala de leitura e na minha opinião é também importante um auditório ou pelo menos uma sala de exposições e uma sala para os serviços educativos. Ponte de Lima, por exemplo, tem esta área muito bem conseguida e é muito interessante. Trabalham imenso com as escolas.

7 – Dentro do programa do arquivo, acha que este deve ter além do estritamente necessário, algum espaço tipo auditório, sala de conferências, exposições, ou salas de serviço educativo. Se sim, porquê?

R:- Sem dúvida. Nem considero que sejam espaços além do “estritamente necessário” são espaços necessários e importantes num edifício de arquivo se quisermos um arquivo para as pessoas.

O Arquivo Municipal deve ser um espaço aberto à comunidade, ao público, e por isso mesmo um auditório, uma sala de exposições ou um espaço destinado aos serviços educativos são fundamentais para a difusão e interação com o público.

8 – Qual a quantidade de património documental que existe neste momento no edifício dos paços do concelho?

R:- Neste edifício estarão cerca de 1700 metros lineares de documentação. Provavelmente até mais, tendo em conta que há 2 ou 3 serviços que nunca enviaram documentação para a guarda do Arquivo. Não por falta de conhecimento das transferências documentais feitas anualmente pelos colegas. Mas é certo que há serviços ainda muito fechados e reservam a

documentação em espaços fechados e que desconheço. Existe ainda muita falta de sensibilidade nesta área. Sinto que consegui mudar a mentalidade de muitos colegas. Muitos já têm a preocupação de enviar os documentos para arquivo muito bem organizada e sem os “terríveis agrafos”, o que é extraordinário.

9 – Dentro do património documental existente em Caminha, existe a necessidade de propor espaços para depósitos especiais? Quais?

R:- Estamos numa nova era. A era digital. Um depósito com características essenciais a este tipo de documento deve sempre ser planeada.

10 – Tem a Camara técnicos com formação para tratar e manusear esta documentação?

R:- Não. Não tem. Os trabalhadores afetos ao arquivo sou eu e duas assistentes operacionais (antigos auxiliares de Serviços Gerais) que tentam dar o seu melhor. Não há um assistente administrativo, um técnico profissional nem sequer um técnico de restauro. É evidente que não menosprezo o esforço e dedicação destes profissionais. Aprenderam e gostam do trabalho que desempenham, mas são assistentes operacionais, entende?

O tratamento documental do arquivo histórico tenho de o fazer eu porque há dificuldades na leitura e descrição documental. Qualquer informação por mais simples que seja também sou eu quem a faz e com estas pequenas coisas perde-se imenso tempo. A gestão documental que chega pelo portal de atendimento para informar ou simplesmente arquivar tem de ser feita por mim.

O trabalho de arquivo é cada vez mais complexo e numa era cada vez mais digital e sem profissionais técnicos não se consegue desenvolver um trabalho capaz de acompanhar outros municípios. Aqui, por exemplo, faz-se apenas pequeno restauro.

A técnica superior não desempenha esta mesma função porque é preciso dedicar-se ao trabalho técnico e administrativo. Se não o fizer muita coisa fica por fazer e o arquivo não estaria da forma que está organizado (ainda há muito trabalho a fazer).

11 – Quais as condições em que estes técnicos trabalham?

R:- Muito precárias. Posso dizer que já estive pior. Quando o arquivo ainda estava depositado no edifício da ETAP. Não tinha sequer uma casa de banho ou um lavatório para higiene das mãos. Era uma sala grande, escura, húmida e muito fria.

Depois transferiu-se a documentação para este edifício. Temos evidentemente outras condições, mas não são as melhores. Não há um único gabinete, o espaço é comum às 3 trabalhadoras. Não há um gabinete para atendimento nem sequer uma sala de leitura. Os investigadores consultam os documentos no depósito e só posso atender um de cada vez porque não há espaço para mais. Partilham o espaço “técnico” porque nem sequer existe outro. Muitas vezes levanto-me e cedo a minha secretária para que possam consultar os documentos com mais dignidade.

Agora com os digitalizadores neste mesmo espaço (vão de escadas) é quase impossível movimentarmo-nos. Já lá vão muitos anos e não houve qualquer iniciativa para melhorar o Serviço.

Entrevista 2

5 de julho de 2015

Paulo Nuno Torres Bento

Professor de História e Bibliotecário na Escola Básica e Secundária Sidónio Pais, Historiador e Editor

1 – Sabemos que conhece a Escola Central Padre Pinheiro, em Caminha. Dentro de um conjunto de edifícios públicos existentes na vila de Caminha como vê este edifício, quanto à sua localização, estado de conservação, história, etc.?

A Escola Central de Caminha ficou pronta a receber os primeiros alunos em 1899 e estava dividida em duas alas, masculina e feminina, incluindo ainda uma residência para professores. A Escola Central de Caminha — batizada pela Câmara Municipal como *Escola Central Padre Pinheiro* em dezembro de 1923 — permaneceu em funcionamento até 1979, quando abriu as suas portas a nova Escola Básica na Avenida São João de Deus, mas nem por isso o prédio deixou de servir. Em 1982 instalou-se a Guarda Nacional Republicana em parte do edifício — entretanto também ocupado pelo ensino pré-primário e pela Delegação Escolar concelhia — aqui coexistindo os três serviços públicos até ao início do século XXI quando as degradadas condições de habitabilidade os obrigaram a sair. Mais recentemente, em 2013, a ala sul do edifício foi reabilitada pelo município para aí alojar a delegação de Caminha da Academia de Música Fernandes Fão.

2 – Atendendo ao tipo de edifício e à sua história qual seria, para si, o melhor destino a dar este edifício?

Salvaguardando a ala recentemente reabilitada para uso da Academia de Música Fernandes Fão, o restante edifício seria suficiente e adequado para a instalação do Arquivo Municipal de Caminha.

3 – Relativamente ao uso a dar a este edifício e à sua localização, considera que as escolas situadas tanto a norte (EB1/JI Caminha) como a sul (Escola Básica e Secundária Sidónio Pais), poderiam beneficiar com a sua adaptação a uma nova função cultural?

Não sendo um arquivo municipal um equipamento vocacionado primordialmente para o uso frequente de alunos, sem dúvida que um serviço dessa natureza localizado entre os dois estabelecimentos de ensino referidos, poderia desenvolver uma vertente pedagógica dirigida aos alunos mais jovens, bem como criar condições para a pesquisa simples de história

local por parte de estudantes do final do ensino básico e do ensino secundário.

4 – Sabemos que também faz investigação histórica no concelho. Que condições existem no edifício da Câmara para os investigadores exercerem o seu trabalho?

Já tendo sido piores em época não muito distante, as condições são sofríveis. Instalado nas águas-furtadas e na cave do novo edifício da Câmara Municipal — arrendado à Santa Casa de Misericórdia de Caminha, recorde-se — o atual serviço de arquivo municipal, apesar dos esforços do seu pessoal, ressentem-se da falta das condições necessárias para albergar os investigadores que ali se dirigem, não dispondo sequer de uma sala para o efeito.

5 – De acordo com a responsável do arquivo existente na Câmara de Caminha, ali estão guardados cerca de 1700ml de documentos. Considera que o local onde estão alojados tem condições de segurança?

A atual localização do serviço de arquivo municipal — dividido entre as águas-furtadas e a cave do novo edifício da Câmara Municipal — não oferece as mínimas condições de segurança. Apesar da parte do arquivo histórico estar melhor salvaguardada nas águas-furtadas, em sala estanque e climatizada, muita documentação está arrumada na cave (mais de 300 caixas), abaixo do nível freático, sendo, por conseguinte, uma área sujeita a inundações, como já sucedeu aliás no passado recente, danificando muitos documentos, alguns irremediavelmente.

6 – Sendo a sua profissão professor, investigador e historiador, como vê um arquivo municipal? Como um espaço fechado somente virado para a guarda e a conservação de documentos, ou como um espaço aberto e dinâmico?

A mais importante função de um Arquivo Municipal prende-se naturalmente com a guarda e a conservação de documentos, disponibilizando-os em boas condições para todos os seus usos, incluindo os administrativos. Contudo, um arquivo moderno deve desenvolver uma vertente de investigação, aberta aos historiadores que o procurem, mas também, se os recursos humanos o permitirem, desenvolvendo linhas próprias de pesquisa. Cumulativamente, pode potenciar uma vertente pedagógica, mais lúdica se dirigida aos alunos mais novos, e ainda criar condições para a pesquisa simples de história local por estudantes do final do ensino básico e do ensino secundário, sem esquecer os alunos da Universidade Sénior, a merecerem uma especial atenção. Acresce a indispensável vertente cultural de um Arquivo Municipal instalado em adequado edifício, através da organização de colóquios, conferências, exposições e visitas guiadas relacionadas com a história local.

7 – Para terminar, considera necessário existir um equipamento deste tipo aqui em Caminha?

Não só acho necessário, como urgente, a instalação do Arquivo Municipal de Caminha em edifício adequado, eventualmente ocupando toda a ala norte da antiga Escola Central Padre Pinheiro, no Largo Sidónio Pais, na vila sede do concelho. Neste início do século XXI, para nossa vergonha, o município de Caminha, apesar da sua história secular, é dos poucos na região do Alto Minho a não dispor de um equipamento próprio para servir de Arquivo Municipal.

Entrevista 3

07 de abril de 2015

Luís Miguel da Silva Mendonça Alves

Presidente da Câmara Municipal de Caminha

1 - Como se sabe, no distrito de Viana do Castelo, o concelho de caminha é um dos conselhos que ainda não tem um local apropriado para a consulta preservação e divulgação do património documental, ou seja, um arquivo municipal. Acha necessária a instalação de uma infraestrutura destas no nosso concelho?

R:- Considero importante podermos avançar para essa solução, é de fato triste que caminha uma vila com tantos séculos de história, com o vasto património documental que possui, ainda não ter um local onde esse mesmo património possa ser exposto, estudado e verdadeiramente preservado. Creio que os vários executivos que por aqui passaram, nunca pensaram nesta questão do arquivo municipal como uma prioridade, mas julgo que está na altura de colocarmos este assunto no topo das nossas prioridades. Além disso, podemos juntar a possibilidade implementar um edifício deste tipo, ao lado da valorização do nosso património arquitetónico.

2 – Vê então como uma necessidade a instalação de um arquivo municipal em Caminha?

R:- Já deveria existir um edifício que funcionasse com um arquivo Municipal, infelizmente isso ainda não aconteceu. Está na altura de avançarmos para essa solução, porque o que temos hoje e apesar dos esforços dos nossos técnicos, não é a solução ideal tanto para quem trabalha como para quem necessita de consultar os mais diversos documentos. Temos de encontrar as formas de financiamento que nem sempre fáceis na conjuntura atual, mas temos que ter esperança para que possamos encontrar esse financiamento para lançar esse projeto.

3 – A proposta do arquivo vai recair sobre a antiga escola padre pinheiro. O que acha da localização do edifício sendo este um pouco afastado do centro da vila?

R:- Não direi que há localizações ideais para estes assuntos, além disso, essa localização estará a 2 minutos do coração da vila, a 7 minutos do rio Minho, a 5 minutos do parque 25 de Abril, a 3 minutos das escolas básica e secundária. Não me parece que seja um óbice, eu acho até que pode valorizar uma zona que está um pouco degradada, fica no limite do centro histórico. Está perto também da estação do caminho-de-ferro, ao lado de um edifício particular abandonado mas com algum simbolismo para as gentes de

caminha, que é o antigo externato de Santa Rita de Cássia. Acho que a valorização daquele edifício para um equipamento público como este pode até servir de âncora para a regeneração urbana de toda aquela área.

4 – O largo Sidónio Pais, antigamente chamado de largo da escola, está “perdoe a expressão, abandonado”, acha que seria útil a revitalização daquele espaço?

R:- Tem todo o interesse, infelizmente aquele largo está de fato abandonado, no sentido em que não há uma estratégia para se intervir naquele espaço. Houve no passado algumas intervenções em arruamentos, como na rua da Corredoura, na avenida Saraiva de Carvalho e avenida Manuel Xavier, para o largo Sidónio Pais também estava prevista uma intervenção, mas nunca se chegou a realizar. Existiram, portanto, intervenções com soluções melhores ou piores algumas destas intervenções vieram a limitar o trânsito e a vida comercial da rua da Corredoura, muito pujante comercialmente, e houve uma melhoria significativa em parte da Avenida Saraiva de Carvalho. Intervir futuramente no largo Sidónio Pais, seria começarmos a completar o círculo, e aquela zona tem de ser mais do que um espaço de estacionamento, temos que devolver ao espaço a dignidade que teve em tempos. O município tem um esboço pensado para essa área, a ideia eventualmente é podermos criar uma zona mista de lazer e de estacionamento que aproveite toda aquela área. Mas se conseguirmos juntar a revitalização do largo com a reabilitação do edifício que estamos a falar, isso seria ouro sobre azul.

5 – Há uns anos atrás existiu um programa para apoiar os municípios no que consta aos arquivos municipais, não sei se ainda está em vigor, sabe-me dizer se a câmara de caminha beneficiou desse programa? Se sim o que foi feito em caminha dentro desse programa?

R:- Não beneficiou, porque não temos arquivo municipal, o que eu temo é que possamos nem sequer ter tentado beneficiar, eu sobre essa matéria não consigo dar uma informação muito clarificadora, mas á uma realidade que é insofismável, é que nós não temos arquivo municipal e somos um concelho que tem uma riqueza do ponto de vista documental muito grande, que é quase um crime contra a nossa cultura, e contra o nosso legado não termos esse equipamento aqui na nossa terra.

6 – Olhando ao estado económico do país, na sua opinião será mais benéfico a reabilitação daquele edifício para um arquivo ou seria melhor opção projetar e construir um edifício completamente novo?

R:- Bem, eu não conheço bem as condições físicas do edifício, mas julgo que ao darmos um novo uso aquele edifício, iremos a conciliar duas coisas muito importantes, a primeira, dotar a vila de um equipamento que não existe e faz muita falta, e segundo estaremos a preservar o nosso património

arquitetónico. Evidente que quem estiver a estudar um projeto para aquele edifício terá que, perceber exatamente a situação do próprio edifício, analisar todas as patologias de modo a minimizar uma futura intervenção. Há, no entanto, algumas contingências de valor patrimonial, porque foi encontrada a segunda linha de muralhas, mas também existem outras contingências, como a proximidade do caminho-de-ferro. O meu ponto de vista o aproveitamento deste edifício poderá ser uma forma interessante de o abrir á comunidade, mas com outra função. Acho que uma intervenção naquele edifício para um arquivo municipal dever-se-á cumprir todos os requisitos para um equipamento desse tipo, mas também abri-lo á comunidade de modo a que as pessoas percebam que tem ali um equipamento que também é deles e que não é só para os estudiosos ou investigadores, que ali pretendem consultar os nossos documentos.

7 – Atualmente em parte do edifício, pelo menos no corpo adjacente e numa sala do rés-do-chão, está alojada uma academia de música. Terá a Camara outro local para alojar esta academia se um dia se vier a transformar este edifício num arquivo municipal?

R:- Sim como sabe numa parte do edifício está alojada a Academia de Música Fernandes Fão, que celebrou um protocolo com a Camara para cedência do espaço para o ensino da música aos nossos jovens, mas é um protocolo precário que atribui por um determinado tempo o usufruto á academia desse mesmo espaço, mas temos todo o interesse que a academia tenha instalações em caminha. A ocupação desse mesmo espaço passa por uma questão de irmos gerindo isso da melhor maneira, nestas coisas não vale a pena de antecipar problemas, porque se houver necessidade de podermos utilizar este edifício para outro uso, que obrigue uma reocupação da escola, pois encontraremos certamente as alternativas para que a academia continue em caminha.

8 – Atualmente a câmara tem técnicos qualificados e com formação para manusear e tratar toda essa quantidade de documentos? Em que condições?

R:- Nós temos alguns técnicos qualificados que trabalham em condições que não são as mais indicadas para a laboração deste tipo de trabalho, trabalham aqui no sótão do edifício da câmara municipal. Para alguns trabalhos tem as condições mínimas, para outros não terá tanto. Tentamos dar todas as condições aos técnicos de modo a não afetar a sua saúde e o seu rendimento no trabalho, mas teremos que fazer bem mais do que isto, neste momento é a solução que temos. Contamos com técnicos de grande qualidade que vão resolvendo os problemas que vão surgindo, e alguns desafios que vão aparecendo, mas eu acho que não é só do ponto de vista documental e da preservação dos documentos, mas até para valorização do trabalho dos técnicos, que a criação de um edifício para Arquivo Municipal seria de fato justa e seria bom para todo o concelho.

9 – O Senhor presidente está a pensar ou pensa em incluir uma obra deste tipo num futuro Plano de atividades?

R:- É um desafio abstrato e ambicioso de podermos ter um arquivo municipal aqui em caminha, pelo menos num futuro muito próximo. Atualmente é preciso ter muito cuidado com os investimentos que se fazem, pois estes exigem muito dos municípios. Eu direi que neste momento não está numa primeira linha de prioridade, estamos com problemas graves de dívida a curto prazo bastante elevada e uma dívida a longo prazo bastante significativa. Estamos a tentar equilibrar as contas da camara para podermos ter pulmão para investir. Temos alguns projetos neste momento como prioritários, como a marginal de caminha, do mercado municipal, e da requalificação do centro histórico, e agarrado a isto podemos eventualmente avançar para um projeto de mais porte para podermos ter o arquivo municipal. Direi que não estamos a falar de um projeto que acontecerá no próximo ano, mas é um projeto que de algum modo se vai impor a quem estiver á frente dos destinos do concelho de caminha, porque precisamos de gerir bem o património documental que temos.

10 – Dado que este mesmo edificio aquando da sua construção já teria sido pensado também para a primeira biblioteca municipal, o que acha deste novo uso para o velho edificio?

R:- O uso que este projeto pondera dar ao edificio agrada-me, naturalmente. Claro que, do ponto de vista do que está a planear, hoje existe o constrangimento da ocupação do edificado pela Academia de Música Fernandes Fão mas, em abstrato, veria com bons olhos a localização naquele imóvel do Arquivo Municipal. Está perto do Centro Histórico, tem estacionamento privilegiado e julgo que uma intervenção cuidada e inteligente poderia tirar muito partido do existente. É como já disse anteriormente: a questão do Arquivo Municipal de Caminha vai impor-se mais tarde ou mais cedo e é sempre bom que possa haver quem estude possibilidades para a sua implementação.

Entrevista 4

2 de junho 2015

Sérgio Manuel Borlido Cadilha

Técnico Superior da Câmara Municipal de Caminha - Arqueólogo

1 – O tema da dissertação é a reabilitação de um edifício escolar do séc. XIX para um arquivo municipal, acha necessário um equipamento deste tipo aqui em Caminha?

R:- Na minha opinião, a construção de um Arquivo Municipal é uma das obras estratégicas fundamentais para o concelho de Caminha.

2 – Como vê o Dr. Cadilha um arquivo, como um espaço fechado só para o tratamento e arquivamento dos documentos ou como um espaço dinâmico que divulgue o património documental, com espaços de visita, exposição?

R:- Os novos arquivos não são mais meros espaços de conservação e arquivamento de documentos. São espaços que têm de comunicar com os públicos, que têm de ser vivos e dinâmicos e desenvolverem um programa de atividades que pressuponha apresentações de documentos, exposições temporárias e conferências que contribuam cabalmente para o enriquecimento cultural dos municípios onde estão inseridos através do desenvolvimento da investigação da história local.

3 – Conhece o edifício onde se propõe a instalação do arquivo (Escola Central Padre Pinheiro)? O Que pensa sobre o edifício?

R:- Conheço o edifício. É um edifício notável, pela sua dimensão e implantação na Vila de Caminha, com uma história ligada ao ensino e ao serviço público. Creio que seria uma boa localização para um futuro arquivo, já que se encontra a meio caminho entre o centro da Vila de Caminha e a zona escolar.

4 – Relativamente ao edifício, quando foi feito o estacionamento ali ao lado, foi descoberto uma parte da muralha de caminha, qual o valor, histórico, arqueológico daquela ruína?

R:- Todo o património arqueológico é fundamental para conhecermos melhor as nossas vilas e cidades e por isso, também aquele tramo da muralha tem uma grande importância para a Vila de Caminha, ajudando-nos a perceber melhor o percurso que a mesma fazia originalmente, algo que hoje desconhecemos.

5 – Independentemente do valor que possa ter a ruína, o que acha o Dr. Cadilha de se criar uma estrutura para cobrir a ruína, com uma estrutura idêntica á que o Arq. Peter Zumthor colocou nas ruínas romanas na Suíça?

R:- Poderia ser interessante, desde que elas não fossem simples coberturas ou passadiços sobre a estrutura arqueológica mas que consubstanciassem um pequeno núcleo museológico com estruturas expositivas com os materiais arqueológicos exumados durante a escavação e com uma interpretação do circuito das muralhas seiscentistas da Vila de Caminha.

6 – Em termos de projeto do arquivo, está-se a pensar criar uma sala no piso inferior com ligação direta a esse espaço coberto, com passadiços para se poder visitar, sendo o único acesso pelo interior do arquivo, o que acha dessa relação?

R:- Creio que, a executar algo do género, seria a melhor opção, pois libertaria o núcleo museológico de dispor de um espaço de receção próprio com a sobrecarga de funcionários e custos que isso implicaria.

Entrevista 5

18 de abril de 2015

José Miguel da Silva Lopes Gonçalves

Presidente da Junta de Freguesia de Caminha (matriz) e Vilarelho

1 - Como se sabe, o concelho de caminha ou melhor, a vila de caminha, não tem um arquivo municipal, um edifício próprio para guardar, tratar e divulgar todo o património documental existente. Acha necessária a instalação de uma infraestrutura destas no nosso concelho, na nossa freguesia?

R:- Segundo sei é o único concelho que não tem arquivo municipal, nós temos um local no edifício da camara municipal, mas pelo que sei também não é o local indicado para o efeito. É necessário um local com mais dignidade, e que tenha outras condições, não só de trabalho, mas também que tenha condições para uma coisa que é fundamental que é a investigação.

2 – De acordo com a responsável do arquivo existente na câmara de caminha, existem cerca de 1700ml de documentos, sendo que alguns já se danificaram. Como é que até á data de hoje não houve nenhum autarca que se preocupasse com este património?

R:- Muitas vezes, nós autarcas pensamos no imediato, na obra visível, e não pensamos na obra que é a obra de cuidar daquilo que foi o passado, é preciso uma mudança nesse paradigma, portanto temos que pensar em ter um arquivo digno.

3 – Sendo o Sr. o presidente da junta de freguesia, e sabendo de antemão que as juntas estão na sua maioria dependentes de verbas do estado central e de candidaturas a fundos comunitários já pensou em fazer uma candidatura para um projeto deste tipo verificando-se a necessidade de um arquivo aqui em caminha?

R:- A autarquia não tem fundos para realizar uma candidatura desta grandeza, isso teria que ser uma candidatura a elaborar pela Camara Municipal, isso está acima das nossas possibilidades. As candidaturas que a junta poderá efetuar serão mais modestas, como para a modernização administrativa da própria junta.

4 – A proposta de arquivo vai recair sobre a antiga escola padre Pinheiro. O que acha da localização do edifício sendo este um pouco afastado do centro da vila?

R:- É relativo, temos uma escola de música ali, precisamos de revitalizar o largo Sidónio Pais, podemos criar ali uma nova centralidade com esta nova

valência. Acho que é um bom sítio, é uma entrada da vila, mas não sei se em termos do edifício, este está preparado para um equipamento deste género.

5 – Dado que este mesmo edifício aquando da sua construção já teria sido pensado também para a primeira biblioteca municipal, o que acha deste novo uso para o velho edifício?

R:- O arquivo insere-se no âmbito da preservação da cultura, da memória e da história e portanto o fim está muito próximo daquilo que também foi o edifício no passado, embora não como uma escola, mas um reservatório de memórias para muitos caminhenses, a escola do passado.

6 – Para si, seria melhor opção projetar e construir um edifício novo ou reabilitar esta escola?

R:- Um dos problemas do sistema urbano português, é que nos últimos anos se valorizou muito a construção e se desvalorizou a reabilitação. Felizmente esta tendência parece estar a inverter-se. A existência de apoios à reabilitação, tanto pela parte das autarquias, como através de programas comunitários, resultam na recuperação de edifícios antigos com valor patrimonial. Vejo com bons olhos recuperar esse edifício, desde que o uso a que se destina se enquadre nesse propósito, até mais em termos de gastos de dinheiros públicos, seria mais benéfico do que propriamente fazer-se um edifício de raiz.

7 – O largo Sidónio Pais, o chamado largo da escola, está “perdoe a expressão, abandonado”, acha que seria útil a revitalização daquele espaço integrado no conjunto do projeto da reabilitação da escola Padre Pinheiro?

R:- Toda aquela área já esteve para ser intervencionada, quando foram intervencionadas a rua da Corredoura e parte da Avenida Saraiva de Carvalho, quando se fez o parque de estacionamento da estação. Com a retirada do estacionamento da rua da Corredoura surgiu um problema maior, transformaram o largo num parque de estacionamento, este deixou de ser para as pessoas. Neste momento essa situação não me parece digna, nem me parece que sirva o interesse dos comerciantes, nem da nova utilização que aquele espaço deva ter. É uma das situações que eu vejo com maior importância, não podemos ter o largo Sidónio Pais com aquelas características. Temos que intervir naquele espaço para lhe devolver a dignidade.

8 – Sendo a sua profissão professor, como vê um arquivo? Como um espaço fechado só virado para a guarda e conservação de documentos ou como um espaço aberto, dinâmico que para além da função de arquivo possa interagir com as escolas?

R: Dependendo do tipo de documentação que estamos a falar, mas vejo um arquivo como um local de consulta, de estudo de divulgação do nosso património documental. Dentro das normas que estão estabelecidas, para a investigação, os arquivos servem para guardar as nossas memórias, para estudar, um arquivo só por si para guardar documentos e que não sirva para estudar e não sirva para mostrar as ações presentes do que foi o nosso passado, não tem muito interesse.

Entrevista 6

4 de março de 2015

Fernando António Silva Carvalho Curado

Antigo Aluno - Comerciante

1 – Conhece a escola padre Pinheiro, sabe onde se situa?

R:- Sim, no Largo Sidónio Pais em Caminha.

2 – Frequentou essa escola? Como era a escola nessa época?

R:- Sim, entrei para a escola em 1961, era a única escola oficial de caminha. A escola era a bem dizer como é hoje, existiam 4 salas no rés-do-chão, duas para as raparigas e duas para os rapazes, no edifício mais baixo também existiam duas salas, uma do sexo feminino e outra do sexo masculino, em cima moravam os professores.

3 - Que memórias guarda desse tempo?

R:- Lembro-me da minha sala que era a sala das traseiras do lado de cima e do meu colega de carteira o Brandão, bons tempos! Recordo-me quando a Sr^a. Alice entregava o fardamento aos mais velhos, aos alunos da quarta classe para irem desfilar na Mocidade. Fazíamos os preparativos para a marcha da Mocidade, aqui no Largo Sidónio Pais sob as ordens do professor Laureano que ministrava a instrução. Ficávamos contentes no dia da marcha quando vestíamos a farda da Mocidade e íamos a desfilar até á matriz, com a bandeira Nacional, aquilo para nós era o máximo. Recordo com satisfação esses momentos, assim como os jogos de futebol também aqui no largo depois das aulas.

4 – O que pensa sobre dar um novo uso a este edifício?

R:- Penso que seria muito boa ideia reabilitar este edifício, pelo menos não estaria desocupado e a degradar-se. Eu como antigo aluno desta escola gostaria de ver outra vez este edifício em funcionamento, fosse ele para escola, sala de exposições ou outra coisa qualquer, o que é preciso é que haja alguém com ideias e coragem para deitar mãos deste edifício que me marcou nos primeiros anos da minha vida.

5 – Esse novo uso seria adaptar a escola a um arquivo municipal. O que pensa acerca desse novo uso. Acha necessário um arquivo municipal aqui em Caminha?

R:- Penso que seria um bom uso para o edifício, dado o seu uso no passado, adapta-lo a um arquivo acho que seria sensato. Penso que um arquivo faz sempre falta, para os nossos jovens, os nossos investigadores terem um local digno para poderem desenvolver os seus trabalhos.

Entrevista 7

4 de março de 2015

Carlos Alberto Rodrigues Bento de Barros

Antigo Aluno - Comerciante

1 – Conhece a escola padre Pinheiro, sabe onde se situa?

R:- Sim, no Largo Sidónio Pais em Caminha.

2 – Frequentou essa escola? Como era a escola nessa época?

R:- Sim, entrei para a escola em 1952, era a única escola oficial naquele tempo, embora existissem outras escolas particulares, para aqui vinham alunos não só de caminha como de outras freguesias vizinhas. A escola era praticamente como é hoje, só difere na cor, antes era branca e hoje é cinzenta, era composta por 6 salas de aula, quatro no edifício principal e 2 neste edifício mais baixo, o recreio era separado por sexos assim como as salas de aula.

3 - Que memórias guarda desse tempo?

R:- Lembro-me das canadas que nos dava o professor Laureano, e das grandes partidas de futebol durante os recreios e depois das aulas terminarem. Recordo-me nas horas do recreio, onde as raparigas brincavam separadas de nós, pois o recreio delas era onde atualmente se descobriram as ruínas da muralha, e nós brincávamos na parte de cima, nas traseiras da escola. Na parte de cima moravam os professores, para as raparigas as aulas eram ministradas por professoras e para nós eram os professores.

4 – O que pensa sobre dar um novo uso a este edifício?

R:- Acho que seria o melhor que poderia acontecer á velha escola, atualmente andam ai uns miúdos a aprender musica, mas quanto sei o edifício principal está praticamente todo em estado de degradação e se não pensarem em reabilita-lo poderá ficar como o externato de Santa Rita, que está todo a cair.

5 – Esse novo uso seria adaptar a escola a um arquivo municipal. O que pensa acerca desse novo uso. Acha necessário um arquivo municipal aqui em Caminha?

R:- Acho que seria uma das boas formas de fazer renascer o edifício, e pelo que sei houve em tempos uma iniciativa por parte da camara para o adaptar a um arquivo, mas acho que a ideia não passou do papel. Creio que um

arquivo é sempre um equipamento necessário em qualquer localidade, nós aqui em caminha ainda não temos mas penso que seria um projeto muito bem-vindo para esta parte da vila, que está um pouco esquecida.

Entrevista 8

17 de maio 2015

Carlos Esteves

Reformado

1 - Como se sabe, a vila de caminha, não tem um arquivo municipal, um edifício próprio para guardar, tratar e divulgar todo o património documental existente. Acha necessária a instalação de uma infraestrutura destas no nosso concelho, na nossa vila?

R:- É sempre bom, penso que já deveria de existir na nossa vila um equipamento desse tipo, não para mim que não ligo muito a essas coisas, mas para os nossos jovens que andam a estudar e não só, para todos aqueles que necessitem de realizar algum trabalho de investigação. É um equipamento que, vejo com grande utilidade e necessidade.

2 – Para si qual a importância de um arquivo municipal?

R:- Julgo ser importante porque deveria existir um sítio para acautelar todos os documentos do passado em condições. Também não posso dizer que onde estão atualmente, (Câmara municipal), não estejam bem guardados, mas se calhar num espaço próprio para os arquivar estariam bem melhor. Creio também, que um arquivo não seja só um lugar para guardar documentos, mas sim um local para os expor e divulgar.

3 – A proposta de arquivo vai recair sobre a antiga escola padre pinheiro. O que acha da localização do edifício sendo este um pouco afastado do centro da vila?

R:- A localização para mim é secundária, desde que este corresponda às necessidades dos seus utilizadores, o local não é o mais importante. Neste sítio acho até que venha a beneficiar toda esta zona, sendo uma das entradas da vila.

4 – Frequentou esta escola? Se sim, que recordações guarda da escola?

R:- Não.

6 – Não tendo sido aluno desta escola, como morador pode dizer-nos que memórias tem deste espaço?

R:- Recordo esta zona como o recreio da escola, quando os miúdos saiam a correr e vinham logo marcar as balizas, para jogarem á bola, tinha duas filas de árvores e alguns bancos onde as pessoas se sentavam a conversar por

longos momentos. Lembra-me também da instrução que era dada pelo professor Laureano para os preparativos do desfile á igreja matriz pelos alunos mais velhos.

Entrevista 9

17 de maio 2015

Hipólito Fernandes

Gerente Comercial

1 - Como se sabe, a vila de caminha, não tem um arquivo municipal, um edifício próprio para guardar, tratar e divulgar todo o património documental existente. Acha necessária a instalação de uma infraestrutura destas no nosso concelho, na nossa vila?

R:- Julgo que sim, um edifício para um arquivo é algo bastante importante, é um espaço que deve ter dignidade para se poderem consultar documentos do passado, e que faz muita falta. No atual edifício da camara, onde está o arquivo, assiste-se a uma desorganização muito grande neste aspeto, uma vez que o local não é apropriado para o efeito. Acho que todos os concelhos á nossa volta tem um arquivo municipal, e creio que caminha também deveria de ter um.

2 – Para si qual a importância de um arquivo municipal?

R:- Sobretudo para o arquivamento de documentação, que num futuro próximo poderão fazer muita falta. É preciso termos sempre presente que sem conhecermos o passado, não podemos compreender melhor o presente.

3 – A proposta de arquivo vai recair sobre a antiga escola padre Pinheiro. O que acha da localização do edifício sendo este um pouco afastado do centro da vila?

R:- A localização ficar um pouco afastada do centro da vila, não vejo qualquer inconveniente, penso que este tipo de equipamentos, não tem que estar obrigatoriamente no centro da vila, acho até que no local onde pensa colocá-lo será uma mais-valia para esta parte da vila, que parece esquecida, além disso está dentro do centro histórico.

4 – Frequentou esta escola? Se sim, que recordações guarda da escola?

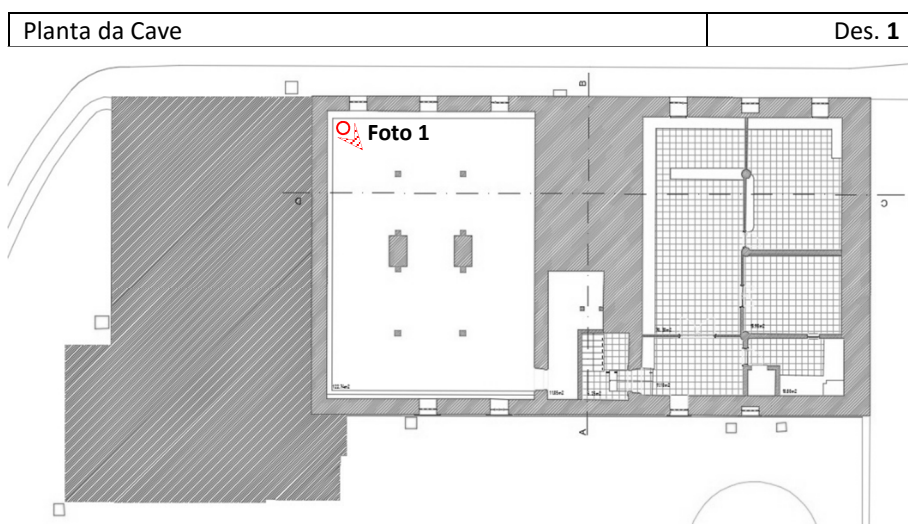
R:- Sim, mas somente a frequentei para realizar o exame da quarta classe. Não tenho mais recordações.

Fichas de Diagnóstico

Escola Padre Pinheiro - Caminha	
Ficha de Diagnóstico	
Ficha:	Parte do Edifício:
Escola 01	Fundações/Estrutura
Fotografia:	Foto 01



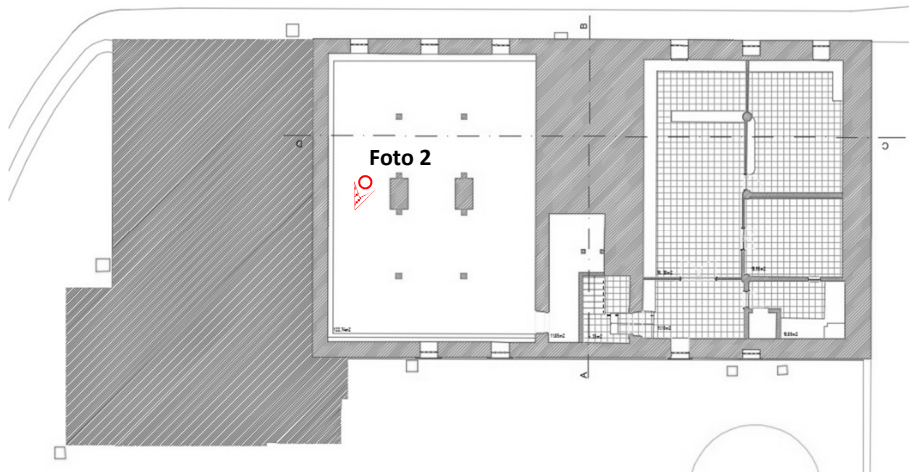
Foto 1 – (Autor)



Des. 1 – (Autor) – S/Escala

Escola Padre Pinheiro			
Ficha de Diagnóstico			
DESCRIÇÃO CONSTRUTIVA			
Ficha:		Parte do Edifício:	
Escola 01		Fundações/Estrutura	
Dados Construtivos:			
Fundações:			
	<input checked="" type="checkbox"/>	Outros	
Estrutura Vertical:			
	<input checked="" type="checkbox"/>	Muros de Carga	
	<input checked="" type="checkbox"/>	Paredes Portantes	
Estrutura Horizontal e ou Inclinada:		Materiais:	
	<input checked="" type="checkbox"/>	Vigas	<input checked="" type="checkbox"/> Madeira
	<input checked="" type="checkbox"/>	Lajes	<input checked="" type="checkbox"/> Aligeirada
	<input checked="" type="checkbox"/>	Escadas	<input checked="" type="checkbox"/> Madeira/Betão
	<input checked="" type="checkbox"/>	Cobertura	<input checked="" type="checkbox"/> Madeira
Outros elementos estruturais:		Materiais:	
	<input checked="" type="checkbox"/>	Outros	<input checked="" type="checkbox"/> Vigas Metálicas
Elementos Singulares:		Materiais:	
	<input checked="" type="checkbox"/>	Cornijas	<input checked="" type="checkbox"/> Granito
Grau de Acessibilidade:			
	Física:		Visual:
	<input checked="" type="checkbox"/>	Acessível	<input checked="" type="checkbox"/> Vista total
		Não Acessível	Vista Parcial
		Difícil acesso com meios normais	
Informações sobre obras e lesões anteriores:		Obras de Remodelação para o quartel da GNR	
Patologia aparente segundo a propriedade:		Alteração das lajes de pavimento e escadas	

Escola Padre Pinheiro				
Ficha de Diagnóstico				
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Fundações				
Ficha:		Parte do Edifício:		
Escola 01		Fundações/Estrutura		
Elemento	Estado Conservação		Patologia	Importância da Patologia
Fundações		Deterioração Construtiva	Sujidade	Perigo a outros elementos construtivos
	X	Indeterminada	Degradação do material	Perigo de deterioração construtiva
		Deficiências pontuais	Desprendimentos	Perigo a terceiros
		Outros	Ataque biológico	Outros

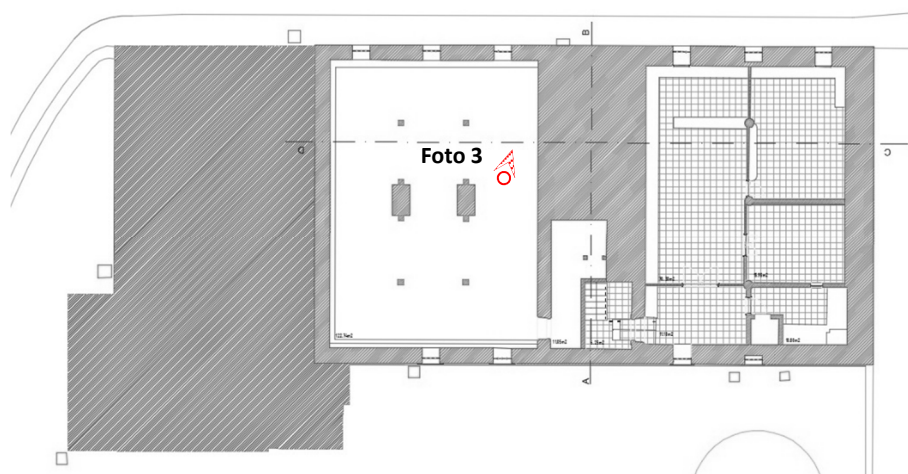


Des. 2 – (Autor) – S/Escala



Foto 2 – (Autor)

Escola Padre Pinheiro					
Ficha de Diagnóstico					
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Estrutura Vertical					
Ficha:		Parte do Edifício:			
Escola 01		Fundações/Estrutura			
Informação:					
Elemento	Estado Conservação		Patologia		Importância da Patologia
Estrutura Vertical (Muros de Carga)	X	Aparentemente bom	x	Humidade	X Sem perigo aparente
		Deterioração Construtiva	X	Fissuras	Perigo a outros elementos construtivos
		Deterioração extrema	X	Eflorescências	Perigo de deterioração construtiva
		Deficiências pontuais	X	Sujidade	Perigo a terceiros
		Indeterminada		Ataque biológico	Outros
		Outros		Outros	



Des. 3 – (Autor) – S/Escala

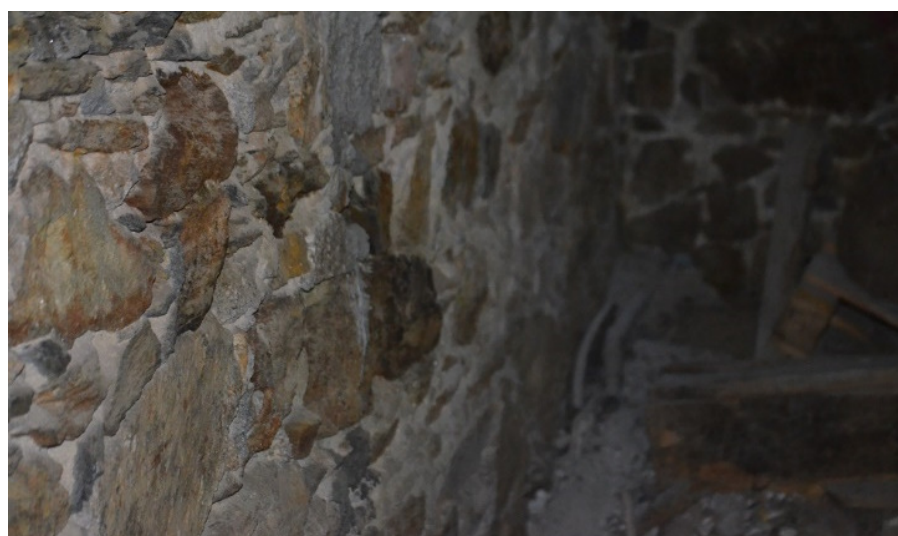
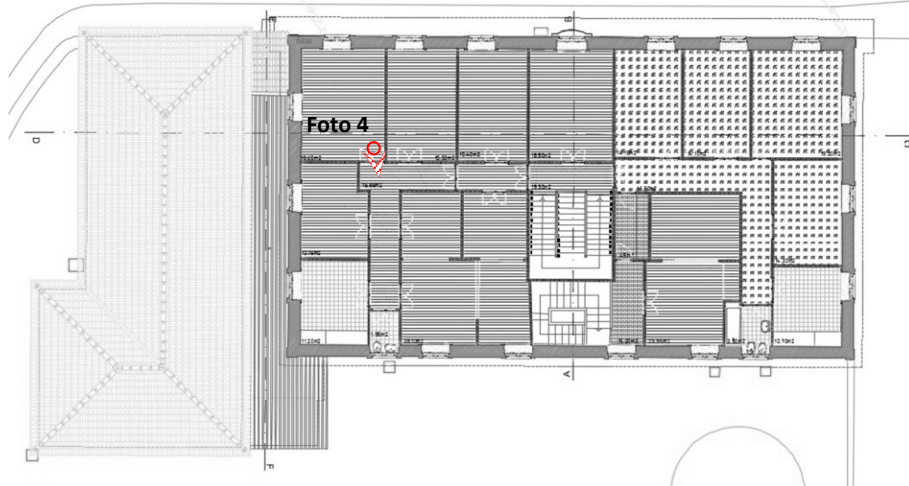


Foto 3 – (Autor)

Escola Padre Pinheiro				
Ficha de Diagnóstico				
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Estrutura Horizontal				
Ficha:		Parte do Edifício:		
Escola 01		Fundações/Estrutura		
Elemento	Estado Conservação		Patologia	Importância da Patologia
Estrutura Horizontal (Vigas e Lajes)		Aparentemente bom	X Deformação (Flecha/empeno/Desnível)	Sem perigo aparente
	X	Deterioração Construtiva	X Degradação do material	X Perigo a outros elementos construtivos
		Deterioração extrema	X Gretas	X Perigo de deterioração construtiva
	X	Deficiências pontuais	X Humidade	X Perigo a terceiros
		Indeterminada	X Ataque biológico	Outros
		Outros	Outros	

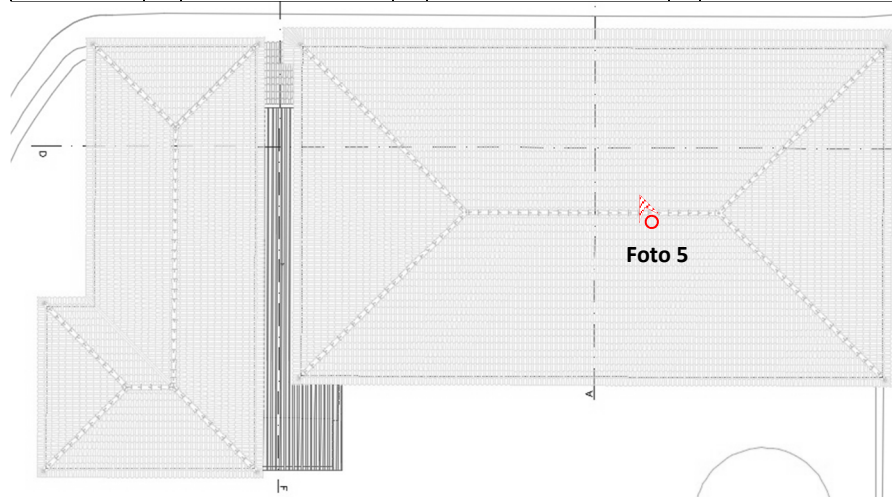


Des. 4 – (Autor) – S/Escala



Foto 4 – (Autor)

Escola Padre Pinheiro				
Ficha de Diagnóstico				
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Estrutura Inclinada				
Ficha:		Parte do Edifício:		
Escola 01		Fundações/Estrutura		
Elemento	Estado Conservação		Patologia	Importância da Patologia
Estrutura Inclinada (Cobertura)		Aparentemente bom	X Deformação (Flecha/empeno/Desnível)	Sem perigo aparente
	X	Deterioração Construtiva	Degradação do material	X Perigo a outros elementos construtivos
		Deterioração extrema	X Putrefação	X Perigo de deterioração construtiva
	X	Deficiências pontuais	X Humidade	X Perigo a terceiros
		Indeterminada	X Ataque biológico	Outros
		Outros	Outros	

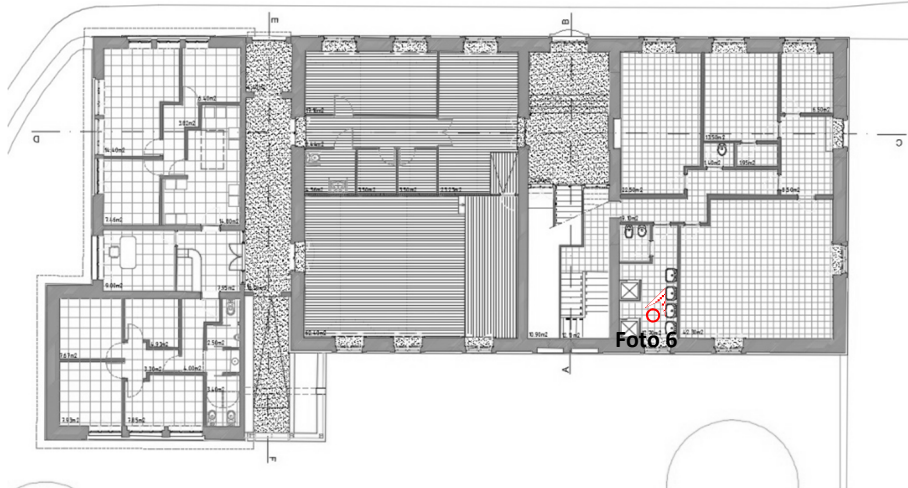


Des. 5 – (Autor) – S/Escala



Foto 5 – (Autor)

Escola Padre Pinheiro - Caminha				
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Outros elementos estruturais				
Ficha:		Parte do Edifício:		
Escola 01		Fundações/Estrutura		
Elemento	Estado Conservação		Patologia	Importância da Patologia
Outros Elementos Estruturais (Vigas Metálicas)		Aparentemente bom	Deformação (Flecha/empeno/Desnível)	Sem perigo aparente
	X	Deterioração Construtiva	Degradação do material	X Perigo a outros elementos construtivos
		Deterioração extrema	Oxidação	X Perigo de deterioração construtiva
	X	Deficiências pontuais	X Corrosão	X Perigo a terceiros
		Indeterminada	X Sujidade	Outros
		Outros	Outros	

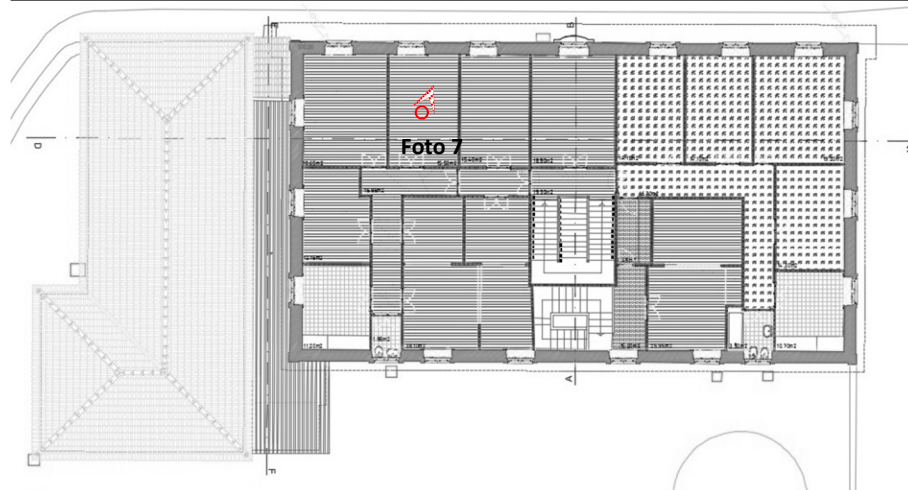


Des. 6 – (Autor) – S/Escala



Foto 6 – (Autor)

Escola Padre Pinheiro				
Ficha de Diagnóstico				
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Elementos Singulares				
Ficha:		Parte do Edifício:		
Escola 01		Fundações/Estrutura		
Elemento	Estado Conservação		Patologia	Importância da Patologia
Elementos Singulares (Apoios, Encastramentos)	X	Deterioração Construtiva	X Degradação do material	X Perigo a outros elementos construtivos
		Deterioração extrema	X Putrefação	X Perigo de deterioração construtiva
	X	Deficiências pontuais	X Humidade	X Perigo a terceiros
		Indeterminada	X Ataque biológico	Outros



Des.7 – (Autor) – S/Escala



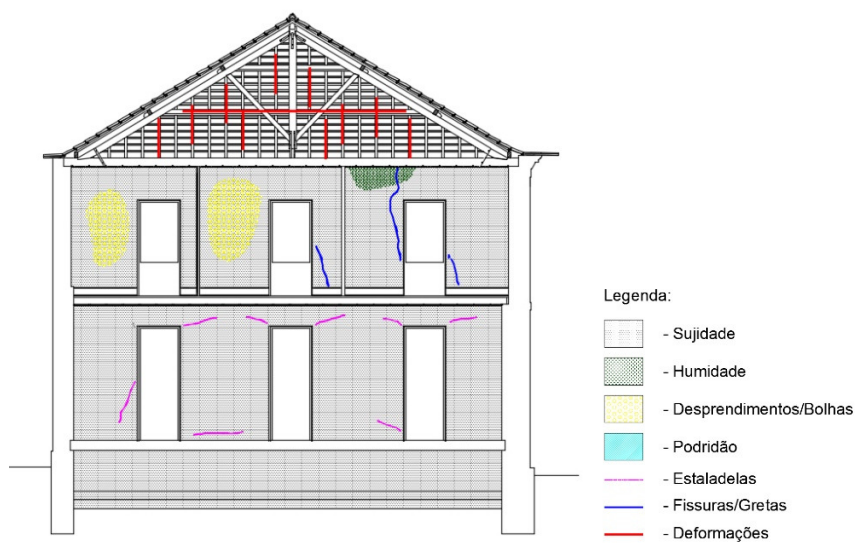
Foto 7 – (Autor)



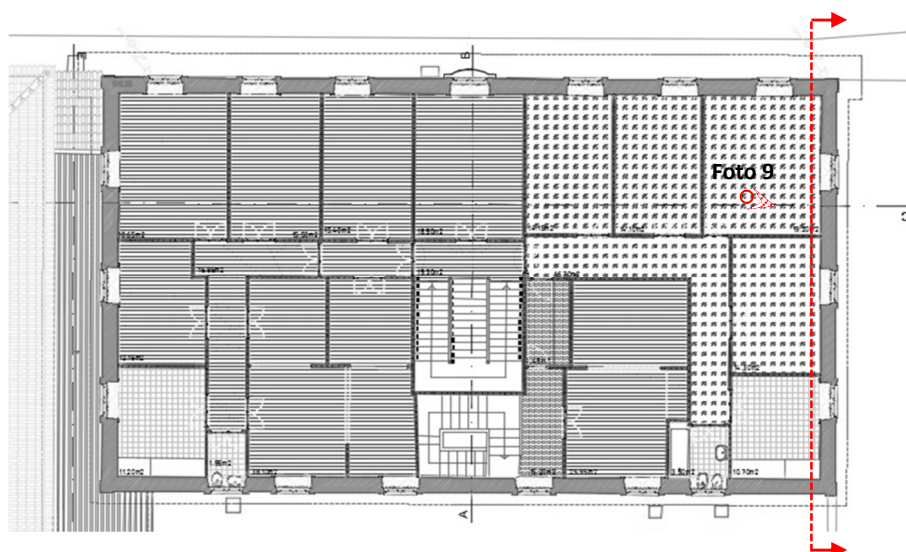
Des. 8 – Corte 1 - Autor– S/Escala



Foto 8 – (Autor)



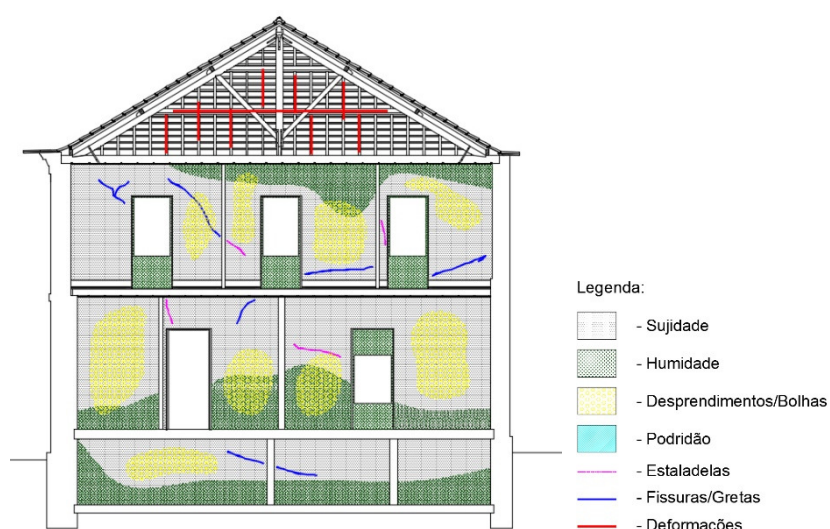
Des. 9 – Corte 1 - Mapa de lesões - Autor– S/Escala



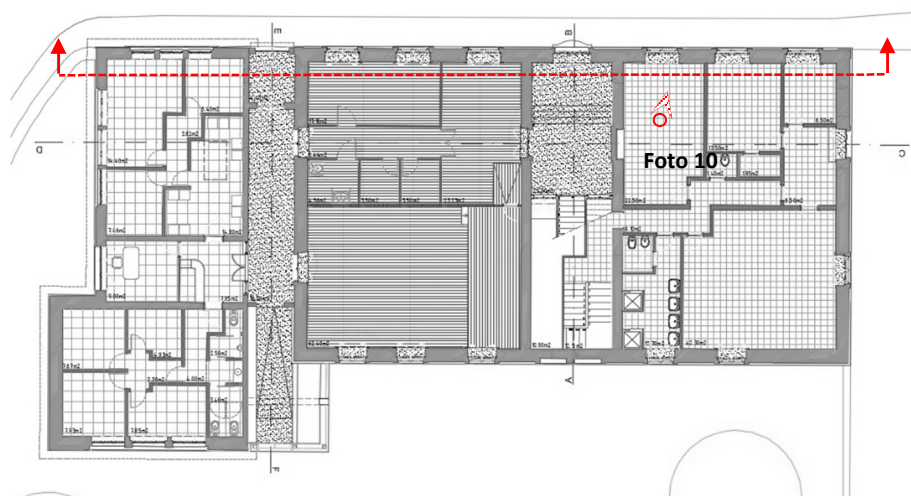
Des. 10 – Corte 2 - Autor– S/Escala



Foto 9 – (Autor)



Des. 11 – Corte 2 - Mapa de Lesões - Autor– S/Escala



Des. 12 - Corte 3 - Autor - S/Escala



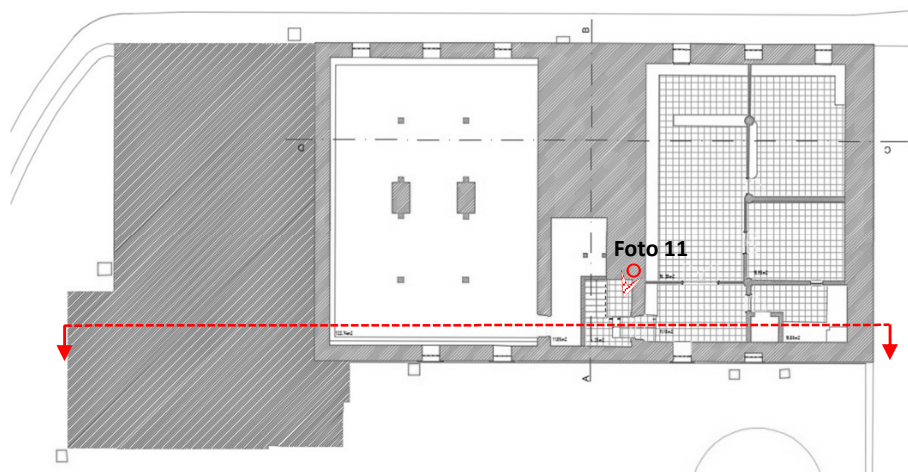
Legenda:

- Sujidade
- Humidade
- Desprendimentos/Bolhas
- Podridão
- Estaladelas
- Fissuras/Gretas
- Deformações

Foto 10 – (Autor)



Des. 13 – Mapa de Lesões – (Autor) – S/Escala



Des. 14 – Corte 4 – Autor– S/Escala



Legenda:

- Sujidade
- Humidade
- Desprendimentos/Bolhas
- Podridão
- Estaladelas
- Fissuras/Gretas
- Deformações

Foto 11 – (Autor)



Des. 15 – Mapa de Lesões – (Autor) – S/Escala

Escola Padre Pinheiro	
Ficha de Diagnóstico	
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Resumo	
Ficha:	Parte do Edifício:
Escola 01	Fundações/Estrutura
Avaliação da Intervenção:	
	Imediata (24h bombeiros e/ou medidas de segurança)
	Muito urgente (antes 3 meses com ou sem medidas de segurança)
	Urgente a médio prazo
X	Necessário a médio prazo
X	Manutenção
Resumo da intervenção:	
<p>Verificou-se, pelo que se conseguiu observar, que as fundações aparentam bom estado de conservação, não se verificam grandes assentamentos da estrutura, porém é afetada pela falta de manutenção. A estrutura vertical apresenta um bom estado de conservação, verificando-se casos pontuais de humidade, sujidade, e salitre. A nível da estrutura horizontal verifica-se alguma deformação dos elementos de madeira, pontualmente observa-se a presença de ataque biológico. Os elementos que foram introduzidos com as obras da instalação do quartel da GNR, apresentam também algumas deformações, desprendimentos e fissuras. A estrutura da cobertura requer alguma atenção, existindo vários elementos com deformação, alguns apoios com putrefação e alguma humidade, causada pelo desprendimento das telhas. Os elementos estruturais e nos singulares observou-se alguns pontos com humidade e microrganismos.</p> <p>Propõe-se um tratamento a nível da estrutura que passe pela eliminação dos focos com microrganismos através de um impregnante tipo querosene, deteção e eliminação de todos os focos de humidade e sujidade, substituição dos elementos que apresentem podridão e deformação. Todos os elementos metálicos que não sejam para substituir serão alvo de um tratamento com pintura antiferrugem.</p>	

Escola Padre Pinheiro - Caminha	
Ficha de Diagnóstico	
Ficha:	Parte do Edifício:
Escola 02	Fachada Norte
Fotografia:	Foto 01



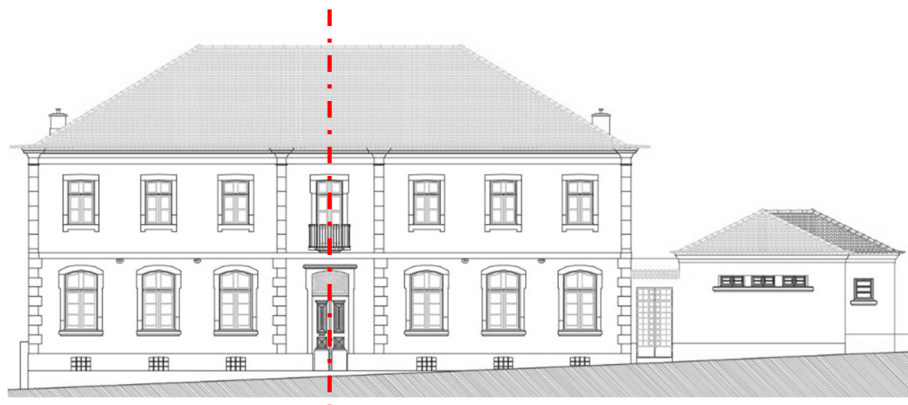
Foto 1 – (Autor)

Fachada Norte	Des. 1
---------------	--------

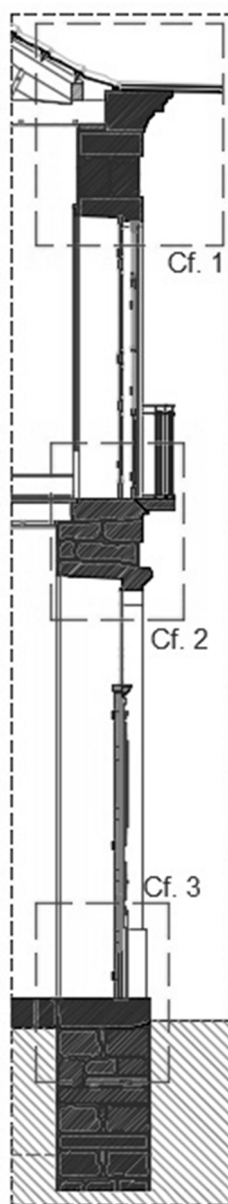


Des. 1 – (Autor) – S/Escala

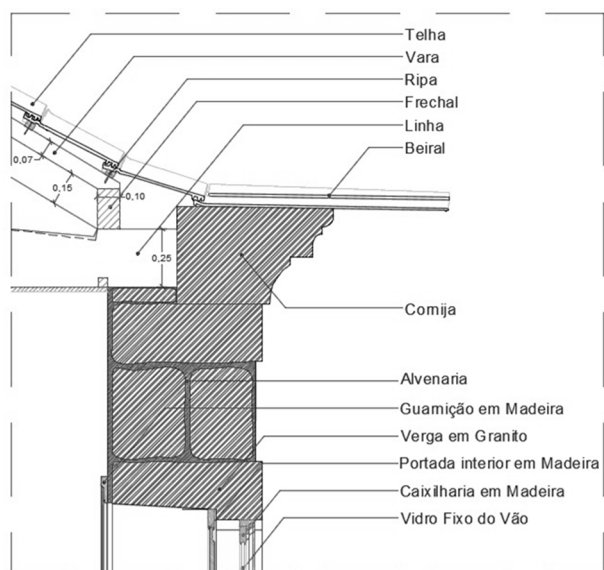
Escola Padre Pinheiro			
Ficha de Diagnóstico			
DESCRIÇÃO CONSTRUTIVA			
Ficha:		Parte do Edifício:	
Escola 02		Fachada Norte	
Dados Construtivos:			
Tipo de Fachada:			
	<input checked="" type="checkbox"/>	Tradicional – Parede portante em pedra	
Revestimentos - Acabamentos:			
	<input checked="" type="checkbox"/>	Contínuos: Reboco de Cal	
Suporte:			
	<input checked="" type="checkbox"/>	Pedra	
Vãos:		Materiais:	
	<input checked="" type="checkbox"/>	Padieiras	<input checked="" type="checkbox"/> Granito
	<input checked="" type="checkbox"/>	Ombreiras	<input checked="" type="checkbox"/> Granito
	<input checked="" type="checkbox"/>	Peitoris	<input checked="" type="checkbox"/> Madeira
	<input checked="" type="checkbox"/>	Soleiras	<input checked="" type="checkbox"/> Granito
Caixilharia:		Materiais:	
	<input checked="" type="checkbox"/>	Janelas	<input checked="" type="checkbox"/> Madeira
	<input checked="" type="checkbox"/>	Portas	<input checked="" type="checkbox"/> Madeira
Platibanda/Cornija/Varanda:		Materiais:	
	<input checked="" type="checkbox"/>	Varanda	<input checked="" type="checkbox"/> Granito
	<input checked="" type="checkbox"/>	Cornija	<input checked="" type="checkbox"/> Granito
Elementos Singulares:		Materiais:	
	<input checked="" type="checkbox"/>	Grades	<input checked="" type="checkbox"/> Ferro
	<input checked="" type="checkbox"/>	Fixações	<input checked="" type="checkbox"/> Ferro
Grau de Acessibilidade:			
	Física:		Visual:
	<input checked="" type="checkbox"/>	Acessível	<input checked="" type="checkbox"/> Vista total
		Não Acessível	Vista Parcial
		Difícil acesso com meios normais	
Informações sobre obras e lesões anteriores:		As obras de beneficiação das fachadas, incluiu a picagem do reboco existente onde se observaram zonas mais degradadas, e foi aplicado reboco de cimento e foi pintado posteriormente.	
Patologia aparente segundo a propriedade:		As fachadas apresentavam escorrimentos, desprendimentos e bolhas no reboco.	



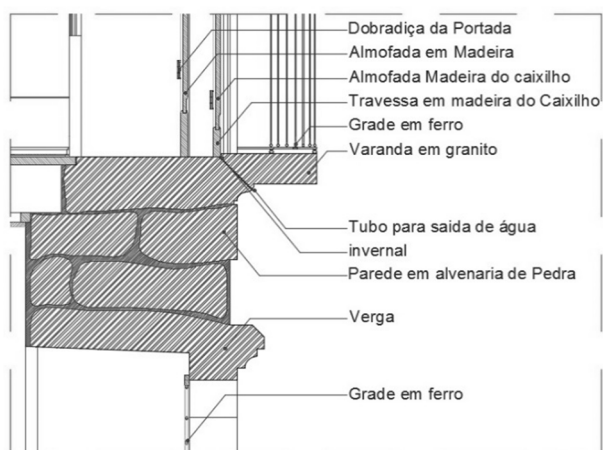
Des. 2 – (Autor) – S/Escala



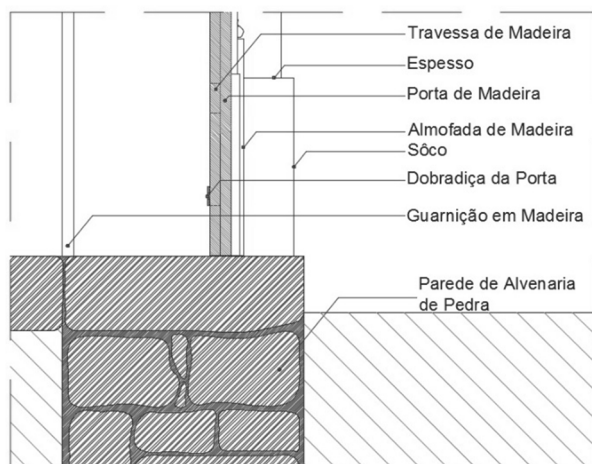
Des. 3 – Corte de Fachada – (Autor) – S/Escala



Des. 4 – Corte Cf. 1 – (Autor) – S/Escala



Des. 5 – Corte Cf. 2 – (Autor) – S/Escala



Des. 6 – Corte Cf. 3 – (Autor) – S/Escala

Escola Padre Pinheiro					
Ficha de Diagnóstico					
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Revestimento e Suporte					
Ficha:			Parte do Edifício:		
Escola 02			Fachada Norte		
Elemento	Estado Conservação		Patologia		Importância da Patologia
Revestim ento (reboco e pintura)		Aparentemente bom	X	Desgaste	Sem perigo aparente
		Indeterminada	X	Sujidade	X Perigo a outros elementos construtivos
		Deterioração Construtiva	X	Humidade	Perigo de deterioração construtiva
		Deterioração extrema	X	Fissuras	Perigo a terceiros
	X	Deficiências pontuais		Desprendimentos	
Suporte		Aparentemente bom	X	Deformações	X Sem perigo aparente
		Deterioração Construtiva	X	Degradação do material	Perigo a outros elementos construtivos
		Deterioração extrema	X	Fissuras	Perigo de deterioração construtiva
	X	Deficiências pontuais		Sujidade	Perigo a terceiros



Des. 7 – (Autor) – S/Escala



- Legenda:
- Fungos/Microrganismos
 - Corrosão
 - Fissuras/Gretas
 - Desprendimentos/Bolhas
 - Carpintarias Degradadas
 - Cantaria Fissurada
 - Deformações/Assentamento

Foto 2 – (Autor)

Escola Padre Pinheiro				
Ficha de Diagnóstico				
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Vãos				
Ficha:		Parte do Edifício:		
Escola 02		Fachada Norte		
Elemento	Estado Conservação		Patologia	Importância da Patologia
Vãos		Aparentemente bom	X Desprendimentos	Perigo a terceiros
	X	Deterioração Construtiva	X Corrosão	Sem perigo aparente
	X	Deficiências pontuais	X Sujidade	X Perigo a outros elementos construtivos
		Deterioração extrema	X Ausência	
		Indeterminado	X Degradação	X Perigo de deterioração construtiva
		Outros	Ataque Biológico	Outros



Des. 8 – (Autor) – S/Escala



Foto 3 – (Autor)

Escola Padre Pinheiro				
Ficha de Diagnóstico				
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Caixilharias				
Ficha:		Parte do Edifício:		
Escola 02		Fachada Norte		
Elemento	Estado Conservação		Patologia	Importância da Patologia
Caixilharias	X	Aparentemente Bom	X Falta de estanquidade	X Perigo a outros elementos construtivos
	X	Deterioração Construtiva	X Humidade	X Perigo a terceiros
		Deficiências pontuais	X Sujidade	Perigo de deterioração construtiva
		Deterioração extrema	X Descolagem/Bolhas	
		Indeterminado	X Putrefação	
		Outros	X Gretas	
			X Corrosão/Oxidação	
			X Degradação	
			X Vandalismo	
			X Ataque biológico	Outros
			Outros	



Des. 9 – (Autor) – S/Escala



Legenda:

- Fungos/Microrganismos
- Corrosão
- Fissuras/Gretas
- Desprendimentos/Bolhas
- Carpintarias Degradadas
- Cantaria Fissurada
- Deformações/Assentamento

Foto 4 – (Autor)

Escola Padre Pinheiro					
Ficha de Diagnóstico					
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Platibandas/Cornijas/Varandas					
Ficha:		Parte do Edifício:			
Escola 02		Fachada Norte			
Elemento	Estado Conservação		Patologia	Importância da Patologia	
Platibandas /Cornijas/ Varandas	X	Aparentemente Bom	Falta de estanquidade	X	Perigo a outros elementos construtivos
	X	Deterioração Construtiva	X Humidade	X	Perigo a terceiros
		Deficiências pontuais	X Sujidade		Perigo de deterioração construtiva
		Deterioração extrema	Descolagem/Bolhas		
		Indeterminado	Desprendimentos		
		Outros	Gretas		
			X Ataque biológico		Outros
			Outros		



Des. 10 – (Autor) – S/Escala



Legenda:

-  - Fungos/Microrganismos
-  - Corrosão
-  - Fissuras/Gretas
-  - Desprendimentos/Bolhas
-  - Carpintarias Degradadas
-  - Cantaria Fissurada
-  - Deformações/Assentamento

Foto 5 – (Autor)

Escola Padre Pinheiro						
Ficha de Diagnóstico						
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Elementos Singulares						
Ficha:			Parte do Edifício:			
Escola 02			Fachada Norte			
Informação:						
Elemento	Estado Conservação		Patologia		Importância da Patologia	
Elementos Singulares (Grades e Fixações)		Aparentemente Bom	X	Oxidação	X	Perigo a outros elementos construtivos
	X	Deterioração Construtiva	X	Corrosão	X	Perigo a terceiros
	X	Deficiências pontuais	X	Sujidade	X	Perigo de deterioração construtiva
		Deterioração extrema		Erosões		
		Indeterminado		Desprendimentos		
		Outros	X	Ausências		
			X	Degradação		Outros
				Outros		



Des. 11 – (Autor) – S/Escala



- Legenda:
- Fungos/Microrganismos
 - Corrosão
 - Fissuras/Gretas
 - Desprendimentos/Bolhas
 - Carpintarias Degradadas
 - Cantaria Fissurada
 - Deformações/Assentamento

Foto 6 – (Autor)

Escola Padre Pinheiro Ficha de Diagnóstico	
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Resumo	
Ficha:	Parte do Edifício:
Escola 02	Fachada Norte
Avaliação da Intervenção:	
	Imediata (24h bombeiros e/ou medidas de segurança)
	Muito urgente (antes 3 meses com ou sem medidas de segurança)
	Urgente a médio prazo
X	Necessário a médio prazo
X	Manutenção
Resumo da intervenção:	
<p>A fachada Norte, não apresenta danos que aparentam muita gravidade, uma vez que foi feita uma pequena intervenção á relativamente pouco tempo, onde repararam as partes do reboco com argamassa de cimento, que estavam desprendidas, embora já se note que essa mesma intervenção deveria ter sido realizada com mais cuidado, e realizada em toda a superfície. Apresenta algumas bolhas no reboco, fissuras e uns escorrimentos da pintura. Os vãos apresentam ausência de algumas partes do material. É Visível também a presença de musgos e manchas provocadas pela humidade. As caixilharias, embora pintadas pelo exterior, estão em alguns vãos em mau estado de conservação, apresentando podridão, ausência de partes do material, ataque biológico através de microrganismos e no que diz respeito às ferragens apresentam um elevado grau de deterioração, com muita ferrugem, ausência de fixações e desprendimento da pintura. Observa-se que os vãos tem vidro simples e ausência de vedações. As cornijas apresentam-se aparentemente em bom estado sendo visível alguns pontos de humidade, que deverá ser provocada pela cobertura. Nesta fachada existem algumas grades e fixações de cabos elétricos, que apresentam elevado grau de corrosão, cortes em determinados pontos, desprendimentos e bolhas no acabamento final.</p> <p>Propõe-se como tratamento da fachada, remoção de todo o reboco, limpeza do suporte, tratamento de fissuras, limpeza de poeiras soltas e aplicação de reboco 4+1+1, e pintura com tinta que permita respirar o suporte. Nos vãos propõe-se a limpeza de todos os musgos e ataques biológicos, remoção de elementos metálicos, e recolocação dos elementos em falta. A nível da caixilharia, propõe-se substituição de todos os elementos que apresentem podridão, substituição de todas as ferragens em elevado estado de degradação, no que diz respeito á substituição do vidro simples por vidro duplo e vedantes, terá que se adaptar á estrutura caixilho. As cornijas serão alvo de um tratamento anti fungos, após intervenção na cobertura. Todos os elementos metálicos serão alvos de um tratamento através de metalização, aplicação de um primário anti ferrugem, e posteriormente aplicação de um esmalte.</p>	

Escola Padre Pinheiro - Caminha	
Ficha de Diagnóstico	
Ficha:	Parte do Edifício:
Escola 03	Fachada Sul
Fotografia:	Foto 01



Foto 1 - Autor

Fachada Sul	Des. 1
-------------	---------------

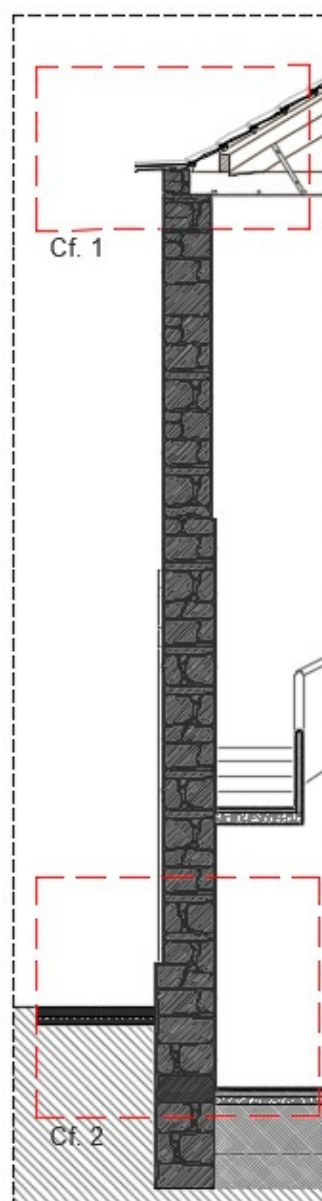


Des. 1 – Autor– S/Escala

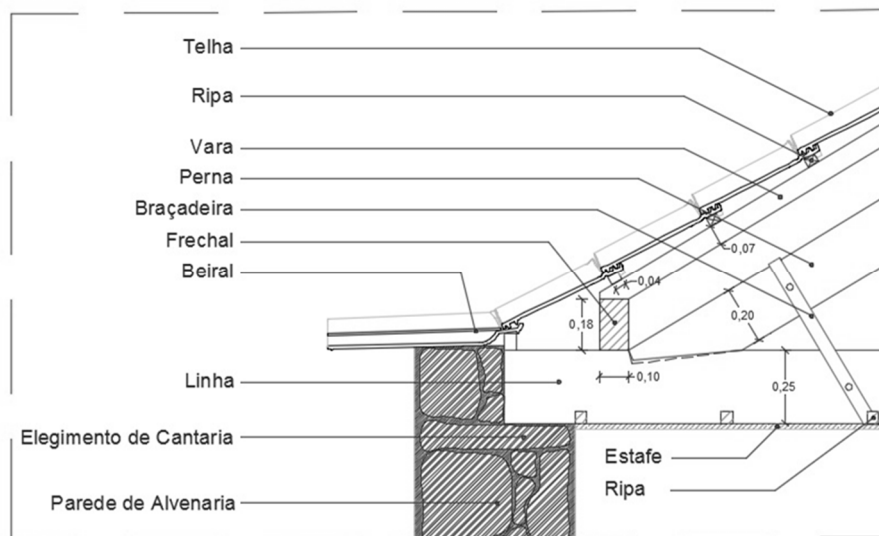
Escola Padre Pinheiro			
Ficha de Diagnóstico			
DESCRIÇÃO CONSTRUTIVA			
Ficha:		Parte do Edifício:	
Escola 03		Fachada Sul	
Dados Construtivos:			
Tipo de Fachada:			
	<input checked="" type="checkbox"/>	Tradicional – Parede portante em pedra	
Revestimentos - Acabamentos:			
	<input checked="" type="checkbox"/>	Contínuos: Reboco de Cal	
Suporte:			
	<input checked="" type="checkbox"/>	Pedra	
Vãos:		Materiais:	
	<input checked="" type="checkbox"/>	Padieiras	<input checked="" type="checkbox"/> Granito
	<input checked="" type="checkbox"/>	Ombreiras	<input checked="" type="checkbox"/> Granito
	<input checked="" type="checkbox"/>	Peitoris	<input checked="" type="checkbox"/> Madeira
		Soleiras	<input checked="" type="checkbox"/> Granito
Caixilharia:		Materiais:	
	<input checked="" type="checkbox"/>	Janelas	<input checked="" type="checkbox"/> Madeira
	<input checked="" type="checkbox"/>	Portas	<input checked="" type="checkbox"/> Madeira
Elementos Singulares:		Materiais:	
	<input checked="" type="checkbox"/>	Grades	<input checked="" type="checkbox"/> Ferro
	<input checked="" type="checkbox"/>	Fixações	<input checked="" type="checkbox"/> Ferro
Grau de Acessibilidade:			
	Física:		Visual:
	<input checked="" type="checkbox"/>	Acessível	<input checked="" type="checkbox"/> Vista total
		Não Acessível	Vista Parcial
		Difícil acesso com meios normais	
Informações sobre obras e lesões anteriores:		As obras de beneficiação das fachadas, incluiu a picagem do reboco existente onde se observaram zonas mais degradadas, e foi aplicado reboco de cimento e foi pintado posteriormente.	
Patologia aparente segundo a propriedade:		As fachadas apresentavam escorrimentos, desprendimentos e bolhas no reboco.	



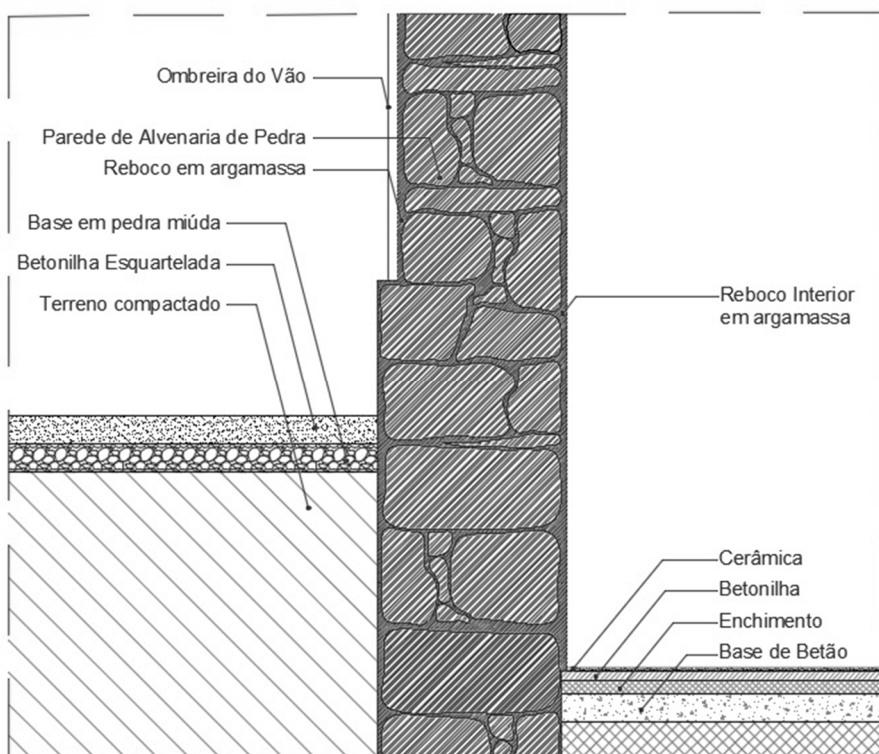
Des. 2 – (Autor) – S/Escala



Des. 3 – Corte de Fachada – (Autor) – S/Escala

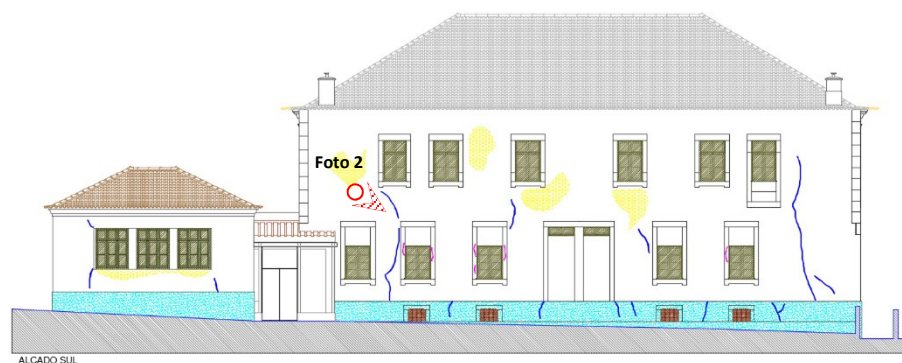


Des. 4 – Cf. 1 – (Autor) – S/Escala



Des. 5 – Cf. 2 – (Autor) – S/Escala

Escola Padre Pinheiro					
Ficha de Diagnóstico					
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Revestimento e Suporte					
Ficha:			Parte do Edifício:		
Escola 03			Fachada Sul		
Elemento	Estado Conservação		Patologia		Importância da Patologia
Revestim ento (reboco e pintura)		Aparentemente bom	X	Desgaste	Sem perigo aparente
		Indeterminada	X	Sujidade	X Perigo a outros elementos construtivos
		Deterioração Construtiva	X	Humidade	Perigo de deterioração construtiva
		Deterioração extrema	X	Fissuras	Perigo a terceiros
	X	Deficiências pontuais		Desprendimentos	
Suporte		Aparentemente bom	X	Deformações	X Sem perigo aparente
		Deterioração Construtiva	X	Degradação do material	Perigo a outros elementos construtivos
		Deterioração extrema	X	Fissuras	Perigo de deterioração construtiva
	X	Deficiências pontuais		Sujidade	Perigo a terceiros



Des. 6 – (Autor) – S/Escala

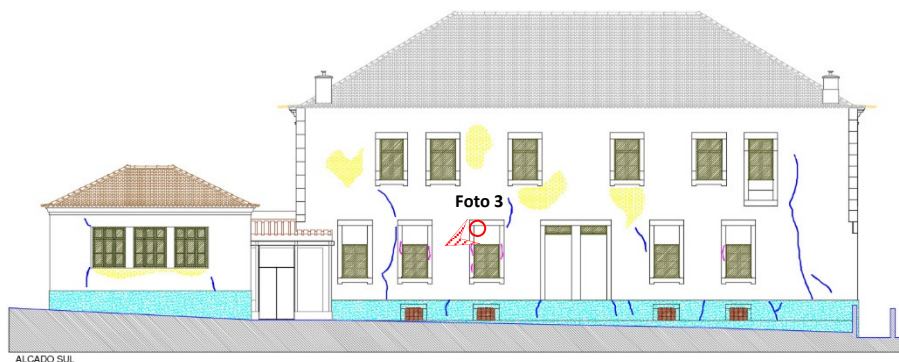


Legenda:

- Fungos/Microrganismos
- Corrosão
- Fissuras/Gretas
- Desprendimentos/Bolhas
- Carpintarias Degradadas
- Cantaria Fissurada
- Deformações/Assentamento

Foto 2 – (Autor)

Escola Padre Pinheiro				
Ficha de Diagnóstico				
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Vãos				
Ficha:		Parte do Edifício:		
Escola 03		Fachadas – Alçado Sul		
Elemento	Estado Conservação		Patologia	Importância da Patologia
Vãos		Aparentemente bom	X Desprendimentos	Perigo a terceiros
	X	Deterioração Construtiva	X Corrosão	Sem perigo aparente
	X	Deficiências pontuais	Sujidade	X Perigo a outros elementos construtivos
		Deterioração extrema	X Ausência	
		Indeterminado	X Degradação	X Perigo de deterioração construtiva
		Outros	Ataque Biológico	Outros



Des. 7 – (Autor) – S/Escala



Legenda:

- Fungos/Microrganismos
- Corrosão
- Fissuras/Gretas
- Desprendimentos/Bolhas
- Carpintarias Degradadas
- Cantaria Fissurada
- Deformações/Assentamento

Foto 3 – (Autor)

Escola Padre Pinheiro Ficha de Diagnóstico				
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Caixilharias				
Ficha:		Parte do Edifício:		
Escola 03		Fachada Sul		
Elemento	Estado Conservação		Patologia	Importância da Patologia
Caixilharias	X	Aparentemente Bom	X Falta de estanquidade	X Perigo a outros elementos construtivos
	X	Deterioração Construtiva	X Humidade	X Perigo a terceiros
		Deficiências pontuais	X Sujidade	Perigo de deterioração construtiva
		Deterioração extrema	X Descolagem/Bolhas	
		Indeterminado	X Putrefação	
		Outros	X Gretas	
			X Corrosão/Oxidação	
			X Degradação	
			X Vandalismo	
			X Ataque biológico	Outros
			Outros	



Des. 8 – (Autor) – S/Escala



Foto 4 – (Autor)

Escola Padre Pinheiro					
Ficha de Diagnóstico					
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Elementos Singulares					
Ficha:			Parte do Edifício:		
Escola 03			Fachada Sul		
Elemento	Estado Conservação		Patologia		Importância da Patologia
Elementos Singulares (Grades e Fixações)		Aparentemente Bom	X	Oxidação	X Perigo a outros elementos construtivos
	X	Deterioração Construtiva	X	Corrosão	X Perigo a terceiros
	X	Deficiências pontuais	X	Sujidade	X Perigo de deterioração construtiva
		Deterioração extrema		Erosões	
		Indeterminado		Ataque Biológico	
		Outros	X	Ausências	
			X	Degradação	Outros
				Outros	



Des. 9 – (Autor) – S/Escala



Legenda:

-  - Fungos/Microrganismos
-  - Corrosão
-  - Fissuras/Gretas
-  - Desprendimentos/Bolhas
-  - Carpintarias Degradadas
-  - Cantaria Fissurada
-  - Deformações/Assentamento

Foto 5 – (Autor)

Escola Padre Pinheiro	
Ficha de Diagnóstico	
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Resumo	
Ficha:	Parte do Edifício:
Escola 03	Fachada Sul
Avaliação da Intervenção:	
	Imediata (24h bombeiros e/ou medidas de segurança)
	Muito urgente (antes 3 meses com ou sem medidas de segurança)
	Urgente a médio prazo
X	Necessário a médio prazo
X	Manutenção
Resumo da intervenção:	
<p>A fachada Sul, não apresenta danos que aparentam muita gravidade, uma vez que foi feita uma pequena intervenção á relativamente pouco tempo, onde repararam as partes do reboco com argamassa de cimento, que estavam desprendidas, embora já se note que essa mesma intervenção deveria ter sido realizada com mais cuidado, e realizada em toda a superfície. Apresenta algumas bolhas no reboco, fissuras e uns escorrimentos da pintura. Os vãos apresentam ausência de algumas partes do material. É Visível também a presença de musgos e manchas provocadas pela humidade. As caixilharias, embora pintadas pelo exterior, estão em alguns vãos em mau estado de conservação, apresentando podridão, ausência de partes do material, ataque biológico através de microrganismos e no que diz respeito às ferragens apresentam um elevado grau de deterioração, com muita ferrugem, ausência de fixações e desprendimento da pintura. Observa-se que os vãos tem vidro simples e ausência de vedações. Nesta fachada existem grades, que apresentam elevado grau de corrosão, cortes em determinados pontos, desprendimentos e bolhas no acabamento final.</p> <p>Propõe-se como tratamento da fachada, remoção de todo o reboco, limpeza do suporte, tratamento de fissuras, limpeza de poeiras soltas e aplicação de reboco 4+1+1, e pintura com tinta que permita respirar o suporte. Nos vãos propõe-se a limpeza de todos os musgos e ataques biológicos, remoção de elementos metálicos, e recolocação dos elementos em falta. A nível da caixilharia, propõe-se substituição de todos os elementos que apresentem podridão, substituição de todas as ferragens em elevado estado de degradação, no que diz respeito á substituição do vidro simples por vidro duplo e vedantes, terá que se adaptar á estrutura caixilho. As cornijas serão alvo de um tratamento anti fungos, após intervenção na cobertura. Todos os elementos metálicos serão alvos de um tratamento através de metalização, aplicação de um primário anti ferrugem, e posteriormente aplicação de um esmalte.</p>	

Escola Padre Pinheiro - Caminha	
Ficha de Diagnóstico	
Ficha:	Parte do Edifício:
Escola 04	Fachada Nascente
Fotografia:	Foto 01



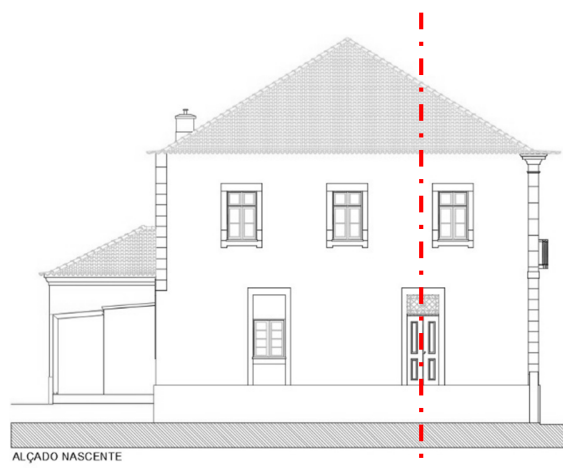
Foto 1 – (Autor)

Fachada Nascente	Des. 1
------------------	---------------

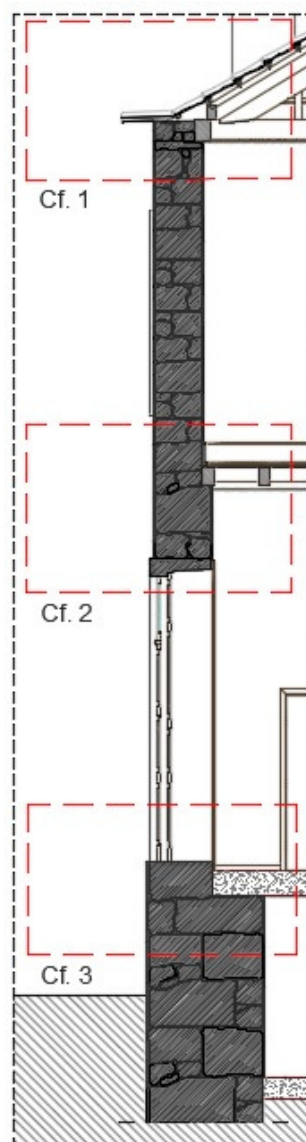


Des. 1 – (Autor) – S/Escala

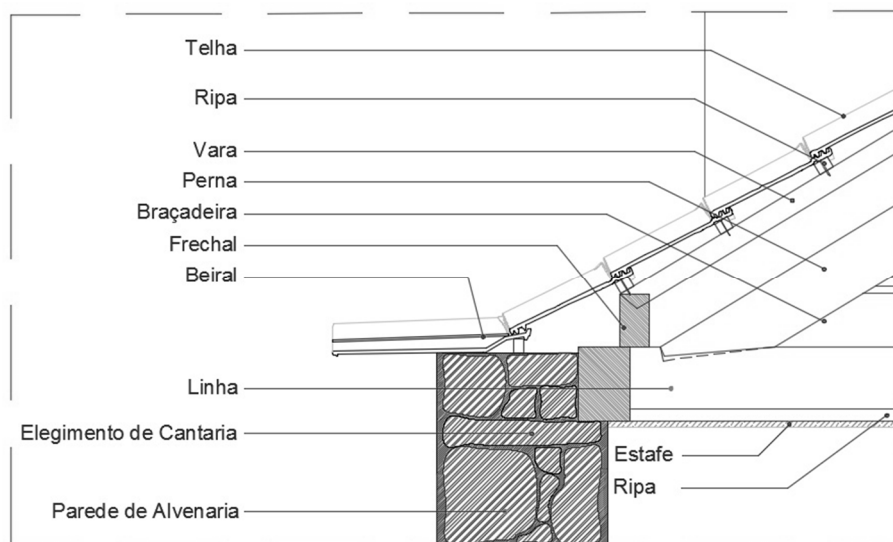
Escola Padre Pinheiro			
Ficha de Diagnóstico			
DESCRIÇÃO CONSTRUTIVA			
Ficha:		Parte do Edifício:	
Escola 04		Fachada Nascente	
Dados Construtivos:			
Tipo de Fachada:			
	<input checked="" type="checkbox"/>	Tradicional – Parede portante em pedra	
Revestimentos - Acabamentos:			
	<input checked="" type="checkbox"/>	Contínuos: Reboco de Cal	
Suporte:			
	<input checked="" type="checkbox"/>	Pedra	
Vãos:		Materiais:	
	<input checked="" type="checkbox"/>	Padieiras	<input checked="" type="checkbox"/> Granito
	<input checked="" type="checkbox"/>	Ombreiras	<input checked="" type="checkbox"/> Granito
	<input checked="" type="checkbox"/>	Peitoris	<input checked="" type="checkbox"/> Madeira
	<input checked="" type="checkbox"/>	Soleiras	<input checked="" type="checkbox"/> Granito
Caixilharia:		Materiais:	
	<input checked="" type="checkbox"/>	Janelas	<input checked="" type="checkbox"/> Madeira
	<input checked="" type="checkbox"/>	Portas	<input checked="" type="checkbox"/> Madeira
Elementos Singulares:		Materiais:	
	<input checked="" type="checkbox"/>	Grades	<input checked="" type="checkbox"/> Ferro
	<input checked="" type="checkbox"/>	Fixações	<input checked="" type="checkbox"/> Ferro
Grau de Acessibilidade:			
	Física:		Visual:
	<input checked="" type="checkbox"/>	Acessível	<input checked="" type="checkbox"/> Vista total
		Não Acessível	Vista Parcial
		Difícil acesso com meios normais	
Informações sobre obras e lesões anteriores:		As obras de beneficiação das fachadas, incluiu a picagem do reboco existente onde se observaram zonas mais degradadas, e foi aplicado reboco de cimento e foi pintado posteriormente.	
Patologia aparente segundo a propriedade:		As fachadas apresentavam escorrimentos, desprendimentos e bolhas no reboco.	



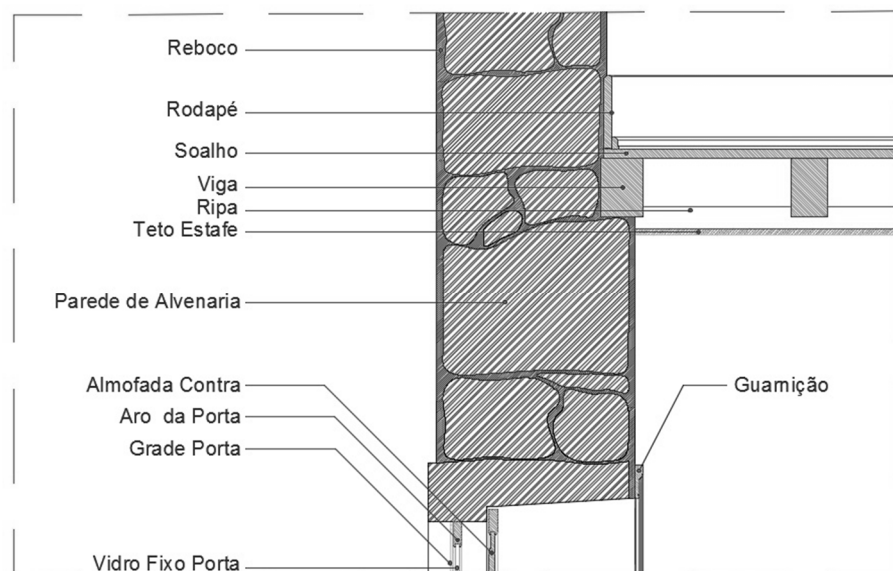
Des. 2 – (Autor) – S/Escala



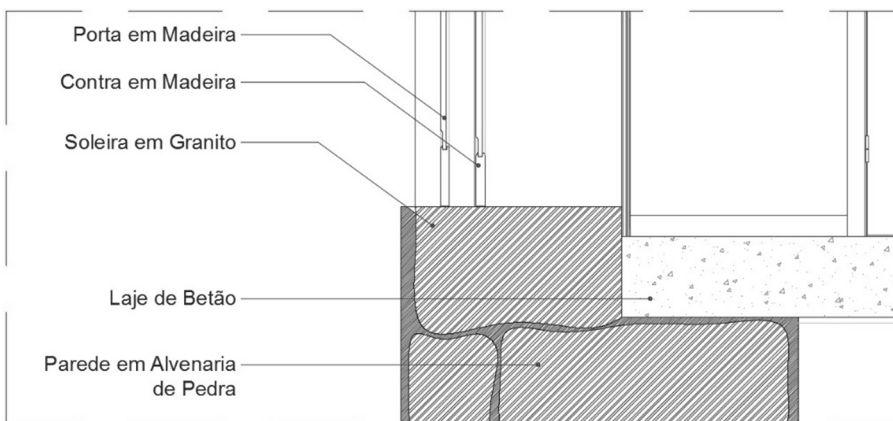
Des. 3 – Corte de Fachada – (Autor) – S/Escala



Des. 4 – Cf. 1 – (Autor) – S/Escala

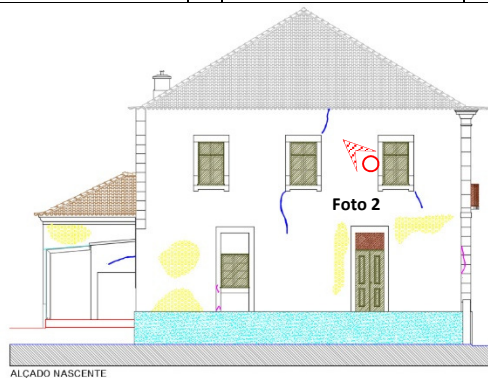


Des. 5 – Cf. 2 – (Autor) – S/Escala



Des. 6 – Cf. 3 – (Autor) – S/Escala

Escola Padre Pinheiro					
Ficha de Diagnóstico					
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Revestimento e Suporte					
Ficha:			Parte do Edifício:		
Escola 04			Fachada Nascente		
Elemento	Estado Conservação		Patologia		Importância da Patologia
Revestim ento (reboco e pintura)		Aparentemente bom	X	Desgaste	Sem perigo aparente
		Indeterminada	X	Sujidade	X Perigo a outros elementos construtivos
		Deterioração Construtiva	X	Humidade	Perigo de deterioração construtiva
		Deterioração extrema	X	Fissuras	
	X	Deficiências pontuais		Desprendimentos	Perigo a terceiros
Suporte		Aparentemente bom	X	Deformações	X Sem perigo aparente
		Deterioração Construtiva	X	Degradação do material	Perigo a outros elementos construtivos
		Deterioração extrema	X	Fissuras	Perigo de deterioração construtiva
	X	Deficiências pontuais		Sujidade	Perigo a terceiros



Des. 7 – (Autor) – S/Escala

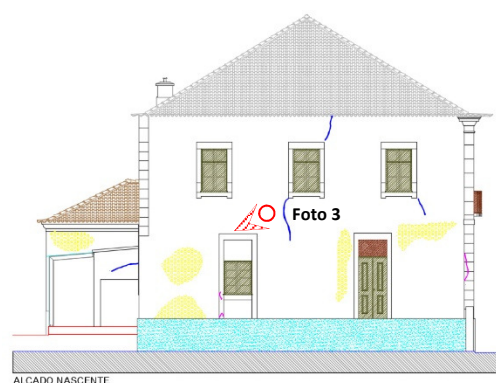


Legenda:

- Fungos/Microrganismos
- Corrosão
- Fissuras/Gretas
- Desprendimentos/Bolhas
- Carpintarias Degradadas
- Cantaria Fissurada
- Deformações/Assentamento

Foto 2 – (Autor)

Escola Padre Pinheiro				
Ficha de Diagnóstico				
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Vãos				
Ficha:		Parte do Edifício:		
Escola 04		Fachada Nascente		
lemento	Estado Conservação		Patologia	Importância da Patologia
Vãos		Aparentemente bom	X Desprendimentos	Perigo a terceiros
	X	Deterioração Construtiva	X Corrosão	Sem perigo aparente
	X	Deficiências pontuais	X Sujidade	X Perigo a outros elementos construtivos
		Deterioração extrema	X Ausência	
		Indeterminado	X Degradação	X Perigo de deterioração construtiva
		Outros	Ataque Biológico	Outros



Des. 8 – (Autor) – S/Escala

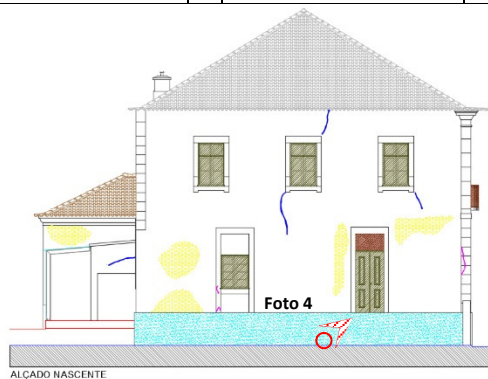


Legenda:

- Fungos/Microrganismos
- Corrosão
- Fissuras/Gretas
- Desprendimentos/Bolhas
- Carpintarias Degradadas
- Cantaria Fissurada
- Deformações/Assentamento

Foto 3 – (Autor)

Escola Padre Pinheiro				
Ficha de Diagnóstico				
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Caixilharias				
Ficha:		Parte do Edifício:		
Escola 04		Fachada Nascente		
Elemento	Estado Conservação		Patologia	Importância da Patologia
Caixilharias	X	Aparentemente Bom	X Falta de estanquidade	X Perigo a outros elementos construtivos
	X	Deterioração Construtiva	X Humidade	X Perigo a terceiros
		Deficiências pontuais	X Sujidade	Perigo de deterioração construtiva
		Deterioração extrema	X Descolagem/Bolhas	
		Indeterminado	X Putrefação	
		Outros	X Gretas	
			X Corrosão/Oxidação	
			X Degradação	
			X Vandalismo	
			X Ataque biológico	Outros
			Outros	



Des. 9 – (Autor) – S/Escala

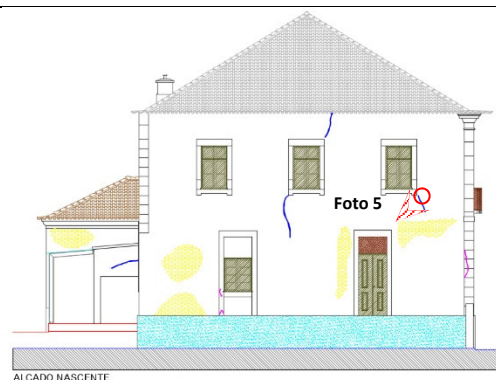


Legenda:

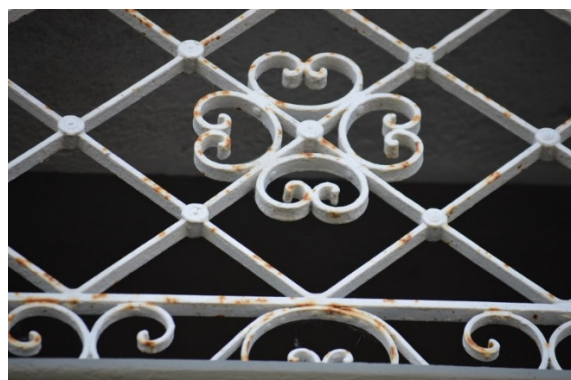
- Fungos/Microrganismos
- Corrosão
- Fissuras/Gretas
- Desprendimentos/Bolhas
- Carpintarias Degradadas
- Cantaria Fissurada
- Deformações/Assentamento

Foto 4 – (Autor)

Escola Padre Pinheiro					
Ficha de Diagnóstico					
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Elementos Singulares					
Ficha:			Parte do Edifício:		
Escola 04			Fachada Nascente		
Elemento	Estado Conservação		Patologia		Importância da Patologia
Elementos Singulares (Grades e Fixações)		Aparentemente Bom	X	Oxidação	X Perigo a outros elementos construtivos
	X	Deterioração Construtiva	X	Corrosão	X Perigo a terceiros
	X	Deficiências pontuais	X	Sujidade	X Perigo de deterioração construtiva
		Deterioração extrema		Erosões	
		Indeterminado	X	Desprendimentos	
		Outros	X	Ausências	
			X	Degradação	Outros
				Outros	



Des. 10 – (Autor) – S/Escala



Legenda:

- Fungos/Microrganismos
- Corrosão
- Fissuras/Gretas
- Desprendimentos/Bolhas
- Carpintarias Degradadas
- Cantaria Fissurada
- Deformações/Assentamento

Foto 5 – (Autor)

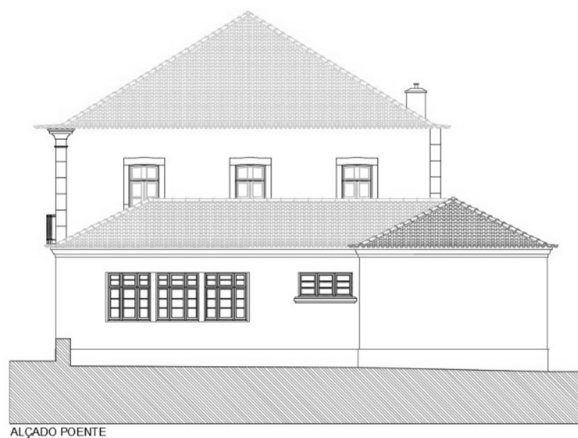
Escola Padre Pinheiro	
Ficha de Diagnóstico	
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Resumo	
Ficha:	Parte do Edifício:
Escola 04	Fachada Nascente
Avaliação da Intervenção:	
	Imediata (24h bombeiros e/ou medidas de segurança)
	Muito urgente (antes 3 meses com ou sem medidas de segurança)
	Urgente a médio prazo
X	Necessário a médio prazo
X	Manutenção
Resumo da intervenção:	
<p>A fachada Nascente, não apresenta danos que aparentam muita gravidade, uma vez que foi feita uma pequena intervenção á relativamente pouco tempo, onde repararam as partes do reboco com argamassa de cimento, que estavam desprendidas, embora já se note que essa mesma intervenção deveria ter sido realizada com mais cuidado, e realizada em toda a superfície. Apresenta alguns desprendimentos no reboco, fissuras e uns escorrimentos da pintura. Os vãos apresentam ausência de algumas partes do material. É Visível também a presença de musgos e manchas provocadas pela humidade. As caixilharias, embora pintadas pelo exterior, estão em alguns vãos em mau estado de conservação, apresentando podridão, ausência de partes do material, ataque biológico através de microrganismos e no que diz respeito às ferragens apresentam um elevado grau de deterioração, com muita ferrugem, ausência de fixações e desprendimento da pintura. Observa-se que os vãos tem vidro simples e ausência de vedações. Nesta fachada existem grades, que apresentam elevado grau de corrosão, e bolhas no acabamento final.</p> <p>Propõe-se como tratamento da fachada, remoção de todo o reboco, limpeza do suporte, tratamento de fissuras, limpeza de poeiras soltas e aplicação de reboco 4+1+1, e pintura com tinta que permita respirar o suporte. Nos vãos propõe-se a limpeza de todos os musgos e ataques biológicos, remoção de elementos metálicos, e recolocação dos elementos em falta. A nível da caixilharia, propõe-se substituição de todos os elementos que apresentem podridão, substituição de todas as ferragens em elevado estado de degradação, no que diz respeito á substituição do vidro simples por vidro duplo e vedantes, terá que se adaptar á estrutura caixilho. As cornijas serão alvo de um tratamento anti fungos, após intervenção na cobertura. Todos os elementos metálicos serão alvos de um tratamento através de metalização, aplicação de um primário anti ferrugem, e posteriormente aplicação de um esmalte.</p>	

Escola Padre Pinheiro - Caminha	
Ficha de Diagnóstico	
Ficha:	Parte do Edifício:
Escola 05	Fachada Poente
Fotografia:	Foto 01



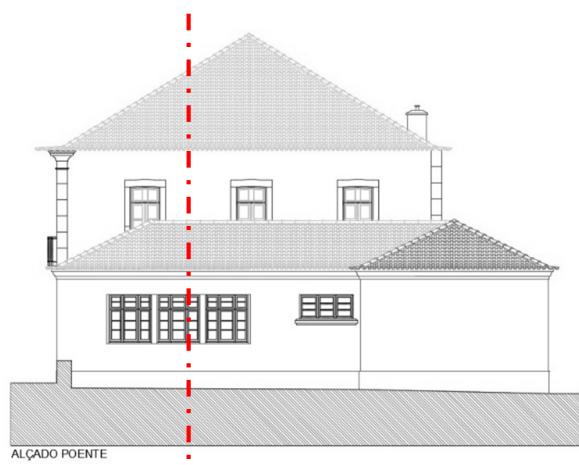
Foto 1 – (Autor)

Fachada Poente	Des. 1
----------------	--------

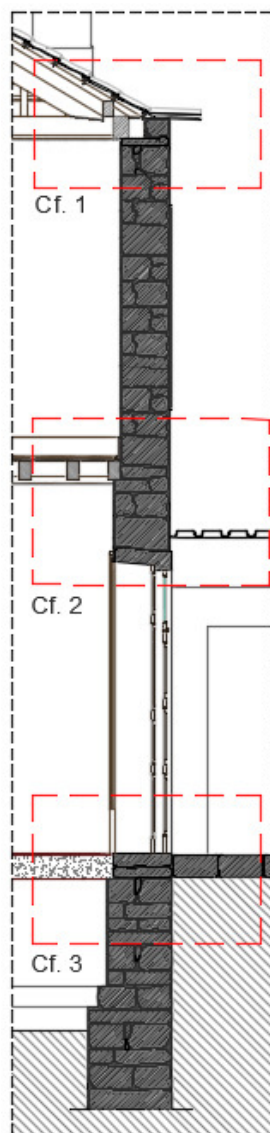


Des. 1 – (Autor) – S/Escala

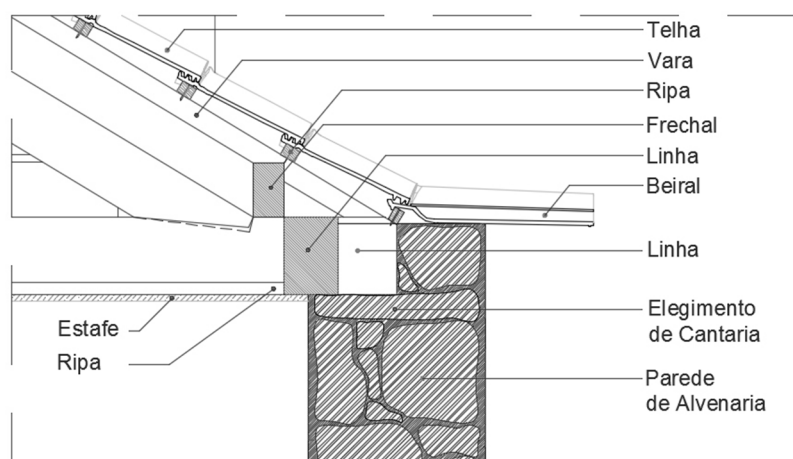
Escola Padre Pinheiro			
Ficha de Diagnóstico			
DESCRIÇÃO CONSTRUTIVA			
Ficha:		Parte do Edifício:	
Escola 05		Fachada Poente	
Dados Construtivos:			
Tipo de Fachada:			
	<input checked="" type="checkbox"/>	Tradicional – Parede portante em pedra	
Revestimentos - Acabamentos:			
	<input checked="" type="checkbox"/>	Contínuos: Reboco de Cal	
Suporte:			
	<input checked="" type="checkbox"/>	Pedra	
Vãos:		Materiais:	
	<input checked="" type="checkbox"/>	Padieiras	<input checked="" type="checkbox"/> Granito
	<input checked="" type="checkbox"/>	Ombreiras	<input checked="" type="checkbox"/> Granito
	<input checked="" type="checkbox"/>	Peitoris	<input checked="" type="checkbox"/> Madeira
	<input checked="" type="checkbox"/>	Soleiras	<input checked="" type="checkbox"/> Granito
Caixilharia:		Materiais:	
	<input checked="" type="checkbox"/>	Janelas	<input checked="" type="checkbox"/> Madeira
	<input checked="" type="checkbox"/>	Portas	<input checked="" type="checkbox"/> Madeira
Elementos Singulares:		Materiais:	
	<input checked="" type="checkbox"/>	Grades	<input checked="" type="checkbox"/> Ferro
	<input checked="" type="checkbox"/>	Fixações	<input checked="" type="checkbox"/> Ferro
Grau de Acessibilidade:			
	Física:		Visual:
	<input checked="" type="checkbox"/>	Acessível	<input checked="" type="checkbox"/> Vista total
		Não Acessível	Vista Parcial
		Difícil acesso com meios normais	
Informações sobre obras e lesões anteriores:		As obras de beneficiação das fachadas, incluiu a picagem do reboco existente onde se observaram zonas mais degradadas, e foi aplicado reboco de cimento e foi pintado posteriormente.	
Patologia aparente segundo a propriedade:		As fachadas apresentavam escorrimentos, desprendimentos e bolhas no reboco.	



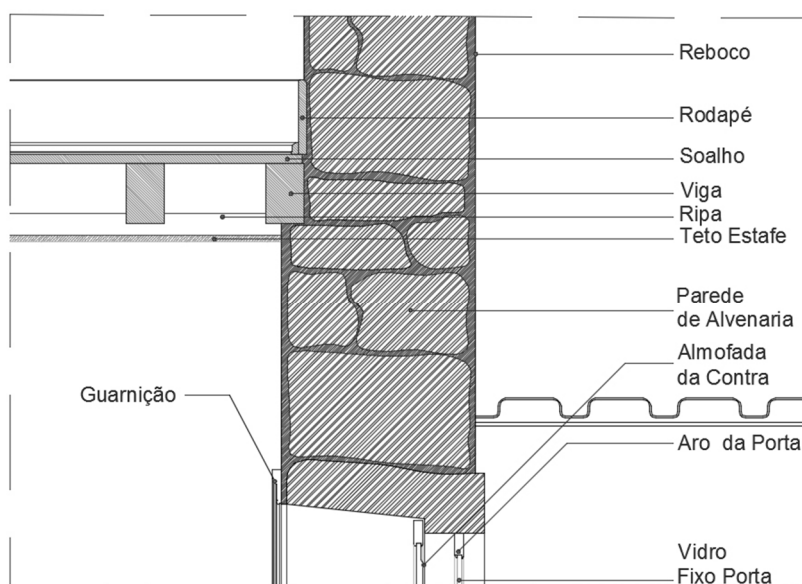
Des. 2 – (Autor) – S/Escala



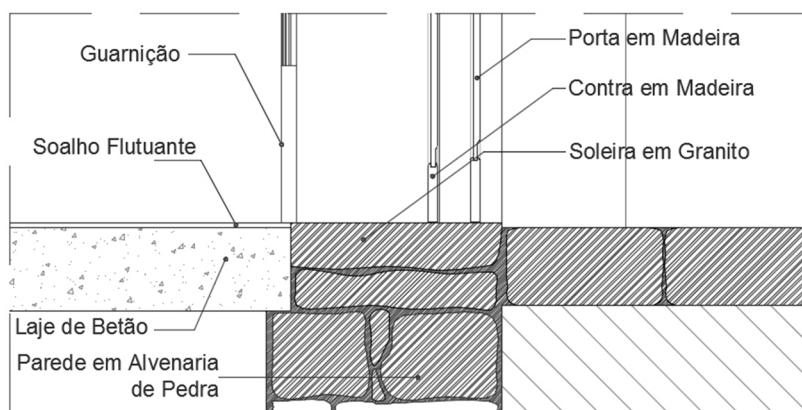
Des. 3 – Corte de Fachada – (Autor) – S/Escala



Des. 4 – Cf. 1 – (Autor) – S/Escala

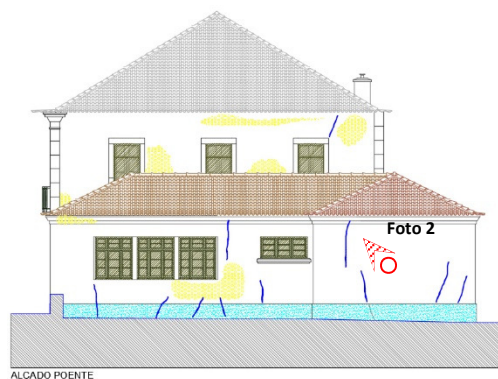


Des. 5 – Cf. 2 – (Autor) – S/Escala



Des. 6 – Cf. 3 – (Autor) – S/Escala

Escola Padre Pinheiro					
Ficha de Diagnóstico					
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Revestimento e Suporte					
Ficha:		Parte do Edifício:			
Escola 05		Fachada Poente			
Elemento	Estado Conservação		Patologia		Importância da Patologia
Revestim ento (reboco e pintura)		Aparentemente bom	X	Desgaste	Sem perigo aparente
		Indeterminada	X	Sujidade	X Perigo a outros elementos construtivos
		Deterioração Construtiva	X	Humidade	Perigo de deterioração construtiva
		Deterioração extrema	X	Fissuras	
	X	Deficiências pontuais		Desprendimentos	Perigo a terceiros
Suporte		Aparentemente bom		Deformações	X Sem perigo aparente
		Deterioração Construtiva	X	Degradação do material	Perigo a outros elementos construtivos
		Deterioração extrema	X	Fissuras	Perigo de deterioração construtiva
	X	Deficiências pontuais		Sujidade	Perigo a terceiros



Des. 7 – (Autor) – S/Escala

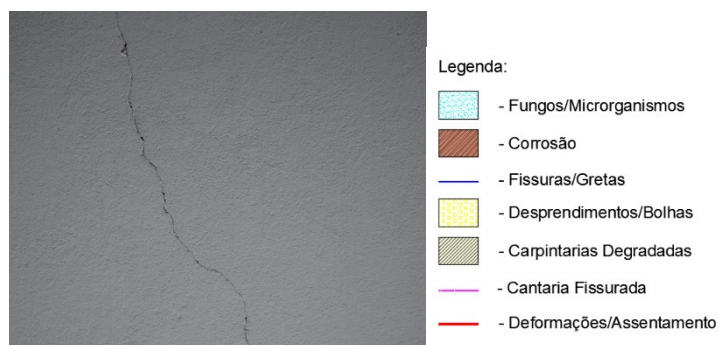
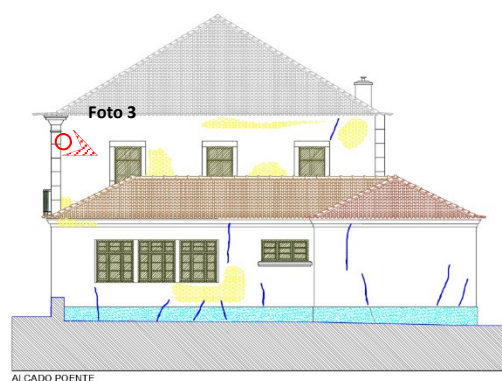


Foto 2 – (Autor)

Escola Padre Pinheiro				
Ficha de Diagnóstico				
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Vãos				
Ficha:		Parte do Edifício:		
Escola 05		Fachada Poente		
Elemento	Estado Conservação		Patologia	Importância da Patologia
Vãos		Aparentemente bom	X Desprendimentos	Perigo a terceiros
	X	Deterioração Construtiva	X Corrosão	Sem perigo aparente
	X	Deficiências pontuais	X Sujidade	X Perigo a outros elementos construtivos
		Deterioração extrema	X Ausência	
		Indeterminado	X Degradação	X Perigo de deterioração construtiva
		Outros	Ataque Biológico	Outros



Des. 8 – (Autor) – S/Escala

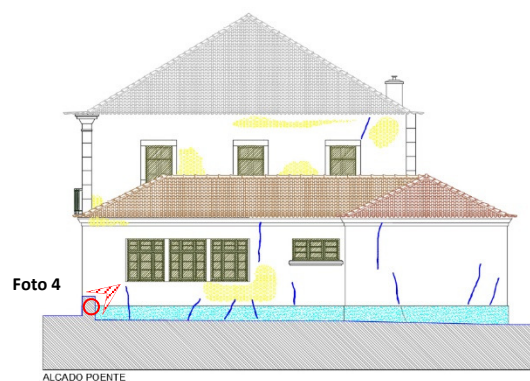


Legenda:

- Fungos/Microrganismos
- Corrosão
- Fissuras/Gretas
- Desprendimentos/Bolhas
- Carpintarias Degradadas
- Cantaria Fissurada
- Deformações/Assentamento

Foto 3 – (Autor)

Escola Padre Pinheiro				
Ficha de Diagnóstico				
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Caixilharias				
Ficha:		Parte do Edifício:		
Escola 05		Fachada Poente		
Elemento	Estado Conservação		Patologia	Importância da Patologia
Caixilharias	X	Aparentemente Bom	X Falta de estanquidade	X Perigo a outros elementos construtivos
	X	Deterioração Construtiva	X Humidade	X Perigo a terceiros
		Deficiências pontuais	X Sujidade	Perigo de deterioração construtiva
		Deterioração extrema	X Descolagem/Bolhas	
		Indeterminado	X Putrefação	
		Outros	X Gretas	
			X Corrosão/Oxidação	
			X Degradação	
			X Vandalismo	
			X Ataque biológico	Outros
			Outros	



Des. 9 – (Autor) – S/Escala

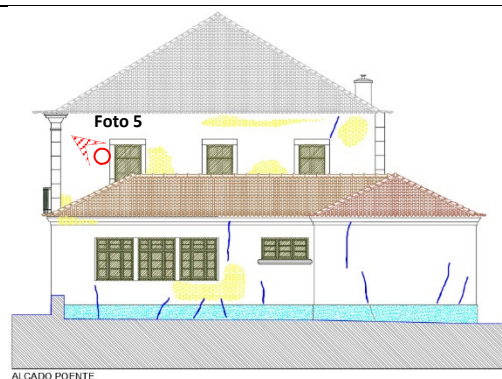


Legenda:

- Fungos/Microrganismos
- Corrosão
- Fissuras/Gretas
- Desprendimentos/Bolhas
- Carpintarias Degradadas
- Cantaria Fissurada
- Deformações/Assentamento

Foto 4 – (Autor)

Escola Padre Pinheiro							
Ficha de Diagnóstico							
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Elementos Singulares							
Ficha:		Parte do Edifício:					
Escola 05		Fachada Poente					
Informação:							
Elemento		Estado Conservação		Patologia		Importância da Patologia	
Elementos Singulares (Grades e Fixações)		Aparentemente Bom	X	Oxidação	X	Perigo a outros elementos construtivos	
	X	Deterioração Construtiva	X	Corrosão	X	Perigo a terceiros	
	X	Deficiências pontuais	X	Sujidade	X	Perigo de deterioração construtiva	
		Deterioração extrema		Erosões			
		Indeterminado	X	Desprendimentos			
		Outros	X	Ausências			
			X	Degradação		Outros	
				Outros			



Des. 10 – (Autor) – S/Escala



Legenda:

- Fungos/Microrganismos
- Corrosão
- Fissuras/Gretas
- Desprendimentos/Bolhas
- Carpintarias Degradadas
- Cantaria Fissurada
- Deformações/Assentamento

Foto 5 – (Autor)

Escola Padre Pinheiro	
Ficha de Diagnóstico	
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Resumo	
Ficha:	Parte do Edifício:
Escola 05	Fachada Poente
Avaliação da Intervenção:	
	Imediata (24h bombeiros e/ou medidas de segurança)
	Muito urgente (antes 3 meses com ou sem medidas de segurança)
	Urgente a médio prazo
X	Necessário a médio prazo
X	Manutenção
Resumo da intervenção:	
<p>A fachada Poente, não apresenta danos que aparentam muita gravidade, uma vez que foi feita uma pequena intervenção á relativamente pouco tempo, onde repararam as partes do reboco que estavam desprendidas, embora já se note que essa mesma intervenção deveria ter sido realizada com mais cuidado, e realizada em toda a superfície. Apresenta alguns desprendimentos no reboco, fissuras e uns escorrimentos da pintura. Os vãos apresentam ausência de algumas partes do material. É Visível também a presença de musgos e manchas provocadas pela humidade. As caixilharias, embora pintadas pelo exterior, estão em alguns vãos em mau estado de conservação, apresentando podridão, ausência de partes do material, ataque biológico através de microrganismos e no que diz respeito às ferragens apresentam um elevado grau de deterioração, com muita ferrugem, ausência de fixações e desprendimento da pintura. Observa-se que os vãos tem vidro simples e ausência de vedações. Nesta fachada existem grades, que apresentam elevado grau de corrosão, e bolhas no acabamento final.</p> <p>Propõe-se como tratamento da fachada, remoção de todo o reboco, limpeza do suporte, tratamento de fissuras, limpeza de poeiras soltas e aplicação de reboco 4+1+1, e pintura com tinta que permita respirar o suporte. Nos vãos propõe-se a limpeza de todos os musgos e ataques biológicos, remoção de elementos metálicos, e recolocação dos elementos em falta. A nível da caixilharia, propõe-se substituição de todos os elementos que apresentem podridão, substituição de todas as ferragens em elevado estado de degradação, no que diz respeito á substituição do vidro simples por vidro duplo e vedantes, terá que se adaptar á estrutura caixilho. As cornijas serão alvo de um tratamento anti fungos, após intervenção na cobertura. Todos os elementos metálicos serão alvos de um tratamento através de metalização, aplicação de um primário anti ferrugem, e posteriormente aplicação de um esmalte.</p>	


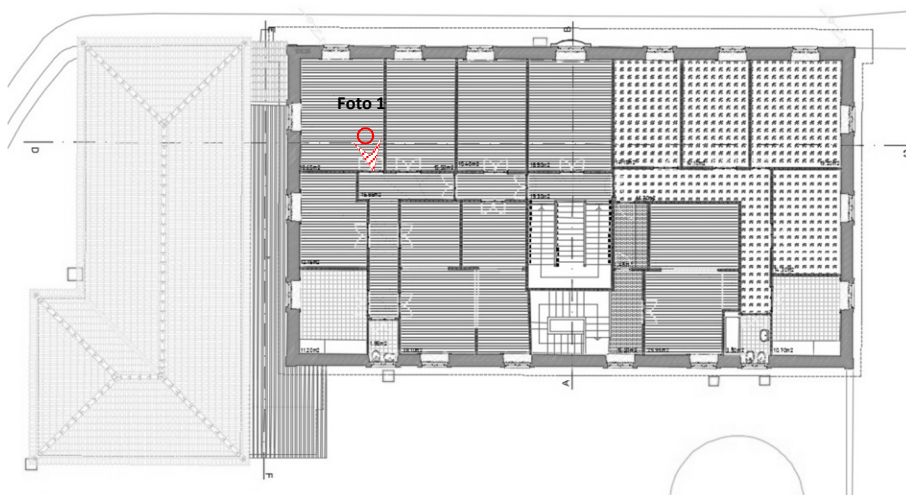
Escola Padre Pinheiro - Caminha	
Ficha de Diagnóstico	
Ficha:	Parte do Edifício:
Escola 06	Pavimentos
Fotografia:	Foto 01
	

Foto 1 – (Autor)

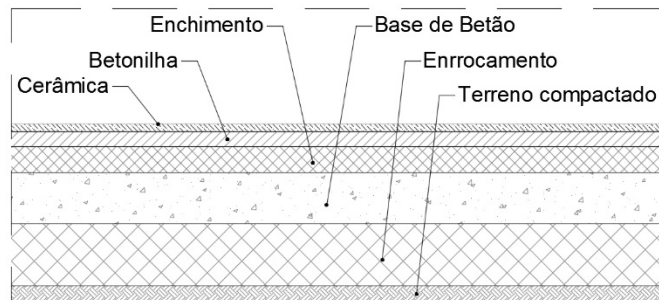
Planta do 1º Andar	Des. 1
--------------------	--------



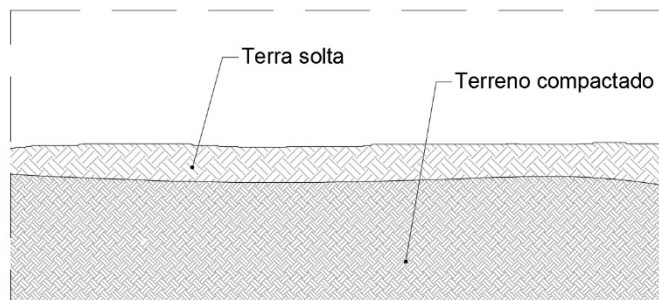
Des. 1 – (Autor) – S/Escala

Escola Padre Pinheiro			
Ficha de Diagnóstico			
DESCRIÇÃO CONSTRUTIVA			
Ficha:		Parte do Edifício:	
Escola 06		Pavimentos	
Dados Construtivos:			
Tipo de Pavimento:			
	X	Betão	
	X	Madeira	
	X	Cerâmica	
Revestimentos - Acabamentos:			
	X	Betonilha	
	X	Cerâmica	
	X	Soalho	
	X	Alcatifa	
Suporte:			
	X	Betão	
	X	Madeira	
Elementos Singulares:		Materiais:	
	X	Rodapé á Face	Madeira
	X	Instalações	X Diversos
Grau de Acessibilidade:			
	Física:		Visual:
	X	Acessível	X Vista total
		Não Acessível	Vista Parcial
		Difícil acesso com meios normais	
Informações sobre obras e lesões anteriores:		Existiram obras de beneficiação de pavimentos nos pisos da cave, rés-do-chão e 1º andar na zona onde esteve o quartel da GNR. Existiu também melhoria no piso do rés-do-chão na zona onde está instalada a academia de música.	
Patologia aparente segundo a propriedade:		Os pavimentos estão em algumas zonas em avançado estado de degradação, existindo faltas de material, buracos nos pavimentos e nota-se a presença de microrganismos.	

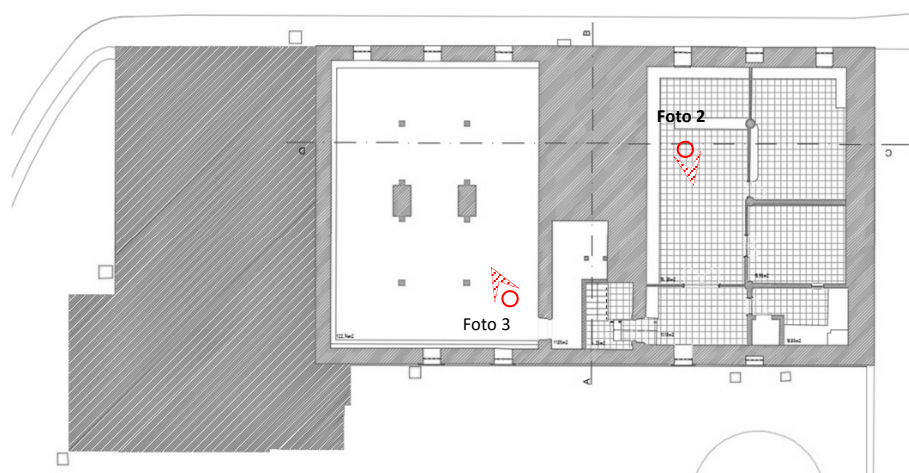
Escola Padre Pinheiro					
Ficha de Diagnóstico					
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Revestimento e Suporte					
Ficha:		Parte do Edifício:			
Escola 06		Pavimentos			
Informação: Pavimento - Cave					
Elemento	Estado Conservação		Patologia		Importância da Patologia
Revestimen to (Cerâmica)		Aparentemente bom	X	Desgaste	Sem perigo aparente
		Indeterminada	X	Vandalismo	X Perigo a outros elementos construtivos
	X	Deterioração Construtiva	X	Humidade	X Perigo de deterioração construtiva
	X	Deterioração extrema	X	Fissuras	
		Deficiências pontuais		Ausência	Perigo a terceiros
		Outros		Outros	Outros
Suporte (Betão/ Terra)		Aparentemente bom	X	Ataque biológico	Sem perigo aparente
	X	Deterioração Construtiva	X	Degradação do material	X Perigo a outros elementos construtivos
		Deterioração extrema	X	Fissuras	X Perigo de deterioração construtiva
	X	Deficiências pontuais		Sujidade	X Perigo a terceiros
		Indeterminada	X	Humidade	Outros
		Outros		Outros	



Des. 2 – (Autor) – S/Escala



Des. 3 – (Autor) – S/Escala



Des. 4 – (Autor) – S/Escala

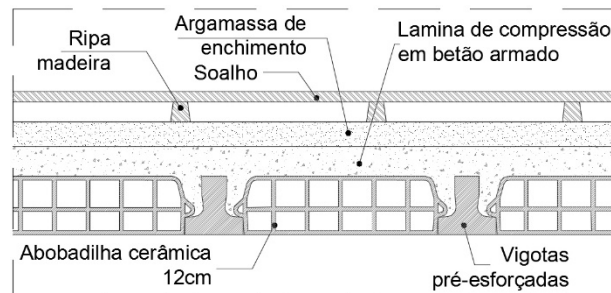


Foto 2 – (Autor)

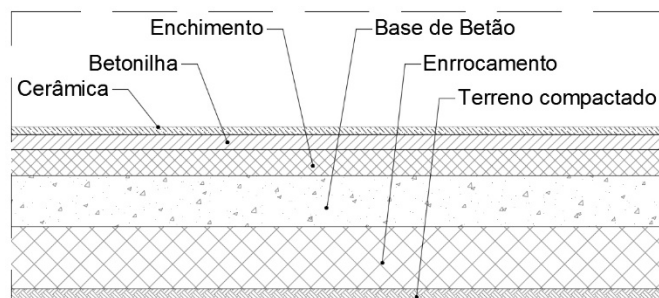


Foto 3 – (Autor)

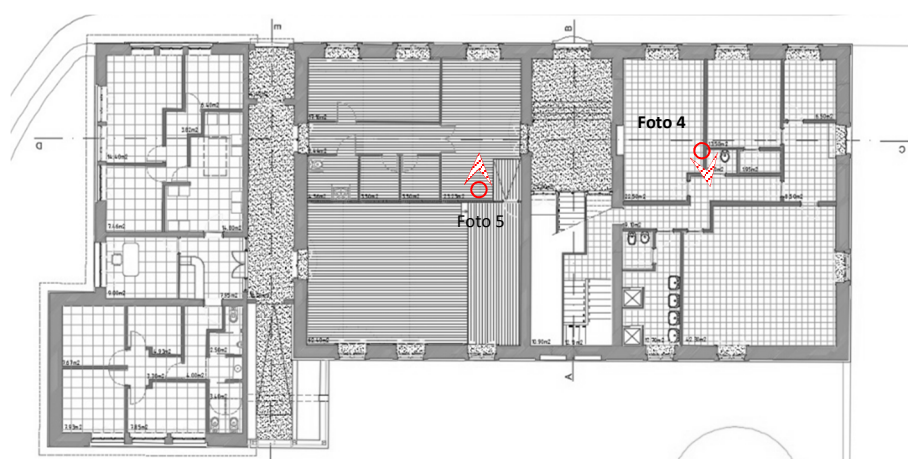
Escola Padre Pinheiro					
Ficha de Diagnóstico					
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Revestimento e Suporte					
Ficha:		Parte do Edifício:			
Escola 06		Pavimentos			
Informação: Pavimento – Rés-do-chão					
Elemento	Estado Conservação		Patologia		Importância da Patologia
Revestimen to (Cerâmica / Soalho)		Aparentemente bom	X	Desgaste	Sem perigo aparente
		Indeterminada	X	Vandalismo	X Perigo a outros elementos construtivos
	X	Deterioração Construtiva	X	Humidade	X Perigo de deterioração construtiva
	X	Deterioração extrema	X	Fissuras	
		Deficiências pontuais	X	Ausência	Perigo a terceiros
		Outros		Outros	Outros
Suporte (Betão)		Aparentemente bom		Deformações	Sem perigo aparente
	X	Deterioração Construtiva	X	Degradação do material	X Perigo a outros elementos construtivos
	X	Deterioração extrema	X	Fissuras	X Perigo de deterioração construtiva
	X	Deficiências pontuais		Sujidade	X Perigo a terceiros
		Indeterminada	X	Humidade	Outros
		Outros		Outros	



Des. 5 – (Autor) – S/Escala



Des. 6 – (Autor) – S/Escala



Des. 7 – (Autor) – S/Escala



Foto 4 – (Autor)

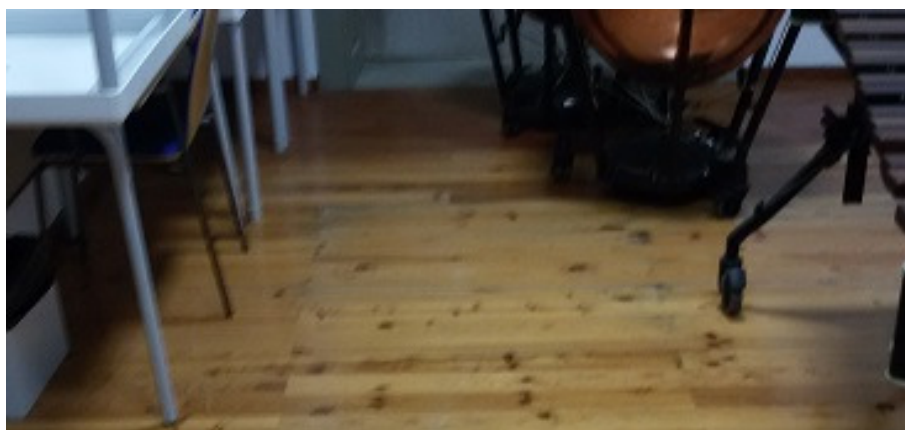
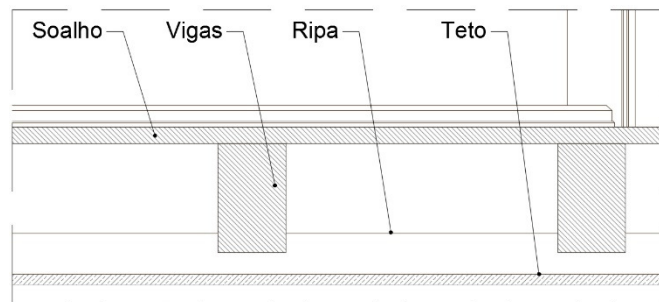
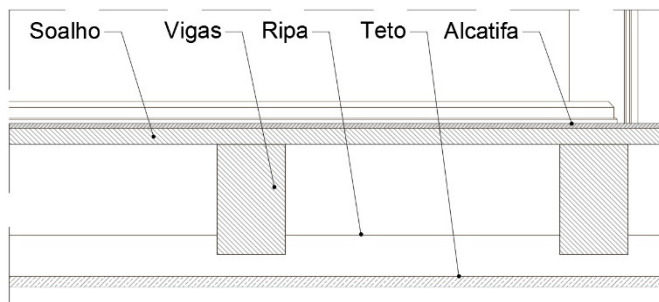


Foto 5 – (Autor)

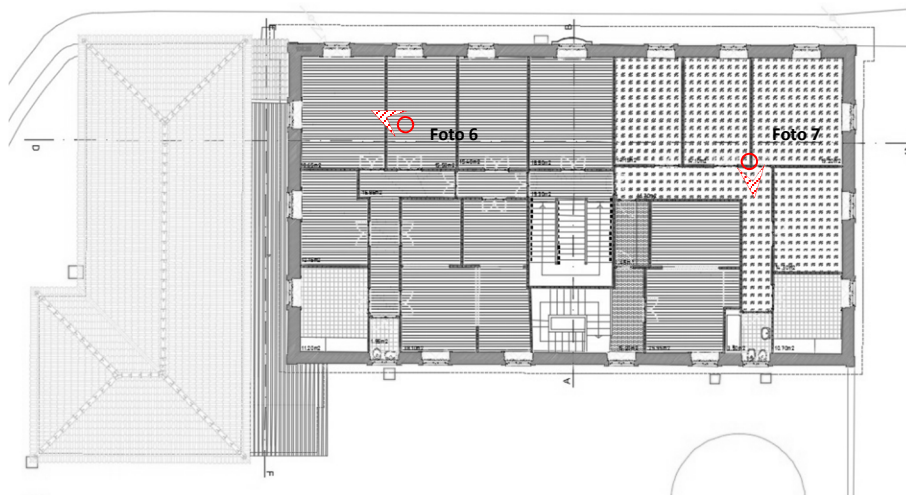
Escola Padre Pinheiro						
Ficha de Diagnóstico						
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Revestimento e Suporte						
Ficha:			Parte do Edifício:			
Escola 06			Pavimentos			
Informação: Pavimento – 1º Andar						
Elemento	Estado Conservação		Patologia		Importância da Patologia	
Revestimen to (Cerâmica/ Alcatifa /Soalho)		Aparentemente bom	X	Desgaste		Sem perigo aparente
		Indeterminada	X	Vandalismo	X	Perigo a outros elementos construtivos
	X	Deterioração Construtiva	X	Humidade	X	Perigo de deterioração construtiva
	X	Deterioração extrema	X	Fissuras		
		Deficiências pontuais	X	Ausência		Perigo a terceiros
		Outros		Outros		Outros
Suporte (Madeira)		Aparentemente bom		Deformações		Sem perigo aparente
	X	Deterioração Construtiva	X	Degradação do material	X	Perigo a outros elementos construtivos
	X	Deterioração extrema	X	Fissuras	X	Perigo de deterioração construtiva
	X	Deficiências pontuais		Ataque Biológico	X	Perigo a terceiros
		Indeterminada	X	Humidade		Outros
		Outros		Outros		



Des. 8 – (Autor) – S/Escala



Des. 9 – (Autor) – S/Escala



Des. 10 – (Autor) – S/Escala

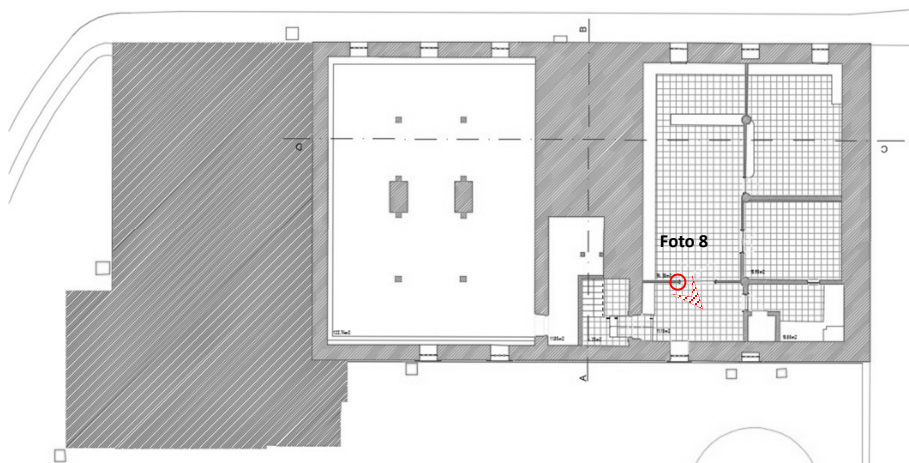


Foto 6 – (Autor)



Foto 7 – (Autor)

Escola Padre Pinheiro							
Ficha de Diagnóstico							
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Elementos Singulares							
Ficha:			Parte do Edifício:				
Escola 06			Pavimentos				
Informação: Elementos Singulares - Cave							
Elemento		Estado Conservação		Patologia		Importância da Patologia	
Elementos Singulares (Rodapé á Face)		Aparentemente Bom	X	Desprendimentos	X	Perigo a outros elementos construtivos	
	X	Deterioração Construtiva	X	Fissuras	X	Perigo a terceiros	
		Deficiências pontuais	X	Sujidade	X	Perigo de deterioração construtiva	
	X	Deterioração extrema	X	Gretas			
		Indeterminado		Ataque Biológico			
		Outros	X	Humidade			
			X	Degradação		Outros	
				Outros			

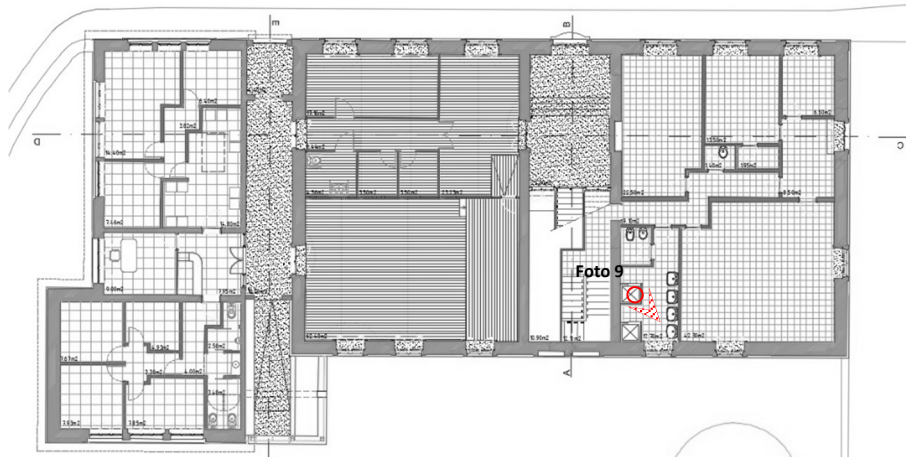


Des. 11 – (Autor) – S/Escala



Foto 8 – (Autor)

Escola Padre Pinheiro					
Ficha de Diagnóstico					
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Elementos Singulares					
Ficha:		Parte do Edifício:			
Escola 06		Pavimentos			
Informação: Elementos Singulares – Rés-do-chão					
Elemento	Estado Conservação		Patologia		Importância da Patologia
Elementos Singulares (Rodapé á Face)		Aparentemente Bom	X	Desprendimentos	X Perigo a outros elementos construtivos
	X	Deterioração Construtiva	X	Fissuras	X Perigo a terceiros
		Deficiências pontuais	X	Sujidade	X Perigo de deterioração construtiva
	X	Deterioração extrema	X	Gretas	
		Indeterminado		Ataque Biológico	
		Outros	X	Humidade	
			X	Degradação	Outros

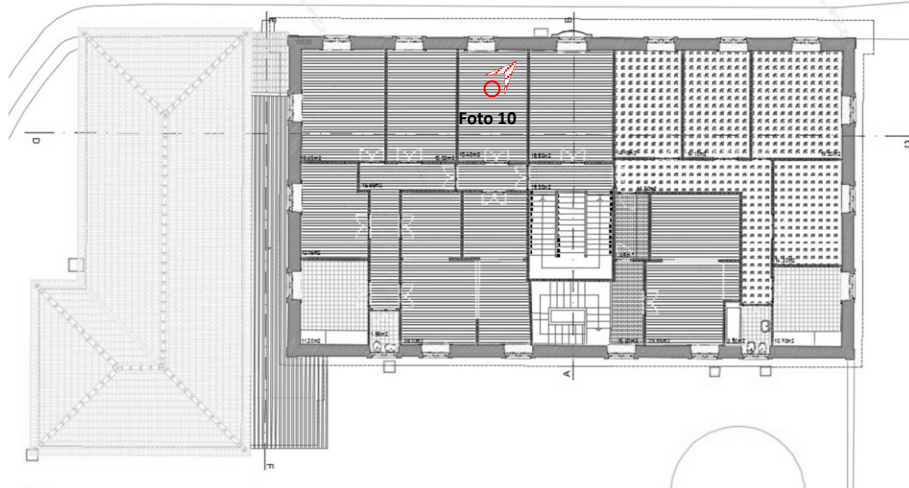


Des. 12 – (Autor) – S/Escala



Foto 9 – (Autor)

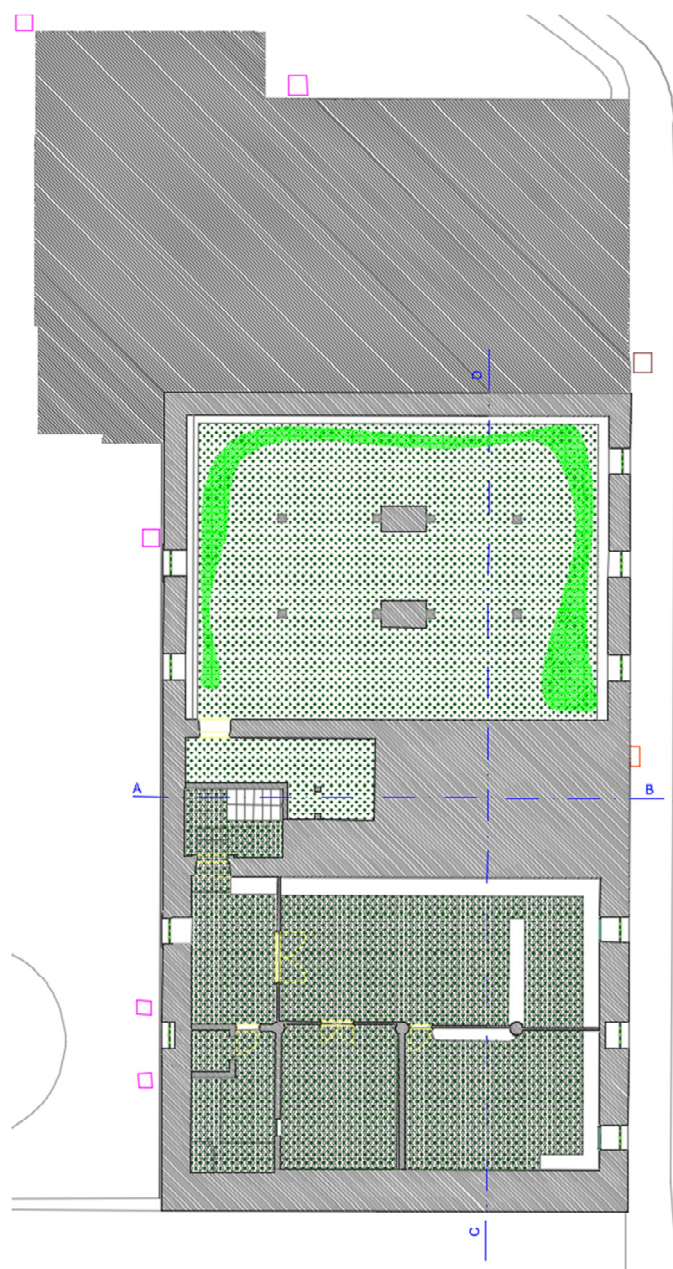
Escola Padre Pinheiro						
Ficha de Diagnóstico						
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Elementos Singulares						
Ficha:			Parte do Edifício:			
Escola 06			Pavimentos			
Informação: Elementos Singulares – 1º Andar						
Elemento	Estado Conservação		Patologia		Importância da Patologia	
Elementos Singulares (Rodapé á Face)		Aparentemente Bom	X	Desprendimentos	X	Perigo a outros elementos construtivos
	X	Deterioração Construtiva	X	Fissuras	X	Perigo a terceiros
		Deficiências pontuais	X	Sujidade	X	Perigo de deterioração construtiva
	X	Deterioração extrema	X	Gretas		
		Indeterminado	X	Ataque Biológico		
		Outros	X	Humidade		
			X	Degradação		Outros



Des. 13 – (Autor) – S/Escala



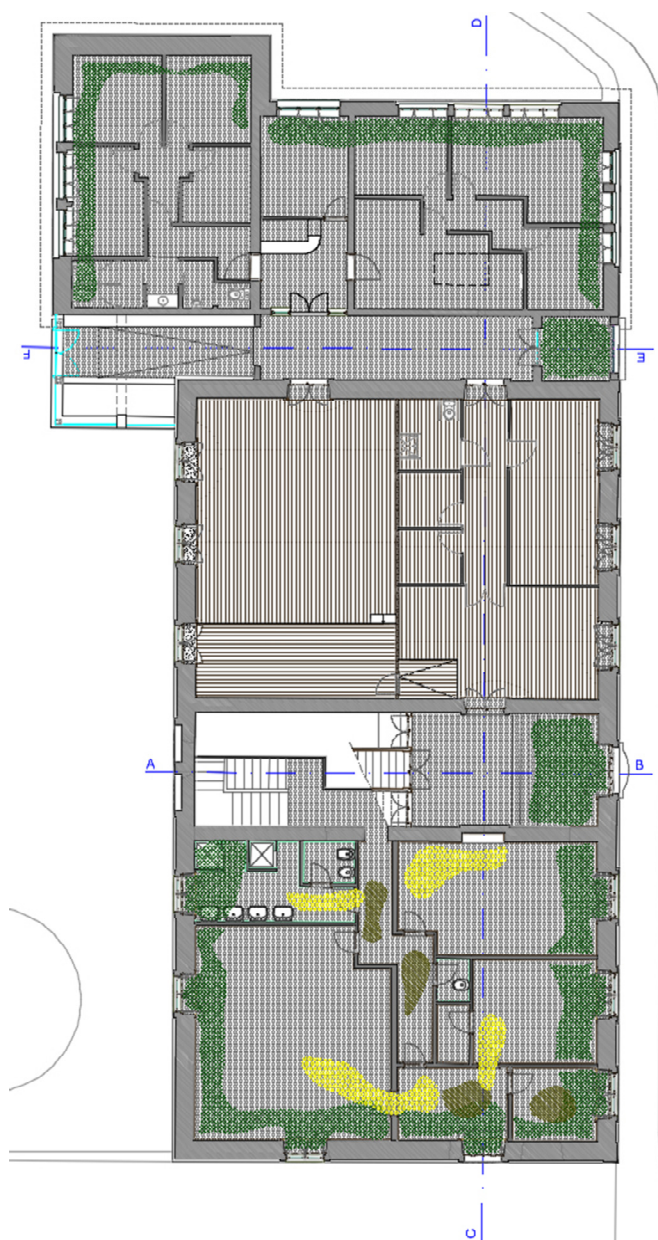
Foto 10 – (Autor)



Des. 14 – Cave, Mapa de Lesões – (autor) – S/Escala

Legenda:

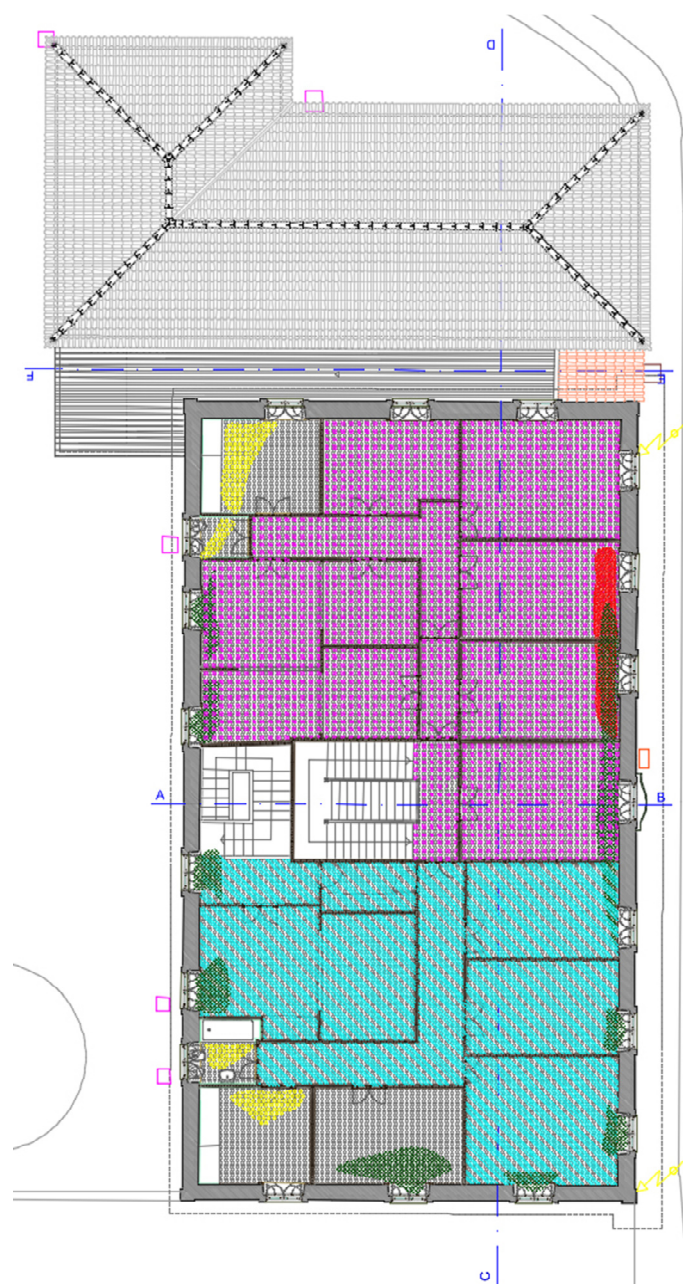
-  - Sujidade
-  - Humidade
-  - Desgaste/Descolado/Vandalismo
-  - Ausência
-  - Ataque Biológico-Plantas
-  - Desprendimentos
-  - Ataque Biológico - Cupim
-  - Podridão



Des. 15 – Rés do Chão, Mapa de Lesões – (autor) – S/Escala

Legenda:

-  - Sujidade
-  - Humidade
-  - Desgaste/Descolado/Vandalismo
-  - Ausência
-  - Ataque Biológico-Plantas
-  - Desprendimentos
-  - Ataque Biológico - Cupim
-  - Podridão



Des. 16 – 1º Andar, Mapa de Lesões – (autor) – S/Escala

Legenda:

-  - Sujidade
-  - Humidade
-  - Desgaste/Descolado/Vandalismo
-  - Ausência
-  - Ataque Biológico-Plantas
-  - Desprendimentos
-  - Ataque Biológico - Cupim
-  - Podridão

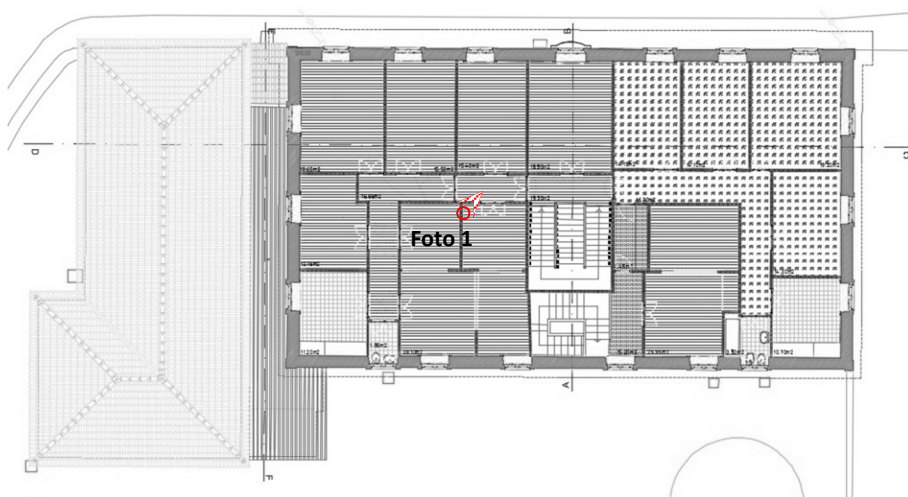
Escola Padre Pinheiro	
Ficha de Diagnóstico	
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Resumo	
Ficha:	Parte do Edifício:
Escola 06	Pavimentos
Avaliação da Intervenção:	
	Imediata (24h bombeiros e/ou medidas de segurança)
	Muito urgente (antes 3 meses com ou sem medidas de segurança)
	Urgente a médio prazo
X	Necessário a médio prazo
X	Manutenção
Resumo da intervenção:	
<p>A nível de pavimentos, verifica-se a existência de vários tipos de pavimentos, desde pavimentos em terra, cerâmica, alcatifa e madeira, alguns já sofreram alterações, outros ainda se mantêm como originais. Na cave observou-se que uma parte da cave se encontra em terra onde se observou a existência de líquenes e outras infestantes biológicas. A outra metade tem pavimento cerâmico colocado aquando das obras para o quartel da GNR, apresentando elevado grau de humidade, salitre e sujidade, assim como o piso do rés-do-chão nesta mesma área que esteve afeta ao quartel da GNR. A outra zona do rés-do-chão tem pavimento em soalho de madeira, em estado razoável de conservação, uma vez que é usado pela academia de música, assim como o Edifício adjacente ao principal. No primeiro andar os pavimentos são em madeira e alcatifa, apresentando elevado estado de degradação, verificando-se muitos furos nas tábuas do soalho provocado por microrganismos (cupim), zonas com alguma podridão, vandalismo, humidade e muita sujidade. Os elementos singulares, destaca-se o rodapé em todos os pisos, apresentando podridão, humidade, fissuras e ataques biológicos.</p> <p>Propõe-se como tratamento dos pavimentos em cerâmica uma limpeza e deteção dos focos de humidade, repor as peças em falta, assim como para os rodapés em cerâmica. No caso particular da cave se a humidade vier de baixo terá que se remover todo o pavimento, impermeabilizar a base e voltar a colocar novo pavimento. Nos pavimentos em madeira, propõe-se a remoção de todas as peças que apresentem podridão, regularização do suporte em madeira que apresentem empenos ou curvaturas, limpeza de toda a superfície, tratamento das madeiras para eliminar todos os microrganismos existentes, para posterior afagamento com máquina e aplicação de óleo ou cera em duas demãos. Nas zonas onde existe alcatifa e mosaico hidráulico, que foram aplicados aquando das obras do quartel, serão removidos para deixar recuperar a madeira de soalho que existe por baixo. Os rodapés serão limpos, removidos todas as peças que apresentem deformação, ou podridão e serão tratados com produto para eliminar os focos de cupim, será aplicado também após raspagem de todos os elementos uma demão de primário e outra de subcapa, para posterior pintura com tinta que assegure o respirar da madeira em 3 demãos.</p>	

Escola Padre Pinheiro - Caminha	
Ficha de Diagnóstico	
Ficha:	Parte do Edifício:
Escola 07	Carpintarias Interiores
Fotografia:	Foto 01



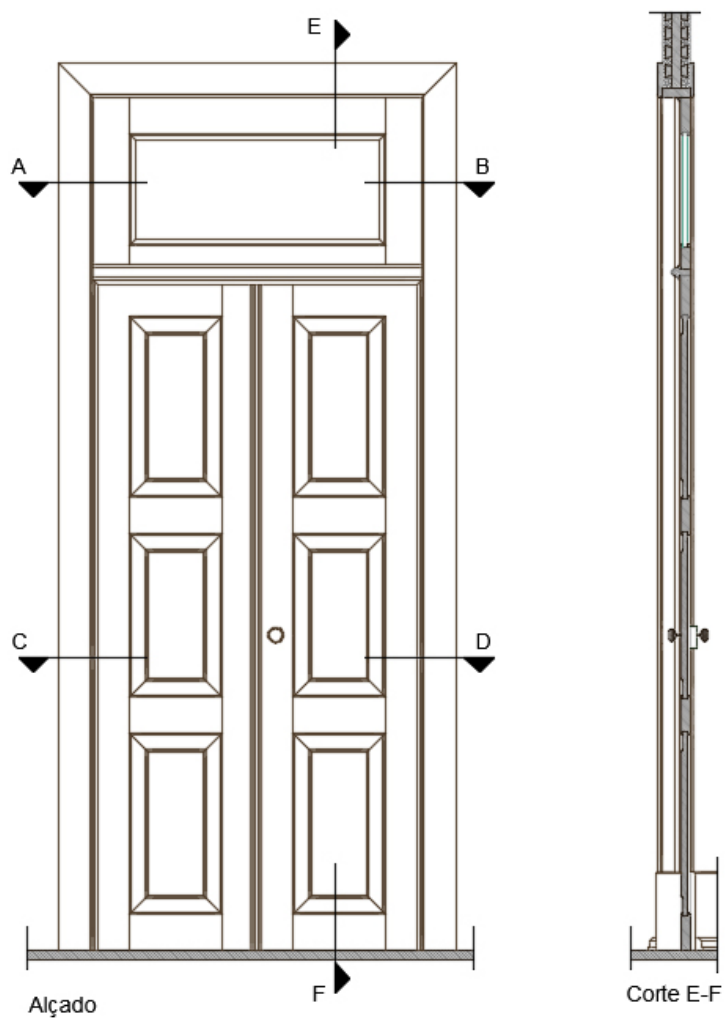
Foto 1 – (Autor)

Planta do 1º Andar	Des. 1
--------------------	---------------

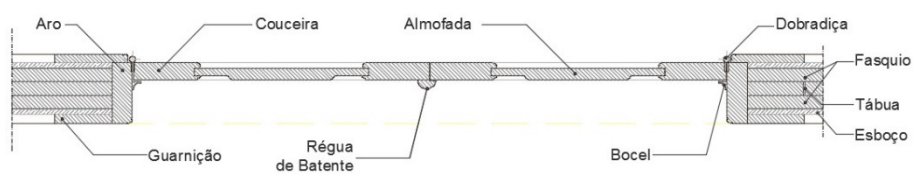


Des. 1 – (Autor) – S/Escala

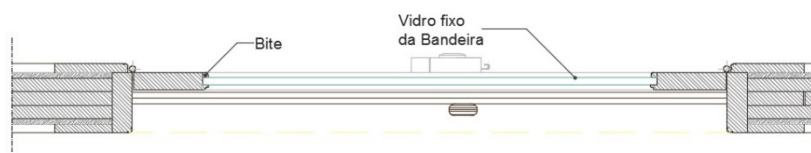
Escola Padre Pinheiro			
Ficha de Diagnóstico			
DESCRIÇÃO CONSTRUTIVA			
Ficha:		Parte do Edifício:	
Escola 07		Carpintarias Interiores	
Dados Construtivos:			
Tipo de Carpintaria:			
	X	Porta Simples de abrir	
	X	Porta Dupla de abrir	
	X	Guarnição	
	X	Rodapé	
Revestimento/Acabamento:			
	X	Pintado	
Suporte:			
	X	Tabiques	
Vãos:		Materiais:	
	X	Aros	X Madeira Maciça
Caixilharia:		Materiais:	
	X	Porta Simples de abrir	X Madeira Maciça
	X	Porta Dupla de abrir	X Madeira Maciça
Elementos Singulares:		Materiais:	
	X	Dobradiças	X Ferro
	X	Puxadores	X Ferro
	X	Contras	X Madeira
Grau de Acessibilidade:			
	Física:		Visual:
	X	Acessível	X Vista total
		Não Acessível	Vista Parcial
		Difícil acesso com meios normais	
Informações sobre obras e lesões anteriores:		<p>Aquando das obras para adaptação de metade do edifício para o quartel da GNR, houve uma alteração nas carpintarias interiores a nível do rés-do-chão e cave, substituindo-se as portas e elementos singulares por portas pré fabricadas incluindo novas ferragens e novas contras, mantendo-se apenas as do primeiro andar como originais.</p>	
Patologia aparente segundo a propriedade:		<p>Verificou-se que estavam em mau estado de conservação, devido á elevada humidade do local.</p>	



Des. 2 – (Autor) – S/Escala



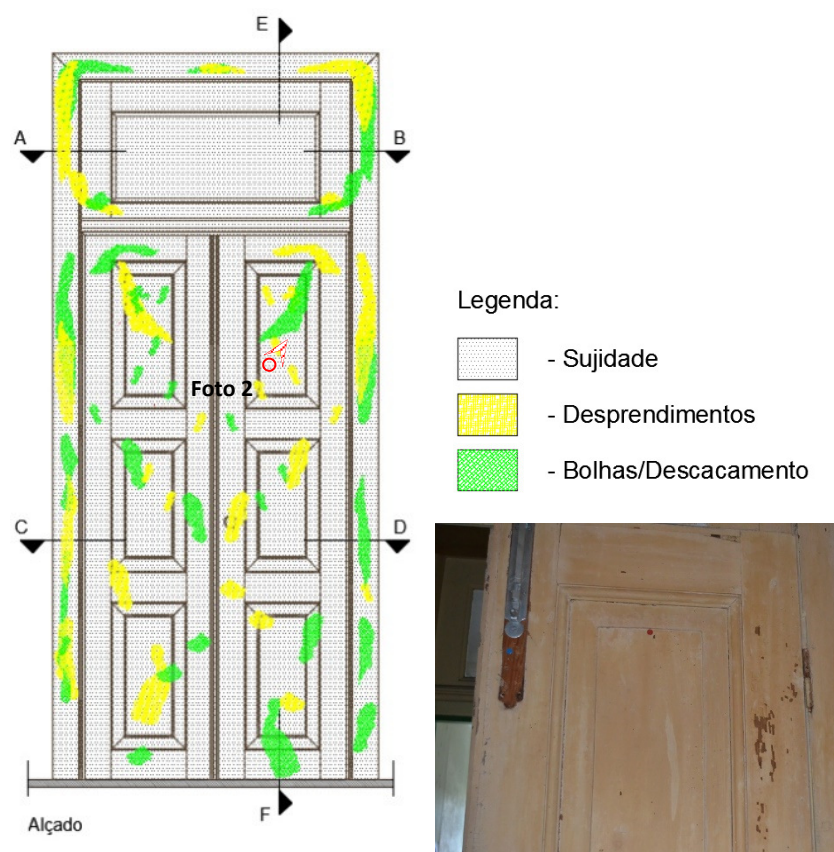
Corte C-D



Corte A-B

Des. 3 – (Autor) – S/Escala

Escola Padre Pinheiro						
Ficha de Diagnóstico						
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Revestimento						
Ficha:		Parte do Edifício:				
Escola 07		Carpintarias Interiores				
Informação:						
Elemento	Estado Conservação		Patologia		Importância da Patologia	
Revestimen to (Porta simples e duplas de abrir)		Aparentemente Bom	X	Descolagem/Bolhas		Aparentemente bom
	X	Deterioração Construtiva	X	Desprendimentos	X	Perigo a outros elementos construtivos
	X	Deterioração extrema	X	Fissuras	X	Perigo de deterioração progressiva
		Deficiências pontuais	X	Gretas	X	Perigo a terceiros
		Indeterminada	X	Sujidade		Outros
		Outros	X	Degradação		
			X	Ataque Biológico		

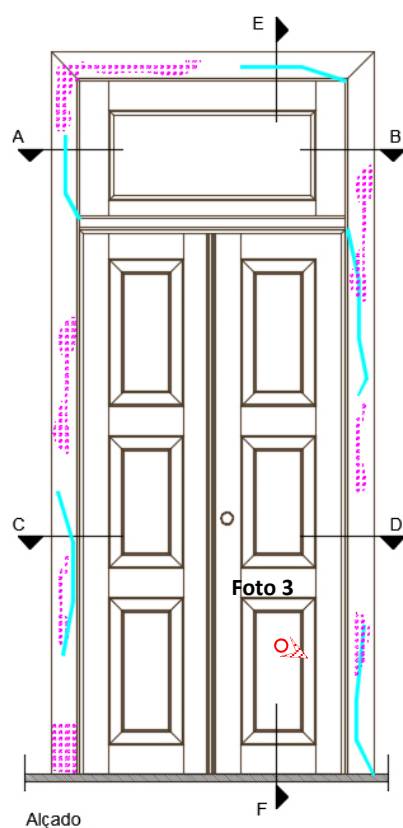


Des. 4 – (Autor) – S/Escala

Foto 2 – (Autor)

Escola Padre Pinheiro	
Ficha de Diagnóstico	
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Revestimento - Resumo	
Ficha:	Parte do Edifício:
Escola 07	Carpintarias Interiores
Avaliação da Intervenção:	
	<input type="checkbox"/> Imediata (24h bombeiros e/ou medidas de segurança)
	<input type="checkbox"/> Muito urgente (antes 3 meses com ou sem medidas de segurança)
	<input type="checkbox"/> Urgente a médio prazo
	<input checked="" type="checkbox"/> Necessário a médio prazo
	<input checked="" type="checkbox"/> Manutenção
Resumo da intervenção:	
<p>Observou-se que as carpintarias interiores apresentam um estado de degradação bastante elevado ao nível do revestimento. As portas interiores apresentam nos revestimentos muita sujidade, e em muitas zonas um descascamento da pintura. Apresenta sinais de desgaste, com desprendimento de tinta, bolhas em algumas partes. É de um branqueamento da pintura, devido aos anos de existência e á falta de manutenção.</p> <p>Propõe-se um tratamento a nível de todo revestimento existentes através de raspagem e lixagem até á madeira natural, aplicação de primário e subcapa em duas demãos, incluindo lixagem entre as demãos, e para revestimento de última camada aplicação em duas demãos de velatura que permita respirar a madeira.</p>	

Escola Padre Pinheiro					
Ficha de Diagnóstico					
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Vãos					
Ficha:		Parte do Edifício:			
Escola 07		Carpintarias Interiores			
Informação:					
Elemento	Estado Conservação		Patologia		Importância da Patologia
Vãos (Aros)		Aparentemente bom	X	Vandalismo	Sem perigo aparente
	X	Deterioração Construtiva	X	Degradação do material	X Perigo a outros elementos construtivos
		Deterioração extrema	X	Gretas	X Perigo de deterioração construtiva
	X	Deficiências pontuais	X	Sujidade	X Perigo a terceiros
		Indeterminada	X	Ataque biológico	Outros
		Outros		Outros	



Legenda:

- - Vandalismo
- Ataque Biológico - Cupim

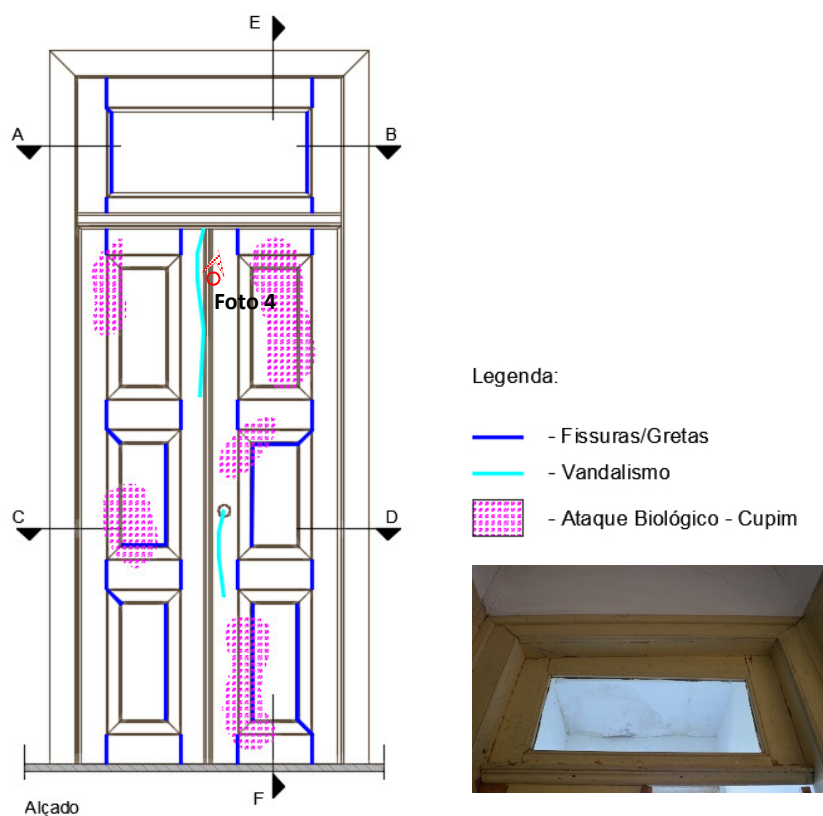


Des. 5 – (Autor) – S/Escala

Foto 3 – (Autor)

Escola Padre Pinheiro	
Ficha de Diagnóstico	
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Vãos (Aros) - Resumo	
Ficha:	Parte do Edifício:
Escola 07	Carpintarias Interiores
Avaliação da Intervenção:	
	<input type="checkbox"/> Imediata (24h bombeiros e/ou medidas de segurança)
	<input type="checkbox"/> Muito urgente (antes 3 meses com ou sem medidas de segurança)
	<input type="checkbox"/> Urgente a médio prazo
	<input checked="" type="checkbox"/> Necessário a médio prazo
	<input checked="" type="checkbox"/> Manutenção
Resumo da intervenção:	
<p>Observou-se que as carpintarias interiores apresentam um estado de degradação elevado ao nível dos vãos. As portas interiores apresentam nos vãos alguns sinais de vandalismo, como peças quebradas, com sinais de ataque biológico (cupim).</p> <p>Propõe-se um tratamento dos vãos existentes através de substituição das peças que estejam vandalizadas por novas peças de madeira idêntica. A nível de tratamento contra o cupim, aplicar-se-á um produto apropriado para eliminação do cupim.</p>	

Escola Padre Pinheiro					
Ficha de Diagnóstico					
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Caixilharia					
Ficha:		Parte do Edifício:			
Escola 07		Carpintarias Interiores			
Informação:					
Elemento	Estado Conservação		Patologia		Importância da Patologia
Caixilharia (Porta simples e duplas de abrir)		Aparentemente bom		Descolagem/Bolhas	Sem perigo aparente
	X	Deterioração Construtiva	X	Fissuras/Gretas	X Perigo a outros elementos construtivos
	X	Deterioração extrema		Putrefação	X Perigo de deterioração construtiva
	X	Deficiências pontuais		Sujidade	X Perigo a terceiros
		Indeterminada		Humidade	Outros
		Outros	X	Vandalismo	
			X	Ataque biológico	
			X	Degradação	
				Outros	

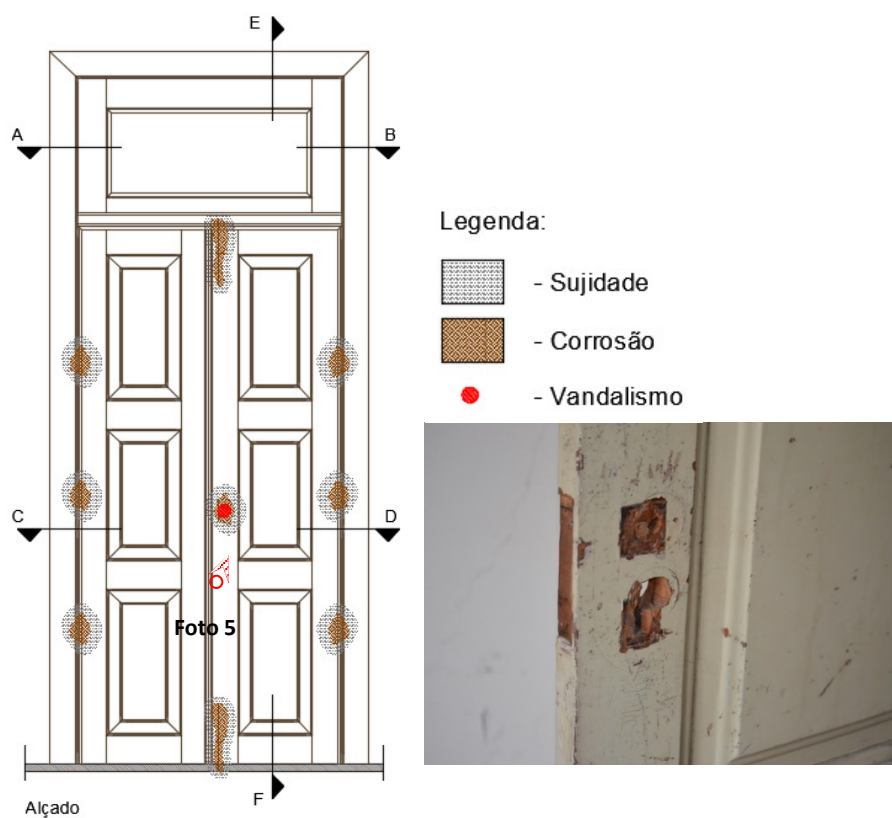


Des. 6 – (Autor) – S/Escala

Foto 4 – (Autor)

Escola Padre Pinheiro	
Ficha de Diagnóstico	
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Vãos (Caixilharia) - Resumo	
Ficha:	Parte do Edifício:
Escola 07	Carpintarias Interiores
Avaliação da Intervenção:	
	Imediata (24h bombeiros e/ou medidas de segurança)
	Muito urgente (antes 3 meses com ou sem medidas de segurança)
	Urgente a médio prazo
X	Necessário a médio prazo
X	Manutenção
Resumo da intervenção:	
<p>Observou-se que as carpintarias interiores apresentam um estado de degradação elevado ao nível da caixilharia. As portas interiores apresentam na caixilharia alguns sinais de vandalismo, como peças quebradas, com sinais de ataque biológico (cupim) e apresenta também sinais de gretas e fissuras.</p> <p>Propõe-se um tratamento da caixilharia existente através de substituição das peças que estejam vandalizadas por novas peças de madeira idêntica. A nível de tratamento contra o cupim, aplicar-se-á um produto apropriado para eliminação do cupim. A nível das fissuras e das gretas, o tratamento será feito com aplicação de uma mistura de serradura de madeira idêntica e cola de madeira, aplicada á espátula, para posteriormente se raspar e lixar deixando a superfície completamente lisa e afagada para receber o revestimento final. Ou poderá ser também efetuado o tratamento com massas apropriadas na cor da madeira do próprio caixilho.</p>	

Escola Padre Pinheiro					
Ficha de Diagnóstico					
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Elementos Singulares					
Ficha:		Parte do Edifício:			
Escola 07		Carpintarias Interiores			
Informação:					
Elemento	Estado Conservação		Patologia		Importância da Patologia
Elementos Singulares (Dobradiças/ Puxadores)	X	Deterioração Construtiva	X	Degradação do material	X Perigo a outros elementos construtivos
	X	Deterioração extrema	X	Vandalismo	X Perigo de deterioração construtiva
	X	Deficiências pontuais		Humidade	X Perigo a terceiros
		Indeterminada	X	Corrosão/Oxidação	Outros
		Outros		Sujidade	
				Outros	



Des.7 – (Autor) – S/Escala

Foto 5 – (Autor)

Escola Padre Pinheiro	
Ficha de Diagnóstico	
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Elementos Singulares - Resumo	
Ficha:	Parte do Edifício:
Escola 07	Carpintarias Interiores
Avaliação da Intervenção:	
	Imediata (24h bombeiros e/ou medidas de segurança)
	Muito urgente (antes 3 meses com ou sem medidas de segurança)
	Urgente a médio prazo
X	Necessário a médio prazo
X	Manutenção
Resumo da intervenção:	
<p>Observou-se que as carpintarias interiores apresentam um estado de degradação bastante elevado ao nível dos elementos singulares, nomeadamente dobradiças, fechaduras, fechos e contras em madeira. As portas interiores apresentam nos seus elementos singulares alguns sinais de vandalismo, como peças quebradas e outras roubadas, com sinais de corrosão em todas as dobradiças, e fechos apresenta também sinais de degradação dada a inexistência de manutenção deste tipo de material.</p> <p>Propõe-se um tratamento para os elementos singulares existente com a substituição das peças que estejam vandalizadas ou que foram roubadas por novas peças. A nível de tratamento contra a corrosão, todas as peças terão que ser retiradas do seu suporte, raspara toda a ferrugem e posteriormente aplicar um primário tipo zarcão para proteção ou metalizar todos esses elementos que deem para metalizar. Todos os elementos serão pintados com material de base aquosa. Todas as contras ou portadas interiores serão alvo de um tratamento para eliminar o cupim, raspagem e lixagem do suporte, pronto a receber o revestimento final. Substituição de elementos com podridão ou que apresentem sinais de vandalismo.</p>	

Escola Padre Pinheiro						
Ficha de Diagnóstico						
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Elementos Singulares						
Ficha:		Parte do Edifício:				
Escola 07		Carpintarias Interiores				
Informação:						
Elemento	Estado Conservação		Patologia		Importância da Patologia	
Elementos Singulares (Contras)	X	Deterioração Construtiva	X	Degradação do material	X	Perigo a outros elementos construtivos
	X	Deterioração extrema	X	Vandalismo	X	Perigo de deterioração construtiva
	X	Deficiências pontuais	X	Fissuras/Gretas	X	Perigo a terceiros
		Indeterminada	X	Ataque Biológico		Outros
		Outros	X	Sujidade		
				Outros		

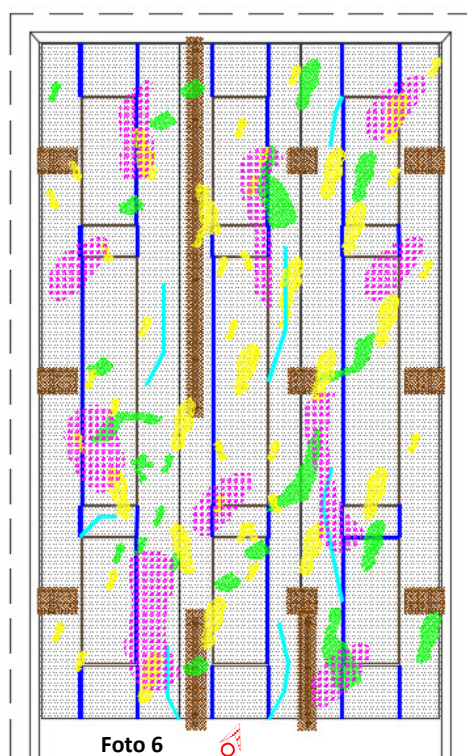


Foto 6

Contra ou Portada Interior
Alçado

Des. 8 – (Autor) – S/Escala

Legenda:

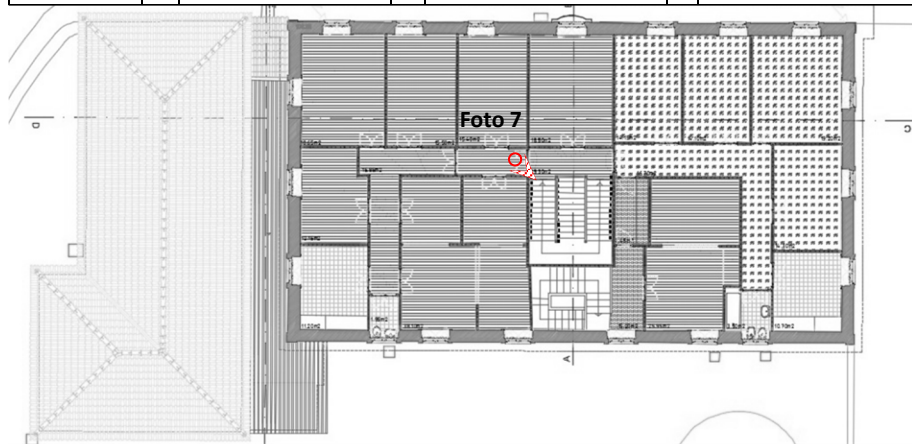
- Sujidade
- Desprendimentos
- Bolhas/Descacamento
- Sujidade
- Corrosão
- Fissuras/Gretas
- Vandalismo
- Ataque Biológico - Cupim



Foto 6 – (Autor)

Escola Padre Pinheiro	
Ficha de Diagnóstico	
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Elementos Singulares - Resumo	
Ficha:	Parte do Edifício:
Escola 07	Carpintarias Interiores
Avaliação da Intervenção:	
	Imediata (24h bombeiros e/ou medidas de segurança)
	Muito urgente (antes 3 meses com ou sem medidas de segurança)
	Urgente a médio prazo
X	Necessário a médio prazo
X	Manutenção
Resumo da intervenção:	
<p>Observou-se que as carpintarias interiores ao nível das contras ou portadas interiores apresentam um estado de degradação com elevado estado de degradação. As contras ou portadas interiores apresentam alguns sinais de vandalismo, como peças quebradas e outras roubadas, com sinais de corrosão em todas as dobradiças, e fechos apresentam também sinais de degradação e de muita sujidade dada a inexistência de manutenção deste tipo de material. Apresenta sinais da existência de microrganismos, fissuras e gretas entre os elementos que compõem a contra.</p> <p>Propõe-se um tratamento para as contras de madeira existente com a substituição das peças que estejam vandalizadas ou que foram roubadas por novas peças. A nível de tratamento contra a corrosão, todas as peças terão que ser retiradas do seu suporte, raspar toda a ferrugem e posteriormente aplicar um primário tipo zarcão para proteção ou metalizar todos esses elementos que deem para metalizar. Todos os elementos serão pintados com material de base aquosa. Todas as contras ou portadas interiores serão alvo de um tratamento para eliminar o cupim, raspagem e lixagem do suporte, pronto a receber o revestimento final. Substituição de elementos com podridão ou que apresentem sinais de vandalismo. As fissuras e gretas serão tapadas através de uma mistura á base de cola de madeira e serradura, aplicada á espátula. Quando seca será raspada e lixada pronta a receber o acabamento final.</p>	

Escola Padre Pinheiro						
Ficha de Diagnóstico						
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Elementos Singulares						
Ficha:		Parte do Edifício:				
Escola 07		Carpintarias Interiores				
Informação:						
Elemento	Estado Conservação		Patologia		Importância da Patologia	
Elementos Singulares (Escada Interior)	X	Deterioração Construtiva	X	Degradação do material	X	Perigo a outros elementos construtivos
		Deterioração extrema	X	Vandalismo	X	Perigo de deterioração construtiva
	X	Deficiências pontuais		Humidade	X	Perigo a terceiros
		Indeterminada	X	Ataque Biológico		Outros
		Outros	X	Sujidade		
			X	Deformação		
				Outros		



Des. 9 – (Autor) – S/Escala

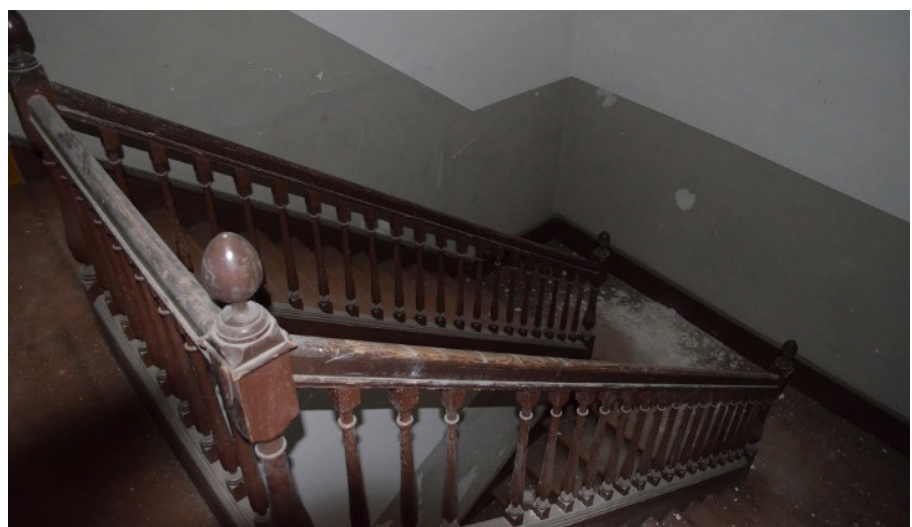


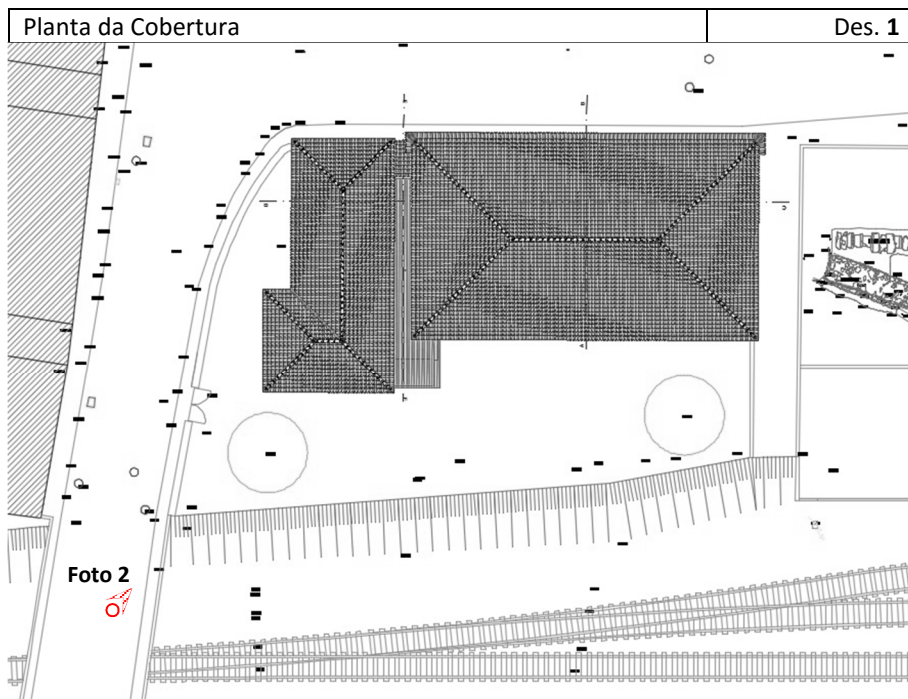
Foto 7 – (Autor)

Escola Padre Pinheiro	
Ficha de Diagnóstico	
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Elementos Singulares - Resumo	
Ficha:	Parte do Edifício:
Escola 07	Carpintarias Interiores
Avaliação da Intervenção:	
	Imediata (24h bombeiros e/ou medidas de segurança)
	Muito urgente (antes 3 meses com ou sem medidas de segurança)
	Urgente a médio prazo
X	Necessário a médio prazo
X	Manutenção
Resumo da intervenção:	
<p>Observou-se que as carpintarias interiores ao nível da escada interior apresentam um estado de degradação que requer algum cuidado. A estrutura da escada não apresenta sinais críticos que degradação, apresenta muita sujidade e alguma deformação em alguns elementos. Verifica-se também a presença de microrganismos dada a existência de muitos orifícios com forma circular, conclui-se que seja de cupim. Por observação verificou-se também que os degraus apresentam presença de microrganismos. Os balaustres e corrimões também apresentam sinais de ataques biológicos, sujidade, algumas zonas foram vandalizadas. Na zona de patamar apresenta alguma deformação. Quanto ao revestimento apresenta desgaste e desprendimento do material.</p> <p>Propõe-se um tratamento a nível da escada interior com correção da deformação através da substituição dos elementos desgastados, deformados ou com sinais de putrefação. Para os corrimãos e balaustres propõe-se um tratamento contra os microrganismos com produto adequado, raspar e lixar todos os elementos, e passar primário e subcapa em duas demãos e duas demãos óleo ou cera. Nos degraus, será aplicado tratamento contra os microrganismos, raspar e lixar a superfície, e aplicar produto de proteção que deixe respirar a madeira, á base de óleo ou ceras.</p>	

Escola Padre Pinheiro - Caminha	
Ficha de Diagnóstico	
Ficha:	Parte do Edifício:
Escola 08	Cobertura
Fotografia:	Foto 01

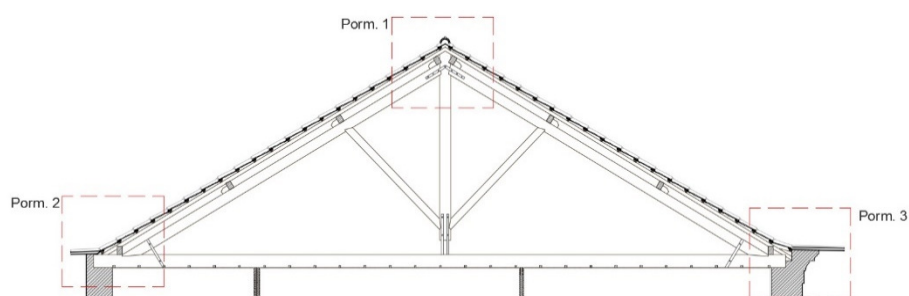


Foto 1 – (Autor)

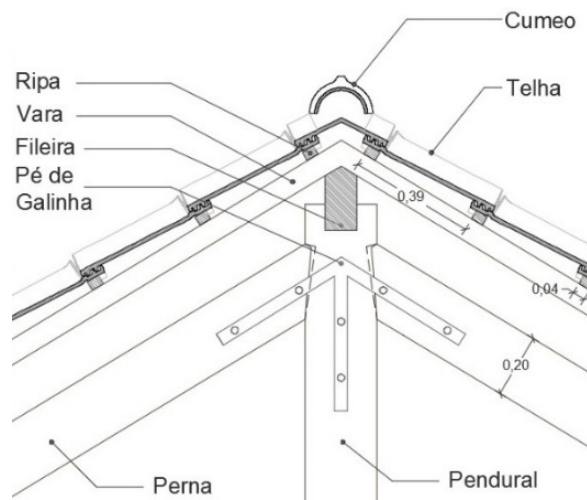


Des. 1 – (Autor) – S/Escala

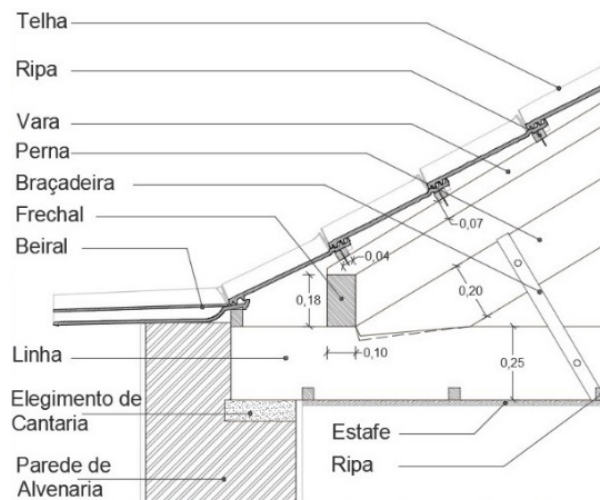
Escola Padre Pinheiro				
Ficha de Diagnóstico				
DESCRIÇÃO CONSTRUTIVA				
Ficha:		Parte do Edifício:		
Escola 08		Cobertura		
Dados Construtivos:				
Tipo de Cobertura:				
	<input checked="" type="checkbox"/>	Inclinada com 1, 2, 3, ou 4 águas		
Tipo de Material:				
	<input checked="" type="checkbox"/>	Telha Tipo Marselha		
Suporte:				
	<input checked="" type="checkbox"/>	Estrutura em Vigamento de madeira		
Recolha de Águas:				
	<input checked="" type="checkbox"/>	Inexistente		
Elementos Singulares:				
	<input checked="" type="checkbox"/>	Chaminé		
	<input checked="" type="checkbox"/>	Telha de Vidro		
Grau de Acessibilidade:				
	Física:		Visual:	
		Acessível		Vista total
		Não Acessível	<input checked="" type="checkbox"/>	Vista Parcial
	<input checked="" type="checkbox"/>	Difícil acesso com meios normais		
Informações sobre obras e lesões anteriores:			Nada a registar	
Patologia aparente segundo a propriedade:			Nada a registar	



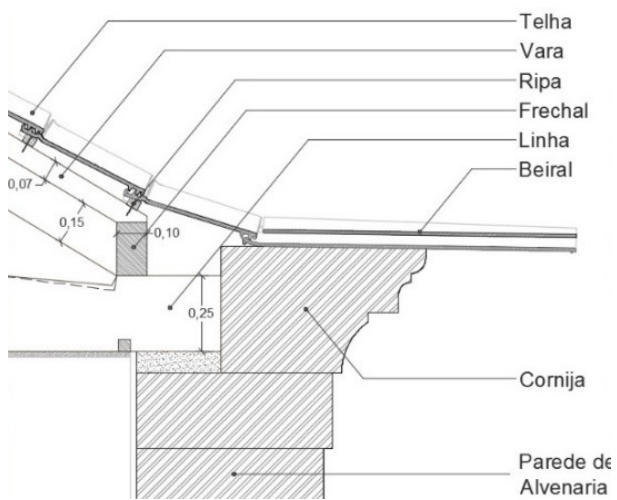
Des. 2 – (Autor) – S/Escala



Porm. 1 – (Autor) – S/Escala

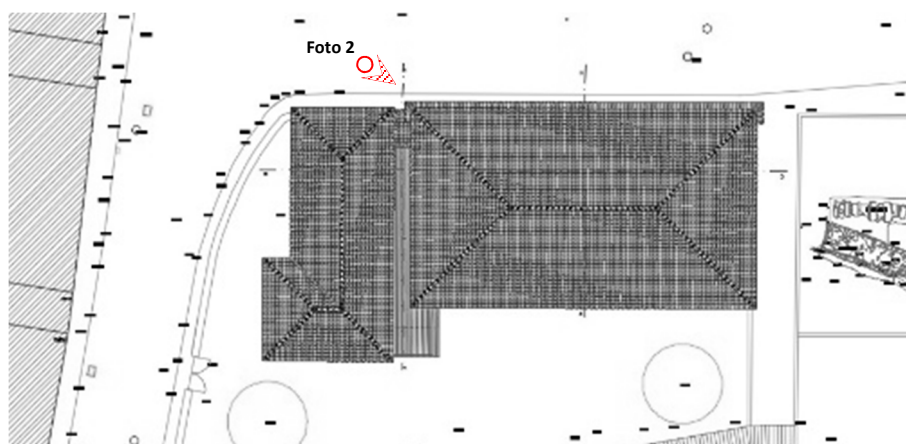


Porm. 2 – (Autor) – S/Escala



Porm. 3 – (Autor) – S/Escala

Escola Padre Pinheiro						
Ficha de Diagnóstico						
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Tipo de Material - Telha						
Ficha:		Parte do Edifício:				
Escola 08		Cobertura				
Elemento	Estado Conservação		Patologia		Importância da Patologia	
Tipo de Material (Telhas)	X	Deterioração Construtiva	X	Sujidade	X	Perigo a outros elementos construtivos
	X	Deterioração extrema	X	Degradação do material	X	Perigo de deterioração construtiva
		Deficiências pontuais	X	Desprendimentos	X	Perigo a terceiros
		Outros	X	Ataque biológico		Outros

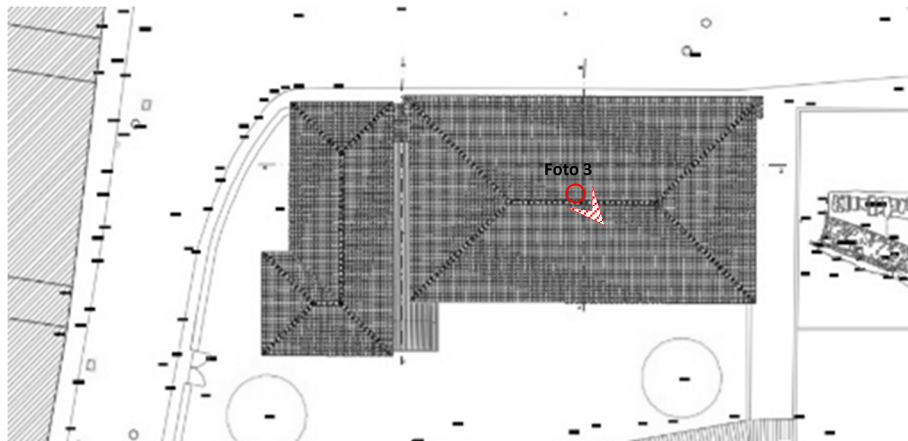


Des. 3 – (Autor) – S/Escala



Foto 3 – (Autor)

Escola Padre Pinheiro				
Ficha de Diagnóstico				
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Suporte				
Ficha:		Parte do Edifício:		
Escola 08		Cobertura		
Elemento	Estado Conservação		Patologia	Importância da Patologia
Suporte		Aparentemente bom	X Deformações	Sem perigo aparente
		Deterioração Construtiva	X Degradação do material	X Perigo a outros elementos construtivos
		Deterioração extrema	X Fissuras	Perigo de deterioração construtiva
	X	Deficiências pontuais	X Sujidade	X Perigo a terceiros
		Indeterminada	X Ataque biológico	Outros
		Outros	Outros	

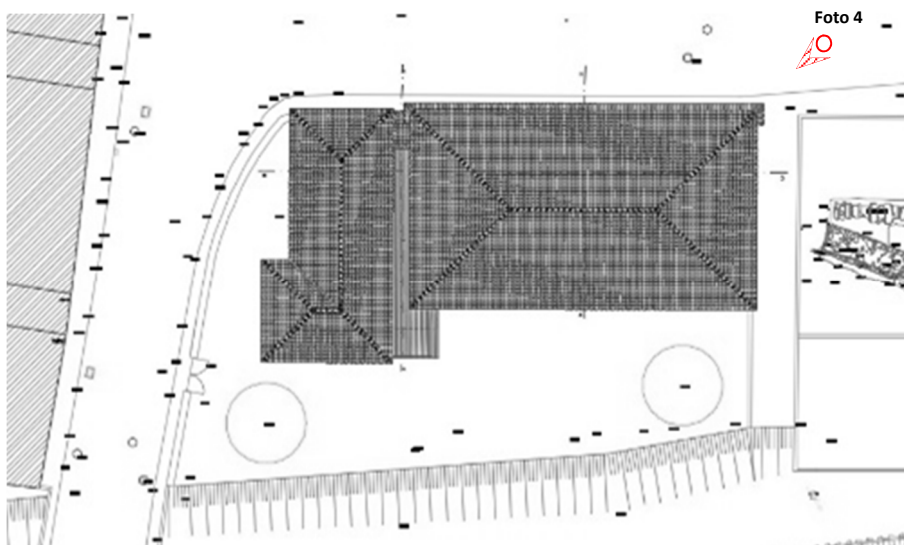


Des. 4 – (Autor) – S/Escala



Foto 4 – (Autor)

Escola Padre Pinheiro Ficha de Diagnóstico				
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Recolha de Águas				
Ficha:		Parte do Edifício:		
Escola 08		Cobertura		
Elemento	Estado Conservação	Patologia		Importância da Patologia
Recolha de Águas	Indeterminado	X	Inexistência	Outros

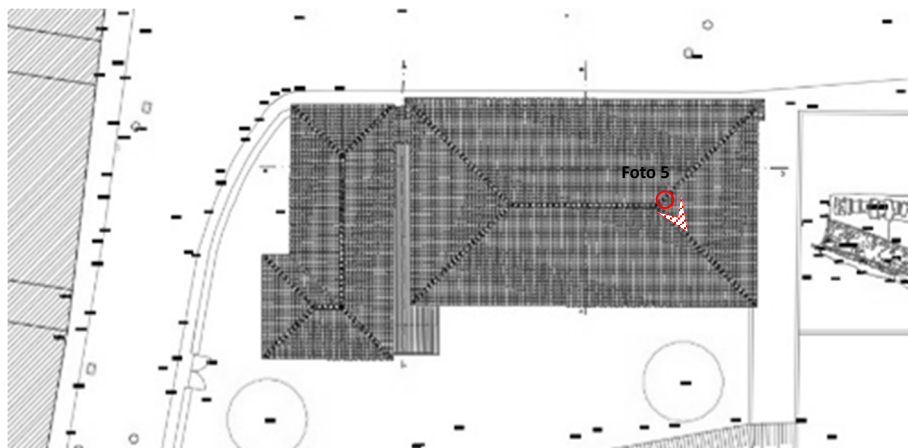


Des. 5 – (Autor) – S/Escala



Foto 5 – (Autor)

Escola Padre Pinheiro				
Ficha de Diagnóstico				
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Elementos Singulares				
Ficha:		Parte do Edifício:		
Escola 08		Cobertura		
Elemento	Estado Conservação		Patologia	Importância da Patologia
Elementos Singulares	<input checked="" type="checkbox"/>	Deterioração Construtiva	<input checked="" type="checkbox"/> Falta de estanquidade	<input checked="" type="checkbox"/> Perigo a outros elementos construtivos
	<input checked="" type="checkbox"/>	Deficiências pontuais	<input checked="" type="checkbox"/> Humidade	<input checked="" type="checkbox"/> Perigo a terceiros
		Indeterminado	<input checked="" type="checkbox"/> Sujidade	Perigo de deterioração construtiva
		Outros	<input checked="" type="checkbox"/> Ataque biológico	Outros









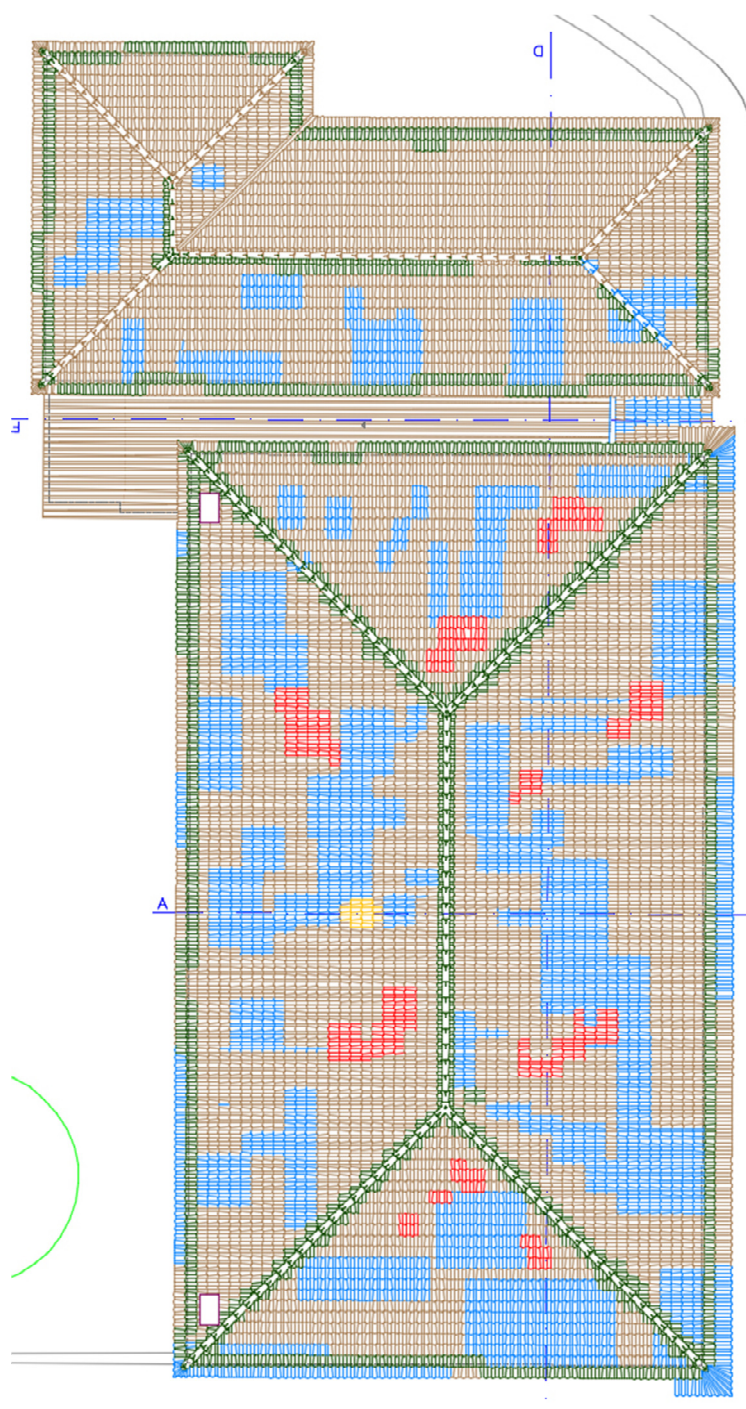
Des. 6 – (Autor) – S/Escala



Foto 6 – (Autor)

Legenda:

-  Sujidade
-  Degradação do Material
-  Desprendimentos
-  Ataque Biológico - Vegetação/Musgos
-  Telhas de Vidro
-  Chaminé



Des. 7 – Mapa de Lesões - Cobertura – (Autor) – S/Escala

Escola Padre Pinheiro	
Ficha de Diagnóstico	
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS: Resumo	
Ficha:	Parte do Edifício:
Escola 08	Cobertura
Avaliação da Intervenção:	
	<input type="checkbox"/> Imediata (24h bombeiros e/ou medidas de segurança)
	<input type="checkbox"/> Muito urgente (antes 3 meses com ou sem medidas de segurança)
	<input type="checkbox"/> Urgente a médio prazo
	<input checked="" type="checkbox"/> Necessário a médio prazo
	<input checked="" type="checkbox"/> Manutenção
Resumo da intervenção:	
<p>A cobertura apresenta avançado estado de degradação, com desprendimentos em vários pontos do telhado. Verifica-se sujidade em toda a superfície, provocada por ataques biológicos com o aparecimento de musgos e fungos. O suporte apresenta alguns sinais de ataques biológicos com presença de pó amarelado e buracos circulares, tudo leva a crer que seja cupim, algumas fissuras, assim como deformações pontuais. Observa-se inexistência do sistema de recolha de águas pluviais. A cobertura apresenta alguns elementos singulares como chaminés e telhas de vidro que também apresentam alguma degradação.</p> <p>Propõe-se um tratamento a nível do suporte, de substituição dos elementos que apresentem podridão, e de deteção do foco do cupim e aplicar um tratamento através de um fungicida para eliminar os focos contaminados com microrganismos. Toda a telha em más condições, que não dê para recuperar ou apresente elevado estado de degradação será substituída por telha nova. A telha recuperada será alvo de um tratamento através de produto químico demovedor de algas e manchas, e posteriormente será aplicado um protetor anti humidade. Dada a natureza e características arquitetónicas do edifício este não será contemplado com nenhum sistema de recolha de águas pluviais.</p>	

Mestrado Integrado em Arquitetura e Urbanismo



Reabilitação de edifício escolar do séc. XIX:

Arquivo Municipal

1.2 – Memória Descritiva e Justificativa

Pedro Jorge Ribas Vila Pouca

Orientadora – Profª Doutora Mónica Alcindor

Vila Nova de Cerveira - setembro - 2015

1 - ÂMBITO DA PROPOSTA

Refere-se a presente Memória Descritiva e Justificativa ao Projeto de Execução para a reabilitação da escola Central Padre Pinheiro para Arquivo Municipal, instalado no edifício e logradouro propriedade do Município de Caminha, situada na Avenida Saraiva de Carvalho.

Esta Escola foi um ponto de vivências e de afluência para muita da população da vila e das zonas confinantes, onde as pessoas se identificam com o espaço e se apropriam deste como se fosse o seu espaço coletivo. É necessário que não se percam estas memórias e dar novas vivências tanto ao edifício como ao espaço onde ele se insere.

Só compreendendo o contexto em que se insere este edifício, e as suas diferentes áreas, educacionais, verdes, sociais etc., se pode elaborar uma proposta que vise respeitar os valores fulcrais do sítio, para o sítio e para a população, bem como para os seus novos usos e utilizadores.

Embora com uma pequena sala a funcionar, com aulas de música, a escola Central Padre Pinheiro, apresenta um elevado grau de degradação e abandono, ao mesmo tempo denota-se que a zona em si está também um pouco abandonada, motivada talvez um pouco pelo abandono deste edifício.

É necessário imprimir novos usos, e dar um novo uso a este edifício com melhoria de um espaço através de um novo desenho, materiais e equipamentos. Esse novo desenho passaria pela reabilitação deste edifício e adapta-lo a um arquivo municipal, colmatando assim uma lacuna existente em Caminha.

O projeto contempla, além da reabilitação do referido edifício, a reconstrução de uma preexistência a ampliação no seu logradouro, e a construção de dois volumes semienterrados, um para proteção de um achado arqueológico e outro para depósitos do arquivo a ser instalado no edifício. Estes volumes, serão como uma âncora para o edifício principal mas sem lhe tirar o protagonismo, possibilitando controlar as circulações, as vistas e a quantidade de luz natural.

2 - ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO

A análise e caracterização de um sítio compreendem o resultado das primeiras abordagens e aproximações ao local de intervenção.

Com a análise do local observou-se que toda a zona envolvente á escola central Padre Pinheiro é intensamente delimitado por uma via de circulação Avenida Saraiva de Carvalho, e Rua da Corredoura, isto a norte e poente, e a sul pela linha férrea, a nascente confronta com terrenos da REFER, que levou á transformação deste sitio num local isolado, muito embora utilizada por diversas pessoas.

No local foi possível observar o estado de deterioração de alguns acessos e equipamentos, assim como o mau estado de preservação dos espaços verdes e espécies arbóreas.

É visível também o estado de degradação do largo em frente á escola, onde apenas se vê um amontoado o de carros, outrora ponto de encontro e de lazer.

3 – OBJETIVOS

A principal ideia associada a esta intervenção, é a de, criar um espaço adequado que permita a conservação, o tratamento, a consulta e a exposição do património documental existente na vila de caminha. Após realizada toda uma investigação no âmbito deste projeto, realização de entrevistas, permitiu compreender a necessidade de um equipamento deste tipo na vila de Caminha. Para assim permitir a quem tenha necessidade de realizar uma investigação tenham melhores condições. Dotar a vila de um arquivo municipal, nesta zona , iria revitalizar todo este espaço degradado, trazendo novas dinâmicas.

Das principais intenções para o arquivo, destaca-se a ideia preservar a memória deste edifício, como edifício ao serviço da educação e do saber, ao dar-lhe um uso como arquivo, certamente estaremos a preservar a sua identidade, ao mesmo tempo conseguir unificar todos os equipamentos existentes á sua volta. Ao falar-se em equipamentos não podemos abandonar os vestígios arqueológicos existentes, melhorando as condições

para quem visita o local possibilitando, ao mesmo tempo, a dinamização de todo o espaço e área envolvente. A intervenção procura respeitar o valor arqueológico dos vestígios e contribuir para a sua preservação.

Nos dias de hoje, a conceção de um espaço com estas características não poderá estar dissociada da capacidade de reflexão que este gera na sua população visitante, devendo sempre um espaço apresentar, quando possível, capacidade para absorver todo e qualquer utente, mesmo os de mobilidade condicionada ou outra qualquer deficiência psico-motora.

Deste modo, como objetivos principais de projeto, propõem-se os seguintes:

- Estruturar o espaço exterior estabelecendo ligações funcionais, visuais e simbólicas, entre os diversos elementos que o delimitam e toda a envolvente natural;
- Efetuar a concordância entre as cotas de soleira e respetivas entradas e a envolvente, integrando-as da melhor forma possível, os acessos são feitos á cota 108.21, subindo para a cota 109.02, cota do piso 0.
- Preservação vistas e eixos visuais que permitam tirar partido da topografia do terreno e da sua envolvente;
- A inserção de novos corpos terá em atenção a orientação solar do local e os ventos, a localização dos novos edifícios servirá como um embasamento do edifício principal.
- Redução dos custos de implantação e manutenção das zonas verdes, sem prejuízo estético e funcional dos espaços;
- A relação com as pré-existências serão articuladas por forma a criar um conjunto sólido e unificado.
- O acesso á parte de trás do arquivo será feito pelo parque de estacionamento, onde de dará a entrada de documentos, estacionamento dos funcionários e entrada de funcionários. Esta entrada será exclusiva do arquivo.
- Utilizar pavimentos adaptados às exigências funcionais do local e que ao mesmo tempo permitam a menor impermeabilização possível do terreno;

4 – DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

Seguidamente descreve-se sucintamente as ideias gerais do projeto:

Tendo por base os objetivos propostos bem como a análise e caracterização do local, o desenho desenvolvido consiste na criação de diferentes cenários associados aos novos corpos e à sua envolvente.

Estas novas construções propostas vão introduzir conceitos associados à união, proteção e conforto por um lado e por outro vai enquadrar os novos espaços com os existentes interligando toda a área envolvida nesta operação.

Consideraram-se três principais áreas de intervenção:

4.1 - Adequação dos espaços existentes

A adequação dos espaços existentes será feita de forma a enquadrar parte do programa na preexistência, uma vez que a outra parte será inserido nos novos corpos a construir;

Toda a área de vegetação será requalificada de forma dar um aspeto mais “saudável” à envolvente;

4.2 - Acessos, estacionamento e percursos

Os acessos ao Arquivo serão feitos pela mesma artéria existente, alterando-se um pouco as cotas de soleira do edifício principal (20cm), propõe-se a criação de manchas de vegetação de médio e baixo porte, que vão introduzir no espaço apontamentos de cor e textura diferentes.

A introdução de novos pisos em pavimentos, tanto de acesso como de percurso, como de estacionamento teve como base, otimizando o seu valor estético com grau de qualidade aos usos pretendidos, resistência ao vandalismo, durabilidade e articulação não só com os pavimentos existentes mas também com a linguagem proposta para os novos edifícios, principalmente a nível cromático.

Em toda a área da intervenção está prevista iluminação que garanta o uso dos espaços exteriores em segurança e contribua para a criação de distintos ambientes e usos.

4.3 - Edifícios

A área de intervenção vive da ligação da preexistência com os novos corpos, daí que a solução adotada, foi a ligação através de comunicações verticais e horizontais ligasse todo o conjunto. Para essa fusão entre novo e velho pensou-se o uso do betão. A nível das estruturas dos edifícios novos a construir irá aliar-se a estrutura de betão, a madeira e a cortiça. Nos edifícios existentes a reabilitar irá usar-se materiais adequados aos existentes.

4.3.1 Solução construtiva da estrutura

Os edifícios existentes serão alvos de um reforço estrutural. Os sistemas construtivos, estruturas em madeira no piso do 1º andar e na cobertura, será para conservar e recuperar, nos pisos inferiores serão aplicados lajes de betão, dada a sua capacidade de carga. A introdução destes elementos surge apenas da necessidade de se conseguir aguentar mais carga com menos espessura da laje.

A ocupação dos espaços é feita de forma suave, sendo atribuído, com especial cuidado no que diz respeito ao peso dos elementos a introduzir, de forma a não sobrecarregarem a resistência da estrutura existente.

Nos corpos novos, serão constituídos por estruturas diferentes, sendo a estrutura que cobrirá os achados arqueológicos em vigas e ripas de madeira com tirantes em aço, e o outro corpo que servirá de depósitos para ao arquivo será todo em betão armado, sendo o seu acabamento exterior a madeira. O volume adjacente que foi reconstruído, será constituído por estrutura de betão armado e tijolo conforme o original.

4.3.2 Alçados

Pretende-se que a intervenção seja um importante contributo para a valorização do lugar a intervir. Tal pressuposto torna-se evidente em todos os aspetos do projeto, estando igualmente presente ao contemplar-se uma

área de implantação que liberta terreno para uma utilização semipública dos edifícios, onde a construção ao nível do piso térreo não se afirma de modo opressor face ao lugar a intervir.

Privilegiar-se-á a utilização do reboco pintado de branco com os elementos em cantaria à vista mantêm as suas características originais, objetivando um cunho efetivamente contemporâneo ao edificado, dotando-o de amplitude espacial. Os novos corpos como o corpo adjacente á preexistência serão todos forrados a regoado de madeira de pinho. As caixilharias em madeira com vidro duplo a manter na preexistência, já os novos corpos serão dotados de caixilharia em aço inox com vidro duplo, serão dotadas de sistema que minimiza a transmissão térmica, de garantir a eficiência energética do edifício.

A composição morfológica de alçados assumirá um equilíbrio harmónico com a manutenção dos vãos existentes de dimensionamento uniformizado, regrados e alinhados entre si.

Da leitura global do conjunto assumir-se-á uma evidente filiação contemporânea sem perder a sua raiz arquitetónica.

4.3.3 Cobertura

A edificação possui uma cobertura inclinada em telha, que será para manter, com substituição da telha e de alguma peça danificada. As novas construções serão em cobertura plana constituída por laje de betão armado, camada de regularização, isolamento térmico camada de forma e impermeabilização, isolamento térmico e com acabamento a camarinha de zinco agrafada, as águas pluviais, esta serão encaminhadas para reservatórios localizados no piso térreo, que posteriormente serão utilizadas para o sistema de rega.

4.3.4 Arranjos exteriores acessos

Os acessos serão em microcubo granito 5x5 na entrada norte e na entrada sul, será em lajedo de granito 1.50x50 á zona dos funcionários e na entrada sul mais a nascente em cubo 11x11. Os pátios exteriores serão em lajedo de granito da região 80x60 e 100x60cm.

O acesso automóvel ao arquivo faz-se através do parque de estacionamento, prevendo-se um estacionamento automóvel privado do arquivo de 5 lugares. O acesso pedonal arquivo faz-se através da Avenida Saraiva de Carvalho.

4.3.5 Piso -2 (subcave)

Contemplará uma área distinta a saber:

- O depósito numero 1, depósito numero 2, antecâmara, arrumos e comunicações verticais e área da ruína (achado arqueológico).

4.3.6 Piso -1 (cave)

Contemplará duas áreas distintas a saber:

- O depósito número 3, Zona técnica, apoio á zona técnica, limpeza, arrumos, vestiário feminino, vestiário masculino, zona de funcionários, hall funcionários, arrumos, vestíbulo, tratamento técnico de documentos, e comunicações verticais.
- Arrumo, Instalação sanitária feminina, instalação sanitária masculina, instalações sanitárias deficientes, sala de atividades educacionais, vestíbulo e pátios

4.3.7 Piso 0 (Rés do Chão)

Interiormente este piso contemplará duas áreas distintas a saber:

- A receção, apoio administrativo, casas de banho, feminino, masculino e deficientes, bar, auditório e comunicações verticais.
- Na área mais interior teremos o gabinete do responsável, sala de reuniões, reprografia, encadernação, conservação e restauro, circulação, entrada de pessoal, triagem, receção de documentos, higienização e comunicações verticais.

Em termos de espaços complementares exteriores incluem-se os espaços ajardinados e os pátios.

4.3.8 Piso 1 (1º andar)

Contemplará a salas de leitura, a Salas de investigação e comunicações verticais.

4.3.9 Circulações

Todo o edifício será dotado das respetivas circulações comuns, quer horizontais, quer verticais, sendo certo que as últimas incluirão escadas interiores, bem como equipamentos mecânicos para transporte de pessoas (monta-cargas e plataformas de escada).

As referidas circulações comuns dispor-se-ão no edifício em número adequado face ao preceituado na legislação aplicável, destacando-se o distanciamento mínimo de 35 metros previsto na Portaria n.º 1063/97 de 21 Outubro (segurança contra incêndios).

5 - Soluções adotadas, para utilização das instalações por pessoas com deficiências motoras

As características do projeto pretendem assegurar a resolução dos problemas preexistentes relacionados com a questão das acessibilidades, tendo em consideração as necessidades particulares dos futuros visitantes.

O circuito visitável/utilizável de edifícios foi definido de acordo com as disposições espaciais dos espaços e as necessidades do utilizador. Procurou-se a eliminação de obstáculos a livre circulação de visitantes com necessidades de locomoção através da instalação de rampas de acesso, sanitários adaptados e sinalética de leitura simples.

O acesso a todas as áreas para pessoas com mobilidade reduzida e público em geral. A soleira da entrada principal e do pátio interior terá 0.02m de altura e aresta boleada. A entrada do edifício, sanitários permite a manobra de rotação de 360°

Os pavimentos interiores dos diferentes pisos serão devidamente regulares e nivelados. Os espaços de circulação têm, no mínimo, 1,20m de largura, sendo livres de obstáculos. Os vãos interiores têm largura útil livre de 0,90m, no mínimo.

6 - Solução adotada para as infraestruturas

As infraestruturas necessárias à construção apoiar-se-ão nas existentes no local, nomeadamente da rede de águas, rede de gás, rede de esgotos, rede elétrica e rede de telecomunicações.

De modo geral respeitar-se-á a respetiva legislação em vigor.

7 - Solução adotada para iluminação e ventilação

A beneficiação do sítio deveria também contemplar algum mobiliário urbano e iluminação de valorização pontual, sendo tudo a executar de modo a não invadir o subsolo e a preexistência.

O conceito para o aproveitamento da luz natural no edifício, esteve condicionado às dimensões dos vãos preexistentes. Os vãos envidraçados serão dotados de sistema de ventilação natural para evitar as condensações internas e dotados de um sistema de proteção solar interior com estore do tipo “Blackout”.

A ventilação geral será feita por meio de um sistema de captação do subsolo do edifício passando para as calhas de ventilação ao longo do pavimento do edifício. As aberturas serão reguláveis, podendo-se utilizar ar condicionado de forma alternativa. No momento em que o espaço funciona como exposição todo o espaço poderá ter renovação de ar.

Os espaços interiores serão ventilados mecanicamente, ficando o edifício em sobrepressão e permitindo a ventilação dos espaços, que será realizada através das entradas de ar para o exterior (extratores). Para reforçar a circulação de ar as portas serão elevadas do pavimento, assegurando a ventilação dos espaços.

8 - Solução Térmica

Os edifícios existentes assim como os novos volumes, a preocupação com ambiente e, ao mesmo tempo, perante a eficiência energética e conforto térmico oferecidos em qualidade pelos materiais existentes e os propostos, nomeadamente o gesso e a madeira.

Com o objetivo de se aumentar o conforto interior debruça-se o edifício sobre técnicas empiricamente presentes na arquitetura tradicional portuguesa tais como a ventilação proveniente do contacto indireto com o solo por meio de um permutador no solo, de uma conduta subterrânea. Através do aperfeiçoamento desta técnica é possível obter um ambiente

termicamente confortável sem necessidade de recorrer e depender de outras fontes de energia.

9 - Solução Acústica

Em termos acústicos, a proposta visa proporcionar conforto ambiental aos utilizadores seguindo duas premissas básicas o isolamento acústico, por meio de isolamento de lã de rocha e cortiça, que visam atenuar a transmissão do ruído aéreo direto ou via estrutura para o interior das diferentes áreas; e o condicionamento acústico para atenuar as possíveis reverberações internas produzidas nos diversos ambientes.

10 - Solução Energética

Para o espaço será criado um sistema linear de iluminação difusa com lâmpadas de baixo consumo integrado num circuito central, onde serão instaladas luminárias de acordo com a necessidade de cada espaço. Esse sistema permite a máxima flexibilidade do espaço com eficiência. A iluminação da área de sanitários é feita de forma pouco intensa, com sensores de movimento incorporados nas luminárias. Esta solução tem como objetivo criar uma utilização em função do número real de pessoas que estejam a utilizar o espaço, gerindo os gastos energéticos desnecessários.

No que concerne ainda a eficiência energética, os projetos de instalações fundamentam-se nos seguintes preceitos fundamentais: lâmpadas de alta eficiência incorporadas nas luminárias de alto rendimento; circuitos de iluminação sob controlo de fotocélulas e automação do sistema de iluminação comandado por sensor de presença; louças e metais de baixo consumo e funcionamento automático; sistema de energia elétrica composto por uma máxima separação de circuitos e controlo de demanda; sistema de circulação do ar por meio de calha no pavimento, na extensão do edifício, possibilitando seu uso de maneira racional e eficiente.

O elemento construtivo preexistente das paredes, assim como o volume enterrado, sendo a terra um isolante térmico eficaz, garantem o respetivo controlo solar e protegem o edifício de sobreaquecimento e arrefecimento acentuados. Para além disso, a cor branca minimiza a sua absorção traduzindo-se em valores de captação da radiação solar menores, contribuindo para o desempenho térmico do edifício no Verão.

11- Equipamento

O estabelecimento irá contemplar todo o equipamento mínimo convencionado na legislação aplicável, sendo certo que no que concerne ao mobiliário e à decoração dos espaços, os mesmos serão alvo de um projeto específico de interiores. O referido projeto pautar-se-á por uma premissa contemporânea, privilegiando o design, com os desejáveis níveis de conforto para uma instalação com a qualidade como a que se pretende.

11- ÁREAS BRUTAS DE CONSTRUÇÃO

PISO -2	Áreas
Depósito nº 1	200.00 m2
Arrumos	5.00 m2
Ante Camara	5.50 m2
Depósito nº 2	13.30 m2
Escadas	14.60 m2
Área da ruína	360.00 m2

PISO -1	Áreas
Zona Técnica	21.70 m2
Limpeza	9.20 m2
Arrumos	9.60 m2
Apoio Z. Técnica	11.25 m2
Vest. Fem.	14.70 m2
Vest. Mas.	16.30 m2
Area funcionários	19.80 m2
Hall Funcionários	8.50 m2
Arrumos	8.30 m2
Inst. San. Fem.	8.14 m2
Inst. San. Def.	5.20 m2
Inst. San. Mas.	8.16 m2
Sala Atividades Educacionais	103.70 m2
Vestíbulo	14.70 m2
Pátio Poente	22.00 m2
Pátio Nascente	43.35m2
Vestíbulo	10.55 m2
Tratamento Técnico de documentos	9.00 m2
Depósito nº3	191.00 m2
Escadas	14.60 m2

PISO 0	Áreas
Hall	22.00 m2
Receção	24.30 m2
Apoio Administrativo	23.75 m2
Inst. San. Fem.	3.65 m2
Inst. San. Def.	2.90 m2
Inst. San. Mas.	3.50 m2
Bar	14.35 m2
Auditório/Sala de Exposições	127.05 m2
Circulação	43.20 m2
Sala de reuniões	14.80 m2
Gab. Responsável	10.90 m2
Higienização	9.20 m2
Triagem	7.45 m2
Receção de documentos	10.40 m2
Conservação e restauro	12.35 m2
Reprografia	7.40 m2
Encadernação	5.70 m2
Hall	19.05 m2
Circulação	22.00 m2

PISO 1	Áreas
Sala de leitura	14.10 m2
Sala de leitura	14.35 m2
Sala de leitura	16.10 m2
Sala de leitura	18.10 m2
Sala de leitura	16.00 m2
Sala de leitura	14.50 m2
Sala de leitura	14.35 m2
Circulação	47.40 m2
Sala de investigação	20.00 m2
Sala de investigação	20.00 m2
Circulação	47.60 m2
Circulação	45.90 m2

Mestrado Integrado em Arquitetura e Urbanismo



Reabilitação de edifício escolar do séc. XIX:

Arquivo Municipal

Caderno de Encargos

Pedro Jorge Ribas Vila Pouca

Orientadora – Prof^ª Doutora Mónica Alcindor

Vila Nova de Cerveira – setembro - 2015

1.3 – Condições Técnicas Gerais

Índice:

Capítulo 01 - Disposições Iniciais.....	4
Cláusula 1ª - Objeto	4
Cláusula 2ª - Projeto	4
Cláusula 3ª - Lista de Quantidades e Preços Unitários.....	7
Cláusula 4ª - Materiais e Técnicas de Execução	7
Cláusula 5ª - Implantação	8
Cláusula 6ª - Estaleiro de Obra	8
Cláusula 7ª - Amostras e Modelos.....	10
Capítulo 02 - Obrigações do Empreiteiro	12
Cláusula 8ª - Preparação e planeamento da execução da obra.....	12
Cláusula 9ª - Prazo de Execução da Empreitada	12
Cláusula 10ª - Condições Gerais de Execução dos Trabalhos.....	13
Cláusula 11ª - Erros ou Omissões do Projeto e de Outros Documentos..	14
Cláusula 12ª - Menções Obrigatórias no Local dos Trabalhos	15
Cláusula 13ª - Obrigações Gerais.....	15
Cláusula 14ª - Segurança, higiene e saúde no trabalho	16
Capítulo 03 - Obrigações do Promotor ou Dono da Obra	18
Cláusula 15ª - Preço e Condições de Pagamento	18
Capítulo 04 - Representação das Partes e Controlo da Execução.....	19
Cláusula 16ª - Representação do Empreiteiro	19
Cláusula 17ª - Representação do Dono da Obra	19
Cláusula 18ª - Livro de registo de obra.....	20
Capítulo 05 - Receção e Liquidação da Obra	21
Cláusula 19ª - Inspeções.....	21
Cláusula 20ª - Receção Provisória	21
Cláusula 21ª - Prazo de Garantia	21
Cláusula 22ª - Receção Definitiva	22
Capítulo 06 - Disposições Finais	24
Cláusula 23ª - Deveres de Informação	24
Cláusula 24ª - Subcontratação e Cessão da Posição Contratual	24
Cláusula 25ª - Legislação Aplicável.....	25

Capítulo 01 - Disposições Iniciais

Cláusula 1ª - Objeto

1 - O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir na execução das tarefas necessárias à obra de Reabilitação de um Edifício Escolar do Século XIX para Arquivo Municipal, localizado Avenida Saraiva de Carvalho, na Freguesia de Caminha.

2 - A empreitada tem por objeto a realização dos trabalhos definidos, quanto à sua espécie, quantidade e condições técnicas de execução, no projeto de execução e neste caderno de encargos.

3 - O projeto a considerar para os efeitos do estabelecido no número anterior é o definido na Cláusula 2ª.

4 - As condições técnicas de execução dos trabalhos da empreitada são as deste caderno de encargos.

Cláusula 2ª - Projeto

A execução da empreitada contempla, além de diversas peças escritas, as seguintes peças desenhadas:

2 - Peças desenhadas

2.00 - Planta de localização	Esc. 1/2000
2.01- Planta de Implantação	Esc. 1/200
2.02 - Perfis de inserção da proposta na topografia existente	Esc. 1/200
2_3.01 - Levantamento - Planta do Piso -1	Esc. 1/100
2_3.02 - Levantamento - Planta do Piso 0	Esc. 1/100

2_3.03 - Levantamento - Planta do Piso 1	Esc. 1/100
2_3.04 - Levantamento - Planta de Cobertura	Esc. 1/100
2_3.05 - Levantamento - Cortes	Esc. 1/100
2_3.06 - Levantamento Alçados	Esc. 1/100
2_4.01 - Demolição / Construção - Planta do Piso 0	Esc. 1/100
2_4.02 - Demolição / Construção - Planta do Piso -1	Esc. 1/100
2_4.03 - Demolição / Construção - Planta do Piso -2	Esc. 1/100
2_4.04 - Demolição / Construção - Planta do Piso 1	Esc. 1/100
2_4.05 - Demolição / Construção - Planta do Cobertura	Esc. 1/100
2_4.06 - Demolição / Construção - Cortes	Esc. 1/100
2_4.07 - Demolição / Construção - Cortes	Esc. 1/100
2_4.08 - Demolição / Construção - Alçados	Esc. 1/100
2_5.01 - Planta de Apresentação - Piso 0	Esc. 1/100
2_5.02 - Planta de Apresentação - Piso -1	Esc. 1/100
2_5.03 - Planta de Apresentação - Piso -2	Esc. 1/100
2_5.04 - Planta de Apresentação - Piso 1	Esc. 1/100
2_5.05 - Planta de Apresentação - Cobertura	Esc. 1/100
2_5.06 - Planta de Apresentação - Cortes	Esc. 1/100
2_5.07 - Planta de Apresentação - Cortes	Esc. 1/100
2_5.08 - Planta de Apresentação - Alçados	Esc. 1/100
2_6.01 - Planta de Tosco - Piso 0	Esc. 1/100

2_6.02 - Planta de Tosco - Piso -1	Esc. 1/100
2_6.03 - Planta de Tosco - Piso -2	Esc. 1/100
2_6.04 - Planta de Tosco - Piso 1	Esc. 1/100
2_6.05 - Planta de Tosco - Cobertura	Esc. 1/100
2_6.06 - Cortes de Tosco	Esc. 1/100
2_6.07 - Cortes de Tosco	Esc. 1/100
2_7.01 - Planta de Trabalho - Piso 0	Esc. 1/100
2_7.02 - Planta de Trabalho - Piso -1	Esc. 1/100
2_7.03 - Planta de Trabalho - Piso -2	Esc. 1/100
2_7.04 - Planta de Trabalho - Piso 1	Esc. 1/100
2_8.01 - Planta de Tetos - Piso 0	Esc. 1/100
2_8.02 - Planta de Tetos - Piso -1	Esc. 1/100
2_8.03 - Planta de Tetos - Piso -2	Esc. 1/100
2_8.04 - Planta de Tetos - Piso 1	Esc. 1/100
2_9.01 - Cortes Construtivos - Fachada	Esc. 1/20
2_9.02 - Pormenores Construtivos	Esc. 1/10
2_9.03 - Pormenores Construtivos	Esc. 1/10
2_9.04 - Pormenores Construtivos	Esc. 1/10
2_10.01 - Mapa de Vãos Exteriores	Esc. 1/50
2_10.02 - Mapa de Vãos Interiores	Esc. 1/50
2_11.01 – Mapa de Acabamentos	S/Esc.
2_12.01 - Projeto de Arranjos Exteriores	Esc. 1/100

2_13.01 - Projeto de Acessibilidades - Piso 0	Esc. 1/100
2_13.02 - Projeto de Acessibilidades - Piso -1	Esc. 1/100
2_13.03 - Projeto de Acessibilidades - Piso 1	Esc. 1/100

Cláusula 3ª - Lista de Quantidades e Preços Unitários

1 – Todos os elementos alusivos a Preços e Medições estarão incluídos na secção 1.5_Medições e Orçamentos deste Caderno de Encargos referente ao Projeto.

2 – O orçamento deve incluir todas as tarefas inerentes à execução dos respetivos trabalhos, bem como andaimes, plataformas, material de proteção, transporte para a obra e dentro da obra, cargas e descargas, fornecimento de telas finais, testes e ensaios e os custos do estaleiro.

Cláusula 4ª - Materiais e Técnicas de Execução

1 - Os materiais e técnicas de execução a utilizar na obra devem respeitar tudo aquilo que a seu respeito se refere nas especificações incluídas no ponto:

1.4_Condições Técnicas Especiais deste Caderno de Encargos.

2 – A execução dos diversos trabalhos deverão respeitar todas as peças desenhadas do projeto.

3 – Os elementos cuja qualidade não seja referenciada ou materiais cuja marca comercial ou características técnicas não seja referida no projeto deverão ser definidas pelo autor do projeto.

4 – Caso proposto, será permitida a alteração de marca dos materiais devendo os mesmos apresentar qualidade semelhante e deverão ser aprovados pelo autor do projeto e autoridades de fiscalização da obra.

5 – Todos os elementos, materiais ou processos construtivos que não estejam especificados no projeto deverão ser previamente discutidos e aprovados pelo autor do projeto e empreiteiro.

6 – Todos os elementos que não estejam especificamente definidos e que necessitem de especificações deverão ser definidos pelo autor do projeto e o empreiteiro mediante informações e notificações por escrito da empresa responsável pelo material.

7 – No final dos trabalhos, todos os elementos deverão ser limpos e apresentar um acabamento pretendido e em concordância com o projeto.

Cláusula 5ª - Implantação

1 - Sendo uma construção, a qual contempla a reabilitação e a ampliação, parte da implantação coincide com o seu local atual, e uma segunda parte definida com base nas peças desenhadas do projeto. Qualquer dúvida deverá ser discutida com o autor do projeto.

2 - A implantação da obra será feita pelo Empreiteiro, a partir dos elementos do projeto e de outros que eventualmente lhe venham a ser fornecidos pela Fiscalização.

Só depois da fiscalização se ter pronunciado por escrito poderá a implantação feita pelo Empreiteiro ser considerada definitiva, podendo então iniciar os trabalhos.

Cláusula 6ª - Estaleiro de Obra

A preparação, montagem e desmontagem do estaleiro para execução da obra deverá incluir as seguintes etapas:

- Montagem e desmontagem de máquinas;
- Montagem e desmontagem de instalações provisórias do pessoal, redes provisórias de abastecimento de águas, saneamento e eletricidade;
- Montagem e desmontagem de instalações provisórias da fiscalização;
- Vedação do recinto da obra, com tapume em madeira ou metálico pintado e estrutura em tubular revestido a tecido serapilheira ou similar, nos moldes impostos pela legislação e pelo dono de obra, de modo a oferecer a necessária privacidade da obra;
- Tomada de conhecimento, pelo empreiteiro, do estado atual das instalações, nomeadamente os acessos, já que se prevê que elas lhe serão entregues como se encontram, não sendo aceites reclamações do empreiteiro, baseadas na falta de conhecimento do estado atual do terreno, ou de quaisquer trabalhos a realizar, pelo que este deverá, no local, fazer os reconhecimentos ou levantamentos necessários à elaboração da sua proposta;
- Obtenção de todas as licenças e autorizações junto dos departamentos respetivos da Câmara Municipal, Serviços Municipalizados e outros;
- Eventuais indemnizações a terceiros por danos ou estragos provocados durante a realização dos trabalhos;
- Manutenção e garantia das condições de acessibilidade em todas as circunstâncias e durante o tempo que durar a obra;
- Colocação de placa com identificação do dono da obra, projetista, empreiteiro e demais elementos exigidos pelas autoridades respetivas.
- Todos os demais trabalhos preparatórios necessários que se tornem indispensáveis para o correto cumprimento do objetivo da empreitada;
- Apresentação, no início dos trabalhos e no prazo máximo de quinze dias de todas as amostras dos materiais a aplicar;

- Toda e qualquer alteração, adaptação ou alternativa ao projeto não poderá ser executada pelo empreiteiro sem o acordo prévio e por escrito com o autor do projeto;
- Durante o período de execução da obra, o empreiteiro será responsável pela manutenção e conservação de todos os percursos alternativos, de acordo com as indicações dos serviços competentes;
- O empreiteiro será responsável pelo fornecimento de meios, equipamentos e quaisquer outros elementos que sejam solicitados pela fiscalização, nomeadamente instalações, equipamento informático, material de escritório e de comunicações, consumíveis, cobertura fotográfica, e ou vídeo, entre outros;
- O empreiteiro deve cumprir na íntegra o estipulado no Plano de Segurança e Saúde e Plano de Gestão Ambiental.

Cláusula 7ª - Amostras e Modelos

- 1 - Durante o desenvolvimento da obra, será necessário, numa fase prévia a sua aplicação, elaborar amostras e modelos de todos os materiais, acabamentos e elementos de construção (Carpintarias, armaduras de iluminação, pinturas, rebocos, etc.) a utilizar. Todos os modelos e amostras devem ser aprovados pelas autoridades competentes.
- 2 - As diversas amostras e modelos deverão ser à escala natural e deverão ser testadas de forma a perceber o seu comportamento. Os diversos testes e opções deverão ser aprovados por escrito e em seguida comunicados ao empreiteiro que não poderá iniciar qualquer trabalho antes da aprovação final.
- 3 - Quando o dono da obra tiver dúvidas sobre a qualidade dos trabalhos, pode tornar obrigatória a realização de quaisquer outros ensaios além dos previstos, acordando previamente, se necessário, com o empreiteiro sobre as regras de decisão a adotar.

4 - Se os resultados dos ensaios referidos no número anterior não se mostrarem insatisfatórios e as deficiências encontradas forem da responsabilidade do empreiteiro, as despesas com os mesmos ensaios e com a reparação daquelas deficiências ficarão a seu cargo, sendo, no caso contrário, de conta do dono da obra.

Capítulo 02 - Obrigações do Empreiteiro

Cláusula 8ª - Preparação e planeamento da execução da obra

1 – O empreiteiro é o responsável:

a) Pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos da empreitada, ainda que em caso de subcontratação, bem como pela preparação, planeamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação, em geral, das normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho vigentes e, em particular, das medidas consignadas no Plano de Segurança e Saúde e no plano de prevenção e gestão de resíduos de construção, escavação e demolição;

b) Perante as entidades fiscalizadoras, pela preparação, planeamento e coordenação dos trabalhos necessários à aplicação das medidas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho em vigor.

c) Por todas as licenças, aprovações, certificações e contactos necessários à entrada em funcionamento de todas as instalações integradas na obra. Antes da entrada em funcionamento, todos os elementos deverão ser inspecionados pela fiscalização da obra.

2 – A disponibilização e o fornecimento de todos os meios necessários para a realização da obra e dos trabalhos preparatórios ou acessórios, incluindo os materiais e os meios humanos, técnicos e equipamentos, compete ao empreiteiro.

3 – O empreiteiro realiza todos os trabalhos que, pela sua natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução da obra.

Cláusula 9ª - Prazo de Execução da Empreitada

- 1 – O prazo de execução será especificado na calendarização da obra.
- 2 – A execução dos trabalhos inicia-se no prazo de 30 dias após a data da celebração do Contrato.
- 3 - A requerimento do empreiteiro, devidamente fundamentado, o dono da obra poderá conceder uma prorrogação do prazo global ou dos prazos parciais de execução da empreitada.
- 4 - O requerimento previsto na cláusula anterior deverá ser acompanhado dos novos planos de trabalhos e de pagamentos, com indicação, em pormenor, das quantidades de mão-de-obra e do equipamento necessário ao seu cumprimento.
- 5 – Quando haja lugar à execução de trabalhos a mais, o prazo de execução da obra é proporcionalmente prorrogado segundo os seguintes termos:
 - a) Tratando-se de trabalhos da mesma espécie de outros previstos no contrato e a executar em condições semelhantes, são aplicáveis os prazos parciais de execução previstos no plano de trabalhos para essa espécie de trabalhos;
 - b) Tratando-se de trabalhos de espécie diferente ou da mesma espécie de outros previstos no contrato mas a executar em condições diferentes, deve o empreiteiro apresentar uma proposta de prazo de execução no prazo de 10 dias a contar da data da notificação da ordem de execução dos mesmos.

Cláusula 10ª - Condições Gerais de Execução dos Trabalhos

- 1 - A obra deve ser executada de acordo com as regras da arte e em perfeita conformidade com o projeto, com este Caderno de Encargos, medições e orçamento, peças desenhadas e outras peças contratualmente estipuladas, de modo a assegurarem-se as características de resistência, durabilidade e funcionamento especificadas nos mesmos documentos.
- 2 – Os trabalhos incluídos correspondem a totalidade da qualificação da empresa instaladora, logo, deve ser incluído na proposta todos os materiais

e respetivos acessório, mão-de-obra, meios auxiliares e todos os elementos necessários à instalação, de forma que o resultado final apresente as características descritas na Memória Descritiva, Condições Técnicas Especiais e Peças desenhadas.

3 - Relativamente às técnicas construtivas a adotar, fica o empreiteiro obrigado a seguir, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar, o conjunto de prescrições técnicas definidas nos termos da Cláusula 2ª.

4 - O empreiteiro pode propor ao dono da obra a substituição dos métodos e técnicas de construção ou dos materiais previstos neste caderno de encargos e no projeto por outros que considere mais adequados, sem prejuízo da obtenção das características finais especificadas para a obra e apresentando por escrito as alterações propostas e uma proposta em desenho. As propostas deverão ser aprovadas pelo autor do projeto.

5 – É da responsabilidade da empresa instaladora a execução da instalação dos diversos elementos, incluindo o termo de responsabilidade para a execução dos trabalhos, assim como a colocação em funcionamento e a entrega de manuais sumários de instruções.

6 – A empresa instaladora irá colaborar com os diversos colaboradores de forma que exista uma boa colaboração entre as várias diversas entidades responsáveis pelas várias instalações.

Cláusula 11ª - Erros ou Omissões do Projeto e de Outros Documentos

1 - O empreiteiro deve comunicar ao diretor de fiscalização da obra quaisquer erros ou omissões dos elementos da solução da obra por que se rege a execução dos trabalhos, bem como das ordens, avisos e notificações recebidas.

2 - O empreiteiro tem a obrigação de executar todos os trabalhos de suprimento de erros e omissões que lhe sejam ordenados pelo autor do projeto, o qual deve entregar ao empreiteiro todos os elementos necessários para esse efeito.

4 - O autor do projeto é responsável pelos trabalhos de correção dos erros e omissões resultantes dos elementos que tenham sido por si elaborados.

Cláusula 12ª - Menções Obrigatórias no Local dos Trabalhos

1 - Sem prejuízo do cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em vigor, o empreiteiro deve afixar no local de trabalho, de forma visível, a identificação da obra, do dono da obra, do empreiteiro, entre outros.

2 – O empreiteiro deve ter patente no local da obra, em bom estado de conservação, o livro de registo da obra e um exemplar do projeto, do caderno de encargos, do clausulado contratual e dos demais documentos a respeitar na execução da empreitada, com as alterações que neles hajam sido introduzidas.

3 – O empreiteiro obriga-se também a ter patente no local da obra o horário de trabalho em vigor, bem como a manter à disposição de todos os interessados o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis.

4 – No estaleiro de apoio da obra devem igualmente estar patentes os elementos do projeto respeitantes aos trabalhos aí em curso.

Cláusula 13ª - Obrigações Gerais

1 - São da exclusiva responsabilidade do empreiteiro as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução da empreitada, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.

2 - O empreiteiro deve manter a boa ordem no local dos trabalhos, devendo retirar do local, por sua iniciativa ou imediatamente após ordem do dono da obra, o pessoal que haja tido comportamento perturbador dos trabalhos, designadamente por menor probidade no desempenho dos respetivos deveres, por indisciplina ou por desrespeito de representantes ou agentes do dono da obra, do empreiteiro, dos subempreiteiros ou de terceiros.

3 – A assistência ao pessoal será da responsabilidade do empreiteiro, assim como todos os encargos resultantes da aplicação das leis de segurança, em particular a secção referente ao Seguro de Trabalho.

4 – O empreiteiro devera prestar a assistência necessária ao pessoal vítima de qualquer acidente ocorrido no local de trabalho.

5 - As quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra aplicada na empreitada deverão estar de acordo com as necessidades dos trabalhos, tendo em conta o respetivo plano.

6 – É da responsabilidade do empreiteiro o cumprimento da legislação em vigor sobre Trabalho, Segurança Social, Seguros, Salários, entre outros, referentes ao pessoal relacionado com a obra.

Cláusula 14ª - Segurança, higiene e saúde no trabalho

1 - O empreiteiro fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, ocorrendo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.

2 - O empreiteiro é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na obra e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.

3 - Em caso de negligência do empreiteiro no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, o diretor da fiscalização da obra pode tomar, as providências que se revelem necessárias.

4 - Antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o diretor da fiscalização da obra o exija, o empreiteiro apresenta apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra.

5 - O empreiteiro responde a qualquer momento, perante o diretor da fiscalização da obra, pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal empregado na obra.

Capítulo 03 - Obrigações do Promotor ou Dono da Obra

Cláusula 15ª - Preço e Condições de Pagamento

1 – Deverá ser realizada pelo dono da obra ao construtor o pagamento de uma quantia inicial acordada no contrato de forma a iniciar os trabalhos.

2 – Em princípio, os pagamentos a efetuar pelo dono da obra têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais.

3 – Em regra, os pagamentos são efetuados no prazo de 30 dias, com o limite máximo de 60 dias, após a apresentação da respetiva factura.

4 – As faturas e os respetivos autos de medição são elaborados de acordo com o modelo e respetivas instruções fornecidas pelo diretor da fiscalização da obra.

5 – No caso de falta de apresentação de alguma fatura em virtude de divergências entre o diretor da fiscalização da obra e o empreiteiro quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a fatura ao empreiteiro, para que este elabore uma fatura com os valores aceites pelo diretor da fiscalização da obra e uma outra com os valores por este não aprovados.

6 - O pagamento dos trabalhos a mais e dos trabalhos de suprimento de erros e omissões é feito nos termos previstos nos números anteriores, mas com base nos preços que lhes forem, em cada caso, especificamente aplicáveis.

Capítulo 04 - Representação das Partes e Controlo da Execução

Cláusula 16ª - Representação do Empreiteiro

1 - O empreiteiro poderá, sob reserva de aceitação pelo dono da obra, confiar a direção técnica da empreitada a um diretor de obra com a qualificação mínima de Engenheiro Técnico.

2 - Após a assinatura do contrato, o empreiteiro confirmará, por escrito, o nome do diretor da obra, indicando a sua qualificação técnica. Esta informação será acompanhada por uma declaração subscrita pelo técnico designado, assumindo a responsabilidade pela direção técnica da obra e comprometendo-se a desempenhar essa função com competência e assiduidade.

3 - O diretor técnico da empreitada deverá acompanhar assiduamente os trabalhos e estar presente no local da obra sempre que para tal seja convocado.

5 - O dono da obra poderá impor a substituição do diretor técnico da empreitada, devendo a ordem respetiva ser fundamentada por escrito.

6 - O empreiteiro ou o seu representante permanecerá no local da obra durante a sua execução, devendo estar habilitado a responder perante o diretor da fiscalização da obra sobre o desenvolvimento dos trabalhos.

Cláusula 17ª - Representação do Dono da Obra

1 - Durante a execução, o dono da obra é representado por um diretor de fiscalização da obra, salvo nas matérias que, em virtude da lei ou de estipulação distinta no Caderno de Encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.

2 - O dono da obra notifica o empreiteiro da identidade do diretor de fiscalização da obra que designe para a fiscalização local dos trabalhos, até à data da consignação ou da primeira consignação parcial.

3 - O diretor de fiscalização da obra tem poderes de representação do dono da obra em todas as matérias relevantes para a execução dos trabalhos, nomeadamente para resolver todas as questões que lhe sejam postas pelo empreiteiro nesse âmbito, excetuando as matérias de modificação, resolução ou revogação do Contrato.

Cláusula 18ª - Livro de registo de obra

1 - O empreiteiro deverá organizar um registo da obra, em livro adequado, com as folhas numeradas e rubricadas por si e pelo diretor da fiscalização da obra, contendo uma informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos.

3 - O livro de registo ficará patente no local da obra, ao cuidado do diretor da obra, que o deverá apresentar sempre que solicitado pelo diretor da fiscalização da obra ou por entidades oficiais com jurisdição sobre os trabalhos.

Capítulo 05 - Receção e Liquidação da Obra

Cláusula 19ª - Inspeções

1 – O Autor do Projeto, Dono de Obra e Entidade Fiscalizadora poderão realizar inspeções que se considerem necessárias na obra, fábrica ou laboratório, nos quais sejam executados trabalhos relacionados com a obra em curso.

2 – A verificação da qualidade e comportamento dos diversos materiais a utilizar pode necessitar a deslocação dos responsáveis (Autor do Projeto, Fiscalização, entre outros) fora do recinto da obra sendo a deslocação da responsabilidade da empresa instaladora responsável pelo material.

Cláusula 20ª - Receção Provisória

1 – A receção provisória da obra depende da realização de vistoria, que deve ser efetuada logo após a conclusão do total ou parte da obra, mediante solicitação do empreiteiro ou por iniciativa do dono da obra, tendo em conta o termo final do prazo total ou dos prazos parciais de execução da obra.

2 – Na eventualidade de serem identificados defeitos da obra que impeçam a sua receção provisória, esta é efetuada relativamente a toda a extensão da obra que não seja objeto de deficiência.

3 – O procedimento de receção provisória deverá obedecer a normativa em vigor.

Cláusula 21ª - Prazo de Garantia

1 - O prazo de garantia pode variar de acordo com o defeito da obra, nos seguintes termos:

- a) 10 anos, no caso de defeitos relativos a elementos construtivos estruturais;
- b) 5 anos, no caso de defeitos relacionados com os elementos construtivos não estruturais ou a instalações técnicas;
- c) 2 anos, no caso de defeitos relacionados com os equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis.

2 - Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra.

3 - Durante o prazo de garantia, o empreiteiro é obrigado a fazer, à sua custa, as substituições de materiais ou equipamentos e a executar todos os trabalhos de que sejam indispensáveis para assegurar a perfeição e o uso normal da obra.

4 – Não serão incluídos na garantia, os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.

Cláusula 22ª - Receção Definitiva

1 – No final dos prazos de garantia previstos na cláusula anterior, é realizada uma nova vistoria à obra para efeitos de receção definitiva.

2 – Se a vistoria referida no número um permitir verificar que a obra se encontra em boas condições de funcionamento, esta será definitivamente recebida.

3 – A receção definitiva depende da verificação cumulativa dos seguintes pressupostos:

a) Funcionalidade regular, no termo do período de garantia, em condições normais de exploração, operação ou utilização da obra e respetivos equipamentos, de forma que cumpram todas as exigências contratualmente previstas;

b) Cumprimento, pelo empreiteiro, de todas as obrigações decorrentes do período de garantia relativamente à totalidade ou à parte da obra a receber.

4 – No caso da vistoria referida no nº 1 permitir detetar deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez, da responsabilidade do empreiteiro, ou a não verificação dos pressupostos previstos no número anterior, o dono da obra fixa o prazo para a sua correção dos problemas detetados por parte do empreiteiro, findo o qual será fixado o prazo para a realização de uma nova vistoria.

Capítulo 06 - Disposições Finais

Cláusula 23ª - Deveres de Informação

1 – Cada uma das partes deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do Contrato.

2 – Os diversos intervenientes devem avisar de imediato os restantes organismos responsáveis de qualquer circunstância que previsivelmente impeça o cumprimento de qualquer uma das suas obrigações.

Cláusula 24ª - Subcontratação e Cessão da Posição Contratual

1 – O empreiteiro pode subcontratar as entidades identificadas na proposta adjudicada, desde que se encontrem cumpridos os requisitos necessários.

2 - Todos os subcontratos devem ser celebrados por escrito e conter os elementos previstos na legislação em vigor, devendo ser especificados os trabalhos a realizar.

3 - O empreiteiro obriga-se a tomar as providências indicadas pelo diretor da fiscalização da obra para que este, em qualquer momento, possa distinguir o pessoal do empreiteiro do pessoal dos subempreiteiros presentes na obra.

4 – No prazo de cinco dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, o empreiteiro deve, comunicar por escrito o facto ao dono da obra, remetendo-lhe cópia do contrato em causa.

5 - A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do empreiteiro, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a subempreiteiros.

Cláusula 25ª - Legislação Aplicável

Todos os elementos previstos no Caderno de Encargos deverão respeitar e aplicar a Legislação em vigor nas diferentes especialidades e deverão reger-se pelos princípios da boa prática profissional.

1.4 – Condições Técnicas Especiais

1 – Projeto de Execução

1.1 – Trabalhos Preparatórios

1.1.1 - Demolições

1.1.2 - Abate de árvores e remoção de arbustos

1.1.3 - Montagem, utilização e desmontagem do estaleiro

1.1.4 - Vedação do local da obra

1.1.5 - Implementação do PSS

1.1.6 - Implementação do PPGRCD

1.1.7 - Execução de telas finais de todas as redes e infraestruturas

1.1.8 - Limpeza geral das áreas de intervenção e áreas de estaleiro

1.1.9 - Limpeza geral do edifício após a conclusão dos trabalhos

1.1.1 - Demolições

I – CRITÉRIO DE MEDIÇÃO.

Medição por valor global (vg).

II – DESCRIÇÃO DO ARTIGO

Encontram-se compreendidos no preço deste artigo todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se de entre os trabalhos e fornecimentos a efetuar, os que abaixo se indicam:

- Demolição de muros ou de quaisquer outros elementos existentes no terreno;
- Carga, transporte, descarga e depósito dos resíduos a destino autorizado e eventuais taxas de deposição por descarga;
- Aterro dos vazios remanescentes com material proveniente das escavações em obra.

III - CONDIÇÕES TÉCNICAS

Entre as várias condições a que deve obedecer o trabalho indicado neste artigo mencionam-se, como merecendo referência especial, as seguintes:

- Os trabalhos de demolição deverão cumprir todas as normas de segurança em vigor, nomeadamente a legislação ambiental;
- O transporte dos resíduos das demolições deverá ser feito por tipo de material e acompanhado de guia de transporte com a descrição completa dos materiais transportados e respetivas quantidades;
- Deverá ser feita a separação de resíduos produzidos nesta tarefa;

1.1.2 – Abate e Remoção de Árvores

I – Critério de medição.

Medição por valor global (vg).

II – Descrição do artigo

Encontram-se compreendidos no preço deste artigo todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se de entre os trabalhos e fornecimentos a efetuar, os que abaixo se indicam:

- Arranque das raízes;
- Aterro dos vazios remanescentes com material proveniente das escavações em obra;
- Carga, transporte, descarga e depósito dos resíduos a destino autorizado e eventuais taxas de deposição por descarga.

III - Condições técnicas

Entre as várias condições a que deve obedecer o trabalho indicado neste artigo mencionam-se, como merecendo referência especial, as seguintes:

- A remoção das árvores deverá ser executado por pessoal credenciado para a execução deste tipo de tarefas;
- Serão tomadas todas as providências para evitar a danificação de quaisquer construções, mobiliário ou qualquer outro elemento existente;
- Num círculo de raio igual à altura da árvore;
- Deverá ser feita a separação de resíduos produzidos nesta tarefa;
- A remoção das árvores deverá ser feita segundo a orientação dos projetistas.

1.1.3 – Montagem, Utilização e Desmontagem do Estaleiro

I – Critério de medição

Medição por valor global (vg).

II – Descrição do artigo

Encontram-se compreendidos no preço deste artigo todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se de entre os trabalhos e fornecimentos a efetuar, os que abaixo se indicam:

- Instalações para o pessoal de acordo com a legislação em vigor, dispondo de vestiários equipados com armários individuais, chuveiros e instalações sanitárias;
- Instalações para a fiscalização equipadas com secretária, cadeira regulável, mesa de reuniões para 6 pessoas com cadeiras, estante com arquivador A4, instalação sanitária e climatização;
- Redes provisórias de eletricidade, água potável e esgotos, ligadas às redes públicas de eletricidade, abastecimento de água e saneamento;
- Custos das ligações de energia elétrica, telefones, água e esgotos;
- Custos de energia elétrica, telefones, água e taxas de esgotos;
- Vedação do estaleiro com chapa metálica, incluindo prumos e respetiva fundação, portas de homem, portas para máquinas e viaturas e sinalização vertical;

Gestão de máquinas, ferramentas, andaimes, pranchas e todos os equipamentos a utilizar em obra, sendo o respetivo custo direto e indireto afetado aos preços unitários dos trabalhos em que intervenham;

1.1.4 – Vedação do Local da Obra

I – Critério de medição

Medição por valor global (vg).

II – Descrição do artigo

Encontram-se compreendidos no preço deste artigo todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se de entre os trabalhos e fornecimentos a efetuar, os que abaixo se indicam:

- O local da obra será vedado por rede ou chapa metálica intransponível a pessoas estranhas à obra;

- A barreira visual deverá ser assegurada pela colocação de tela de malha plástica (rede verde);
- Os acessos ao estaleiro deverão ser assegurados por portões da altura da vedação, dotados de chave;
- Os locais de acesso ao estaleiro deverão ser assinalados;
- Os acessos ao estaleiro deverão ser controlados e condicionados ao pessoal afeto à obra;
- As visitas deverão ser sempre acompanhadas e equipadas com os EPI.

1.1.5 – Implementação em Obra do Plano de Segurança e Saúde

I – Critérios de medição

Medição por valor global (vg).

II – Descrição do artigo

Implementação em obra do plano de segurança e saúde tendo em conta o conjunto de normas e procedimentos que visam a proteção da integridade física e mental do trabalhador, preservando-o dos riscos de saúde inerentes às tarefas do cargo e ambiente físico onde são executadas, e também a segurança do local da obra, da sua envolvente e dos acessos e servidões.

1.1.6 – Implementação em Obra do Plano de Prevenção e Gestão dos Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD)

I – Critério de medição

Medição por valor global (vg).

II – Descrição do artigo

Implementação em obra do Plano de Prevenção e Gestão dos Resíduos da Construção e Demolição com vista ao cumprimento do Decreto-Lei Nº.

46/2008, de 12 de Março, e ainda do Decreto-Lei Nº. 178/2006, de 5 de Setembro, com redação dada pelas posteriores atualizações.

1.1.7 – Execução de Telas Finais de Todas as Redes e Infraestruturas

I – Critério de medição

Medição por valor global (vg).

II – Descrição do artigo

Encontram-se compreendidos no preço deste artigo todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se de entre os trabalhos e fornecimentos a efetuar, os que abaixo se indicam:

- Desenho de telas finais de arquitetura e das infraestruturas do interior do limite da intervenção (Arquitetura, rede elétrica; redes de águas, esgotos e pluviais; rede de abastecimento de gás; redes de rega, etc.);
- Desenho das telas finais de arquitetura dos edifícios;
- Desenho das telas finais da rede de drenagem de águas residuais pluviais dos edifícios, executada;
- Desenho das telas finais da rede de abastecimento de água potável;
- Desenho das telas finais da rede de drenagem de águas residuais domésticas dos edifícios, executada;
- Desenho das telas finais da instalação elétrica;
- Desenho das telas finais da instalação de telecomunicações e rede estruturada;
- Desenho das telas finais da instalação de gás;
- Desenho das telas finais das instalações de AVAC;
- Fornecimento de um exemplar em formato papel e um exemplar em formato digital (DWG) de todas as telas finais.

1.1.8 – Limpeza Geral das Áreas de Intervenção e Áreas de Estaleiro

I – Critério de medição

Mediação por valor global.

II – Descrição do artigo

Encontram-se compreendidos no preço deste artigo todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se de entre os trabalhos e fornecimentos a efetuar, os que abaixo se indicam:

- Limpeza geral de toda a área da obra após a conclusão dos trabalhos, incluindo lavagem, se necessária;
- Limpeza geral das áreas envolventes à obra utilizadas na execução dos trabalhos;
- Pagamento de eventuais danos causados a terceiros;
- Manutenção da limpeza das áreas da obra ou áreas anexas que mantenham servidão durante a execução dos trabalhos;
- Limpeza e arrumação do estaleiro durante o período de execução da obra.

1.1.9 – Limpeza Geral dos Edifícios Após a Conclusão dos Trabalhos

I – Critério de mediação

Mediação por valor global.

II – Descrição do artigo

Encontram-se compreendidos no preço deste artigo todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se de entre os trabalhos e fornecimentos a efetuar, os que abaixo se indicam:

- Limpeza geral de toda a área exterior da obra após a conclusão dos trabalhos, incluindo a lavagem se necessária;

- Limpeza geral de todo o interior devendo o edifício ficar pronto a utilizar;
- Tratamento de todas as superfícies vinílicas com produtos indicados pelo fornecedor do material;
- Tratamento de limpeza e impermeabilização de pedras naturais;
- Tratamento e limpeza de todos os paramentos de betão aparente;
- Formação do pessoal auxiliar no que concerne à limpeza e manutenção dos diversos materiais de revestimento.

1.2 – Paredes

1.2.1 – Paredes exteriores

1.2.1.1 - Parede exterior autoportante em betão armado com 20 cm de espessura

1.2.1.2 - Parede exterior preexistente de alvenaria de pedra

1.2.2 – Paredes interiores

1.2.2.1 - Paredes interiores em placa de gesso cartonado liso do tipo “Knauf” ou equivalente em paredes divisórias

1.2.2.2 - Paredes interiores em placa de gesso cartonado Hidrófugo do tipo “Knauf” ou equivalente em paredes divisórias

1.2.2.3 - Paredes interiores em placa de gesso cartonado liso do tipo “Knauf” ou equivalente em paredes periféricas

1.2.2.4 - Paredes interiores em placa de gesso cartonado Hidrófugo do tipo “Knauf” ou equivalente em paredes periféricas

1.2.2.5 – Paredes de alvenaria interior de tijolo de 30x20x11

1.2.1 – Paredes exteriores

1.2.1.1 - Parede exterior autoportante em betão armado com 20 cm de espessura

I – Critério de mediação

Mediação por m3

II – Descrição do artigo

Serão utilizados o aço A400 e o betão C20/25 (B25).

O aço deve ter textura homogénea, grão fino, não quebradiço, isento de zincagens, pintura argilas, óleo, com ferrugem solta e apresentar as demais características exigidas pelo Regulamento de Estruturas de Betão Armado e Pré-Esforçado (R.E.B.A.P.) e pelo Euro código 2 para um aço desta classe.

Na fabricação do betão o cimento a empregar será tipo Portland. As características mínimas de resistência, qualidade e condição de fornecimento devem obedecer ao estipulado no R.E.B.A.P. A areia e o godo a empregar serão de natureza siliciosa ou quartzosa, de grão seco, anguloso e áspero ao tato, isenta de órgão decomposto, de partículas de argila e areia ferruginosa, mica, sal marinho, matérias orgânicas ou outras estranhas, sendo de preferência de ribeira.

A brita a empregar será de granito escolhido entre o mais duro, apresentar arestas vivas e faces de fraturas recentes, não ter forma lamelar, não ter matérias estranhas aderentes, ser limpa de terras.

A água a empregar será limpa, isenta de óleos, ácidos, alcalis, sal marinho, substâncias orgânicas e qualquer outras impurezas.

III- Condições técnicas

A fabricação do betão é da responsabilidade do empreiteiro, podendo este utilizar betão pronto ou fabricá-lo em obra. De qualquer modo este deverá sempre ter as características exigidas pelo Regulamento de Estruturas de

Betão Armado e Pré-Esforçado (R.E.B.A.P.) e pelo Eurocódigo 2 para um betão da classe C20/25 (B25).

Para se certificar da qualidade do betão utilizado o empreiteiro deve realizar, ou mandar realizar, ensaios que permitam verificar as características do mesmo. Estes ensaios podem também ser pedidos pelo técnico responsável em qualquer altura da betonagem.

RECOBRIMENTO DAS ARMADURAS

O recobrimento das armaduras nunca poderá ser inferior ao estipulado no projeto, de modo a assegurar a transmissão de forças de aderência, impedir o destaque do betão e assegurara a proteção das armaduras contra fogo e corrosão.

Para tal deve o empreiteiro tomar as providências necessárias.

CURVATURAS ADMISSÍVEIS

Deve o empreiteiro respeitar, na dobragem dos varões, as prescrições para os raios mínimos de curvatura presentes no R.E.B.A.P. Deve observar ainda as indicações do autor do projeto.

AMARRAÇÕES DOS VARÕES

Com vista à adequada transmissão das forças internas a que os varões estão sujeitos, de modo a não ocorrer fendilhação ou destacamento do betão deve o empreiteiro utilizar os comprimentos de amarração referidos no projeto bem como observar as indicações do projetista.

As extremidades dos varões devem ser retas.

EMENDAS DOS VARÕES

Com vista à adequada transmissão das forças de um varão ao seguinte, garantir que a largura das fendas não atinja valores significativos nas extremidades das emendas e evitar o destacamento do betão na zona das

emendas deve o empreiteiro considerar os comprimentos de sobreposição referidos R.E.B.A.P.

As emendas terão que ser desfasadas e não deverão localizar-se em zonas de tensões elevadas.

Devem dispor-se, em qualquer secção, tais sobreposições de forma simétrica e paralela à face exterior de cada elemento. As extremidades dos varões devem ser retas.

BETONAGENS E DESCOFRAGENS

Não poderá proceder-se a qualquer betonagem e descofragem, sem a prévia autorização da fiscalização ou do autor do projeto.

Todos os elementos deverão ser vibrados mecanicamente, não sendo permitida a interrupção da betonagem durante a execução de qualquer elemento.

Não poderão ser executadas betonagens de quaisquer elementos, sem que o autor do projeto ou da fiscalização verifique a estabilidade das cofragens, os seus apoios, a posição e conformidade das armaduras com o projeto.

Antes de cada betonagem o empreiteiro deverá assegurar-se dos traçados das canalizações para todas as instalações do edifício - aquecimento, esgotos, águas, eletricidade e telefones - a fim de prever nos moldes os furos e rasgos convenientes de modo evitar o rasgamento posterior dos elementos estruturais.

COFRAGENS

As cofragens serão metálicas e estanques. Devem também ser reforçadas de modo a permitir a vibração do betão.

Todos os cavaletes de montagem, assim como os prumos das cofragens das lajes e das vigas devem ser equipados com dispositivos que permitam fazer o descimbramento sem pancadas nem vibrações.

A execução das cofragens e seus apoios, deverão ser capazes de resistir às cargas a que vão ser submetidas, bem como deixar o betão com perfeito acabamento após descofragem.

Os elementos estruturais apenas deverão ser descofrados após autorização do autor do projeto ou da fiscalização.

CARREGAMENTO DA ESTRUTURA

Apenas será permitida a colocação de cargas sobre a estrutura quando tiver decorrido o tempo suficiente após a betonagem e mediante autorização do técnico responsável.

1.2.1.2 - Parede exterior preexistente de alvenaria de pedra

I – Critério de mediação

Mediação por m³

II – Descrição do artigo

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à boa execução e aplicação de pedra natural cuja natureza, dimensões de desmonte, serra e corte, acabamentos das superfícies, formas de aplicação das pedras, desenhos de conjunto e de pormenor se encontram definidos neste Caderno de Encargos e desenhos do projeto, salientando-se os abaixo indicados:

- O fornecimento da pedra conforme pormenores do projeto;
- O seu assentamento;
- Os cortes e remates necessários;
- A proteção da contra face de forma a evitar o aparecimento de manchas na face vista;
- A proteção das cantarias assentes, durante o curso da obra;
- A limpeza e acabamento final das pedras.

III- Condições técnicas

- Entre as condições a que deve obedecer o trabalho referido neste artigo, mencionam-se, como referência especial, as seguintes:
- As pedras naturais a empregar em cantarias deverão ser sempre de boa qualidade, isentas de tacos, falhas, betumes, manchas ou qualquer outro defeito;

- Todas as peças lineares de comprimento inferior a 1,50m serão executadas numa só peça;
- Todas as peças cuja tonalidade ou qualidade possam ser alteradas por Ação das argamassas ou outros agentes, deverão ser convenientemente imunizadas, apresentando o empreiteiro documento de garantia do produto que irá utilizar na sua proteção;
- Antes de aplicar a pedra, o leito onde irá assentar será picado e limpo de todas as areias e impurezas, e ficará perfeitamente desempenado;
- As pedras serão assentes com cola acrílica apropriada certificada por laboratório credenciado, sobre superfície regularizada e desempenada executada com argamassa de cimento e areia;
- Antes da aplicação da argamassa, o leito será convenientemente lavado, devendo esta ser aplicada enquanto a superfície se encontrar húmida;
- As juntas de assentamento serão tomadas com aguada de cimento. Quando as cantarias servirem de piso de utilização, serão convenientemente protegidas, em especial as arestas, para que não se deteriore durante a execução dos restantes trabalhos.
- Os cortes e desbastes efetuados em obra serão executados por processos e com recurso a equipamentos que não alterem a sua função.

1.2.2 – Paredes interiores

1.2.2.1 - Paredes interiores em placa de gesso cartonado liso do tipo “Knauf” ou equivalente em paredes divisórias

I- Critério de medição

Medição por metro quadrado, m2.

II- Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- O fornecimento e assentamento da estrutura dupla de perfilados de chapa galvanizados;

- O fornecimento e assentamento das placas de gesso cartonado normal ou hidrófugo em zonas húmidas;
- Parafusos para a fixação da estrutura metálica em aço inox;
- Perfilados metálicos para remate de todos os ângulos salientes, topos, rasgos ou quaisquer arestas aparentes;
- Fornecimento e aplicação de isolamento acústico em placas de lã de rocha de 70Kg/m³;
- Fornecimento e aplicação de atenuadores acústicos em todas as ligações à estrutura ou elementos de alvenaria;
- Fornecimento e colocação de fitas de junta;
- Fornecimento e aplicação de massas de colagem e regularização;
- Tratamento de todas as juntas de modo a formarem plano com o restante teto;
- Barramento geral das superfícies de modo a garantir planos lisos e uniformes para pintar.

III- Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

As placas de gesso cartonado serão do tipo “knauf” ou equivalente, de 12.5mm de espessura, 1 por face, fixas para a estrutura metálica com parafusos da mesma marca.

A estrutura será dupla, uma para cada face.

O isolamento será contínuo.

As juntas serão preenchidas com massas e fita de papel do sistema, não sendo admitida a utilização de produtos de marcas ou de sistemas diferentes.

Nos remates, rasgos, ângulos salientes ou quaisquer arestas e ligações com outros elementos da construção serão utilizados perfilados em chapa zincada, do sistema.

O barramento da superfície será executado na sua totalidade e não só nas juntas.

Serão cumpridas todas as especificações do fabricante do sistema.

Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

No caso de não existir DH ou ETA do sistema o dossier técnico deve ainda incluir documentação técnica dos vários componentes do sistema.

A documentação dos componentes deve permitir avaliar também o aspeto visual (nomeadamente cor e textura) das opções de acabamento final.

Caso o sistema proposto necessite de manutenção dentro do prazo de garantia (5 anos), os procedimentos de manutenção durante esse período serão da responsabilidade do fornecedor do sistema.

1.2.2.2 - Paredes interiores em placa de gesso cartonado hidrófugo do tipo “Knauf” ou equivalente em paredes divisórias

I- Critério de medição

Medição por metro quadrado, m2.

II- Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- O fornecimento e assentamento da estrutura dupla de perfilados de chapa galvanizados;
- O fornecimento e assentamento das placas de gesso cartonado normal ou hidrófugo em zonas húmidas;
- Parafusos para a fixação da estrutura metálica em aço inox;
- Perfilados metálicos para remate de todos os ângulos salientes, topos, rasgos ou quaisquer arestas aparentes;
- Fornecimento e aplicação de isolamento acústico em placas de lã de rocha de 70Kg/m3;
- Fornecimento e aplicação de atenuadores acústicos em todas as ligações à estrutura ou elementos de alvenaria;
- Fornecimento e colocação de fitas de junta;
- Fornecimento e aplicação de massas de colagem e regularização;

- Tratamento de todas as juntas de modo a formarem plano com o restante teto;
- Barramento geral das superfícies de modo a garantir planos lisos e uniformes para pintar.

III- Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

As placas de gesso cartonado serão do tipo “knauf” ou equivalente, de 12.5mm de espessura, 1 por face, fixas para a estrutura metálica com parafusos da mesma marca.

A estrutura será dupla, uma para cada face.

O isolamento será contínuo.

As juntas serão preenchidas com massas e fita de papel do sistema, não sendo admitida a utilização de produtos de marcas ou de sistemas diferentes.

Nos remates, rasgos, ângulos salientes ou quaisquer arestas e ligações com outros elementos da construção serão utilizados perfilados em chapa zincada, do sistema.

O barramento da superfície será executado na sua totalidade e não só nas juntas.

Serão cumpridas todas as especificações do fabricante do sistema.

Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

No caso de não existir DH ou ETA do sistema o dossier técnico deve ainda incluir documentação técnica dos vários componentes do sistema.

A documentação dos componentes deve permitir avaliar também o aspeto visual (nomeadamente cor e textura) das opções de acabamento final.

Caso o sistema proposto necessite de manutenção dentro do prazo de garantia (5 anos), os procedimentos de manutenção durante esse período

serão da responsabilidade do fornecedor do sistema.

1.2.2.3 - Paredes interiores em placa de gesso cartonado liso do tipo “Knauf” ou equivalente em paredes periféricas

I- Critério de medição

Medição por metro quadrado, m2.

II- Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- O fornecimento e assentamento da estrutura dupla de perfilados de chapa galvanizados;
- O fornecimento e assentamento das placas de gesso cartonado normal ou hidrófugo em zonas húmidas;
- Parafusos para a fixação da estrutura metálica em aço inox;
- Perfilados metálicos para remate de todos os ângulos salientes, topos, rasgos ou quaisquer arestas aparentes;
- Fornecimento e aplicação de isolamento acústico em placas de lã de rocha de 70Kg/m3;
- Fornecimento e aplicação de atenuadores acústicos em todas as ligações à estrutura ou elementos de alvenaria;
- Fornecimento e colocação de fitas de junta;
- Fornecimento e aplicação de massas de colagem e regularização;
- Tratamento de todas as juntas de modo a formarem plano com o restante teto;
- Barramento geral das superfícies de modo a garantir planos lisos e uniformes para pintar.

III- Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

As placas de gesso cartonado serão do tipo “knauf” ou equivalente, de 12.5mm de espessura, 1 por face, fixas para a estrutura metálica com parafusos da mesma marca.

A estrutura será dupla, uma para cada face.

O isolamento será contínuo.

As juntas serão preenchidas com massas e fita de papel do sistema, não sendo admitida a utilização de produtos de marcas ou de sistemas diferentes.

Nos remates, rasgos, ângulos salientes ou quaisquer arestas e ligações com outros elementos da construção serão utilizados perfilados em chapa zincada, do sistema.

O barramento da superfície será executado na sua totalidade e não só nas juntas.

Serão cumpridas todas as especificações do fabricante do sistema.

Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

No caso de não existir DH ou ETA do sistema o dossier técnico deve ainda incluir documentação técnica dos vários componentes do sistema.

A documentação dos componentes deve permitir avaliar também o aspeto visual (nomeadamente cor e textura) das opções de acabamento final.

Caso o sistema proposto necessite de manutenção dentro do prazo de garantia (5 anos), os procedimentos de manutenção durante esse período serão da responsabilidade do fornecedor do sistema.

1.2.2.4 - Paredes interiores em placa de gesso cartonado hidrófugo do tipo “Knauf” ou equivalente em paredes periféricas

I- Critério de medição

Medição por metro quadrado, m2.

II- Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- O fornecimento e assentamento da estrutura dupla de perfilados de chapa galvanizados;
- O fornecimento e assentamento das placas de gesso cartonado normal ou hidrófugo em zonas húmidas;
- Parafusos para a fixação da estrutura metálica em aço inox;
- Perfilados metálicos para remate de todos os ângulos salientes, topos, rasgos ou quaisquer arestas aparentes;
- Fornecimento e aplicação de isolamento acústico em placas de lã de rocha de 70Kg/m³;
- Fornecimento e aplicação de atenuadores acústicos em todas as ligações à estrutura ou elementos de alvenaria;
- Fornecimento e colocação de fitas de junta;
- Fornecimento e aplicação de massas de colagem e regularização;
- Tratamento de todas as juntas de modo a formarem plano com o restante teto;
- Barramento geral das superfícies de modo a garantir planos lisos e uniformes para pintar.

III- Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

As placas de gesso cartonado serão do tipo “knauf” ou equivalente, de 12.5mm de espessura, 1 por face, fixas para a estrutura metálica com parafusos da mesma marca.

A estrutura será dupla, uma para cada face.

O isolamento será contínuo.

As juntas serão preenchidas com massas e fita de papel do sistema, não sendo admitida a utilização de produtos de marcas ou de sistemas diferentes.

Nos remates, rasgos, ângulos salientes ou quaisquer arestas e ligações com outros elementos da construção serão utilizados perfilados em chapa zincada, do sistema.

O barramento da superfície será executado na sua totalidade e não só nas juntas.

Serão cumpridas todas as especificações do fabricante do sistema.

Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

No caso de não existir DH ou ETA do sistema o dossier técnico deve ainda incluir documentação técnica dos vários componentes do sistema.

A documentação dos componentes deve permitir avaliar também o aspeto visual (nomeadamente cor e textura) das opções de acabamento final.

Caso o sistema proposto necessite de manutenção dentro do prazo de garantia (5 anos), os procedimentos de manutenção durante esse período serão da responsabilidade do fornecedor do sistema.

1.2.2.5 – Paredes de alvenaria interior de tijolo de 30x20x11

I- Critério de medição

Medição por metro quadrado, m2.

II- Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- O fornecimento dos tijolos e respetivo assentamento.
- O fornecimento da argamassa de assentamento.
- A ligação dos panos de paredes à estrutura com fitas metálicas.
- O fornecimento e execução de padieiras e ressalvas de vãos, qualquer que seja a solução adotada.
- O fornecimento de lâ de rocha de 70Kg/m3 (artigo 2.5)
- Ancoragem das placas por fixação mecânica (artigo 2.5)

III- Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

- As paredes são constituídas por tijolos assentes ao cutelo.
- Os tijolos deverão satisfazer as normas prescrições regulamentares aplicáveis, e ainda:
- Ter textura uniforme,
- Ser isentos de quaisquer corpos estranhos,
- Ter forma e dimensões uniformes e respeitar as tolerâncias indicadas na especificação E160-1965 do LNEC,
- A argamassa de assentamento a utilizar terá 320Kg de cimento portland normal por metro cúbico de argamassa (traço em volume de 1:4).
- No assentamento do bloco, deverá ter-se por norma que as juntas se devem reduzir a uma espessura máxima de 1,0cm.
- As paredes de alvenaria devem imbricar com as suas ortogonais em todas as fiadas.
- Sempre que o vão livre exceda 4,00m, as paredes de alvenaria serão solidarizadas por meio de pilaretes de betão armado, complementados por lintéis sempre que o pé-direito exceda 3,50m e posicionados de forma a constituírem panos cuja dimensão maior não exceda 3,50m, nem a sua diagonal exceda 50 vezes a sua espessura.
- No artigo 2.5 deverá ser executada uma parede dupla de tijolo de 11cm em que no meio leva placas de lã de rocha que terão a espessura de 50mm e a densidade de 70Kg/m³.
- Na ligação entre as placas quer seja no mesmo plano, quer em ângulos, terá que ser mantida a continuidade do isolamento e respetiva espessura.
- Devem ser cumpridas as Diretivas UEATC relativas a suportes isolantes que componham sistemas de impermeabilização de coberturas, os Documentos de Homologação do LNEC ou as Normas Europeias aplicáveis.

Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização

1.3 – Isolamentos

1.3.1 – Isolamento térmico de 40mm, em poliestireno expandido, pelo exterior das paredes de betão.

1.3.2 – Isolamento térmico de 40mm, em poliestireno expandido, em pavimentos.

1.3.3 – Isolamento acústico de 60mm, em lã de rocha de 80kh/m3, em tetos.

1.3.1 – Isolamento térmico de 40mm, em poliestireno expandido, pelo exterior das paredes de betão.

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- O fornecimento das placas.
- A ancoragem das placas por fixação mecânica.
- Todos os cortes e remates e acabamentos necessários.

III- Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto:

1.3.2 – Isolamento térmico de 40mm, em poliestireno expandido, em pavimentos.

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- O fornecimento das placas.
- A ancoragem das placas por fixação mecânica.
- Todos os cortes e remates e acabamentos necessários.

III- Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto:

1.3.3 – Isolamento térmico de 60mm, em lã de rocha com 80kg/m3, em tetos.

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- O fornecimento das placas.
- A ancoragem das placas por fixação mecânica.
- Todos os cortes e remates e acabamentos necessários.

III- Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto:

1.4 – Coberturas

1.4.1 – Cobertura Plana

1.4.1.1 - Camada de enchimento e regularização

1.4.1.2 - Barreira para-vapor

1.4.1.3 - Isolamento térmico em XPS, em coberturas

1.4.1.4 - Manta de geotêxtil

1.4.1.5 - Impermeabilização de coberturas

1.4.1.6 - Remates de cobertura

1.4.1.7 - Rufos em zinco em todas as platibandas, chaminé e claraboias.

1.4.2 – Cobertura Inclinação

1.4.2.1 – Cobertura Inclinação com telha tipo Marselha e isolamento térmico com 40mm

1.4.1 – Cobertura Plana

1.4.1.1 – Camada de enchimento e regularização

I- Critério de medição

Medição por metro quadrado, m2.

II- Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- O fornecimento e colocação da argamassa de inertes leves;
- Fornecimento e aplicação de armadura em malha sol AQ38;
- Filme de polietileno;
- O nivelamento da argamassa com régua vibratória.

III- Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

- A argamassa será de cimento, areia fina e inertes leves;
- Os inertes a utilizar deverão ser certificados;
- A espessura média de colocação será de 7cm;
- A superfície deverá ficar perfeitamente desempenada;
- Antes da aplicação da argamassa será aplicado um filme de polietileno para proteger o isolamento térmico;
- O acabamento da superfície será liso de modo a não danificar as telas;
- Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização

1.4.1.2 – Barreira Pára vapor

I- Critério de medição

Medição por metro quadrado, m2.

II- Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- O fornecimento e colocação da barreira pára vapor;
- A emenda por sobreposição.

III- Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

- A barreira ao vapor será em filme tipo Sarnavap 2000E, da Sika, ou equivalente
- As emendas deverão ser feitas por sobreposição com o mínimo de 10cm unidas com fita adesiva tipo Sarnavap F tape, da Sika ou equivalente;
- Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização

1.4.1.3 – Isolamento térmico em XPS, em coberturas

I- Critério de medição

Medição por metro quadrado, m2.

II- Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, salientando-se:

- O fornecimento das placas de XPS;
- A ancoragem das placas por fixação mecânica;
- Todos os cortes e remates necessários.

III- Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

- As placas terão a espessura de 80mm;
- Na ligação entre as placas quer seja no mesmo plano, quer em ângulos, terá que ser mantida a continuidade do isolamento e respetiva espessura;
- Devem ser cumpridas as Diretivas UEAtc relativas a suportes isolantes que componham sistemas de impermeabilização de coberturas, os Documento de Homologação do LNEC ou as Normas Europeias aplicáveis;
- Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

1.4.1.4 – Manta de geotêxtil

I- Critério de medição

Medição por metro quadrado, m2.

II- Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- O fornecimento das mantas estipuladas no projeto;
- A ligação entre mantas por sobreposição;
- Todos os cortes e remates necessários.

III- Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

- Na ligação entre as mantas será garantida uma sobreposição de 10cm;
- As mantas serão contínuas e dobrarão sobre as paredes até à face superior do revestimento;
- As mantas a aplicar serão do tipo “Impersep 150, da Imperialum” ou equivalente;
- Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

1.4.1.5 e 1.4.1.6– Impermeabilização e remate de coberturas

I- Critério de medição

Medição por metro quadrado, m2.

II- Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- O fornecimento das telas de impermeabilização;
- A aplicação da impermeabilização de acordo com as especificações de certificação do produto;
- Os remates com paramentos verticais e juntas de dilatação;~
- Todos os cortes e remates necessários.

III- Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

- A membrana a aplicar será constituída por uma membrana sintética em Poliolefina flexível de muito alta qualidade do tipo Sarnafil TS 77-15, da Sika, ou equivalente disposta em camada única, flutuante e soldada a ar quente nas juntas de sobreposição;
- A membrana deverá satisfazer a documentação normativa europeia, nomeadamente o conjunto de normas específicas para as membranas sintéticas de impermeabilização EN 13956A;
- A membrana deverá ser constituída por várias camadas em poliolefina. (TPO) duplamente reforçada com uma rede de poliéster de modo a oferecer uma elevada resistência à tração, e um véu de fibra de vidro para uma maior estabilidade dimensional;
- Os rolos de membrana serão desenrolados de forma a ficarem alinhados entre si, garantindo uma sobreposição constante com um mínimo de 100mm nas respetivas juntas. Apenas as juntas que não abrigam fixações mecânicas no seu interior poderão ficar com uma sobreposição de 50mm;

A impermeabilização fica flutuante sobre o isolamento térmico, sendo fixada ao suporte não só de acordo com o cálculo de densidade de fixação mecânica mas também em toda a periferia da cobertura e em redor de todos os elementos emergentes (sobre o ginásio). As restantes coberturas terão a impermeabilização assente sobre o enchimento/regularização, conforme pormenores construtivos;

A densidade de fixação mecânica deve ser respeitada escrupulosamente em todas as juntas, de acordo com o plano informático de fixações fornecido pelo fornecedor, solicitado pela empresa aplicadora duas semanas antes do início dos trabalhos de impermeabilização;

A soldadura das juntas de sobreposição da membrana é executada utilizando uma máquina elétrica, debitando um jato plano de ar quente, a cerca de 280°C, sendo a zona aquecida pressionada dinamicamente com um rolo de pressão próprio para o efeito;

Em casos de interrupção da soldadura, o operário deverá puxar a membrana superior vigorosamente até atingir um ponto de soldadura completamente sã. O jacto de ar quente será colocado nesse ponto, retomando a soldadura. As interrupções na soldadura devem ser reduzidas ao indispensável, minorando a probabilidade da ocorrência de erros. O operário soldador deverá trabalhar com a máquina de soldar automática com um avanço constante e controlado de modo a que a largura da faixa efetivamente soldada seja igual ou superior a 40mm;

A soldadura das membranas e respetivos remates serão obrigatoriamente executadas por elementos de empresa reconhecida e aprovada pelo fornecedor para instalação dos sistemas, que possuindo capacidades e conhecimentos técnicos comprovados para tal;

A qualidade da soldadura é verificada visualmente logo após a sua execução. A junta deverá posteriormente ser verificada manualmente utilizando uma chave de fendas ou ferramenta similar. Esta será passada ao longo de todas as soldaduras aplicando uma pressão lateral, fazendo com que penetre na junta ao passar sobre um ponto deficiente. Ao ser localizado qualquer ponto frágil na soldadura, este será imediatamente reabilitado com o jacto de ar quente e rolo de pressão;

Depois de totalmente concluída a impermeabilização, poderá ser feito um ensaio de estanquidade da cobertura. Este ensaio consiste na colocação de uma lâmina de água com 50mm no ponto mais elevado, permanecendo assim durante 72 horas;

Para melhor eficácia dos testes e diminuição das sobrecargas, a cobertura pode ser seccionada em áreas menores, criando pequenas represas, soldando bandas com 7cm da membrana de impermeabilização, apoiadas pelo exterior em barros da madeira ou membrana corrente ao encontrar o paramento vertical, dobra a 90º, subindo cerca de 5cm. Esta membrana deve ser fixada mecanicamente ao suporte, junto ao paramento vertical em toda a periferia da cobertura;

A fixação é executada soldando a membrana a um perfil quinado em L em chapa co laminada tipo Sarnafil T laminated Metal, da Sika ou equivalente, previamente fixado ao suporte. Alternativamente, pode ser colocada uma régua metálica tipo Sarnabar da Sika, ou equivalente sobre a membrana e fixada ao suporte, junto ao paramento vertical.

Poderá também ser colocada uma linha de fixações pontuais afastadas de 25cm com procedimento análogo.

No paramento vertical é colada uma banda da membrana tipo Sarnafil TS 77-15, da Sika ou equivalente que subirá cerca de 20cm acima da cota de limpo prevista da cobertura. Será usada a cola tipo Sarnacol T660 da Sika ou equivalente.

O limite superior da membrana será soldado a um perfil terminal em chapa co laminada tipo Sarnafil T laminated Metal, da Sika ou equivalente, já fixado mecanicamente ao paramento vertical. A parte inferior desta banda de membrana inflete para a horizontal, soldando a ar quente à membrana da superfície corrente, ocultando assim a fixação periférica.

Nos cantos internos e externos da cobertura o remate no encontro do paramento vertical com a superfície horizontal será reforçado com peças prefabricadas do tipo Sarnafil T-Corner 1 e Sarnafil T-Corner 2 da Sika ou equivalente.

Posteriormente, o bordo superior do perfil terminal de remate em chapa co laminada tipo Sarnafil T laminated Metal, da Sika ou equivalente, selado com um cordão do mástique tipo Sarnaplast 2235, da Sika ou equivalente.

Os perfis serão alinhados topo a topo deixando uma junta de dilatação de 3mm. Serão ligados entre si com um disco da membrana tipo Sarnafil T66-15 D, da Sika ou equivalente soldada à superfície de ambos.

A membrana da superfície corrente dobra a 90º subindo cerca de 5cm junto à face do elemento emergente. Deverá ser aplicada uma fixação mecânica em toda a periferia do elemento emergente, observando o mesmo procedimento utilizado no remate aos paramentos verticais.

A membrana de remate deverá subir, sendo aderida ao elemento emergente, rematando num perfil terminal em chapa co laminada tipo Sarnafil T laminated Metal, da Sika ou equivalente com o mesmo processo descrito no remate aos paramentos verticais.

Os remates da superfície horizontal com os cantos dos elementos emergentes deverão ser reforçados, soldando sobre as zonas de remate peças prefabricadas tipo Sarnafil T-Corner, da Sika ou equivalente ou conforme a situação, discos de 20cm da membrana Sarnafil T66-15 D, da Sika ou equivalente.

Os remates em elementos de secção reduzida como suportes de guardas, passa-cabos, etc. deverão ser executados utilizando as peças acessórias tipo Sarnafil T Pipe Flashing, ou Sarnafil T Post Flashing, da Sika ou equivalente, prefabricadas, nas versões Open ou Closed conforme a situação.

No bordo superior será injetado o mástique tipo Sarnaplast da Sika ou equivalente entre a peça e o corpo do elemento emergente. Posteriormente será colocada uma abraçadeira metálica a 5mm do limite superior da peça, comprimindo o remate e o mástique, contra o elemento.

O remate à saída de água será executado com a colocação de uma peça prefabricada do tipo T-Drain ou T-Scupper da Sika ou equivalente, no diâmetro adequado à situação. A peça será fixada mecanicamente ao suporte em 3-4 pontos conforme a respetiva geometria. Se a saída de água for lateral tipo 'tubo ladrão' a peça indicada será o T-Overflow ou equivalente.

A membrana de impermeabilização corrente é interrompida sobre as juntas de dilatação terminando junto e alinhada com os respetivos bordos. A membrana é fixada mecanicamente ao suporte ao longo do bordo da junta com um perfil tipo Sarnabar ou equivalente, ou com fixações pontuais afastadas de 25cm. É indispensável a colocação de um cordão de preenchimento no interior da junta de dilatação. Posteriormente é soldada uma banda de membrana tipo Sarnafil T66-15 D, da Sika ou equivalente com uma largura que permita cobrir com alguma folga, o cordão de preenchimento e ambas as linhas de fixação nos bordos da junta, soldando à membrana corrente no exterior destas. A membrana não armada deverá soldar com uma sobreposição de 5cm à membrana corrente. Ao encontrar o paramento vertical, a membrana tipo Sarnafil T66-15 D, da Sika ou equivalente, subirá até ao limite superior da impermeabilização, onde soldará ao perfil em chapa co laminada tipo Sarnafil T laminated Metal, da Sika ou equivalente, previamente instalado.

Os elementos de fixação mecânica deverão ser certificados e aprovados, sendo constituídos por um parafuso metálico concebido para fixar ao suporte em questão, ou elemento metálico penetrando por percussão. Cada fixação tem acessória uma anilha de repartição de esforços tipo Barbed Washer KT ou equivalente ou Barbed Washer KTL ou equivalente, retangular, com 80 x 40mm. As fixações deverão ser do tipo Sarnafast BD, Sarnafast SF, da Sika ou equivalente. As anilhas só são colocadas em fixações pontuais. Não serão usadas na fixação de perfis tipo Sarnafil T laminated Metal, Sarnabar ou equivalente ou outros elementos de fixação contínuos.

1.4.1.7 – Rufos em zinco 14 em platibandas, chaminé e claraboias**I- Critério de medição**

Medição por metro linear, ml.

As medições serão executadas segundo o eixo dos elementos (peça única ou peça e respetivo suporte).

II- Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- O fornecimento dos elementos em zinco e dos acessórios de fixação;
- O assentamento, incluindo cortes, remates, soldaduras e vedações necessários.

III- Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

- O zinco a utilizar deve ser o corrente, número 14 de 0.80mm de espessura, nunca um inferior;
- O zinco deve ser manipulado com certas precauções:
- Evitar atirar as chapas ao chão;
- Evitar deixa-las ou faze-las deslizar sobre superfícies com saliências.
- As chapas e as bobines devem ser transportadas e armazenadas em condições que as preservem da humidade;
- As chapas devem ser armazenadas sobre uma superfície limpa e não rugosa. As bobines devem ser colocadas na vertical nas mesmas condições;
- Os traços devem ser feitos a lápis;
- As dobras mais resistentes são as feitas perpendicularmente ao sentido da laminagem embora as caleiras e guias verticais podem ser cortadas e quinadas segundo o comprimento da chapa;

- Com o tempo frio deve-se aquecer ligeiramente o zinco antes de trabalhar;
- Dado o poder de dilatação e contração do zinco todos os elementos devem imperativamente deixar ao metal a liberdade de dilatação e contração, podemos contar com uma oscilação máxima de 1 mm\1m;
- A soldadura é efetuada com a ajuda de um metal de adição constituído por uma liga chumbo-estanho;
- A liga deve ter uma percentagem de estanho igual ou superior a 33%;
- As zonas a soldar devem estar desengorduradas e limpas;
- O ácido clorídrico diluído em água é o decapante mais utilizado;
- O zinco utilizado deve respeitar as normas AFNOR A55201 e A55211 ou equivalentes a DIN 17770 e BS 6561;
- Não serão admitidas ancoragem com recurso a pregos ou parafusos.

1.4.2 – Cobertura Inclinada

1.4.2.1 – Cobertura Inclinada sobre estrutura de madeira com telha cerâmica tipo Marselha e isolamento térmico com 40mm

I- Critério de medição

Medição por metro quadrado (m2) das áreas reais a revestir.

Medição por metro linear (ml) em cumeeiras, rincões, larós, beirados que constituam trabalho distinto do restante revestimento.

Medição por unidade (un) de passadeira, ventilador ou outras.

II- Descrição do artigo

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

- O fornecimento da telha cerâmica e respetivos acessórios;
- A montagem de estrados e guardas de segurança necessários;
- A execução dos trabalhos preparatórios, incluindo limpeza do guarda pó de detritos e materiais sobranes;

- O assentamento da telha incluindo os cortes e remates necessários e a aplicação dos respetivos acessórios;
- Os apoios de carpinteiro e de picheleiro necessário, em complemento das respetivas obras, durante a operação de telhagem;
- A limpeza final dos telhados, respetivas caleiras e terraços, de argamassas, detritos e materiais sobrantes.

III- Condições técnicas

Entre as condições a que deve obedecer o trabalho referido neste artigo, mencionam-se, como referência especial, as seguintes:

- Nas proporções convenientes, serão intercaladas as necessárias telhas PASSADEIRAS e VENTILADORAS.
- Nos REMATES com chaminés, paredes guarda-fogo, caleiras e nos larós, serão utilizados rufos, abas, saias e fraldas em chapa de zinco nº 12 ou folha de alumínio de 1,5mm que garantam a perfeita estanquicidade das coberturas.

1.5 – Revestimentos

1.5.1 – Paredes exteriores;

1.5.1.1 - Reboco de paredes exteriores com argamassa á base de Cal;

1.5.1.2 - Revestimento de paredes com regoado de madeira de pinho sobre estrutura metálica;

1.5.2 – Paredes interiores;

1.5.2.1 - Reboco de paredes interiores com argamassa á base de Cal;

1.5.3 – Revestimento de paredes interiores com microcimento;

1.5.4 – Revestimento de paredes interiores a mármore branco polido;

1.5.5 – Revestimento de pavimentos a mármore branco polido

1.5.6 – Revestimento de pavimentos a madeira de pinho nacional com 40mm;

1.5.7 – Revestimento de pavimentos a lajeado de granito;

1.5.8 – Revestimento de pavimentos a Microcimento

1.5.9 - Revestimento de tetos a gesso cartonado tipo “knauf” ou equivalente, para pintar;

1.5.10 - Revestimento de tetos a gesso cartonado hidrófugo tipo “Knauf” ou equivalente, para pintar;

1.5.11 - Revestimento de tetos a gesso projetado tipo Proyal ou equivalente para pintar;

1.5.1 – Reboco de paredes interiores

1.5.1.1 - Reboco de paredes exteriores com argamassa á base de Cal;

I- Critério de medição

Medição por metro quadrado, m2.

II- Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

Limpeza das superfícies antes da aplicação do reboco.

Chapisco sempre que necessário.

Reboco das paredes com argamassa de cimento e areia ao traço ¼, ou com argamassa de cimento e areia pré-preparada.

Tratamento da superfície em função do acabamento a aplicar.

Aditivo hidrófugo quando o reboco for aplicado em zonas húmidas.

III- Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

O acabamento das paredes interiores será o indicado nas peças desenhadas.

Antes de se executar o acabamento, as juntas das paredes em alvenaria serão fechadas.

Nas zonas húmidas, a argamassa terá aditivo hidrófugo.

Nas paredes a revestir o acabamento será talochado, perfeitamente desempenado.

Nas paredes a pintar será aplicado esboço de estuque, liso.

As superfícies de aplicação das argamassas das diferentes camadas deverão ser previamente bem limpas e bem molhadas, eliminando-se toda a argamassa ou leitada não aderentes, poeira ou quaisquer outras sujidades.

O emboço de desempenho será feito por encasques sucessivos quando resultarem espessuras superiores a 3 cm; a sua espessura será no mínimo de 1,5 cm, mas sempre de forma que as juntas da alvenaria não fiquem aparentes.

O reboco de paredes com argamassas de gesso para pintar deverá ser executado de acordo com as condições de certificação do produto e sistema, devendo as superfícies ficar perfeitamente lisas e desempenadas.

Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

1.5.1.2 - Revestimento de paredes com regoado de madeira de pinho sobre estrutura metálica;

I- Critério de medição

Medição por metro quadrado, m2.

II- Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

Limpeza das superfícies antes da aplicação da estrutura metálica que irá suportar a estrutura de madeira.

Fixação das cantoneiras metálicas através de meios mecânicos.

Colocação dos prumos verticais em madeira de pinho tratado, que irá suportar as régua de madeira.

Tratamento da superfície em função do acabamento a aplicar.

Aplicação de tratamento anti fungos em toda a superfície..

III- Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

O acabamento das paredes interiores será o indicado nas peças desenhadas.

Antes de se executar o acabamento, as juntas das paredes em alvenaria serão fechadas.

Nas zonas húmidas, a madeira e o metal serão alvo de um tratamento anti humidade.

Nas paredes a revestir será previamente impermeabilizado através de flintcoat.

Todo o elemento metálico será alvo de metalização antes de aplicar.

Todos os acessórios metálicos serão em aço inox.

Os barrotes de fixação do regoado serão alvo de tratamento antes da sua colocação, abertas as cavidades para colocação das régua.

Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

1.5.2 – Paredes interiores;

1.5.2.1 - Reboco de paredes interiores com argamassa á base de Cal;

I- Critério de medição

Medição por metro quadrado, m2.

II- Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

Limpeza das superfícies antes da aplicação do reboco.

Chapisco sempre que necessário.

Reboco das paredes com argamassa de cimento e areia ao traço $\frac{1}{4}$, ou com argamassa de cimento e areia pré-preparada.

Tratamento da superfície em função do acabamento a aplicar.

Aditivo hidrófugo quando o reboco for aplicado em zonas húmidas.

III- Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

O acabamento das paredes interiores será o indicado nas peças desenhadas.

Antes de se executar o acabamento, as juntas das paredes em alvenaria serão fechadas.

Nas zonas húmidas, a argamassa terá aditivo hidrófugo.

Nas paredes a revestir o acabamento será talochado, perfeitamente desempenado.

Nas paredes a pintar será aplicado esboço de estuque, liso.

As superfícies de aplicação das argamassas das diferentes camadas deverão ser previamente bem limpas e bem molhadas, eliminando-se toda a argamassa ou leitada não aderentes, poeira ou quaisquer outras sujidades.

O emboço de desempenho será feito por encasques sucessivos quando resultarem espessuras superiores a 3 cm; a sua espessura será no mínimo de 1,5 cm, mas sempre de forma que as juntas da alvenaria não fiquem aparentes.

O reboco de paredes com argamassas de gesso para pintar deverá ser executado de acordo com as condições de certificação do produto e sistema, devendo as superfícies ficar perfeitamente lisas e desempenadas.

Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

1.5.3 - Revestimento de paredes a microcimento

I- Critério de medição

a) Medição por metro quadrado, m2.

II- Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos essenciais à sua boa execução, dos quais se salientam:

- O fornecimento e aplicação do microcimento;
- O fornecimento e assentamento das proteções parietais;
- O fornecimento do primário comentício;
- Os cortes e remates necessários e a limpeza das superfícies.

III- Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

Aplicação do microcimento realiza-se em diversas etapas, como pavimento contínuo que é terá apenas uma espessura de cerca de 2 a 3mm no total de todas as 6 a 10 demãos de material

O assentamento será feito sobre argamassa de cimento, cal e areia ao traço 1+4+1, sarrafada.

As juntas serão tomadas com massas pré-preparadas à cor.

As proteções parietais serão realizadas com perfilados de alumínio anodizado à cor. Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

1.5.4 – Revestimento de paredes interiores a mármore branco polido;

I- Critério de medição

a) Medição por metro quadrado, m2.

II- Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos essenciais à sua boa execução, dos quais se salientam:

- O fornecimento e assentamento do mármore;
- O fornecimento e assentamento das proteções parietais;
- O fornecimento da cola comentícia;
- A tomação das juntas;
- Os cortes e remates necessários e a limpeza das superfícies.

III- Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

O mármore a empregar será mármore branco polido, de cor branca e de dimensões de acordo com as plantas de trabalho”, ou equivalente, de primeira qualidade, de vidro perfeito e sem defeitos.

O assentamento será feito sobre argamassa de cimento, cal e areia ao traço 1+3, sarrafada.

O mármore será assente peça-por-peça.

Antes da aplicação, o mármore deverá permanecer pelo menos 4 horas dentro de água.

No caso da largura do pano ou do lambril não corresponder a um número certo das placas, a localização dos cortes será submetida à aprovação dos projetistas.

As juntas serão tomadas com massas pré-preparadas à cor.

As proteções parietais serão realizadas com perfilados de alumínio anodizado à cor. Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

1.5.5 – Revestimento de pavimentos a mármore branco polido

I- Critério de medição

a) Medição por metro quadrado, m2.

II- Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos essenciais à sua boa execução, dos quais se salientam:

- O fornecimento e assentamento do mármore;
- O fornecimento e assentamento das proteções parietais;
- O fornecimento da cola comentícia;
- A tomação das juntas;
- Os cortes e remates necessários e a limpeza das superfícies.

III- Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

O mármore a empregar será mármore branco polido, de cor branca e de dimensões de acordo com as plantas de trabalho”, ou equivalente, de primeira qualidade, de vidro perfeito e sem defeitos.

O assentamento será feito sobre argamassa de cimento, cal e areia ao traço 1+3, sarrafada.

O mármore será assente peça-por-peça.

Antes da aplicação, o mármore deverá permanecer pelo menos 4 horas dentro de água.

No caso da largura do pano ou do lambril não corresponder a um número certo das placas, a localização dos cortes será submetida à aprovação dos projetistas.

As juntas serão tomadas com massas pré-preparadas à cor.

As proteções parietais serão realizadas com perfilados de alumínio anodizado à cor. Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

1.5.6 – Revestimento de pavimentos a madeira de pinho nacional com 40mm;

I- Critério de medição

Medição por metro quadrado, m2.

II- Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

Limpeza das superfícies.

Regularização do suporte.

Fornecimento e aplicação do soalho.

Fornecimento e espalhamento da cola.

Raspagem e emaçamento.

Lixagem e nivelamento das superfícies.

III- Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor,

obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

O soalho a aplicar terá as dimensões de 200x40mm e será de madeira de Pinho Nacional.

A madeira será bem seca, sem nós e de 1ª qualidade e fixa com cola do tipo “SikaBond – T52 FC” ou equivalente e pregada com prego zincado.

As superfícies serão retificadas de modo a garantir um empeno máximo de 3mm sob uma régua de 3.0m

Todos os pavimentos serão afagados e preparados para receber o acabamento final a verniz aquoso.

1.5.7 – Revestimento de pavimentos a lajeado de granito;

I- Critério de medição

a) Medição por metro quadrado, m2.

II- Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos essenciais à sua boa execução, dos quais se salientam:

- O fornecimento e assentamento do granito;
- O fornecimento e assentamento das proteções parietais;
- O fornecimento da cola comentícia;
- A tomação das juntas;
- Os cortes e remates necessários e a limpeza das superfícies.

III- Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

O Granito a empregar será Granito bujardado, do tipo Mondim e de dimensões de acordo com as plantas de trabalho”, ou equivalente, de primeira qualidade, de vitrado perfeito e sem defeitos.

O assentamento será feito sobre argamassa de cimento, cal e areia ao traço 1+3+1, sarrafada.

O Granito será assente peça-por-peça.

Antes da aplicação, o Granito deverá permanecer pelo menos 4 horas dentro de água.

No caso da largura do pano ou do lambril não corresponder a um número certo das placas, a localização dos cortes será submetida à aprovação dos projetistas.

As juntas serão tomadas com massas pré-preparadas à cor.

As proteções parietais serão realizadas com perfilados de alumínio anodizado à cor. Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

1.5.8 – Revestimento de pavimentos a Microcimento

I- Critério de medição

a) Medição por metro quadrado, m2.

II- Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos essenciais à sua boa execução, dos quais se salientam:

- O fornecimento e aplicação do microcimento;
- O fornecimento e assentamento das proteções parietais;
- O fornecimento do primário cimentício;
- Os cortes e remates necessários e a limpeza das superfícies.

III- Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

Aplicação do microcimento realiza-se em diversas etapas, como pavimento contínuo que é terá apenas uma espessura de cerca de 2 a 3mm no total de todas as 6 a 10 demãos de material

O assentamento será feito sobre argamassa de cimento, cal e areia ao traço 1+4+1, sarrafada.

As juntas serão tomadas com massas pré-preparadas à cor.

As proteções parietais serão realizadas com perfilados de alumínio anodizado à cor. Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

1.5.9 - Revestimento de paredes a gesso cartonado liso do tipo “Knauf” ou equivalente

I- Critério de medição

Medição por metro quadrado, m2.

II- Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- O fornecimento e assentamento da estrutura de perfilados de chapa;
- O fornecimento e assentamento das placas de gesso cartonado. Nas zonas húmidas será utilizado o gesso cartonado hidrófugo;
- Parafusos para a fixação da estrutura metálica em aço inox;
- Perfilados metálicos para remate de todos os ângulos salientes, topos, rasgos ou quaisquer arestas aparentes;
- Fornecimento e aplicação de massas de colagem e regularização;
- Tratamento de todas as juntas de modo a formarem planos com as restantes superfícies;
- Barramento geral das superfícies de modo a garantir planos lisos e uniformes para pintar.

III- Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

As placas de gesso cartonado serão do tipo “knauf” ou equivalente, de 12.5mm de espessura, fixas para a estrutura metálica com parafusos da mesma marca, quando aplicável, ou coladas com massa do sistema.

As juntas serão preenchidas com massas e fita de papel do sistema, não sendo admitida a utilização de produtos de marcas ou de sistemas diferentes.

Nos remates, rasgos, ângulos salientes ou quaisquer arestas e ligações com outros elementos da construção serão utilizados perfilados em chapa zincada, do sistema.

O barramento da superfície será executado na sua totalidade e não só nas juntas.

Serão cumpridas todas as especificações do fabricante do sistema.

Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

1.5.10 - Revestimento de tetos a gesso cartonado hidrófugo tipo “Knauf” ou equivalente, para pintar

I- Critério de medição

Medição por metro quadrado, m2.

II- Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- O fornecimento e assentamento da estrutura de perfilados de chapa galvanizada;
- O fornecimento e assentamento das placas de gesso cartonado hidrófugo;
- Parafusos para a fixação da estrutura metálica em aço inox;
- Perfilados metálicos para remate de todos os ângulos salientes, topos, rasgos ou quaisquer arestas aparentes;
- Execução de todos os rasgos, furos e recaídas;
- Fornecimento e colocação de fitas de junta;
- Fornecimento e aplicação de massas de colagem e regularização;
- Tratamento de todas as juntas de modo a formarem plano com o teto;
- Barramento geral das superfícies de modo a garantir planos lisos e uniformes para pintar.

III- Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

As placas de gesso cartonado serão do tipo “knauf”, ou equivalente, de 12.5mm de espessura, fixas para a estrutura metálica com parafusos da mesma marca.

As juntas serão preenchidas com massas e fita de papel do sistema, não sendo admitida a utilização de produtos de marcas ou de sistemas diferentes.

Nos remates, recaídas, rasgos, ângulos salientes ou quaisquer arestas e ligações com outros elementos da construção serão utilizados perfilados em chapa zincada, do sistema.

O barramento da superfície será executado na sua totalidade e não só nas juntas.

Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

1.5.11 - Revestimento de tetos a gesso projetado tipo Proyal ou equivalente, para pintar

I- Critério de medição

- Medição por metro quadrado, m2.

II- Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- O fornecimento da massa de estucar.
- A aplicação e o desempenho da massa de estuque.
- O tratamento das superfícies a palaústra de modo a obter planos desempenados e lisos.
- As alhetas e sancas definidas em projecto.
- As arestas e remates da massa de estuque.

III- Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, bedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

- A mistura e aplicação da massa de estuque será feita por meios mecânicos e de acordo com as especificações do fabricante.
- A massa de estuque deverá ser limpa e sem grumos para se obter uma superfície lisa.
- A massa de estuque terá as espessuras necessárias, para se obter um desempenho perfeito.
- As superfícies deverão ficar perfeitamente lisas e desempenadas com desvio máximo de 3mm sob uma régua de 3.00m, prontas para pintar.
- Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

1.6 - Rodapés

1.6.1– Rodapé em madeira lacada semi-encastrado para pintar

1.6.2 – Rodapé embutido em aço Inox

1.6.3 - Rodapé em microcimento dobrando 50mm na parede 50mm

1.6.1 a 1.6.3

I- Critério de medição

Medição por metro, m.

II- Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- O fornecimento do rodapé;
- O assentamento do rodapé;
- Os cortes e remates necessários, assim como as peças para remate dos ângulos;
- O assentamento e tratamento dos tacos de fixação do rodapé;
- Retoques

III- Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

- a) O rodapé será executado em madeira lacada com secção de 50x25 mm, semi-encastado, de acordo com pormenor indicado nos desenhos do projeto.
- b) O rodapé será fixado a tacos embebidos na parede, afastados de 0,50 m, não se aceitando a fixação do rodapé ao pavimento.
- c) A fixação do rodapé só poderá ser feita depois de executado o acabamento da parede e do pavimento, e deverá ser feita antes da execução das pinturas.
- d) A fixação do rodapé aos tacos embebidos na parede, deverá ser feita por prego sem cabeça aparente.
- e) O assentamento do rodapé nos ângulos côncavos ou convexos, será feito por cortes a 45º.
- f) A folga de montagem deverá ter um valor constante de 2mm.

1.7 - Pinturas

1.7.1 - Pintura de paredes sobre reboco liso

1.7.2 - Pintura de gesso cartonado liso em paredes

1.7.3 - Pintura de paredes sobre reboco liso, em instalações sanitárias

1.7.4 - Pintura de tetos de gesso cartonado hidrófugo

1.7.5 - Pintura de tetos de gesso cartonado

1.7.6 - Envernizamento de pavimentos de soalho

1.7.1 – Pintura de paredes sobre reboco liso

I- Critério de medição

Medição por metro quadrado, m2.

II- Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- Limpeza e preparação das superfícies a pintar;
- Retoque das superfícies por emassamento;
- Fornecimento e aplicação de primário;
- O fornecimento e aplicação da tinta a duas demãos.

III- Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto e o mapa de acabamentos, entre as quais se menciona:

A pintura será executada sobre paredes interiores lisas acima do lambrim de azulejo.

Antes do início da aplicação da pintura será executada uma limpeza geral de superfície de modo a remover poeiras aderentes às paredes.

As fissuras ou quaisquer deficiências das superfícies serão retificadas por emassamento.

A cor da pintura será a cor à escolha do autor do projeto.

Antes do início da aplicação da pintura será aplicado primário do tipo “Primário EP/GC 300, refª CIN 10-600” ou equivalente, na diluição indicada pelo fabricante.

A tinta de acabamento será baseada numa dispersão aquosa de resina sintética pigmentada com dióxido de titânio rutilo, tipo “Cinacryl Mate, refª CIN 12-230 “ ou equivalente.

A aplicação da tinta plástica será feita em duas demãos, na diluição indicada pelo fabricante.

Após a aplicação a 1ª. demão as superfícies serão retificadas por emassamento, se necessário.

O trabalho deverá ser efetuado por uma entidade especializada de reconhecida competência. O trabalho será realizado de acordo com as indicações do fornecedor do material.

Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

O empreiteiro deverá executar uma amostra de 1x1m, para ser aprovada pelo autor do projeto. Só após a sua aprovação poder-se-á dar início aos trabalhos.

1.7.2 – Pintura de paredes de gesso cartonado liso

I- Critério de medição

Medição por metro quadrado, m2.

II- Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- Limpeza e preparação das superfícies a pintar;
- Retoque das superfícies por emassamento;

- Fornecimento e aplicação de primário;
- O fornecimento e aplicação da tinta a duas demãos.

III- Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto e o mapa de acabamentos, entre as quais se menciona:

A pintura será executada sobre paredes lisas de gesso cartonado emassadas (o emassamento está medido no artigo do gesso cartonado).

Antes do início da aplicação da pintura será executada uma limpeza geral de superfície de modo a remover poeiras aderentes às paredes.

A cor da pintura será a cor à escolha do autor do projeto.

Antes do início da aplicação da pintura será aplicado primário acrílico antialcalino branco de base aquosa, do tipo “Primário EP/GC 300, refª CIN 10-600” ou equivalente, na diluição indicada pelo fabricante.

A tinta de acabamento será baseada numa dispersão aquosa de resina sintética pigmentada com dióxido de titânio rutilo, tipo “Cinacryl Mate, refª CIN 12-230 “ ou equivalente.

A aplicação da tinta plástica será feita em duas demãos, na diluição indicada pelo fabricante.

Após a aplicação a 1ª. Demão as superfícies serão retificadas por emassamento, se necessário.

O trabalho deverá ser efetuado por uma entidade especializada de reconhecida competência. O trabalho será realizado de acordo com as indicações do fornecedor do material.

Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

O empreiteiro deverá executar uma amostra de 1x1m, para ser aprovada pelo autor do projeto. Só após a sua aprovação poder-se-á dar início aos trabalhos.

1.7.3 – Pintura de paredes sobre reboco liso em instalações sanitárias e balneários

I- Critério de medição

Medição por metro quadrado, m2.

II- Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- Limpeza e preparação das superfícies a pintar;
- Retoque das superfícies por emacamento;
- Fornecimento e aplicação de primário;
- O fornecimento e aplicação da tinta a duas demãos.

III- Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto e o mapa de acabamentos, entre as quais se menciona:

A pintura será executada sobre paredes interiores lisas acima do lambrim de azulejo.

Antes do início da aplicação da pintura será executada uma limpeza geral de superfície de modo a remover poeiras aderentes às paredes e as fissuras ou quaisquer deficiências das superfícies serão retificadas por emassamento.

A aplicação da tinta aquosa será feita em duas demãos, na diluição indicada pelo fabricante, “extra-mate Aquafinish Ref. Cin 10-090” ou equivalente e a cor da pintura será à escolha do autor do projeto.

Após a aplicação a 1ª. demão as superfícies serão retificadas por emassamento, se necessário.

O trabalho deverá ser efetuado por uma entidade especializada de reconhecida competência. O trabalho será realizado de acordo com as indicações do fornecedor do material.

Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

O empreiteiro deverá executar uma amostra de 1x1m, para ser aprovada pelo autor do projeto. Só após a sua aprovação poder-se-á dar início aos trabalhos.

1.7.4 – Pintura de tecos de gesso cartonado hidrófugo

I- Critério de medição

Medição por metro quadrado, m2.

II- Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- Limpeza e preparação das superfícies a pintar;
- Retoque das superfícies por emassamento;
- O fornecimento e aplicação da tinta a duas ou mais demãos.

III- Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto e o mapa de acabamentos, entre as quais se menciona:

A pintura será executada sobre tecos de gesso cartonado hidrófugo, emassados (o emassamento está medido no artigo do gesso cartonado).

Antes do início da aplicação da pintura será executada uma limpeza geral de superfície de modo a remover poeiras aderentes aos tecos.

A pintura será feita com tinta aquosa, isolante, extra-mate tipo “Aquafinish, Ref. CIN 10-090, da CIN” ou equivalente.

A aplicação da tinta plástica será feita em duas ou mais demãos, na diluição indicada pelo fabricante.

Após a aplicação a 1ª. demão as superfícies serão retificadas por emassamento, se necessário.

O trabalho deverá ser efetuado por uma entidade especializada de reconhecida competência. O trabalho será realizado de acordo com as indicações do fornecedor do material.

Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

O empreiteiro deverá executar uma amostra de 1x1m, para ser aprovada pelo autor do projeto. Só após a sua aprovação poder-se-á dar início aos trabalhos.

1.7.5 – Pintura de tetos de gesso cartonado liso

I- Critério de medição

Medição por metro quadrado, m2.

II- Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- Limpeza e preparação das superfícies a pintar;
- Retoque das superfícies por emassamento;
- O fornecimento e aplicação da tinta a duas ou mais demãos.

III- Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto e o mapa de acabamentos, entre as quais se menciona:

A pintura será executada sobre tecos de gesso cartonado hidrófugo, emassados (o emassamento está medido no artigo do gesso cartonado).

Antes do início da aplicação da pintura será executada uma limpeza geral de superfície de modo a remover poeiras aderentes aos tecos.

Aplicar primário acrílico aquoso “EP/GC300 ref. CIN 10-600” ou equivalente. Acabamento com número de demãos necessárias a um bom acabamento, regra geral duas, de tinta aquosa extra-mate, formulada à base de dispersão vinílica do tipo “Vinylmatt, ref.CIN 10-250” ou equivalente.

Após a aplicação a 1ª. demão as superfícies serão retificadas por emassamento, se necessário.

A pintura deverá ser executada de modo a evitar a concentração de tinta ou escorridos nos bordos dos furos.

O trabalho deverá ser efetuado por uma entidade especializada de reconhecida competência. O trabalho será realizado de acordo com as indicações do fornecedor do material.

Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

O empreiteiro deverá executar uma amostra de 1x1m, para ser aprovada pelo autor do projeto. Só após a sua aprovação poder-se-á dar início aos trabalhos.

1.7.6 – Envernizamento de pavimentos de soalho de madeira

I- Critério de medição

Medição por metro quadrado, m2.

II - Descrição do artigo

Encontram-se compreendidos no preço deste artigo todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se de entre os trabalhos e fornecimentos a efetuar, os que abaixo se indicam:

- A betumagem das superfícies a envernizar;
- A velatura do selante;

- O fornecimento e aplicação do verniz;
- O acabamento final dos pavimentos a envernizar.

III - Condições técnicas

Entre as várias condições, a que deve obedecer o trabalho indicado neste artigo mencionam-se, como merecendo referência especial, as seguintes:

O trabalho começará pela raspagem e lixagem da madeira, seguido pela betumagem com massa formada com uma mistura de verniz e 15% a 20% da própria.

Seguidamente deverá ser aplicado produto aquoso, baseado numa emulsão acrílica, com muito boas propriedades de enchimento de poros e lixagem, aplicado em uma ou duas demãos, tal qual o produto é fornecido.

Finalmente o deverá ser aplicado verniz aquoso meio brilho tipo “DUROCIN 2K WB” ou equivalente, aplicado em três demãos com despolimento entre demãos com lixa de grão 220.

Incluem-se as beneficiações que forem necessárias fazer para garantia do bom aspeto do envernizamento, se este for prejudicado pelo pessoal de outros trabalhos da obra.

A raspagem e lixagem devem fazer-se, se possível, à máquina. Deverá utilizar-se lixa fina neste trabalho.

O trabalho deverá ser efetuado por uma entidade especializada de reconhecida competência.

O trabalho será realizado de acordo com as indicações do fornecedor do material.

Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

O empreiteiro deverá executar uma amostra de 1x1m, para ser aprovada pelo autor do projeto. Só após a sua aprovação poder-se-á dar início aos trabalhos.

1.8 - Loijas sanitárias

1.8.1 - Lavatório do tipo "GLAM suspenso da Sanitana" ou equivalente

1.8.2 - Lavatório suspenso do tipo " Sanitana " modelo Mobil ou equivalente, para instalações sanitárias para pessoas com mobilidade condicionada.

1.8.3 - Sanita suspensa do tipo " GLAM suspenso da Sanitana " ou equivalente

1.8.4 - Sanita Compacta Da Marca "Sanitana" Modelo Mobil Ou Equivalente, Para Instalações Sanitárias Para Pessoas Com Mobilidade Condicionada

1.8.5 – Urinol do tipo "Glam da Sanitana" ou equivalente

1.8.1 a 1.8.5

Critério de Medição

Medição por unidade pronta, assente, acabada e a funcionar (un)

II- Descrição do artigo

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

- Fornecimento e montagem dos equipamentos;
- Fornecimento e montagem de ferragem e acessórios;
- Execução de vedações, quando aplicável;
- Ligações às redes de águas e de esgotos, quando aplicável;
- Limpeza e teste de funcionamento

III- Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto e o mapa de acabamentos, entre as quais se menciona:

Os equipamentos sanitários serão do tipo descrito no mapa de medições e quantidades.

1.9 - Acessórios

1.9.1 - Monocomando de lavatório com sensor capacitivo do tipo "BRUMA" ou equivalente

1.9.2 - Sistema de descarga com fluxómetro, conforme projeto de especialidades

1.9.3 - Sistema de descarga para sanita do tipo "GEBERIT" ou equivalente

1.9.4 - Placa de comando frontal de autoclismo anti-vandalismo do tipo "GEBERIT" ou equivalente.

1.9.5 - Dispensador de papel/papeleira do tipo MEDICLINICS ou equivalente com forra e painel fenólico

1.9.6 - Dispensador de papel em aço inox escovado do tipo "MEDICLINICS" ou equivalente. – Sanita suspensa do tipo "VALADARES DURIUS Júnior" ou equivalente

1.9.7 - Dispensador de sabão líquido em aço inox do tipo "BOBRICK" ou equivalente.

1.9.8 - Papeleira aparente em aço inox do tipo MEDICLINICS

1.9.9 - Fornecimento e instalação de porta piaçaba do tipo "BRUM série BAIONETA ref.: 80001027" ou equivalente, e todos os trabalhos necessários

1.9.10 - Fornecimento e instalação de porta-rolos do tipo "PR-783 CS - MEDICLINICS" ou equivalente, incluindo todos os trabalhos necessários

1.9.11 - Sifão do tipo "BRUMA ELO" ou equivalente.

1.9.12 - Espelho anti humidade de 6mm de espessura

1.9.13 - Divisória entre sanitários em painéis fenólicos

1.9.14 - Sifão flexível para instalação sanitária para pessoas com mobilidade reduzida

1.9.15 - Barras de apoio para instalações sanitárias para pessoas com mobilidade reduzida do tipo "JNF" ou equivalente, uma fixa e uma móvel.

1.9.16 - Divisória de urinol em aço inox do tipo "SENDA" ou equivalente

1.9.1 a 1.9.11

I - Critério de medição

Medição por unidade pronta, assente, acabada e a funcionar (un)

II - Descrição do artigo

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

- Fornecimento e montagem dos acessórios
- Fornecimento e montagem de ferragem e acessórios
- Execução de vedações, quando aplicável
- Ligações às redes de águas e de esgotos, quando aplicável
- Limpeza e teste de funcionamento

III- Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto e o mapa de acabamentos, entre as quais se menciona:

Os acessórios serão do tipo descrito no mapa de medições e quantidades.

1.9.14

I – Critério de medição

Medição por m2

II- Descrição do artigo

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

- Fornecimento e montagem dos acessórios;
- Fornecimento e montagem de ferragem e acessórios;
- Execução de vedações, quando aplicável;
- Ligações às redes de águas e de esgotos, quando aplicável;
- Limpeza e teste de funcionamento

III- Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto e o mapa de acabamentos, entre as quais se menciona:

Os acessórios serão do tipo descrito no mapa de medições e quantidades.

1.9.15 - Barras de apoio para instalações sanitárias para pessoas com mobilidade reduzida do tipo "JNF" ou equivalente, uma fixa e uma móvel.

I - Critério de medição

Medição por conjunto (cj)

II- Descrição do artigo

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

- Fornecimento e montagem dos acessórios;
- Fornecimento e montagem de ferragem e acessórios;
- Execução de vedações, quando aplicável;
- Ligações às redes de águas e de esgotos, quando aplicável;
- Limpeza e teste de funcionamento

III- Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto e o mapa de acabamentos, entre as quais se menciona:

Os acessórios serão do tipo descrito no mapa de medições e quantidades.

1.10 - Serralharias

1.10.1 - Fornecimento e montagem de vãos exteriores em Aço Inox ou equivalente

1.10.2 - Sistema de mestragem de canhões de portas

1.10.3 – Estores com Motorização

1.10.4 – Recuperação e colocação de grades existentes nos vãos assinalados no projeto

1.10.1 – Fornecimento e montagem de vãos exteriores em em Aço Inox ou equivalente

I - Critério de medição

Medição por unidade pronta acabada, assente e a funcionar (un).

II- Descrição do artigo

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

- O fornecimento e assentamento de pré-aros, aros, batentes e todos os componentes fixos descritos no projeto, montados conforme especificações do fabricante do sistema, incluindo todos os acessórios de fixação;
- O fornecimento e montagem de folhas e caixilhos dos vãos descritos no projeto, executados conforme especificações do fabricante do sistema, incluindo todos os acessórios de montagem de componentes e montagem do conjunto especificados;
- O fornecimento e aplicação dos acessórios necessários à vedação estanquicidade da caixilharia conforme especificações do fabricante do sistema, compatíveis com o tipo e forma da envolvente dos vãos;
- O fornecimento e aplicação das ferragens adequadas ao sistema aplicadas conforme especificações do fabricante e respeitando as regras previstas no projeto para o funcionamento da caixilharia incluindo molas, puxadores, fechaduras e todos os acessórios indicados no projeto;
- O fornecimento e assentamento de vidros, com dimensões, tipo, propriedades e processos de aplicação descritos no projeto;
- O fornecimento e aplicação de borracha de espera (batente de proteção), em todas as peças móveis;
- A proteção do acabamento original dos vãos, por meio de filme plástico protetor ou qualquer outro expediente para o mesmo fim e todos os trabalhos acessórios descritos no projeto.

III- Condições técnicas

Entre as condições a que deve obedecer o trabalho referido neste artigo, mencionam-se, como referência especial, as seguintes:

A caixilharia, aros e ferragens serão executados de acordo com os mapas de vãos e desenhos de pormenor;

Os perfilados de alumínio anodizado, integram obrigatoriamente sistema certificado de uso corrente no mercado (para garantia de manutenção) e deverão ser aplicados por casa especializada na aplicação deste tipo de trabalhos, de idoneidade comprovada;

A caixilharia, bem como a correspondente ferragem e processos de aplicação, carecem da aprovação prévia do dono da obra;

Deverá ter-se especial atenção à necessidade de se garantir a rigidez do conjunto e também à estanquicidade das caixilharias, assegurando o bom funcionamento das partes móveis. Assim, todos os ângulos e ligações serão cuidadosamente executados, utilizando nas assemblagens todo os acessórios especificados pelo fabricante do sistema, tendo acabamento perfeito e uniforme;

As ferragens deverão ser robustas, de funcionamento eficiente e compatível com o esquema previsto no projeto, e as fixações aos perfis de alumínio deverão ser em aço inoxidável, ou outro material especificado pelo fabricante do sistema, tendo sempre em atenção a eliminação de fenómenos de corrosão electrolítica, provocados pelo contacto do alumínio com outros metais;

A caixilharia deverá ser ligada às alvenarias ou betões por intermédio de parafusos em aço-inox ou qualquer outro material especificado pelo fabricante do sistema, tendo sempre em atenção e eliminação de fenómenos de corrosão electrolítica, provocados pelo contacto do alumínio com outros metais.

A caixilharia será assente sobre cordão-vedante de secagem lenta, ou cordão de material expansivo, quimicamente compatível com o sistema, certificado por laboratório credenciado e aplicado de acordo com as instruções dos fabricantes respetivos.

Os vãos serão do tipo “Cortizo série muro invertido trama vertical” ou equivalente.

Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

1.10.2 – Sistema de mestragem de canhões de portas

I - Critério de medição

Medição por valor global (vg)

II- Descrição do artigo

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

- Fornecimento, execução e montagem de sistema de mestragem de incremento por mestragem cruzada, grupos cruzados e grande mestra em cilindro tipo europeu;
- Fornecimento de chaves simples e chaves mestras;
- Limpeza e teste do sistema;
- Fornecimento de mapa de funcionamento

III- Condições técnicas

Entre as condições a que deve obedecer o trabalho referido neste artigo, mencionam-se, como referência especial, as seguintes:

O sistema de mestragem deverá ser executado segundo um mapa de funcionamento facultado pelo dono de obra, num nível mínimo de 4.

Após mestrados, os canhões deverão ser instalados em obra, respeitando o mapa de funcionamento.

Deverá ser fornecido ao dono de obra as chaves simples e mestras em número adequado para o perfeito funcionamento do centro escolar

Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

1.10.3 – Estores com Motorização

I - Critério De Medição

- a) Medição por metro quadrado (m2)

II- Descrição Do Artigo

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

- Fornecimento e montagem de estores
- Fornecimento e montagem de motor
- Todos os trabalhos e acessórios necessários
- Limpeza e teste de funcionamento

III- Condições Técnicas

Entre as condições a que deve obedecer o trabalho referido neste artigo, mencionam-se, como merecendo referência especial, as seguintes:

- Os estores terão as dimensões correspondentes aos vãos assinalados nos pormenores das caixas dos respectivos estores e serão de modelo e tipo a aprovar pela Fiscalização.
- A entidade técnica instaladora dos estores compete decidir acerca da eficiência do aparelho a instalar, mas sempre com a aprovação da Fiscalização.
- Os estores deverão manter-se fixos em qualquer posição de abertura.
- O revestimento deverá ficar ausente de empenos e marcas.
- Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

1.10.4 - Recuperação e colocação de grades existentes nos vãos assinalados no projeto

I - Critério de medição

Medição por metro linear (m2)

II- Descrição do artigo

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

- O fornecimento e aplicação de todos os componentes descritos no projeto incluindo todos os acessórios especificados;
- Os cortes e remates necessários, incluindo entregas metálicas e fixações a montar nos elementos de apoio de guardas e escadas;
- Os reforços e bolachas de remate de prumos e escoras;
- A metalização de todos os elementos em ferro;
- O acabamento final, incluindo raspagem, lixagem, pintura e todos os trabalhos acessórios descritos no projeto.

III- Condições técnicas

Entre as condições a que deve obedecer o trabalho referido neste artigo, mencionam-se, como merecendo referência especial, as seguintes:

Os nós, ângulos e ligações serão cuidadosamente executados de acordo com as melhores regras da arte, devendo ter acabamento perfeito e uniforme;

As ligações à cantaria e alvenaria serão efetuadas por meio de chumbadores adequados;

Todos os componentes em ferro e em aço, designadamente, perfis, parafusos, redes, etc., serão metalizados.

A metalização só será efetuada depois de se realizarem as soldaduras necessárias à execução e montagem das guardas e escadas;

A metalização a zinco deve ser realizada em peças decapadas a jacto de areia e de acordo com as normas técnicas em vigor, tendo a camada de metalização a espessura especificada no projeto;

A galvanização por imersão em zinco fundido deve obedecer às prescrições das normas técnicas em vigor.

1.11 - Carpintarias

1.11.1 – Reparação/Fornecimento e montagem de vãos exteriores em madeira

1.11.2 – Reparação/Fornecimento e montagem de vãos interiores em madeira

1.11.3 - Fornecimento e montagem de vãos exteriores e interiores corta-fogo do tipo “porseg cf30, série df-de coene” ou equivalente

1.11.4 - Fornecimento e montagem de vãos interiores em material fenólico

1.11.5 - Fornecimento e montagem de vãos interiores em Vidro Laminado

1.11.1 – Reparação/Fornecimento e montagem de vãos exteriores em madeira

I - Critério de medição

Medição por unidade pronta, assente, acabada e a funcionar (un).

II- Descrição do artigo

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

- O fornecimento e assentamento de pré-aros, aros, guarnições, batentes e todos os componentes fixos descritos no projeto incluindo todos os acessórios de fixação especificados;
- O fornecimento e assentamento de folhas e caixilhos dos vãos;
- O fornecimento e aplicação de ferragens, incluindo dobradiças, fichas, molas, puxadores, fechaduras e todos os acessórios descritos no projeto;
- O fornecimento e assentamento de vidros, com dimensões, tipo, propriedades e processos de aplicação descritos no projeto;
- O fornecimento e aplicação de borracha de espera (batente de proteção), em todas as peças móveis;
- A afinação de folgas, do movimento das folhas e bom funcionamento das ferragens;
- O acabamento final dos vãos, incluindo raspagem, passagem à lixa, pintura ou envernizamento e todos os trabalhos acessórios descritos no projeto;
- A verificação final do bom funcionamento do conjunto.

III- Condições técnicas

Entre as condições a que deve obedecer o trabalho referido neste artigo, mencionam-se, como referência especial, as seguintes:

Todas as peças de madeira, de qualidade atacável por fungos ou insetos, serão tratadas em autoclave com produto preservante à prova destes (fungos e insetos), por processo certificado por laboratório credenciado;

As ligações e samblagens serão perfeitamente executadas, segundo as melhores regras da arte; as esquadrias serão perfeitas e as folgas reduzidas

ao mínimo, de modo a assegurarem um rigoroso ajustamento das peças e a garantirem a defesa contra a penetração dos agentes atmosféricos;

Todas as madeiras serão bem aparelhadas, não sendo permitidas quaisquer emendas ou preenchimento de defeitos a betume ou massa que prejudiquem o futuro comportamento das caixilharias;

Os aros e aduelas serão fixos às alvenarias por intermédio de tacos de castanho ou de madeira exótica dura, ou por outro sistema homologado por laboratório credenciado, e parafusos com cabeça protegida com buchas de madeira da mesma natureza do vão. Quando fiquem sobre elementos de betão, a sua fixação far-se-á, diretamente, por buchas de plástico e parafuso;

O espaçamento das fixações será sempre de acordo com as necessidades, mas nunca superior a 0,85m; nas peças a fixar, haverá sempre pelo menos dois pontos de fixação por verga ou peitoril e três pontos por ombreira;

Nos vãos exteriores, as juntas de ligação do vão com os elementos envolventes serão vedadas por intermédio mástique elástico, imputrescível e duradouro, que tome por completo as folgas existentes; no miolo das juntas de ligação de vãos a elementos de betão à vista, serão introduzidas fitas de material vedante adequado de comprovada eficácia e durabilidade, homologado por laboratório credenciado;

As superfícies de madeira à vista serão assentes protegidas com primário adequado e, antes do acabamento final, serão bem limpas de incrustações de argamassas e passadas à lixa;

A execução de folheados em madeira ou termolaminado deve ser efetuada por colagem com cola apropriada e à prova de água, com prensagem mecânica, ficando o trabalho impecável e sem qualquer ondulação que prejudique o seu aspeto. a aderência do folheado ou termolaminado ao seu suporte, especialmente nos seus bordos, deverá ser total.

1.11.2 – Reparação/Fornecimento e montagem de vãos interiores em madeira

I - Critério de medição

Medição por unidade pronta, assente, acabada e a funcionar (un).

II- Descrição do artigo

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

- O fornecimento e assentamento de pré-aros, aros, guarnições, batentes e todos os componentes fixos descritos no projeto incluindo todos os acessórios de fixação especificados;
- O fornecimento e assentamento de folhas e caixilhos dos vãos;
- O fornecimento e aplicação de ferragens, incluindo dobradiças, fichas, molas, puxadores, fechaduras e todos os acessórios descritos no projeto;
- O fornecimento e assentamento de vidros, com dimensões, tipo, propriedades e processos de aplicação descritos no projeto;
- O fornecimento e aplicação de borracha de espera (batente de proteção), em todas as peças móveis;
- A afinação de folgas, do movimento das folhas e bom funcionamento das ferragens;
- O acabamento final dos vãos, incluindo raspagem, passagem à lixa, pintura ou envernizamento e todos os trabalhos acessórios descritos no projeto;
- A verificação final do bom funcionamento do conjunto.

III- Condições técnicas

Entre as condições a que deve obedecer o trabalho referido neste artigo, mencionam-se, como referência especial, as seguintes:

Todas as peças de madeira, de qualidade atacável por fungos ou insetos, serão tratadas em autoclave com produto preservante à prova destes (fungos e insetos), por processo certificado por laboratório credenciado;

As ligações e samblagens serão perfeitamente executadas, segundo as melhores regras da arte; as esquadrias serão perfeitas e as folgas reduzidas ao mínimo, de modo a assegurarem um rigoroso ajustamento das peças e a garantirem a defesa contra a penetração dos agentes atmosféricos;

Todas as madeiras serão bem aparelhadas, não sendo permitidas quaisquer emendas ou preenchimento de defeitos a betume ou massa que prejudiquem o futuro comportamento das caixilharias;

Os aros e aduelas serão fixos às alvenarias por intermédio de tacos de castanho ou de madeira exótica dura, ou por outro sistema homologado por laboratório credenciado, e parafusos com cabeça protegida com buchas de

madeira da mesma natureza do vão. Quando fiquem sobre elementos de betão, a sua fixação far-se-á, diretamente, por buchas de plástico e parafuso;

O espaçamento das fixações será sempre de acordo com as necessidades, mas nunca superior a 0,85m; nas peças a fixar, haverá sempre pelo menos dois pontos de fixação por verga ou peitoril e três pontos por ombreira;

Nos vãos exteriores, as juntas de ligação do vão com os elementos envolventes serão vedadas por intermédio mástique elástico, imputrescível e duradouro, que tome por completo as folgas existentes; no miolo das juntas de ligação de vãos a elementos de betão à vista, serão introduzidas fitas de material vedante adequado de comprovada eficácia e durabilidade, homologado por laboratório credenciado;

As superfícies de madeira à vista serão assentes protegidas com primário adequado e, antes do acabamento final, serão bem limpas de incrustações de argamassas e passadas à lixa;

A execução de folheados em madeira ou termolaminado deve ser efetuada por colagem com cola apropriada e à prova de água, com prensagem mecânica, ficando o trabalho impecável e sem qualquer ondulação que prejudique o seu aspeto. a aderência do folheado ou termolaminado ao seu suporte, especialmente nos seus bordos, deverá ser total.

1.11.3 - Fornecimento e montagem de vãos exteriores e interiores corta-fogo do tipo “porseg cf30, série df-de coene” ou equivalente

I - Critério de medição

Medição por unidade pronta, assente, acabada e a funcionar (un).

II- Descrição do artigo

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

- O fornecimento e assentamento de pré-aros, aros, guarnições, batentes e todos os componentes fixos descritos no projeto incluindo todos os acessórios de fixação especificados.

- O fornecimento e assentamento de folhas e caixilhos dos vãos.
- O fornecimento e aplicação de ferragens, incluindo dobradiças, fichas, molas, puxadores, fechaduras e todos os acessórios descritos no projeto.
- O fornecimento e assentamento de vidros, com dimensões, tipo, propriedades e processos de aplicação descritos no projeto.
- O fornecimento e aplicação de borracha de espera (batente de proteção), em todas as peças móveis.
- A afinação de folgas, do movimento das folhas e bom funcionamento das ferragens.
- O acabamento final dos vãos, incluindo raspagem, passagem à lixa, pintura ou envernizamento e todos os trabalhos acessórios descritos no projeto.
- A verificação final do bom funcionamento do conjunto.

III- Condições técnicas Especiais

Entre as condições a que deve obedecer o trabalho referido neste artigo, mencionam-se, como referência especial, as seguintes:

- Todas as peças de madeira, de qualidade atacável por fungos ou insetos, serão tratadas em autoclave com produto preservam-te à prova destes (fungos e insetos), por processo certificado por laboratório credenciado.
- As ligações e samblagens serão perfeitamente executadas, segundo as melhores regras da arte; as esquadrias serão perfeitas e as folgas reduzidas ao mínimo, de modo a assegurarem um rigoroso ajustamento das peças e a garantirem a defesa contra a penetração dos agentes atmosféricos.
- Todas as madeiras serão bem aparelhadas, não sendo permitidas quaisquer emendas ou preenchimento de defeitos a betume ou massa que prejudiquem o futuro comportamento das caixilharias.
- Os aros e aduelas serão fixos às alvenarias por intermédio de parafusos com cabeça protegida com buchas de madeira da mesma

natureza do vão. Quando fiquem sobre elementos de betão, a sua fixação far-se-á, diretamente, por buchas de plástico e parafuso.

- O espaçamento das fixações será sempre de acordo com as necessidades, mas nunca superior a 0,85m; nas peças a fixar, haverá sempre pelo menos dois pontos de fixação por verga ou peitoril e três pontos por ombreira.
- As superfícies de madeira à vista serão assentes protegidas com primário adequado e, antes do acabamento final, serão bem limpas de incrustações de argamassas e passadas à lixa.
- A execução de folheados em madeira ou termolaminado deve ser efetuada por colagem com cola apropriada e à prova de água, com prensagem mecânica, ficando o trabalho impecável e sem qualquer ondulação que prejudique o seu aspeto. A aderência do folheado ou termolaminado ao seu suporte, especialmente nos seus bordos, deverá ser total.
- Os vãos deverão garantir a classe de resistência ao fogo, quer como corta-fogo, quer como para chamas, definidas no projeto de segurança.
- As fechaduras, encravamentos elétricos, barras antipânico, etc., deverão igualmente respeitar os parâmetros definidos no projeto de segurança e legislação em vigor.
- Os vãos serão do tipo “Porseg CF30, série DF-De Coene” ou equivalente.
- Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

1.11.4 - Fornecimento e montagem de vãos interiores em material fenólico

I - Critério de medição

Medição por unidade pronta, assente, acabada e a funcionar (un).

II- Descrição do artigo

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

O fornecimento e assentamento de pré-aros, aros, guarnições, batentes e todos os componentes fixos descritos no projeto incluindo todos os acessórios de fixação especificados.

O fornecimento e assentamento de folhas e caixilhos dos vãos;

O fornecimento e aplicação de ferragens, incluindo dobradiças fichas, molas, puxadores, fechaduras e todos os acessórios descritos no projeto;

O fornecimento e assentamento de vidros, com dimensões, tipo, propriedades e processos de aplicação descritos no projeto;

O fornecimento e aplicação de borracha de espera (batente de proteção), em todas as peças móveis;

A afinação de folgas, do movimento das folhas e bom funcionamento das ferragens;

O acabamento final dos vãos, incluindo raspagem, passagem à lixa, pintura ou envernizamento e todos os trabalhos acessórios descritos no projeto;

A verificação final do bom funcionamento do conjunto.

III- Condições técnicas

Entre as condições a que deve obedecer o trabalho referido neste artigo, mencionam-se, como referência especial, as seguintes:

Todas as peças de fenólicos receberão tratamento por processo certificado por laboratório credenciado;

As ligações e samblagens serão perfeitamente executadas, segundo as melhores regras da arte; as esquadrias serão perfeitas e as folgas reduzidas ao mínimo, de modo a assegurarem um rigoroso ajustamento das peças e a garantirem a defesa contra a penetração dos agentes atmosféricos;

Todas os fenólicos serão bem aparelhadas, não sendo permitidas quaisquer emendas ou preenchimento de defeitos a betume ou massa que prejudiquem o futuro comportamento das caixilharias;

Os aros e aduelas serão fixos às alvenarias por intermédio de tacos de castanho ou de madeira exótica dura, ou por outro sistema homologado por laboratório credenciado, e parafusos com cabeça protegida com buchas de madeira da mesma natureza do vão. Quando fiquem sobre elementos de betão, a sua fixação far-se-á, diretamente, por buchas de plástico e parafuso;

O espaçamento das fixações será sempre de acordo com as necessidades, mas nunca superior a 0,85m; nas peças a fixar, haverá sempre pelo menos dois pontos de fixação por verga ou peitoril e três pontos por ombreira;

Nos vãos exteriores, as juntas de ligação do vão com os elementos envolventes serão vedadas por intermédio mástique elástico, imputrescível e duradouro, que tome por completo as folgas existentes; no miolo das juntas de ligação de vãos a elementos de betão à vista, serão introduzidas fitas de material vedante adequado de comprovada eficácia e durabilidade, homologado por laboratório credenciado;

1.11.5 - Fornecimento e montagem de vãos interiores em vidro laminado

I - Critério de medição

Medição por unidade pronta, assente, acabada e a funcionar (un).

II- Descrição do artigo

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

O fornecimento e assentamento de pré-aros, aros, guarnições, batentes e todos os componentes fixos descritos no projeto incluindo todos os acessórios de fixação especificados.

O fornecimento e assentamento de folhas e caixilhos dos vãos;

O fornecimento e aplicação de ferragens, incluindo dobradiças, fichas, molas, puxadores, fechaduras e todos os acessórios descritos no projeto;

O fornecimento e assentamento de vidros, com dimensões, tipo, propriedades e processos de aplicação descritos no projeto;

O fornecimento e aplicação de borracha de espera (batente de proteção), em todas as peças móveis;

A afinação de folgas, do movimento das folhas e bom funcionamento das ferragens;

O acabamento final dos vãos, incluindo raspagem, passagem à lixa, pintura ou envernizamento e todos os trabalhos acessórios descritos no projeto;

A verificação final do bom funcionamento do conjunto.

III- Condições técnicas

Entre as condições a que deve obedecer o trabalho referido neste artigo, mencionam-se, como referência especial, as seguintes:

Todas as peças de vidro receberão tratamento por processo certificado por laboratório credenciado;

As ligações e samblagens serão perfeitamente executadas, segundo as melhores regras da arte; as esquadrias serão perfeitas e as folgas reduzidas ao mínimo, de modo a assegurarem um rigoroso ajustamento das peças e a garantirem a defesa contra a penetração dos agentes atmosféricos;

Todas as fenólicas serão bem aparelhadas, não sendo permitidas quaisquer emendas ou preenchimento de defeitos a betume ou massa que prejudiquem o futuro comportamento das caixilharias;

Os aros e aduelas serão fixos às alvenarias por intermédio de sistema homologado por laboratório credenciado, e parafusos com cabeça protegida com buchas de madeira da mesma natureza do vão. Quando fiquem sobre

elementos de betão, a sua fixação far-se-á, diretamente, por buchas de plástico e parafuso;

O espaçamento das fixações será sempre de acordo com as necessidades, mas nunca superior a 0,85m; nas peças a fixar, haverá sempre pelo menos dois pontos de fixação por verga ou peitoril e três pontos por ombreira;

Nos vãos exteriores, as juntas de ligação do vão com os elementos envolventes serão vedadas por intermédio mástique elástico, imputrescível e duradouro, que tome por completo as folgas existentes; no miolo das juntas de ligação de vãos a elementos de betão à vista, serão introduzidas fitas de material vedante adequado de comprovada eficácia e durabilidade, homologado por laboratório credenciado;

1.12 - Mobiliário

1.12.1 - Fornecimento e montagem de armários em madeira para pintar

1.12.2 - Fornecimento e montagem de armários metálicos para casas de banho e vestiários

1.12.3 - Fornecimento e montagem de armários metálicos para arquivamento de documentos

1.12.4 - Fornecimento e montagem de estantes metálicas

1.12.5 – Fornecimento e montagem de mesas em madeira

1.12.6 – Fornecimento e montagem de bancos e ou cadeiras em madeira

1.12.1 – Fornecimento e montagem de armários em madeira para pintar

I - Critério de medição

Medição por unidade pronta, assente, acabada e a funcionar (un).

II- Descrição do artigo

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

Fornecimento e montagem de armários e estantes em estrutura de madeira e em mdf folheado a madeira tola, incluindo todos os acessórios e trabalhos necessários.

O fornecimento e assentamento de réguas mestras e tacos para fixação dos elementos do equipamento fixo;

O fornecimento e assentamento dos componentes do equipamento fixo, executados e aplicados conforme as especificações do projeto e segundo as melhores regras da arte;

O fornecimento e aplicação de todas as partes metálicas, ferragens, materiais de revestimento e acessórios, especificados no projeto como parte integrante do equipamento fixo;

O acabamento final de todos os componentes, incluindo trabalhos acessórios, conforme especificado no projeto;

A proteção das peças acabadas, evitando-se a sua deterioração durante a execução de trabalhos a jusante.

III- Condições técnicas

Entre as condições a que deve obedecer o trabalho referido neste artigo, mencionam-se, como referência especial, as seguintes:

Todas as peças de madeira, de qualidade atacável por fungos ou insetos, serão tratadas em autoclave com produto preservante à prova destes (fungos e insetos), por processo certificado por laboratório credenciado;

As ligações e samblagens serão perfeitamente executadas, segundo as melhores regras da arte. As esquadrias serão perfeitas e as folgas reduzidas ao mínimo, de modo a assegurarem um rigoroso ajustamento das peças;

Todas as madeiras serão bem aparelhadas, não sendo permitidas quaisquer emendas ou preenchimento de defeitos a betume ou massa que prejudiquem o seu aspeto e futuro comportamento;

A execução de folheados em madeira ou termolaminado deve ser efetuada por colagem com cola apropriada e à prova de água, com prensagem mecânica, ficando o trabalho impecável e sem qualquer ondulação que prejudique o seu aspeto. A aderência do folheado ou termolaminado ao seu suporte, especialmente nos seus bordos, deverá ser total;

As ligações às componentes metálicas serão ensaiadas conforme descrito no projeto e corrigidas após execução de modelo;

De todas as ferragens e acessórios necessários ao bom funcionamento dos elementos do equipamento fixo, será apresentado um exemplar, para aprovação, antecedendo qualquer aplicação;

De todos os materiais de revestimento e acabamento será apresentada uma amostra, para aprovação, antecedendo qualquer aplicação.

1.12.2 - Fornecimento e montagem de armários metálicos para casas de banho e vestiários

I - Critério de medição

Medição por unidade pronta, assente, acabada e a funcionar (un).

II- Descrição do artigo

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

- A execução da estrutura em tubo ou chapa de aço inox
- O fornecimento e assentamento dos tampos e portas, conforme previsto em mapa de vãos
- O acabamento no interior da bancada.
- Os cortes e remates necessários.
- Pios e torneiras de comando não manual (quando aplicável)
- Tubagens de ligações de água e esgotos (quando aplicável)

III- Condições técnicas

Entre as condições a que deve obedecer o trabalho referido neste artigo, mencionam-se, como referência especial, as seguintes:

- A estrutura da bancada será desmontável, e executada em tubo ou chapa de aço inox.
- O tampo, portas e gavetas serão igualmente desmontável e executada em tubo ou chapa de aço inox. (quando aplicável)
- As portas serão de abrir, em mdf hidrófugo folheado a madeira de Tola (quando aplicável)
- Deverão ser incluídos todos os pios e torneiras de comando não manual e as tubagens de ligação à rede de água e esgotos.

1.12.3 - Fornecimento e montagem de armários metálicos para arquivamento de documentos

I - Critério de medição

Medição por unidade pronta, assente, acabada e a funcionar (un).

II- Descrição do artigo

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

- A execução da estrutura em tubo ou chapa de aço inox

- O fornecimento e assentamento dos tampos e portas, conforme previsto em mapa de vãos
- O acabamento no interior da bancada.
- Os cortes e remates necessários.
- Pios e torneiras de comando não manual (quando aplicável)
- Tubagens de ligações de água e esgotos (quando aplicável)

III- Condições técnicas

Entre as condições a que deve obedecer o trabalho referido neste artigo, mencionam-se, como referência especial, as seguintes:

- A estrutura da bancada será desmontável, e executada em tubo ou chapa de aço inox.
- O tampo, portas e gavetas serão igualmente desmontável e executada em tubo ou chapa de aço inox. (quando aplicável)
- As portas serão de abrir, em chapa
- Deverão ser incluídos todos os pios e torneiras de comando não manual e as tubagens de ligação à rede de água e esgotos.

1.12.4 - Fornecimento e montagem de estantes metálicas

I - Critério de medição

Medição por unidade pronta, assente, acabada e a funcionar (un).

II- Descrição do artigo

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

- A execução da estrutura em tubo ou chapa de aço inox
- O fornecimento e assentamento dos tampos e portas, conforme previsto em mapa de vãos
- O acabamento no interior da bancada.
- Os cortes e remates necessários.
- Pios e torneiras de comando não manual (quando aplicável)

- Tubagens de ligações de água e esgotos (quando aplicável)

III- Condições técnicas

Entre as condições a que deve obedecer o trabalho referido neste artigo, mencionam-se, como referência especial, as seguintes:

- A estrutura da bancada será desmontável, e executada em tubo ou chapa de aço inox.
- O tampo, portas e gavetas serão igualmente desmontável e executada em tubo ou chapa de aço inox. (quando aplicável)
- As portas serão de abrir, em mdf hidrófugo folheado a madeira de Tola (quando aplicável)
- Deverão ser incluídos todos os pios e torneiras de comando não manual e as tubagens de ligação à rede de água e esgotos.

1.12.5 – Fornecimento e montagem de mesas em madeira

I - Critério de medição

Medição por unidade pronta, assente, acabada e a funcionar (un).

II- Descrição do artigo

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

Fornecimento e montagem de mesas e bancos em mdf folheado a madeira tola e madeira maciça, incluindo ferragens e perfis em aço de fixação à parede, com todos os trabalhos necessários.

- O fornecimento e assentamento de réguas mestras e tacos para fixação dos elementos do equipamento fixo;
- O fornecimento e assentamento dos componentes do equipamento fixo, executados e aplicados conforme as especificações do projeto e segundo as melhores regras da arte;
- O fornecimento e aplicação de todas as partes metálicas, ferragens, materiais de revestimento e acessórios, especificados no projeto como parte integrante do equipamento fixo;

- O acabamento final de todos os componentes, incluindo trabalhos acessórios, conforme especificado no projeto;
- A proteção das peças acabadas, evitando-se a sua deterioração durante a execução de trabalhos a jusante.

III- Condições técnicas

Entre as condições a que deve obedecer o trabalho referido neste artigo, mencionam-se, como referência especial, as seguintes:

- Todas as peças de madeira, de qualidade atacável por fungos ou insetos, serão tratadas em autoclave com produto preservante à prova destes (fungos e insetos), por processo certificado por laboratório credenciado;
- As ligações e samblagens serão perfeitamente executadas, segundo as melhores regras da arte. As esquadrias serão perfeitas e as folgas reduzidas ao mínimo, de modo a assegurarem um rigoroso ajustamento das peças;
- Todas as madeiras serão bem aparelhadas, não sendo permitidas quaisquer emendas ou preenchimento de defeitos a betume ou massa que prejudiquem o seu aspeto e futuro comportamento;
- A execução de folheados em madeira ou termolaminado deve ser efetuada por colagem com cola apropriada e à prova de água, com prensagem mecânica, ficando o trabalho impecável e sem qualquer ondulação que prejudique o seu aspeto. a aderência do folheado ou termolaminado ao seu suporte, especialmente nos seus bordos, deverá ser total;
- As ligações às componentes metálicas serão ensaiadas conforme descrito no projeto e corrigidas após execução de modelo;
- De todas as ferragens e acessórios necessários ao bom funcionamento dos elementos do equipamento fixo, será apresentado um exemplar, para aprovação, antecedendo qualquer aplicação;
- De todos os materiais de revestimento e acabamento será apresentada uma amostra, para aprovação, antecedendo qualquer aplicação.

1.12.6 – Fornecimento e montagem de bancos e ou cadeiras em madeira

I - Critério de medição

Medição por unidade pronta, assente, acabada e a funcionar (un).

II- Descrição do artigo

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

Fornecimento e montagem de mesas e bancos em mdf folheado a madeira tola e madeira maciça, incluindo ferragens e perfis em aço de fixação à parede, com todos os trabalhos necessários.

- O fornecimento e assentamento de réguas mestras e tacos para fixação dos elementos do equipamento fixo;
- O fornecimento e assentamento dos componentes do equipamento fixo, executados e aplicados conforme as especificações do projeto e segundo as melhores regras da arte;
- O fornecimento e aplicação de todas as partes metálicas, ferragens, materiais de revestimento e acessórios, especificados no projeto como parte integrante do equipamento fixo;
- O acabamento final de todos os componentes, incluindo trabalhos acessórios, conforme especificado no projeto;
- A proteção das peças acabadas, evitando-se a sua deterioração durante a execução de trabalhos a jusante.

III- Condições técnicas

Entre as condições a que deve obedecer o trabalho referido neste artigo, mencionam-se, como referência especial, as seguintes:

- Todas as peças de madeira, de qualidade atacável por fungos ou insetos, serão tratadas em autoclave com produto preservante à prova destes (fungos e insetos), por processo certificado por laboratório credenciado;

- As ligações e samblagens serão perfeitamente executadas, segundo as melhores regras da arte. As esquadrias serão perfeitas e as folgas reduzidas ao mínimo, de modo a assegurarem um rigoroso ajustamento das peças;
- Todas as madeiras serão bem aparelhadas, não sendo permitidas quaisquer emendas ou preenchimento de defeitos a betume ou massa que prejudiquem o seu aspeto e futuro comportamento;
- A execução de folheados em madeira ou termolaminado deve ser efetuada por colagem com cola apropriada e à prova de água, com prensagem mecânica, ficando o trabalho impecável e sem qualquer ondulação que prejudique o seu aspeto. a aderência do folheado ou termolaminado ao seu suporte, especialmente nos seus bordos, deverá ser total;
- As ligações às componentes metálicas serão ensaiadas conforme descrito no projeto e corrigidas após execução de modelo;
- De todas as ferragens e acessórios necessários ao bom funcionamento dos elementos do equipamento fixo, será apresentado um exemplar, para aprovação, antecedendo qualquer aplicação;
- De todos os materiais de revestimento e acabamento será apresentada uma amostra, para aprovação, antecedendo qualquer aplicação.

2 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

Em todos os artigos onde estão indicadas marcas de materiais ou produtos devem estas ser lidas acompanhadas da menção "ou equivalente" estando a entidade adjudicante obrigada a dar cumprimento ao estabelecido no nº 4 do Artº 49 do Código dos Contractos Públicos, anexo ao DL 18/2008, de 29 de Janeiro.

Mestrado Integrado em Arquitetura e Urbanismo



Reabilitação de edifício escolar do séc. XIX:

Arquivo Municipal

1.5 – Mapa de Medições/Quantidades e Orçamento

Pedro Jorge Ribas Vila Pouca

Orientadora – Profª Doutora Mónica Alcindor

Vila Nova de Cerveira - setembro - 2015



Reabilitação da Escola Central Padre Pinheiro - Arquivo Municipal - Caminha						
MAPA DE MEDIÇÕES e ORÇAMENTO						
Artigo	Designação dos Trabalhos	Quant.	Uni.	Preços		
				Unitários	Parciais	Totais
1.1	TRABALHOS PREPARATÓRIOS					
1.1.1	DEMOLIÇÕES					
	Demolição das construções existentes no terreno, remoção das fundações, demolição de muros ou de quaisquer outros elementos, posterior carga, transporte, descarga e depósito dos resíduos a destino autorizado e eventuais taxas de deposição por descarga, e no final aterro dos vazios remanescentes com material proveniente das escavações em obra.	1,00	vg	24.800,00 €	24.800,00 €	24.800,00 €
1.1.2	ABATE E REMOÇÃO DE ÁRVORES					
	Abate de árvores, arranque das raízes e remoção das caldeiras. Aterro dos vazios remanescentes com material proveniente das escavações em obra. Carga, transporte, descarga e depósito dos resíduos a destino autorizado e eventuais taxas de deposição por descarga.	1,00	vg	800,00 €	800,00 €	800,00 €
1.1.3	MONTAGEM, UTILIZAÇÃO e DESMONTAGEM do ESTALEIRO					
	Trabalhos e fornecimentos a executar: Instalações para o pessoal de acordo com a legislação em vigor. Instalações para a fiscalização equipadas. Fornecimento e montagem de 4 placas publicitárias. Redes provisórias de eletricidade, água potável e esgotos, ligado às redes públicas de electricidade, abastecimento de água e saneamento incluindo os custos de instalação e consumos. Vedação do estaleiro com chapa metálica. Gestão todos os equipamentos a utilizar em obra.	1,00	vg	45.000,00 €	45.000,00 €	45.000,00 €
1.1.4	VEDAÇÃO DO LOCAL DA OBRA					
	O local da obra será vedado por rede ou chapa metálica intransponível a pessoas estranhas à obra; A barreira visual será tela de malha plástica (rede verde); Os acessos ao estaleiro deverão ser dotados de chave e assinalados, controlados e condicionados. As visitas deverão ser sempre acompanhadas e equipadas com os EPI.	1,00	vg	27.000,00 €	27.000,00 €	27.000,00 €
1.1.5	IMPLEMENTAÇÃO EM OBRA DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE					
	Implementação em obra do Plano de Segurança e Saúde	1,00	vg	8.000,00 €	8.000,00 €	8.000,00 €



Reabilitação da Escola Central Padre Pinheiro - Arquivo Municipal - Caminha

MAPA DE MEDIÇÕES e ORÇAMENTO

Artigo	Designação dos Trabalhos	Quant.	Uni.	Preços		
				Unitários	Parciais	Totais
1.1.6	IMPLEMENTAÇÃO EM OBRA DO PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO (PPGRCD) Implementação em obra do Plano de Prevenção e Gestão dos Resíduos da Construção e Demolição no cumprimento da lei.	1,00	vg	21.000,00 €	21.000,00 €	21.000,00 €
1.1.7	EXECUÇÃO DE TELAS FINAIS DE TODAS AS REDES E INFRAESTRUTURAS Desenho de telas finais de Arquitectura e Especialidades	1,00	vg	12.000,00 €	12.000,00 €	12.000,00 €
1.1.8	LIMPEZA GERAL DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO E ÁREAS DE ESTALEIRO Limpeza geral da área da obra, da área envolvente bem como de outras áreas das quais se tenham mantido servidão durante a execução dos trabalhos. Limpeza geral do estaleiro.	1,00	vg	8.750,00 €	8.750,00 €	8.750,00 €
1.1.9	LIMPEZA GERAL DO EDIFÍCIO APÓS A CONCLUSÃO DOS TRABALHOS Limpeza geral do exterior e interior do edifício, incluindo a limpeza e impermeabilização de pedras naturais.	1,00	vg	2.900,00 €	2.900,00 €	2.900,00 €
Total Artigo 1.1						150.250,00 €
1.2	PAREDES					
1.2.1	PAREDES EXTERIORES					
1.2.1.1	PAREDE EXTERIOR E COBERTURA EM BETÃO ARMADO COM 20CM DE ESPESSURA Fornecimento e aplicação de parede autoportante em betão armado com 25cm de espessura, sendo utilizado o Aço A500 e o Betão C20/25(B25).	1365,00	m2	95,00 €	129.675,00 €	129.675,00 €
1.2.1.2	PAREDE EXTERIOR AUTOPORTANTE PRÉ-EXISTENTE	1,00	m2	- €	- €	- €
1.2.2	PAREDES INTERIORES					
1.2.2.1	PAREDES INTERIORES EM PLACA DE GESSO CARTONADO TIPO "KNAUF" OU EQUIVALENTE					



Reabilitação da Escola Central Padre Pinheiro - Arquivo Municipal - Caminha						
MAPA DE MEDIÇÕES e ORÇAMENTO						
Artigo	Designação dos Trabalhos	Quant.	Uni.	Preços		
				Unitários	Parciais	Totais
1.2.2.2	Paredes Interiores Divisórias - Fornecimento e aplicação de parede em Pladur BA13(placa dupla) que inclui a estrutura metálica de fixação, lã de rocha de 80kg/m3 e emassamento com massa do tipo Altek, para pintura G.C.S. PAREDES INTERIORES EM PLACA DE GESSO CARTONADO HIDRÓFUGO TIPO "KNAUF" OU EQUIVALENTE	295,00	m2	35,00 €	10.325,00 €	10.325,00 €
1.2.2.3	Paredes Interiores Divisórias - Fornecimento e aplicação de parede em Pladur BA13(placa dupla) que inclui a estrutura metálica de fixação, lã de rocha de 80kg/m3 e emassamento com massa do tipo Altek, para pintura G.C.S. PAREDES INTERIORES EM CAIXA DE AR EM PLACA DE GESSO CARTONADO TIPO "KNAUF" OU EQUIVALENTE	135,00	m2	38,00 €	5.130,00 €	5.130,00 €
1.2.2.4	Paredes Interiores de caixa de ar - Fornecimento e aplicação de parede em Pladur BA13 (placa dupla) que inclui a estrutura metálica de fixação, e emassamento com massa do tipo Altek, para pintura G.C.S. PAREDES INTERIORES DE CAIXA DE AR EM PLACA DE GESSO CARTONADO HIDRÓFUGO TIPO "KNAUF" OU EQUIVALENTE	736,00	m2	29,75 €	21.896,00 €	21.896,00 €
1.2.2.5	Paredes Interiores de caixa de ar - Fornecimento e aplicação de parede em Pladur BA13 (placa dupla) que inclui a estrutura metálica de fixação, e emassamento com massa do tipo Altek, para pintura G.C.S. Paredes de alvenaria interior de tijolo de 30x20x11 Fornecimento e aplicação de alvenaria de tijolo furado de 30x20x11, incluindo argamassa de assentamento ao traço 1:4, fitas metálicas de travamento aos pilares de betão armado e todos os trabalhos necessários, de acordo com as especificações do projecto de execução e condições técnicas em paredes interiores.	197,80	m2	32,00 €	6.329,60 €	6.329,60 €
		1614,50	m2	18,00 €	29.061,00 €	29.061,00 €
Total Artigo 1.2						202.416,60 €
1.3	ISOLAMENTOS					
1.3.1	ISOLAMENTO TÉRMICO EM PAREDES EXTERIORES					



Reabilitação da Escola Central Padre Pinheiro - Arquivo Municipal - Caminha						
MAPA DE MEDIÇÕES e ORÇAMENTO						
Artigo	Designação dos Trabalhos	Quant.	Uni.	Preços		
				Unitários	Parciais	Totais
1.3.2	Fornecimento e aplicação de isolamento térmico com 40mm em cortiça negra ou equivalente conforme projecto, incluindo ligações entre placas e todos os cortes necessários, de acordo com o caderno de encargos.	2935,50	m2	19,85 €	58.269,68 €	58.269,68 €
	ISOLAMENTO ACÚSTICO DE 40MM EM PAVIMENTOS					
1.3.3	Fornecimento e aplicação de isolamento Térmico tipo Floormate ou equivalente com 40mm em tetos incluindo as placas e sua fixação de acordo com o caderno de encargos.	1137,80	m2	13,20 €	15.018,96 €	15.018,96 €
	ISOLAMENTO ACÚSTICO DE 60MM EM TETOS					
	Fornecimento e aplicação de isolamento natural em placas de lã de rocha de 80kg/m3 com 60mm em tetos incluindo as placas e sua fixação, de acordo com o caderno de encargos.	767,00	m2	17,65 €	13.537,55 €	13.537,55 €
Total Artigo 1.3						86.826,19 €
1.4	COBERTURAS					
1.4.1	COBERTURA PLANA					
1.4.1.1	Cobertura plana, constituída por barreira para vapor, isolamento térmico 40mm, camada de forma para fazer as pendentes, tela de impermeabilização, isolamento térmico 40mm, manta geotextil, manta PEAD, barotes de Fixação e revestimento a camarinha de zinco agrafado, de acordo com o caderno de encargos.	468,00	m2	55,00 €	25.740,00 €	25.740,00 €
1.4.1.2	Cobertura plana, constituída por estrutura em vigas de madeira, painéis de MDF de 20mm, barotes de fixação isolamento térmico 40mm, painéis OSB 20mm, manta PEAD, e revestimento a camarinha de zinco agrafado de acordo com o caderno de encargos.	380,00	m2	80,00 €	30.400,00 €	30.400,00 €
1.4.2	COBERTURA INCLINADA					
1.4.2.1	Cobertura inclinada sobre estrutura de madeira existente, com forro de painéis osb 22mm, isolamento térmico 40mm, ripa em madeira, e telha cerâmica tipo marselha ou equivalente de acordo com o caderno de encargos.	695,00	m2	49,00 €	34.055,00 €	34.055,00 €
Total Artigo 1.4						90.195,00 €
1.5	REVESTIMENTOS					



Reabilitação da Escola Central Padre Pinheiro - Arquivo Municipal - Caminha

MAPA DE MEDIÇÕES e ORÇAMENTO

Artigo	Designação dos Trabalhos	Quant.	Uni.	Preços		
				Unitários	Parciais	Totais
1.5.1	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE REBOCO DE PAREDES EXTERIORES					
1.5.1.1	PAREDES EXTERIORES					
	Limpeza das superfícies antes da aplicação, fornecimento e aplicação de chapisco quando necessário, reboco com argamassa de cal e areia ao traço 1/4 ou de cimento pré-preparada, tratamento da superfície em função do acabamento, e aditivo hidrófugo quando o reboco for aplicado em zonas húmidas	552,00	m2	16,00 €	8.832,00 €	8.832,00 €
1.5.1.2	fornecimento e aplicação sobre estrutura metálica em cantoneira 50x50, de estrutura em madeira de pinho nacional tratado em barrote 80x80mm, e regoado de madeira de pinho nacional tratado com 20x100mm, incluindo todas as fixações, cortes e remates, de acordo com o caderno de encargos.	815,00	m2	95,00 €	77.425,00 €	77.425,00 €
1.5.2	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE REBOCO DE PAREDES INTERIORES					
1.5.2.1	PAREDES INTERIORES					
	Limpeza das superfícies antes da aplicação, fornecimento e aplicação de chapisco quando necessário, reboco com argamassa de cal e areia ao traço 1/4 ou de cimento pré-preparada, tratamento da superfície em função do acabamento, e aditivo hidrófugo quando o reboco for aplicado em zonas húmidas	3228,15	m2	12,00 €	38.737,80 €	38.737,80 €
1.5.3	REVESTIMENTO DE PAREDES A MICROCIMENTO					
	Fornecimento e aplicação da argamassa de revestimento conforme fichas técnicas e nas cores indicadas nas peças desenhadas.	3228,15	m2	18,00 €	58.106,70 €	58.106,70 €
1.5.4	REVESTIMENTO DE PAREDES A MÁRMORE BRANCO POLIDO					
	Fornecimento e aplicação de mármore branco polido em paredes de casas de banho conforme esterotomia, de acordo com as peças desenhadas e o caderno de encargos.	31,85	m2	120,00 €	3.822,00 €	3.822,00 €
1.5.5	REVESTIMENTO DE PAVIMENTO A MÁRMORE BRANCO POLIDO					



Reabilitação da Escola Central Padre Pinheiro - Arquivo Municipal - Caminha

MAPA DE MEDIÇÕES e ORÇAMENTO

Artigo	Designação dos Trabalhos	Quant.	Uni.	Preços		
				Unitários	Parciais	Totais
	Fornecimento e aplicação de mármore branco polido com 60x60 em pavimentos de acordo com as peças desenhadas e o caderno de enacrgos.	85,00	m2	135,00 €	11.475,00 €	11.475,00 €
1.5.6	REVESTIMENTO DE PAVIMENTOS INTERIORES EM MADEIRA DE PINHO ENVERNIZADA COM DIMENSÕES DE ACORDO COM O DESENHO COM 4CM DE ESPESSURA Fornecimento e assentamento de estrutura e soalho em madeira de pinho com tabuas de 200x40mm de espessura. Polimento geral das superfícies	316,80	m2	125,00 €	39.600,00 €	39.600,00 €
1.5.7	REVESTIMENTO DE PAVIMENTOS EM LAGEADO DE GRANITO COM DIMENSÕES DE ACORDO COM O DESENHO COM 3CM DE ESPESSURA					
1.5.7.1	Fornecimento e assentamento de lajedo de Granito da região 100*60	43,35	m2	65,00 €	2.817,75 €	2.817,75 €
1.5.7.2	Fornecimento e assentamento de lajedo de Granito da região 80*60	22,00	m2	60,00 €	1.320,00 €	1.320,00 €
1.5.8	REVESTIMENTO DE PAVIMENTO A MICROCIMENTO Fornecimento e aplicação microcimento em pavimentos de acordo com as peças desenhadas e o caderno de enacrgos.	1137,80	m2	18,00 €	20.480,40 €	20.480,40 €
1.5.9	REVESTIMENTO DE TETOS A GESSO CARTONADO TIPO "KNAUF" OU EQUIVALENTE, PARA PINTAR Fornecimento e assentamento da estrutura, fixações, placas de gesso cartonado, massas de colagem e regularização, tratamento das juntas e barramento geral das superfícies para pintura posterior.	726,00	m2	28,00 €	20.328,00 €	20.328,00 €
1.5.10	REVESTIMENTO DE TETOS A GESSO CARTONADO HIDROFUGO TIPO "KNAUF" OU EQUIVALENTE, PARA PINTAR Fornecimento e assentamento da estrutura, fixações, placas de gesso cartonado hidrófugo, massas de colagem e regularização, tratamento das juntas e barramento geral das superfícies para pintura posterior.	60,00	m2	30,85 €	1.851,00 €	1.851,00 €
1.5.11	REVESTIMENTO DE TETOS A GESSO PROJETADO TIPO SERAL OU EQUIVALENTE, PARA PINTAR Fornecimento e aplicação de gesso projetado do tipo Proyal ou equivalente em tetos com acabamento liso em superfície para pintura posterior.	1137,80	m2	9,00 €	10.240,20 €	10.240,20 €



Reabilitação da Escola Central Padre Pinheiro - Arquivo Municipal - Caminha						
MAPA DE MEDIÇÕES e ORÇAMENTO						
Artigo	Designação dos Trabalhos	Quant.	Uni.	Preços		
				Unitários	Parciais	Totais
Total Artigo 1.5						295.035,85 €
1.6	RODAPÉS					
1.6.1	RODAFÉ EM MDF Fornecimento e assentamento do rodapé incluindo cortes e remates necessários assim como os tacos de fixação e a lixagem do rodapé.	289,00	ml	9,00 €	2.601,00 €	2.601,00 €
1.6.2	RODAPÉ EM AÇO INOX Fornecimento e assentamento do rodapé incluindo cortes e remates necessários assim como os tacos de fixação e a lixagem do rodapé.	195,00	ml	19,00 €	3.705,00 €	3.705,00 €
1.6.3	RODAPÉ EM MICROCIMENTO Fornecimento e assentamento do rodapé incluindo cortes e remates necessários assim como os tacos de fixação e a lixagem do rodapé.	382,00	ml	6,50 €	2.483,00 €	2.483,00 €
Total Artigo 1.6						8.789,00 €
1.7	PINTURAS					
1.7.1	PINTURAS DE PAREDES EXTERIORES Limpeza geral da superfície de modo a remover poeiras aderentes ás paredes. A pintura será com duas ou três demãos de tinta tipo "CINOLITE HP da CIN"	552,00	m2	8,95 €	4.940,40 €	4.940,40 €
1.7.2	PINTURAS DE PAREDES DE GESSO CARTONADO LISO Limpeza e preparação das superfícies a pintar, retoques em emassamento, fornecimento e aplicação de primário, fornecimento e aplicação de tinta a duas demãos	1166,00	m2	11,30 €	13.175,80 €	13.175,80 €
1.7.3	PINTURAS DE PAREDES DE GESSO CARTONADO HIDRÓFUGO Limpeza e preparação das superfícies a pintar, retoques em emassamento, fornecimento e aplicação de primário, fornecimento e aplicação de tinta a duas demãos	332,80	m2	12,30 €	4.093,44 €	4.093,44 €
1.7.4	PINTURA DE TETOS EM GESSO CARTONADO LISO Limpeza e preparação das superfícies a pintar, retoques em emassamento, fornecimento e aplicação de primário, fornecimento e aplicação de tinta a duas demãos	726,00	m2	12,50 €	9.075,00 €	9.075,00 €



Reabilitação da Escola Central Padre Pinheiro - Arquivo Municipal - Caminha

MAPA DE MEDIÇÕES e ORÇAMENTO

Artigo	Designação dos Trabalhos	Quant.	Uni.	Preços		
				Unitários	Parciais	Totais
1.7.5	PINTURA DE TETOS EM GESSO CARTONADO HIDRÓFUGO Limpeza e preparação das superfícies a pintar, retoques em emassamento, fornecimento e aplicação de primário, fornecimento e aplicação de tinta a duas demãos	60,00	m2	12,50 €	750,00 €	750,00 €
1.7.6	PINTURA DE RODAPÉS EM MDF Limpeza e preparação das superfícies a pintar, lixagem de superfícies, fornecimento e aplicação de primário, fornecimento e aplicação de tinta	289,00	m2	6,85 €	1.979,65 €	1.979,65 €
1.7.7	ENVERNIZAMENTO DE SOALHO Limpeza e preparação das superfícies a pintar, lixagem de superfícies, fornecimento e aplicação de primário, fornecimento e aplicação de verniz	316,80	m2	20,00 €	6.336,00 €	6.336,00 €
Total Artigo 1.7						40.350,29 €
1.8	LOUÇAS SANITÁRIAS					
1.8.1	Lavatório do tipo "GLAM suspenso da Sanitana" ou equivalente Fornecimento e montagem dos equipamentos, ferragens e acessórios, execução de vedações e ligações às redes de águas e esgotos quando aplicável. Limpeza final e teste de funcionamento.	10,00	un	240,00 €	2.400,00 €	2.400,00 €
1.8.2	Lavatório suspenso do tipo " Sanitana " modelo Mobil ou equivalente, para instalações sanitárias para pessoas com mobilidade condicionada. Fornecimento e montagem dos equipamentos, ferragens e acessórios, execução de vedações e ligações às redes de águas e esgotos quando aplicável. Limpeza final e teste de funcionamento.	2,00	un	286,50 €	573,00 €	573,00 €
1.8.3	Sanita suspensa do tipo " GLAM suspenso da Sanitana " ou equivalente Fornecimento e montagem dos equipamentos, ferragens e acessórios, execução de vedações e ligações às redes de águas e esgotos quando aplicável. Limpeza final e teste de funcionamento.	10,00	un	543,50 €	5.435,00 €	5.435,00 €



Reabilitação da Escola Central Padre Pinheiro - Arquivo Municipal - Caminha						
MAPA DE MEDIÇÕES e ORÇAMENTO						
Artigo	Designação dos Trabalhos	Quant.	Uni.	Preços		
				Unitários	Parciais	Totais
1.8.4	SANITA COMPACTA DA MARCA "SANITANA" MODELO MOBIL OU EQUIVALENTE, PARA INSTALAÇÕES SANITÁRIAS PARA PESSOAS COM MOBILIDADE CONDICIONADA Fornecimento e montagem dos equipamentos, ferragens e acessórios, execução de vedações e ligações às redes de águas e esgotos quando aplicável. Limpeza final e teste de funcionamento.	2,00	un	478,00 €	956,00 €	956,00 €
1.8.5	Urinol do tipo "Glam da Sanitana" ou equivalente Fornecimento e montagem dos equipamentos, ferragens e acessórios, execução de vedações e ligações às redes de águas e esgotos quando aplicável. Limpeza final e teste de funcionamento.	3,00	un	295,00 €	885,00 €	885,00 €
Total Artigo 1.8						10.249,00 €
1.9	ACESSÓRIOS					
1.9.1	MONOCOMANDO DE LAVATÓRIO COM SENSOR CAPACITIVO DO TIPO "ROCA" OU EQUIVALENTE Fornecimento e montagem dos acessórios, ferragens e acessórios, execução de vedações e ligações às redes de águas e esgotos quando aplicável. Limpeza final e teste de funcionamento.	10,00	un	180,00 €	1.800,00 €	1.800,00 €
1.9.2	SISTEMA DE DESCARGA COM FLUXÓMETRO, CONFORME PROJETO DE ESPECIALIDADES Fornecimento e montagem dos acessórios, ferragens e acessórios, execução de vedações e ligações às redes de águas e esgotos quando aplicável. Limpeza final e teste de funcionamento.	10,00	un	35,00 €	350,00 €	350,00 €
1.9.3	SISTEMA DE DESCARGA PARA SANITA DO TIPO "GEBERIT" OU EQUIVALENTE Fornecimento e montagem dos acessórios, ferragens e acessórios, execução de vedações e ligações às redes de águas e esgotos quando aplicável. Limpeza final e teste de funcionamento.	10,00	un	32,00 €	320,00 €	320,00 €
1.9.4	PLACA DE COMANDO FRONTAL DE AUTOCLISMO ANTI-VANDALISMO DO TIPO "GEBERIT" OU EQUIVALENTE Fornecimento e montagem dos acessórios, ferragens e acessórios, execução de vedações e ligações às redes de águas e esgotos quando aplicável. Limpeza final e teste de funcionamento.	10,00	un	30,00 €	300,00 €	300,00 €



Reabilitação da Escola Central Padre Pinheiro - Arquivo Municipal - Caminha

MAPA DE MEDIÇÕES e ORÇAMENTO

Artigo	Designação dos Trabalhos	Quant.	Uni.	Preços		
				Unitários	Parciais	Totais
1.9.5	DISPENSADOR DE PAPEL/PAPELEIRA DO TIPO MEDICLINICS OU EQUIVALENTE COM FORRA E PAINEL FENÓLICO Fornecimento e montagem dos acessórios, ferragens e acessórios, execução de vedações e ligações às redes de águas e esgotos quando aplicável. Limpeza final e teste de funcionamento.	10,00	un	75,00 €	750,00 €	750,00 €
1.9.6	DISPENSADOR DE PAPEL EM AÇO INOX ESCOVADO DO TIPO "MEDICLINICS" OU EQUIVALENTE Fornecimento e montagem dos acessórios, ferragens e acessórios, execução de vedações e ligações às redes de águas e esgotos quando aplicável. Limpeza final e teste de funcionamento.	10,00	un	70,00 €	700,00 €	700,00 €
1.9.7	DISPENSADOR DE SABÃO LIQUIDO EM AÇO INOX DO TIPO "BOBRICK" OU EQUIVALENTE Fornecimento e montagem dos acessórios, ferragens e acessórios, execução de vedações e ligações às redes de águas e esgotos quando aplicável. Limpeza final e teste de funcionamento.	10,00	un	35,00 €	350,00 €	350,00 €
1.9.8	PAPELEIRA APARENTE EM AÇO INOX DO TIPO MEDICLINICS Fornecimento e montagem dos acessórios, ferragens e acessórios, execução de vedações e ligações às redes de águas e esgotos quando aplicável. Limpeza final e teste de funcionamento.	10,00	un	35,00 €	350,00 €	350,00 €
1.9.9	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PORTA PIAÇABA DO TIPO "ROCA" OU EQUIVALENTE, INCLUINDO TODOS OS TRABALHOS NECESSÁRIO Fornecimento e montagem dos acessórios, ferragens e acessórios, execução de vedações e ligações às redes de águas e esgotos quando aplicável. Limpeza final e teste de funcionamento.	10,00	un	30,00 €	300,00 €	300,00 €
1.9.10	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PORTA-ROLOS DO TIPO "PR-783 CS - MEDICLINICS" OU EQUIVALENTE, INCLUINDO TODOS OS TRABALHOS NECESSÁRIOS Fornecimento e montagem dos acessórios, ferragens e acessórios, execução de vedações e ligações às redes de águas e esgotos quando aplicável. Limpeza final e teste de funcionamento.	10,00	un	25,00 €	250,00 €	250,00 €



Reabilitação da Escola Central Padre Pinheiro - Arquivo Municipal - Caminha

MAPA DE MEDIÇÕES e ORÇAMENTO

Artigo	Designação dos Trabalhos	Quant.	Uni.	Preços		
				Unitários	Parciais	Totais
1.9.11	SIFÃO DO TIPO "ROCA" OU EQUIVALENTE Fornecimento e montagem dos acessórios, ferragens e acessórios, execução de vedações e ligações às redes de águas e esgotos quando aplicável. Limpeza final e teste de funcionamento.	10,00	un	60,00 €	600,00 €	600,00 €
1.9.12	ESPELHO ANTI HUMIDADE DE 6MM DE ESPESSURA Fornecimento e montagem dos acessórios, ferragens e acessórios, execução de vedações e ligações às redes de águas e esgotos quando aplicável. Limpeza final e teste de funcionamento.	18,00	m2	35,00 €	630,00 €	630,00 €
1.9.13	DIVISÓRIA ENTRE SANITÁRIOS EM PAINÉIS FENÓLICOS Fornecimento e montagem dos acessórios, ferragens e acessórios, execução de vedações e ligações às redes de águas e esgotos quando aplicável. Limpeza final e teste de funcionamento.	16,00	m2	55,00 €	880,00 €	880,00 €
1.9.14	SIFÃO FLEXÍVEL PARA INSTALAÇÃO SANITÁRIA PARA PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA Fornecimento e montagem dos acessórios, ferragens e acessórios, execução de vedações e ligações às redes de águas e esgotos quando aplicável. Limpeza final e teste de funcionamento.	2,00	un	60,00 €	120,00 €	120,00 €
1.9.15	BARRAS DE APOIO PARA INSTALAÇÕES SANITÁRIAS PARA PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA DO TIPO "JNF" OU EQUIVALENTE, UMA FIXA E UMA MÓVEL Fornecimento e montagem dos acessórios, ferragens e acessórios, execução de vedações e ligações às redes de águas e esgotos quando aplicável. Limpeza final e teste de funcionamento.	2,00	cj	176,00 €	352,00 €	352,00 €
1.9.16	DIVISÓRIA DE URINOL EM AÇO INOX DO TIPO "SENDA" OU EQUIVALENTE Fornecimento e montagem dos acessórios, ferragens e acessórios, execução de vedações e ligações às redes de águas e esgotos quando aplicável. Limpeza final e teste de funcionamento.	2,00	un	125,00 €	250,00 €	250,00 €
Total Artigo 1.9						8.302,00 €
1.10	SERRALHARIAS					
1.10.1	FORNECIMENTO E MONTAGEM DE VÃOS EXTERIORES EM AÇO INOX					



Reabilitação da Escola Central Padre Pinheiro - Arquivo Municipal - Caminha						
MAPA DE MEDIÇÕES e ORÇAMENTO						
Artigo	Designação dos Trabalhos	Quant.	Uni.	Preços		
				Unitários	Parciais	Totais
	Fornecimento e assentamento de pré-aros, aros, batentes, e todos os componentes fixos descritos no projecto. Fornecimento e aplicação e montagem de folhas e caixilhos dos vãos descritos no projecto. Fornecimento e aplicação dos acessórios necessários á estanquicidade da caixilharia. Fornecimento e aplicação das ferragens. Fornecimento e aplicação dos vidros e borracha de espera. Colocação de proteção do acabamento original dos vãos por meio de filme plástico protector.					
	Ve6	6,00	un	1.085,00 €	6.510,00 €	6.510,00 €
	Ve8	1,00	un	1.685,00 €	1.685,00 €	1.685,00 €
	Ve9	10,00	un	584,00 €	5.840,00 €	5.840,00 €
	Ve10	3,00	un	1.760,00 €	5.280,00 €	5.280,00 €
	Ve11	1,00	un	980,00 €	980,00 €	980,00 €
	Ve12	5,00	un	740,00 €	3.700,00 €	3.700,00 €
	Ve12a	2,00	un	750,00 €	1.500,00 €	1.500,00 €
	Ve13	1,00	un	605,00 €	605,00 €	605,00 €
1.10.2	SISTEMA DE MESTRAGEM DE CANHÕES DE PORTAS					
	Fornecimento, execução e montagem de mestragem , fornecimento de chaves simples e mestras. Limpeza e teste do sistema. Fornecimento de mapa de funcionamento	4,00	vg	85,00 €	340,00 €	340,00 €
1.10.3	ESTORES COM MOTOR					
	Fornecimento e montagem de estores, respectivo motor e todos os acessórios necessários. Limpeza e teste de funcionamento	29,00	un	345,00 €	10.005,00 €	10.005,00 €
1.10.4	Recuperação e colocação de grades existentes nos vãos assinalados no projeto					
	Fornecimento e montagem das grades e todos os acessórios necessários. Limpeza e teste de funcionamento	8,00	m2	205,00 €	1.640,00 €	1.640,00 €
Total Artigo 1.10						38.085,00 €
1.11	CARPINTARIAS					
1.11.1	REPARAÇÃO/FORNECIMENTO E MONTAGEM DE VÃOS EXTERIORES DE MADEIRA					



Reabilitação da Escola Central Padre Pinheiro - Arquivo Municipal - Caminha						
MAPA DE MEDIÇÕES e ORÇAMENTO						
Artigo	Designação dos Trabalhos	Quant.	Uni.	Preços		
				Unitários	Parciais	Totais
	Fornecimento e assentamento dos pré-aros, aros, guarnições, batentes e todos os componentes fixos descritos no projecto. Fornecimento e assentamento de folhas e caixilhos dos vãos, ferragens, vidros, borracha de espera. Afições. Acabamento final assim como verificação final do bom funcionamento					
1.11.1.1	Ve1	6,00	un	830,00 €	4.980,00 €	4.980,00 €
1.11.1.2	Ve2	1,00	un	1.460,00 €	1.460,00 €	1.460,00 €
1.11.1.3	Ve3	1,00	un	875,00 €	875,00 €	875,00 €
1.11.1.4	Ve4	1,00	un	875,00 €	875,00 €	875,00 €
1.11.1.5	Ve5	5,00	un	1.230,00 €	6.150,00 €	6.150,00 €
1.11.1.6	Ve7	1,00	un	2.380,00 €	2.380,00 €	2.380,00 €
1.11.1.7	Ve14	6,00	un	1.230,00 €	7.380,00 €	7.380,00 €
1.11.1.8	Ve15	1,00	un	1.600,00 €	1.600,00 €	1.600,00 €
1.11.1.9	Ve16	3,00	un	1.150,00 €	3.450,00 €	3.450,00 €
1.11.1.10	Ve17	6,00	un	1.230,00 €	7.380,00 €	7.380,00 €
1.11.1.11	Ve18	3,00	un	1.150,00 €	3.450,00 €	3.450,00 €
1.11.2	FORNECIMENTO E MONTAGEM DE VÃOS INTERIORES DE MADEIRA					
	Fornecimento e assentamento dos pré-aros, aros, guarnições, batentes e todos os componentes fixos descritos no projecto. Fornecimento e assentamento de folhas e caixilhos dos vãos, ferragens, vidros, borracha de espera. Afições. Acabamento final assim como verificação final do bom funcionamento					
1.11.2.1	Vi1	12,00	un	395,00 €	4.740,00 €	4.740,00 €
1.11.2.2	Vi2	7,00	un	685,00 €	4.795,00 €	4.795,00 €
1.11.2.3	Vi4	3,00	un	865,00 €	2.595,00 €	2.595,00 €
1.11.2.4	Vi5	3,00	un	680,00 €	2.040,00 €	2.040,00 €
1.11.2.5	Vi8	2,00	un	890,00 €	1.780,00 €	1.780,00 €
1.11.2.6	Vi9	1,00	un	780,00 €	780,00 €	780,00 €
1.11.2.7	Vi10	3,00	un	480,00 €	1.440,00 €	1.440,00 €
1.11.2.8	Vi14	1,00	un	1.860,00 €	1.860,00 €	1.860,00 €
1.11.2.9	Vi17	2,00	un	640,00 €	1.280,00 €	1.280,00 €
1.11.2.10	Vi18	4,00	un	380,00 €	1.520,00 €	1.520,00 €
1.11.2.11	Vi19	4,00	un	480,00 €	1.920,00 €	1.920,00 €
1.11.3	FORNECIMENTO E MONTAGEM DE VÃOS INTERIORES CORTA-FOGO DO TIPO "PORSEG CF30, SÉRIE DF-DE COENE" OU EQUIVALENTE					



Reabilitação da Escola Central Padre Pinheiro - Arquivo Municipal - Caminha						
MAPA DE MEDIÇÕES e ORÇAMENTO						
Artigo	Designação dos Trabalhos	Quant.	Uni.	Preços		
				Unitários	Parciais	Totais
	Fornecimento e assentamento dos pré-aros, aros, guarnições, batentes e todos os componentes fixos descritos no projecto. Fornecimento e assentamento de folhas e caixilhos dos vãos, ferragens, vidros, borracha de espera. Afinações. Acabamento final assim como verificação final do bom funcionamento					
1.11.3.1	Vi3	7,00	un	780,00 €	5.460,00 €	5.460,00 €
1.11.3.2	Vi7	7,00	un	1.490,00 €	10.430,00 €	10.430,00 €
1.11.3.3	Vi11	3,00	un	1.865,00 €	5.595,00 €	5.595,00 €
1.11.3.4	Vi12	1,00	un	1.790,00 €	1.790,00 €	1.790,00 €
1.11.3.5	Vi16	1,00	un	1.860,00 €	1.860,00 €	1.860,00 €
1.11.4	FORNECIMENTO E MONTAGEM DE VÃOS INTERIORES FENÓLICOS					
	Fornecimento e assentamento dos pré-aros, aros, guarnições, batentes e todos os componentes fixos descritos no projecto. Fornecimento e assentamento de folhas e caixilhos dos vãos, ferragens, vidros, borracha de espera. Afinações. Acabamento final assim como verificação final do bom funcionamento					
1.11.4.1	Vi13	8,00	un	480,00 €	3.840,00 €	3.840,00 €
1.11.5	FORNECIMENTO E MONTAGEM DE VÃOS INTERIORES EM VIDRO					
	Fornecimento e assentamento dos pré-aros, aros, guarnições, batentes e todos os componentes fixos descritos no projecto. Fornecimento e assentamento de folhas e caixilhos dos vãos, ferragens, vidros, borracha de espera. Afinações. Acabamento final assim como verificação final do bom funcionamento					
1.11.2.5	Vi6	1,00	un	1.280,00 €	1.280,00 €	1.280,00 €
1.11.5.1	Vi15	1,00	un	1.870,00 €	1.870,00 €	1.870,00 €
Total Artigo 1.11						96.855,00 €
1.12	MOBILIÁRIO					
1.12.1	FORNECIMENTO E MONTAGEM DE ARMÁRIOS EM MADEIRA PARA PINTAR EM BRANCO					



Reabilitação da Escola Central Padre Pinheiro - Arquivo Municipal - Caminha						
MAPA DE MEDIÇÕES e ORÇAMENTO						
Artigo	Designação dos Trabalhos	Quant.	Uni.	Preços		
				Unitários	Parciais	Totais
	Fornecimento e aplicação de armários em madeira e MDF lacado, incluindo os acessórios, estrutura de fixação, componentes do equipamento fixo, partes metálicas, ferragens, materiais de revestimento e acessórios. Por último acabamento final conforme projecto	4,00	un	1.460,00 €	5.840,00 €	5.840,00 €
1.12.2	FORNECIMENTO E MONTAGEM DE ARMÁRIOS METÁLICOS PARA CASAS DE BANHO E VESTIÁRIOS Fornecimento e aplicação de armários metálicos lacados a branco, incluindo os acessórios, estrutura de fixação, componentes do equipamento fixo, partes metálicas, ferragens, materiais de revestimento e acessórios. Por último acabamento final conforme projecto	12,00	un	375,00 €	4.500,00 €	4.500,00 €
1.12.3	FORNECIMENTO E MONTAGEM DE ARMÁRIOS METÁLICOS PARA ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS Fornecimento e aplicação de armários metálicos lacados a branco, incluindo os acessórios, estrutura de fixação, componentes do equipamento fixo, partes metálicas, ferragens, materiais de revestimento e acessórios. Por último acabamento final conforme projecto	25,00	un	680,00 €	17.000,00 €	17.000,00 €
1.12.4	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE ESTANTES METÁLICAS Execução de estrutura, fornecimento e assentamento dos tampos e portas, acabamento interior da bancada, cortes e remates necessários, fornecimento e instalação de torneiras de comando não manual (quando aplicável) e tubagens e ligações de águas e esgotos (quando aplicável)	377,00	un	125,00 €	47.125,00 €	47.125,00 €
1.12.5	FORNECIMENTO E MONTAGEM DE MESAS EM MADEIRA Fornecimento e montagem de mesas em MDF folheado a madeira tola e maciça incluindo ferragens e fixação à parede. Fornecimento e assentamento de estrutura de fixação, componentes do equipamento fixo, de todas as partes metálicas como ferragens, revestimentos e acessórios. Por último acabamento final conforme projecto e proteção das peças acabadas	25,00	un	240,00 €	6.000,00 €	6.000,00 €
1.12.6	FORNECIMENTO E MONTAGEM BANCOS E OU CADEIRAS DE MADEIRA					



Reabilitação da Escola Central Padre Pinheiro - Arquivo Municipal - Caminha						
MAPA DE MEDIÇÕES e ORÇAMENTO						
Artigo	Designação dos Trabalhos	Quant.	Uni.	Preços		
				Unitários	Parciais	Totais
	Fornecimento e montagem de mesas e bancos em MDF folheado a madeira tola e maciça incluindo ferragens e fixação á parede. Fornecimento e assentamento de estrutura de fixação, componentes do equipamento fixo, de todas as partes metálicas como ferragens, revestimentos e acessórios. Por último acabamento final conforme projecto e proteção das peças acabadas	25,00	un	195,00 €	4.875,00 €	4.875,00 €
Total Artigo 1.12						85.340,00 €
VALOR TOTAL (Sem IVA)						1.112.693,93 €